



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA

**Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de
Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e
aplicação**

(Tese de Doutorado)

Recife

2011



LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA

**Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de
Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e
aplicação**

(Tese de Doutorado)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti

Recife

2011



Catálogo na fonte
Bibliotecária Delane Diu, CRB4- Nº849/86

- H632i Hidaka, Lúcia Tone Ferreira.
Indicador de avaliação do Estado de conservação sustentável de cidades – patrimônio cultural da humanidade: teoria, metodologia e aplicação / Lúcia Tone Ferreira Hidaka. - Recife: O autor, 2011.
228p. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Silvio Mendes Zancheti.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CAC.
Desenvolvimento Urbano, 2011.
Inclui bibliografia e apêndices.
1. Planejamento urbano. 2. Patrimônio – Conservação. 3. Sítios históricos. 4. Patrimônio – Indicadores. 5. Indicadores de desempenho. I. Zancheti, Silvio Mendes (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC2011-36)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda Lúcia Tone Ferreira Hidaka.

Às 10.00 horas do dia 21 de março de 2011 reuniu-se no Mini Auditório 2, do Centro de Arte e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Sílvio Mendes Zancheti (orientador), Leonardo Barci Castriota (examinador externo), Denise Dumke de Medeiros (examinadora externa), Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (examinadora interna), Norma Lacerda Gonçalves (examinador interno) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidade – Patrimônio Cultural da Humanidade: Teoria Metodologia e Aplicação", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Sílvio Mendes Zancheti, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 21 de março de 2011.

- Indicação da Banca para publicação (X)

Prof. Sílvio Mendes Zancheti
Orientador

Prof. Denise Dumke de Medeiros
Examinadora Externa/Eng^a da Produção/UFPE

Prof. Leonardo Barci Castriota
Examinador Externo/UFMG

Prof. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado
Examinadora Externa/PPG/MDU

Prof. Norma Lacerda Gonçalves
Examinadora Interna/PPG/MDU

Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa

Lúcia Tone Ferreira Hidaka
Candidata



DEDICATÓRIA

Aos meus pais, *Lúcia* e *Germano*, pelo apoio irrestrito e o amor incondicional;

Ao meu irmão, *Leonardo Jun*, por todas as nossas lembranças;

Ao meu amor, *Marcelo*, por esses anos “sempre juntos”, de companheirismo e carinho.



AGRADECIMENTOS

Ao meu querido mestre e orientador desta tese, Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti, pela dedicação e empenho, questionando, refletindo, encaminhando e investigando junto comigo; não medindo esforços para que esta pesquisa fosse desenvolvida e concluída com qualidade. Obrigada pelo compartilhar ímpar destes anos de trabalho intelectual.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro durante o curso e desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nas figuras dos seus docentes e técnicos administrativos, por todo apoio institucional recebido.

Aos queridos Rebeca, Catarina, Jonas e José pelo carinho e boa vontade com que sempre me atenderam na secretaria do MDU/ UFPE nesses quinze anos que nos conhecemos.

Aos professores Ana Rita Sá Carneiro, Luís de La Mora, Lúcia Leitão Santos, Norma Lacerda, Fernando Diniz Moreira, Tomás de Albuquerque Lapa, Maria de Fátima Furtado, Luiz Manuel do Eirado Amorim, Virgínia Pontual, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo, Maurício Rocha e Silke Weber, pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas cursadas durante o doutorado.

Aos professores Fátima Furtado, Maria do Carmo Sobral, Denise Dunk de Medeiros, Norma Lacerda e Leonardo Castriota pela disponibilidade na participação nas bancas de avaliação da qualificação e defesa final da tese, com contribuições importantes ao trabalho realizado.

Ao Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), nas pessoas de Silvio Zancheti, Jorge Tinoco, Fernando Diniz, Raquel Bertuzzi e Leandro



Costa, pelo respeito, carinho e suporte institucional com que sempre me receberam e me trataram nestes anos de pesquisa.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nas figuras de seus docentes, discentes, técnicos administrativos e serviços prestados, pelo apoio recebido e reconhecimento nesses últimos anos de convivência.

Aos diretores da FAU/UFAL, nas figuras dos professores Flávio de Souza, Leonardo Bittencourt e Augusto Aragão (gestão 2008-2010), e das professoras Verônica Robalinho Cavalcanti e Gianna Barbirato (gestão 2010-em andamento) pelo apoio e dedicação desprendidos sempre na priorização do desenvolvimento desta tese.

À coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/ UFAL, nas figuras das professoras Gianna Barbirato e Morgana Duarte (gestão 2007-2008), e Taís Normande, Adriana Capretz e Juliana Loureiro (gestão 2008-2010) pelo apoio na conciliação quanto aos horários das atividades docentes e o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao querido professor Bianor Monteiro Lima pelo companheirismo, respeito, as caronas e o compartilhar diário das disciplinas de Projeto de Paisagismo 1 e 2. Obrigada, amigo, pelo aprendizado e suporte nesses anos de convivência docente.

À amiga Manuella Mariana de Andrade pelos ouvidos atentos, a prontidão no auxílio, os conselhos, a revisão do memorial de qualificação e a torcida pelo sucesso desta investigação. Além disso, obrigada pelos almoços, idas ao cabeleireiro, dicas sobre a gravidez e conversas do dia-a-dia.

À querida Regina Coeli Marques pelas conversas, carinho e boa vontade em assumir a disciplina de Paisagismo 1 quando da necessidade de maior tempo à finalização dessa pesquisa.

Aos queridos Edineide Soares, Ângela Cristina de Araújo, Fernando Tenório e Ana Paula de Lima, pelo carinho e boa vontade com que sempre me atenderam na secretaria da FAU/ UFAL e na coordenação de Arquitetura e Urbanismo.

Aos amigos do Grupo de Estudos de Problemas Urbanos (GEPUR), nas figuras de Flávio, Ana Cláudia, Augusto Aragão, Suzann Cordeiro, Ana Paula



Alencar, Luizinho, Louise, Gilson, Ângelo, Andréa, Carol, Anny, Nilmara, Fernanda e Yasmim por entenderem as ausências e pelo apoio irrestrito durante esta jornada.

Ao colega professor Dr. do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas, Christiano Cantarelli Rodrigues, pelas orientações dadas sobre as questões de ordem estatística desta pesquisa.

Ao colega professor Dr. do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas, Laboratório de Computação Científica e Visualização - LCCV, Eduardo Nobre Lages, pela orientação, desenvolvimento e produção do gráfico de releitura do Indicador do estado de conservação.

Às amigas Cecília Ribeiro e Barbara Aguiar pelo compartilhar intelectual na busca do entendimento sobre a significância cultural dos bens patrimoniais. Obrigada por me acolherem nas suas casas; pelo respeito e amizade.

Às amigas Rosane Piccolo e Flaviana Lira pelas contribuições feitas a essa pesquisa. Obrigada por me aconselharem, por participarem da construção da tese, pelo apoio, respeito e amizade em todas as horas que precisei.

À amiga Evelyne Labanca pela disponibilização de referências bibliográficas importantes ao desenvolvimento metodológico do trabalho. Obrigada pelo apoio, incentivo e exemplo profissional.

À querida Gabriela Magalhães Azevedo pelo apoio e dedicação em fases decisivas a essa pesquisa, principalmente na execução da pesquisa de campo no Sítio Histórico da Cidade de Olinda e organização do referencial teórico. Obrigada pelo convívio intenso destes dois últimos anos.

À querida Maria Eduarda Oliveira da Costa pela dedicação e responsabilidade desprendidas ao início desta investigação com os relatórios periódicos, gráficos e análise de conteúdo.

À querida Olga Maria de Gusmão pela agilidade e cuidadosa revisão ortográfica realizada neste documento.

Ao Sr. Roderick S. Kay pelo profissionalismo, celeridade e cuidadosa tradução para língua inglesa dos questionários, *folders*, textos, resumo e *e-mails*.

A Sra. Delane Diu, da Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação - CAC/UFPE, pela atenção, disponibilidade e confecção da ficha catalográfica desta tese.



Às amigas Onilda Gomes Bezerra, Paula Maciel Silva, Isabel Cristina Pereira de Oliveira e Elena Florissi pelos encontros maravilhosos e compartilhar dos “aperreios” nos momentos de orientação coletiva com o Mestre.

Ao Sítio Histórico da cidade de Olinda por existir e me acolher como “da casa”, possibilitando reflexões e ações a essa pesquisa.

Aos especialistas da conservação patrimonial Dora Arizaga, Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Ormindo pela disponibilidade e contribuições dadas.

Aos especialistas estudiosos e profissionais da conservação do Sítio Histórico de Olinda, especialmente Vera Milet, Jorge Tinoco, Juliana Barreto, Fábio Cavalcanti, Patrícia Pedrosa, André Pina, Roseana Falcão e Roseline Oliveira pela disponibilidade e conteúdo técnico compartilhado.

Às ordens religiosas do Sítio Histórico de Olinda dos mosteiros de São Bento e São Francisco, e das igrejas da Conceição, Misericórdia e Santa Tereza, nas figuras de Dom Gerardo (*in memoriam*), frei Roberto, irmã Belchior, irmã Úrsula e irmã Maria Galindo, respectivamente, obrigada pelo carinho, pronta disposição e dedicação.

Aos moradores do Sítio Histórico de Olinda nas figuras de Alice dos Anjos, Marisa, Josseli, Evani, Isa do Amparo, Reinaldo, Juracy, Janete, Tiago, Macos Pinheiro, Rodrigo Cabral, Marcus da Rocha, Alice Liedke, Luis Moriel e Ricardo por disponibilizarem tempo, pela visão crítica e por demonstrarem amor pelo SHO, além de todos me receberem de braços abertos em suas residências e locais de trabalho.

Às pousadas do Sítio Histórico de Olinda – Pousada do Amparo (Sr. Bento), Pousada Quatro Cantos (Sra. Sheyla), Albergue de Olinda (Sr. Ailton e Sra. Mirian), Hotel São Francisco (Sr. Júnior) e Hotel Sete Colinas (Sr. Anderson) – pela cordialidade e disposição na explicação, distribuição e recolhimento dos *folders* de pesquisa junto aos seus hóspedes.

Aos visitantes do Sítio Histórico de Olinda, a maioria anônima, os quais disponibilizaram parte do tempo de lazer e descanso ao preenchimento dos *folders* da pesquisa.

Aos amigos Ana Cláudia Cavalcanti e Flavio Antônio Miranda de Souza pelas orientações, suporte intelectual, exemplo profissional e amizade.



À minha irmã de vida, Germana Zaicaner, obrigada pela hospedagem, pelas conversas, pelos jantares, enfim, por fazer parte da minha vida.

Aos amigos das turmas ME28 e DO09, Márcio Carvalho, Rafael Ferraz, Renata Maciel, Iria Almeida, Mariana Pontes, Cecília de La Mora, Gustavo Miranda, Aristóteles Cantalice, Amíria Brasil, Werther Ferraz, Nilson Andrade, Robson Canuto, Pedro Mergulhão, Ana Maria Costa, Adriana, Fernando Pontual, Luis Alessandro e Helena Tourinho pelas trocas e o convívio nos almoços, nas aulas e nas conversas nos corredores do Centro de Artes e Comunicação da UFPE.

Aos amigos e familiares de Belém, Maceió, Recife, Brasília e outros tantos lugares, por entenderem as ausências e por torcerem pelo sucesso dessa caminhada.

Por fim, a Deus, acima de tudo, por me dar condições econômicas, físicas, intelectuais e espirituais para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa e consequentemente de mais uma etapa dessa existência.



*“Em rigor, os valores não são: existem, apenas,
graças ao sujeito, que lhes dá existência”.*

Jean-Paul Resweber



RESUMO

A pesquisa, aqui apresentada, define, portanto, uma proposta teórica e operacional de um indicador para avaliar o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais. Constatou-se, a partir da literatura, que a significância, a integridade e a autenticidade são as três variáveis centrais para avaliar o estado de conservação dos atributos materiais e não materiais do patrimônio cultural, porém estas variáveis não podem ser avaliadas da maneira tradicional a partir de uma investigação objetiva. A construção, teórico-operacional, de indicadores que expressem o estado de conservação sob uma perspectiva de sustentabilidade do universo das cidades patrimônio da humanidade é, portanto, o objeto de pesquisa dessa tese. O objetivo geral da investigação é propor um indicador para a avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio mundial. Esta tese define, então, um modelo de indicador do estado de conservação patrimonial, a partir de uma abordagem subjetiva e intersubjetiva das variáveis em questão, apresenta a estrutura matemática do indicador e dos indicadores que o compõe, os pesos das variáveis, a metodologia utilizada para calculá-los e a aplicação do proposto no Sítio Histórico da Cidade de Olinda em Pernambuco, Brasil. A relevância desse estudo diz respeito à exigência de que o processo de avaliação da conservação patrimonial seja capaz de medir as alterações dessas três variáveis atribuindo valores estimados para essas mudanças e, portanto, para as próprias variáveis. Espera-se que este indicador venha a ser considerado como um instrumento valioso para ser incluído no sistema de monitoramento da UNESCO para monitorar o estado de conservação dos sítios urbanos incluídos na Lista do Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: estado de conservação, cidades patrimoniais, atributos materiais e não materiais, indicadores de desempenho, valores, significância, integridade, autenticidade, subjetividade e intersubjetividade.



ABSTRACT

This research study therefore puts forward a theoretical and operational indicator to assess the state of conservation of urban heritage sites. It was found from the literature that significance, integrity and authenticity are the three core variables to assess the state of conservation of the material and non-material attributes of cultural heritage, but these variables cannot be evaluated in the traditional way based on an objective investigation. The theoretical and operational construction of indicators that express the state of conservation from the perspective of the sustainability of the universe of world heritage cities is therefore the object of research of this thesis. The overall goal of the study is to propose an indicator for the assessment of the sustainable state of conservation of world heritage cities. This thesis then defines a model indicator of the state of conserving the heritage based on a subjective and intersubjective approach to the variables in question. It shows the mathematical structure of the indicator and the indicators of which it consists, the weights of the variables, the methodology used to calculate them and the application of the proposal to the Historic Site of the City of Olinda in Pernambuco, Brazil. The relevance of this study concerns the requirement that the evaluation process of heritage conservation be able to measure the changes of these three variables by assigning values estimated for these changes and, hence, the variables themselves. It is hoped that this indicator will be considered as a valuable instrument to be included in UNESCO's monitoring system for monitoring the state of conservation of urban sites included in the World Heritage List.

Palavras-chave: state of conservation status, heritage towns, material and non-material attributes, performance indicators, values, significance, integrity, authenticity, subjectivity and intersubjectivity.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	58
1.1 Definições e Funções dos Indicadores.....	59
1.2 Métodos de Construção de Indicadores.....	65
1.3 Experiências na Construção de Indicadores e Cidades Patrimoniais.....	74
1.4 A Metodologia de Pesquisa.....	78
2 CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DE CIDADES PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL.....	84
2.1 Conservação patrimonial: visão tradicional X visão contemporânea.....	85
2.2 Análises das declarações de significância de cidades patrimônio cultural da humanidade.....	89
2.3 Conservação Urbana Sustentável de cidades patrimoniais.....	105
3 DIMENSÕES E VARIÁVEIS DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL.....	109
3.1 Sujeitos, Objetos, Processos e Atributos: uma relação indissociável dos símbolos patrimoniais.....	110
3.2 Valores e Significância Cultural: permanências e transformações contínuas..	117
3.3 Integridade e Autenticidade: atributos versus consensos intersubjetivos.....	123
3.4 Julgamento dos Envolvidos: processos subjetivos e intersubjetivos.....	128
4 AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL.....	134
4.1 O Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Sítios Urbanos Patrimoniais.....	135
4.2 Validações do Sistema Proposto.....	143
4.3 Desenvolvimento do Instrumento de Levantamento dos Dados.....	160
4.4 Sensibilização do Indicador Proposto.....	164
5 APLICAÇÃO E DISCUSSÕES DO INDICADOR PROPOSTO.....	167
5.1 A Significância Cultural do Sítio Histórico da Cidade de Olinda (SHO).....	168
5.2 Estratégias, Instrumentos e Resultados sobre o levantamento das Opiniões dos <i>Stakeholders</i>	175
5.3 Resultados do Indicador do Estado de Conservação (Isc) do SHO.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS.....	211
APÊNDICES.....	221



LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Município de Olinda, limites e localização do Sítio Histórico (ZEPC1 – Lei 4849/92).....	169
Imagem 2: . Sítio Histórico da Cidade de Olinda.....	171
Imagem 3: . Vista panorâmica do Seminário de Olinda para o Convento de Francisco, com o mar ao fundo.....	177
Imagem 4: Vista panorâmica do Seminário de Olinda para o Convento de Francisco, com o mar ao fundo.....	177
Imagem 5: Percurso do conjunto da Igreja do Carmo, casario, praças e Igreja de São Pedro.....	178
Imagem 6: Percurso do conjunto dos Quatro Cantos, casario, Mercado da Ribeira, Prefeitura, Igreja e Mosteiro de São Bento.....	178
Imagem 7: Percurso do conjunto dos Quatro Cantos, casario, Mercado da Ribeira, Prefeitura, Igreja e Mosteiro de São Bento.....	178
Imagem 8: Percurso do conjunto do Varadouro, mercado, Igreja São Sebastião, casario, ladeira da Prefeitura.....	179
Imagem 9: Hoto D’el Rey + os quintais vegetados + os sítios conventuais.....	179
Imagem 10: Vista Panorâmica da frente da Igreja da Misericórdia para o Istmo com Recife ao fundo.....	180
Imagem 11: Percurso do conjunto edificado do casario da Rua do Amparo, Igreja do Amparo, largo, Igreja de São João.....	180
Imagem 12: Sequência de vistas panorâmicas do Istmo para o SHO.....	181
Imagem 13: Vista panorâmica da Igreja da Sé para o Convento de São Francisco.....	181
Imagem 14: Vista panorâmica da Igreja da Sé às Igrejas de Carmo e São Pedro.....	182
Imagem 15: Vista panorâmica das colinas do SHO pela Avenida Pan-Nordestina.....	182
Imagem 16: Procissões religiosas e manifestações de sincretismo religioso.....	182
Imagem 17: Convivência no SHO dos usos residencial, religioso e educacional.	183
Imagem 18: Manutenção do equilíbrio entre o traçado urbano, o parcelamento antigo, a cobertura vegetal (fundo dos lotes), a ocupação dos lotes e a tipologia arquitetônica.....	183
Imagem 19: Relação entre comunidade e Igreja do Rosário dos Homens Pretos.	184
Imagem 20: Manutenção das técnicas construtivas e revestimentos tradicionais	184
Imagem 21: O carnaval de Rua de Olinda.....	185
Imagem 22: Artesanato de entalhe na madeira.....	185



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As fases da metodologia de pesquisa da Tese.....	79
Figura 2: O passo a passo na construção do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais.....	81
Figura 3: Esquema síntese dos conceitos do modelo teórico e suas inter-relações.....	144



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de bens da Lista do patrimônio mundial por Região da UNESCO.....	32
Tabela 2: Discriminação dos bens da Lista do patrimônio mundial em perigo por Região UNESCO.....	41
Tabela 3: Casos extremos do estado de conservação do sítio.....	140
Tabela 4: Distribuição geográfica dos especialistas que participaram na primeira rodada do painel <i>Delphi</i>	150
Tabela 5: Síntese das respostas às afirmações sobre os pesos a serem dados aos indicadores de conservação sustentável – <i>Delphi</i> rodada 1 (número de respondentes = 34).....	152
Tabela 6: Síntese das respostas às afirmações sobre os pesos a serem dados aos indicadores de conservação sustentável – <i>Delphi</i> rodada 2 (número de respondentes = 26).....	153
Tabela 7: Valores dos pesos dos KPIs para a conservação urbana sustentável de cidades patrimoniais.....	154
Tabela 8: <i>Delphi</i> rodada 1 –Resumo das respostas quanto à importância da opinião dos envolvidos na avaliação da variação na significância, integridade e autenticidade das cidades patrimoniais (número de respondentes = 34).....	156
Tabela 9: Pesos das opiniões dos <i>stakeholders</i> para determinação dos KPIs de significância, Integridade e autenticidade.....	157
Tabela 10: <i>Delphi</i> rodada 2 – Resumo das respostas quanto à importância da opinião dos envolvidos na avaliação da variação na significância, integridade e autenticidade das cidades patrimoniais (número de respondentes = 26).....	157
Tabela 11: Estrutura analítica dos formulários 1 e 2.....	162



LISTA DE SIGLAS

IAPH – *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*

ICCROM – *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*

ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Isc – Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de sítios urbanos patrimoniais

Isig – Indicador de Significância/Valores

Iint – Indicador de Integridade

Iaut – Indicador de Autenticidade

IUCN – *World Conservation Union*

KPI – Indicador de desempenho

KPIs – Indicadores de desempenho

Lesp – Especialistas Locais

Lres – Residentes de Longa Data

MinC – Ministério da Cultura

Nres – Residentes Novos

OG – *Operational Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention*

ONG – Organização Não Governamental

ONU – *United Nations*

PR – *periodic reporting*

Q – Questão

Qs – Questões

R – Relações

Rgrup – Grupo de Referência Cultural

SHO Sítio Histórico da Cidade de Olinda

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Vis – Visitantes

WHC – *World Heritage Centre*

WHCP – *World Heritage Cities Programme*

WHL – *World Heritage List*

Xesp – Especialistas Externos



LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese da caracterização e análise do contexto empírico e teórico do monitoramento e avaliação do estado de conservação dos bens do patrimônio mundial.....	55
Quadro 2: Identificação da Significância Cultural de Cidades Patrimônio Mundial partir da Análise de Conteúdo das Declarações de Significância – atributos, valores, categorias, subcategorias e significados.....	98-99
Quadro 3: Identificação da Integridade e Autenticidade de Cidades Patrimônio Mundial partir da Análise de Conteúdo das Declarações de Significância – atributos e categorias.....	102
Quadro 4: Interpretação Objetos e Significados das Cidades Patrimônio Mundial (uma parte da amostra).....	103
Quadro 5: Simulação do ponto de inflexão entre a conservação positiva (mais próxima da situação excelente) e a negativa (tendendo à situação extrema de perda total) do Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável..	165
Quadro 6: Outras simulações do Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável.....	165
Quadro 7: Resultado do cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de <i>stakeholder</i> do SHO.....	197
Quadro 8: Resultados parciais referentes ao cálculo das equações (10), (11) e (12) e resultado do Indicador de Avaliação do estado de conservação do SHO	198



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de cidades da população investigada (188) por número de habitantes.....	91
Gráfico 2: Quantidade de cidades da amostra investigada (80) por número de habitantes.....	92
Gráfico 3: Quantidade de cidades da população investigada (188) por critério de seleção da Lista do Patrimônio Mundial.....	92
Gráfico 4: Quantidade de cidades da amostra investigada (80) por critério de seleção da Lista do Patrimônio mundial.....	93
Gráfico 5: Quantidade de cidades da população investigada (188) por região da Lista do Patrimônio mundial.....	93
Gráfico 6: Quantidade de cidades da amostra investigada (80) por região da Lista do Patrimônio mundial.....	94
Gráfico 7: Quantidade de cidades da população investigada (188) por época histórica de destaque.....	94
Gráfico 8: Quantidade de cidades da amostra investigada (80) por época histórica de destaque.....	95
Gráfico 9: Nova leitura do Indicador do estado de conservação urbana patrimonial como raiz cúbica da expressão $I_{sc}=I_{sig}.I_{int}.I_{aut}$	166



LISTA DE MATRIZES

Matriz A: Valores da importância dos KPIs para a conservação dos atributos físico-materiais e não materiais dos sítios urbanos patrimoniais.....	153
Matriz B: Valores da importância da conservação dos atributos físico-materiais e não materiais dos sítios urbanos patrimoniais.....	153



LISTA DE QUESTIONÁRIOS

Questionário parte 1: Escala de importância dos atributos físico-materiais e não materiais, da significância, da integridade e da autenticidade pra o Isc.....	147
Questionário parte 2: Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da significância (valores) de sítios urbanos patrimoniais.....	147
Questionário parte 3: Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da integridade de sítios urbanos patrimoniais..	148
Questionário parte 4: Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da autenticidade de sítios urbanos patrimoniais.....	148



LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1: Estrutura matemática básica do I_{sc}	137
Equação 2: Expressão matemática da função $f(I_{sig}, I_{int}, I_{aut})$	137 141
Equação 2.1: Parâmetros/ pesos dos KPIs.....	142
Equação 3: Expressão matemática do I_{sig}	142
Equação 4: Expressão matemática do I_{int}	142
Equação 5: Expressão matemática do I_{aut}	142
Equação 6: Parâmetros/ pesos das opiniões de cada grupo de envolvidos.....	145
Equação 7: Medidas da importância da significância, da integridade e da autenticidade para conservação urbana sustentável.....	154
Equação 8: Pesos da expressão matemática do I_{sc}	154
Equação 9: Expressão matemática final do I_{sc}	157
Equação 10: Pesos da expressão matemática do I_{sig}	157
Equação 11: Pesos da expressão matemática do I_{int}	157
Equação 12: Pesos da expressão matemática do I_{aut}	159
Equação 13: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{sig} com quatro grupos de <i>stakeholders</i>	159
Equação 14: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{int} com quatro grupos de <i>stakeholders</i>	159
Equação 15: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{aut} com quatro grupos de <i>stakeholders</i>	159
Equação 16: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{sig} com três grupos de <i>stakeholders</i>	159
Equação 17: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{int} com três grupos de <i>stakeholders</i>	159
Equação 18: Readequação dos pesos da expressão matemática do I_{aut} com três grupos de <i>stakeholders</i>	159 163
Equação 19: Média ponderada do I_{sig} em cada grupo de envolvido.....	163
Equação 20: Média ponderada do I_{int} em cada grupo de envolvido.....	163
Equação 21: Média ponderada do I_{aut} em cada grupo de envolvido.....	



INTRODUÇÃO

Esta tese, denominada “Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação”, se propõe a estudar a conservação de cidades patrimônio mundial, porque quer descobrir quais os indicadores adequados para aferir graus do estado de conservação desta herança urbana às futuras gerações.

O patrimônio da humanidade tem como marco histórico a Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada em Paris pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO de 17 a 21 de outubro de 1972. A idéia de criar um movimento internacional de proteção do patrimônio cultural da humanidade surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial, mas a Convenção do patrimônio mundial (1972) foi além, agregando dois movimentos com origens distintas: o primeiro com destaque para a preservação dos sítios culturais, e o outro enfocando a conservação dos recursos naturais (a natureza).

Nesse sentido, a característica mais significativa da Convenção (1972) é a de conectar, em um único documento, os conceitos de conservação da natureza e a preservação de bens culturais. Esta reconhece a maneira como as pessoas interagem com a natureza, e a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre esses dois universos.

Em termos de conteúdo, a Convenção (1972):

- a) Define os tipos de sítios culturais ou naturais que podem ser considerados para inscrição na *World Heritage List*, WHL, Lista do Patrimônio Mundial;



- b) Estabelece os deveres dos *States Parties*, Estados-parte¹, na identificação dos sítios locais com potencial para inscrição na WHL e na proteção e preservação deles;
- c) Cria e define as responsabilidades do *World Heritage Committee*, o Comitê do Patrimônio Mundial;
- d) Explica como o *World Heritage Fund*, o Fundo do Patrimônio Mundial, é utilizado e gerido e em que condições a assistência financeira internacional pode ser fornecida;
- e) Estabelece a obrigação dos Estados-parte a apresentar relatórios, regularmente, sobre o estado de conservação dos seus bens, inscritos na WHL, ao Comitê do patrimônio mundial;
- f) Incentiva o Estado-parte a reforçar a apreciação do público quanto aos bens do patrimônio mundial e ressaltar a proteção por meio de programas educativos.

O benefício fundamental a um país, ao assinar a Convenção do patrimônio mundial (1972) ratificando-a, é o de pertencer a uma comunidade internacional de valorização de bens universalmente significativos, exemplos notáveis da diversidade cultural e riqueza natural do planeta Terra. Os países membros da Convenção (1972) possuem, então, um compromisso comum de preservação do legado da Terra, com valor excepcional, às gerações futuras.

Cada Estado-parte se compromete a conservar não só o patrimônio mundial situado no seu território, mas também de salvaguardar o seu patrimônio nacional. Mais que isso, é encorajado a integrar a proteção do patrimônio cultural e natural em programas de planejamento regional, em capacitação de pessoal especializado e na criação de serviços que tenham como foco o patrimônio; além de se comprometerem com a investigação científica, o uso de técnicas de conservação e a adoção de

¹ A tradução do termo *State Party* nesta pesquisa segue a versão em português da *World Heritage Convention* (1972). Os Estados-parte são aqueles países que aderiram a Convenção, também chamados países membros.



medidas para que este patrimônio faça parte do dia-a-dia da vida da comunidade em que se insere (ICOMOS 1972).

Até agosto de 2010, 187 (cento e oitenta e sete)² países, Estados-parte, ratificaram a Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, promulgada em 16 de novembro de 1972. No universo da WHL, até agosto de 2010, estavam registrados 911 (novecentos e onze) bens como patrimônios cultural e natural da humanidade, considerados bens de excepcional valor. O conjunto subdivide-se em: 704 (setecentos e quatro) bens culturais; 180 (cento e oitenta) bens naturais; e 27 (vinte e sete) bens culturais e naturais (mistos) em 151 (cento e cinquenta e um) países membros. O Brasil possuía (em julho de 2010) dezoito bens inscritos na WHL (sete naturais e 11 culturais).

Os bens considerados pela Convenção (1972) como patrimônio cultural são classificados em:

1) Monumentos, que dizem respeito a: obras arquitetônicas monumentais de escultura ou de pintura, estruturas de caráter arqueológico, inscrições em grutas e outros elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência;

2) Conjuntos, também chamados grupos de construções/edificações, podendo ser isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência; e

3) Locais de interesse, aquelas obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Quanto aos bens que podem ser identificados como patrimônio natural, a Convenção (1972) considera:

² Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list>>, acessado em 05 de agosto de 2010, às 10:40h.



1) Os recursos naturais que consistem em formações físicas e biológicas, ou grupos de tais formações, com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

2) As formações geológicas e fisiográficas e as áreas precisamente delimitadas que constituem habitat de espécies ameaçadas, animais e vegetais, com valor universal excepcional do ponto de vista da Ciência ou da conservação;

3) Os lugares/ locais naturais ou áreas naturais precisamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da Ciência, da conservação ou da beleza natural.

O contexto institucional, operacional e teórico do patrimônio mundial

A Convenção (1972) estabelece três instâncias de suporte à gestão do patrimônio mundial: um comitê executivo permanente, um comitê consultivo e um fundo internacional do patrimônio mundial. Esta estrutura liga-se à UNESCO, organização vinculada à *United Nations* – ONU – a Organização das Nações Unidas.

O Comitê, segundo a Convenção (1972), deve ser composto por quinze membros, primeiramente, até chegar ao número de vinte e um – posteriormente, eleitos entre os Estados-parte em assembléia geral da UNESCO. Destes membros, compõem o *bureau* do Comitê sete Estados-parte eleitos anualmente pelo Comitê: um presidente, cinco vice-presidentes e um relator. O *bureau* da Comissão coordena os trabalhos da Comissão e estabelece as datas, horários e ordem de trabalhos das reuniões.

O Comitê do patrimônio mundial é assistido por uma “*secretariat*” (secretaria executiva) nomeado pelo diretor-geral da UNESCO. A função da Secretaria executiva é assumida pelo *World Heritage Centre* – WHC – o Centro do Patrimônio Mundial, criado em 1992 especificamente para essa finalidade. A secretaria executiva assiste os Estados-parte e colabora com eles e os órgãos consultivos em todas as atividades referentes à implantação da Convenção (1972).



Três organizações internacionais não governamentais, ou intergovernamentais, são mencionadas na Convenção e têm a função de aconselhar tecnicamente o Comitê em suas deliberações. Estas organizações, formadas por especialistas na área, compõem o comitê consultivo do Comitê do Patrimônio Mundial. São elas: o *World Conservation Union* – IUCN³, o *International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS⁴, o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* – ICCROM⁵.

O IUCN é uma organização internacional, não governamental, responsável pelas avaliações técnicas dos bens do patrimônio natural e, por meio de sua rede mundial de especialistas, pelos relatórios sobre o estado de conservação desses tipos de bens inscritos. O ICOMOS, também organização internacional não governamental, é responsável pelas avaliações dos bens culturais e mistos – propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. O ICCROM é um organismo intergovernamental que fornece pareceres técnicos sobre como conservar os bens inscritos, e também promove capacitação técnica em restauração.

O Comitê do patrimônio mundial tem como missão a fiscalização da implantação da Convenção (1972), a atualização e divulgação das Listas do patrimônio mundial, a análise dos pedidos de assistência internacional e o monitoramento e avaliação do estado de conservação dos bens inscritos. Para tal, formula normas específicas, as quais estão registradas no documento denominado *Operational Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention* – OG (UNESCO 2008)⁶ – as Orientações Técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial⁷.

O OG (2008) tem como objetivo facilitar a aplicação da Convenção do patrimônio mundial, estabelecendo procedimentos para a inscrição de bens nas

³ O IUCN foi criado em 1948 e sua sede localiza-se em Gland, na Suíça

⁴ O ICOMOS foi fundado em 1965, e tem secretariado estabelecido em Paris, na França.

⁵ O ICCROM, ou Centro de Roma foi criado em 1956, e localiza-se em Roma, na Itália.

⁶ O *Operational Guidelines* é atualizado frequentemente pelo Comitê do Patrimônio Mundial. O documento considerado como referência encontra-se disponível no site <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

⁷ A tradução de *Operational Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention* nesta pesquisa segue a versão em português disponível no site <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>



Listas do patrimônio mundial (WHL) e do patrimônio mundial em perigo; a proteção e conservação dos bens inscritos na WHL; a concessão de assistência internacional no âmbito do Fundo do Patrimônio Mundial; e a mobilização nacional e internacional de apoio à Convenção (1972). Regularmente é revisto e atualizado.

Dois desses procedimentos são interesses desta pesquisa: a inscrição de bens nas Listas e a proteção e conservação destes. O primeiro, para que se possa entender a partir de que informações e julgamentos um determinado bem é inscrito na lista do patrimônio mundial; o segundo, em função da relação com o monitoramento e a avaliação do estado de conservação desse.

Somente os países que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial, comprometendo-se a salvaguardar os seus bens naturais e culturais, podem apresentar propostas para a inscrição na Lista do patrimônio mundial da UNESCO. Esta submissão passa por cinco etapas, não excludentes entre si:

- a) *The Tentative List*, a lista indicativa: o primeiro passo para ter um bem inscrito como patrimônio mundial é fazer um inventário de tudo aquilo que é relevante nos seu território como bem cultural e natural de valor universal excepcional, apresentando uma previsão dos bens que o Estado-parte poderá submeter à inscrição nos próximos cinco a dez anos. O documento a ser entregue deve seguir um formulário específico (*submission format*, definido no OG (2008) em Inglês ou Francês) contendo informações como o nome do bem, localização geográfica, breve descrição e justificativa do seu valor universal excepcional. Esta lista pode ser atualizada a qualquer momento (mas o bem deve figurar nela pelo menos um ano antes da submissão ao Comitê) e sua importância é demonstrar ao Comitê que o bem submetido à avaliação já está contemplado como de importância à conservação pelo Estado-parte. A orientação do Comitê é para que, na preparação da lista indicativa, o Estado-parte possa contar com a participação de uma grande variedade de atores envolvidos, incluindo gestores do bem, autoridades locais e regionais, comunidades, Organizações Não Governamentais (ONG) e outros envolvidos.



- b) *The Nomination file*, o documento de nomeação: após apresentação da lista indicativa, o passo seguinte é preparar o documento de análise da relevância à nomeação do bem. O WHC oferece aconselhamento e assistência técnica ao Estado-parte na preparação deste documento, que precisa ser exaustivo quanto às informações sobre o bem. Mapas e demais informações gráficas devem ser anexadas. O WHC analisa a completude da documentação entregue e encaminha ao órgão consultivo responsável para avaliação técnica.
- c) *The Advisory Bodies*, a avaliação dos órgãos consultivos: nesta etapa, o bem submetido passará por análises técnicas independentes, pelos órgãos consultivos (ICCROM e/ou IUCN) conforme encaminhamento do WHC.
- d) *The World Heritage Committee*, a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial: os órgãos consultivos, após análise, encaminham o documento ao Comitê que tem nas mãos a decisão final sobre a inscrição solicitada. Uma vez por ano, o Comitê se reúne para decidir quais bens serão inscritos na WHL. Podem ocorrer adiamentos sobre a decisão, com solicitação de maiores informações ao Estado-parte responsável.
- e) *The Criteria for Selection*, o(s) critério(s) de seleção: por fim, para serem incluídos na WHL, os bens devem ser exemplo de valor universal excepcional e satisfazer a pelo menos um, dos dez critérios de seleção registrados e divulgados pelo OG (UNESCO 2008). Os critérios são revistos de tempos em tempos, pois são a principal ferramenta de avaliação da relevância ou não para inscrição do bem na WHL.

O valor universal excepcional refere-se aos significados culturais e naturais, que de tão diferenciados transcendem fronteiras e passam a ter importância tanto às gerações presentes, quanto futuras, da humanidade. Segundo Jokilehto (2007) a definição foi resultado de uma reunião de especialistas em conservação patrimonial em Amsterdã, em 1998: "*uma resposta às questões de natureza comum universal ou abordada por todas as culturas humanas. (...) refletindo criatividade resultante da diversidade*



cultural". Jokilehto (2007) ainda destaca três aspectos de caracterização da sociedade que identificam as questões de natureza universal comuns à humanidade e, portanto, potencial de referência para a verificação do requisito de valor universal (ICOMOS 2005): aspectos espirituais e sócio-culturais, relação com o ambiente natural, e capacidade criativa para responder às demandas específicas e requisitos ao longo do tempo.

O Comitê do patrimônio mundial, no Guia Operacional (UNESCO 2008) definiu critérios para a inscrição dos bens que são exemplos de valor excepcional universal. Até o final de 2004, o OG previa seis critérios culturais e quatro naturais para seleção do bem à Lista do patrimônio mundial. Após revisão das Orientações Técnicas em 2005, passaram a ser considerados um conjunto de dez critérios (UNESCO 2008) sem especificação ou categorização, porém ainda se percebe a antiga relação. São eles:

- a) Critério (i): representa uma obra-prima do gênio criativo humano;
- b) Critério (ii): exhibe um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou Paisagismo;
- c) Critério (iii): carrega um testemunho excepcional de tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;
- d) Critério (iv): exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra estágio(s) significativo(s) na história da humanidade;
- e) Critério (v): exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra, ou uso do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas) ou da interação humana com o ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;



- f) Critério (vi): associado, direta ou materialmente, com acontecimentos ou tradições vivas, com idéias, ou com crenças, com obras artísticas e literárias de valor universal excepcional⁸;
- g) Critério (vii): contém fenômenos naturais extraordinários ou áreas de excepcional beleza natural e de importância estética;
- h) Critério (viii): exemplo excepcional representativo dos grandes estágios da história da Terra, incluindo o registro de vida, processos geológicos, em curso, significativos ao desenvolvimento das formas terrestres ou possuir significativas características geomorfológicas e fisiográficas;
- i) Critério (ix): exemplo excepcional que representa processos ecológicos e biológicos, em curso, significativos na evolução e desenvolvimento dos seres terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos, habitantes de ecossistemas e comunidades de plantas e animais;
- j) Critério (x): habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação *in-situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies de valor universal excepcional, ameaçadas do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Percebe-se, nos critérios, a relação com valores referentes à raridade e representatividade do bem, quer natural ou cultural. Além disso, observa-se que a lógica do reconhecimento do bem patrimonial funda-se segundo um reconhecimento, por meio de especialistas técnicos do universo da conservação do patrimônio cultural, dos valores que o bem possui a partir de um conjunto de significados apreendidos: *“a grande maioria das inscrições foi sustentada em dois ou mais critérios”* (Silva 2003, 94).

O julgamento da integridade e da autenticidade são considerações importantes, que se agregam ao reconhecimento dos significados e valores, na

⁸ O Comitê do patrimônio mundial considera que este critério deve ser preferencialmente utilizado em conjunto com outros critérios.



seleção do patrimônio mundial (UNESCO 2008; Silva 2003). Estes, juntamente com os critérios, são fatores decisivos na inscrição dos bens na WHL.

Em relação à integridade, as Orientações Técnicas da UNESCO (2008) enfatizam que todos os bens propostos para inscrição na Lista do patrimônio mundial devem satisfazer às condições de integridade. Segundo o OG (UNESCO 2008) a integridade é um julgamento do grau de “*completude*” e “*inteireza*” do patrimônio natural e cultural e dos seus atributos. Nesse sentido, exige uma avaliação da medida em que o bem inclui ou assegura os elementos necessários para expressar o seu valor universal e a completa representação das características e processos que transmitem os significados do bem. No documento de nomeação deve-se apresentar uma declaração⁹ de integridade do bem.

Entende-se, segundo o OG, por autenticidade, a capacidade de compreender o valor atribuído ao bem patrimonial – a partir do grau em que as fontes de informação possam ser verossímeis ou verídicas. O OG deixa claro que o julgamento da autenticidade dos bens submetidos ao Comitê do patrimônio mundial é restrito aos bens culturais, aqueles que atenderem aos critérios i, ii, iii, iv, v e vi. A declaração de autenticidade¹⁰, a ser apresentada, deve avaliar o grau de autenticidade presente no bem, ou expresso por cada um dos seus atributos significativos.

Destaca-se, porém, que o OG (UNESCO 2008, 21) afirma que os julgamentos sobre o valor atribuído ao patrimônio cultural, assim como a credibilidade das fontes de informação podem diferir de uma cultura para outra, e mesmo dentro de uma mesma. É, portanto, necessário que estes julgamentos sejam feitos dentro dos contextos aos quais pertencem.

A listagem dos bens do patrimônio mundial subdividiu-se em cinco regiões no mundo¹¹. Segundo a UNESCO são elas: Estados Árabes, África, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, Europa e América do Norte (ver tabela 1).

⁹ O texto referente a esse quesito faz parte da Declaração de Significância, a qual o OG (2008) define o modelo.

¹⁰ Idem nota de rodapé anterior.

¹¹ Estas são definidas pela UNESCO por suas atividades, sendo assim não refletem necessariamente a real localização geográfica dos países que as compõem.



O *World Heritage Cities Programme* (WHCP) – Programa Cidades Patrimônio Mundial da UNESCO foi criado na década de 90 do século XX, com a finalidade de dar suporte aos Estados-parte em seus esforços para conservar os bens listados como cidades patrimoniais. Em função da necessidade constante do incremento de infraestrutura, habitação e serviços, o WHCP tem como desafio acomodar as necessidades de modernização e investimentos em cidades patrimoniais, ou centros históricos, de forma que não haja o comprometimento dos valores pelos quais o bem foi destacado como patrimônio cultural da humanidade.

Tabela 1
Número de bens da Lista do patrimônio mundial por Região da UNESCO

Regiões	Cultural	Natural	Misto	Total	%	Número de Estados-parte com bens inscritos
ÁFRICA	42	32	4	78	9%	29
ESTADOS ÁRABES	61	4	1	66	7%	16
ÁSIA E PACÍFICO	138	51	9	198	22%	31
EUROPA E AMÉRICA DO NORTE	377	58	10	445	49%	49
AMÉRICA LATINA E CARIBE	86	35	3	124	14%	25
TOTAL	704	180	27	911	100%	151

Fonte: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat#s1>> acessado em 05 de agosto de 2010.

As principais ações de apoio são o intercâmbio e a promoção da troca de experiências entre os gestores desses bens, realizadas a partir do encontro de especialistas na temática e, consequentemente, do uso de documentos doutrinários (cartas, documentos, recomendações, declarações) resultados destes encontros. Neles estão materializados conceitos e diretrizes da conservação patrimonial.

Os documentos doutrinários a serem destacados nesta pesquisa, no âmbito das cidades patrimoniais, além da Convenção do patrimônio mundial (ICOMOS 1972), são: Carta de Veneza (ICOMOS 1964), Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975), Recomendação de Nairobi (UNESCO 1976), Carta de Washington (ICOMOS 1987) e Carta de Burra (ICOMOS 1999). Estes demonstram a construção do conceito de cidade patrimonial e apresentam os processos, procedimentos e demais definições que fazem parte do contexto teórico da conservação desse universo de bens.



International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites – Carta de Veneza – é o resultado do II *International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments* realizado em Veneza, Itália, em 1964. O destaque desta pesquisa na Carta de Veneza (ICOMOS 1964), uma das principais referências no âmbito da conservação urbana, é a noção ampliada de monumento histórico.

The concept of a historic monument embraces not only the single architectural work but also the urban or rural setting in which is found the evidence of a particular civilization, a significant development or a historic event. This applies not only to great works of art but also to more modest works of the past which have acquired cultural significance with the passing of time (ICOMOS 1964, art. 1).

O conceito de monumento histórico engloba não só a arquitetura como elemento individual, mas também o contexto urbano ou rural em que se encontra a evidência de uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Isto se aplica não apenas às grandes obras de arte, mas também às obras modestas do passado, que têm significância cultural adquirida com o passar do tempo (ICOMOS 1964, art. 1, tradução livre).

Esta noção abre caminho à categoria de cidades patrimoniais. A Carta de Veneza (ICOMOS 1964) acrescenta a orientação de que os lugares, ou sítios monumentais devem ser salvaguardados segundo sua integridade assegurando a manutenção e realce de suas qualidades patrimoniais. A conservação da integridade do monumento deve ser fator preponderante na gestão patrimonial.

A Declaração de Amsterdã, resultado do *Congress on the European Architectural Heritage* realizado em outubro de 1975, ratifica o entendimento sobre herança patrimonial no sentido ampliado, mas vai além da Carta de Veneza (ICOMOS 1964) quanto à prática da salvaguarda patrimonial. Ao incluir não apenas os edifícios de valor excepcional e seus entornos imediatos, mas, também, todas as áreas das cidades ou vilas de interesse histórico ou cultural, a Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975) ressalta que a conservação da herança construída deve ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos principais objetivos do planejamento urbano e territorial.



Ao apresentar o termo – Conservação Integrada – como síntese desta concepção, a Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975) realça e enfatiza a responsabilidade dos envolvidos diretamente com a conservação patrimonial, especialmente autoridades locais; a relevância da integração patrimônio e vida social, e a avaliação sob o ponto de vista dos valores culturais e de uso. Como princípio, a conservação integrada deve ter em conta a continuidade dos atuais contextos sociais e físicos das comunidades urbanas e rurais, pois o futuro não pode e não deve ser construído à custa do passado.

Local authorities should improve their techniques of consultation for ascertaining the opinions of interested parties on conservation plans and should take these opinions into account from the earliest stages of planning. As part of their efforts to inform the public the decisions of local authorities should be taken in the public eye, using a clear and universally understood language, so that the local inhabitants may learn, discuss and assess the grounds for them. (...) The success of any policy of integrated conservation depends on taking social factors into consideration. A policy of conservation also means the integration of the architectural heritage into social life. The conservation effort to be made must be measured not only against the cultural value of the buildings but also against their use-value. The social problems of integrated conservation can be properly posed only by simultaneous reference to both those scales of values (ICOMOS 1975)

As autoridades locais devem melhorar suas técnicas de consulta para verificar as opiniões das partes interessadas sobre os planos de conservação e levar essas opiniões em consideração desde o início do processo de planejamento. Como parte de seus esforços para informar o público das decisões das autoridades locais, estas devem ser abertas ao público, utilizando-se de linguagem clara para que os moradores locais possam aprender, discutir e avaliar os seus fundamentos. (...) O sucesso de qualquer política de conservação integrada depende de se levar em consideração os fatores sociais. Uma política de conservação também implica a integração do patrimônio arquitetônico na vida social. O esforço de conservação a ser feito deve ser medido não apenas diante do valor cultural dos edifícios, mas também em relação ao seu valor de uso. Os problemas sociais da conservação integrada podem ser corretamente colocados somente de acordo com uma referência simultânea a ambas as escalas de valores (ICOMOS 1975, tradução livre).

A Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975) frisa que o sucesso de qualquer política de conservação integrada depende da manutenção às gerações futuras dos valores culturais e de uso do patrimônio relevantes aos envolvidos, cidadãos e gestores locais. Devem, portanto, apoiar-se na troca de idéias e informações,



apelando à participação dos envolvidos, e nas competências específicas e abrangentes dos gestores locais para a conservação do patrimônio urbano.

O documento doutrinário intitulado *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, a Recomendação de Nairobi, de novembro de 1976, destaca os conjuntos históricos e tradicionais como elementos fundamentais que adquirem valor e uma dimensão subjetiva necessários à diversidade da sociedade contemporânea.

Considering that historic areas are part of the daily environment of human beings everywhere, that they represent the living presence of the past which formed them, that they provide the variety in life's background needed to match the diversity of society, and that by so doing they gain in value and acquire an additional human dimension; Considering that historic areas afford down the ages the most tangible evidence of the wealth and diversity of cultural, religious and social activities and that their safeguarding and their integration into the life of contemporary society is a basic factor in town-planning and land development (UNESCO 1976).

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram à vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares; Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no planejamento físico-territorial (UNESCO 1976, tradução livre).

A Recomendação de Nairobi (UNESCO 1976) define conjunto histórico ou tradicional como todo e qualquer agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Distinguem-se entre esses conjuntos, que são variados, especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos (sendo estes últimos conservados em sua integridade). Também define a ambiência



dos conjuntos históricos ou tradicionais: “*quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais*” (UNESCO 1976).

Além disso, também enfatiza, seguindo as orientações da Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975) que uma autoridade responsável deveria encarregar-se da coordenação permanente de toda e qualquer ação de salvaguarda desses conjuntos; os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efetuados por equipes multidisciplinares, e as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada na salvaguarda desses (UNESCO 1976).

O documento doutrinário *Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas*, a Carta de Washington, adotada pela Assembléia Geral do ICOMOS em outubro de 1987 em Washington D.C. diz respeito, especificamente, a todas as cidades, nos seus diferentes tipos (grandes; pequenas; centros ou bairros históricos, e seus entornos naturais ou construídos) e consideradas como documento histórico de evolução da humanidade, porque exprimem valores das civilizações urbanas. Após 10 (dez) anos das primeiras cidades inscritas na lista do patrimônio mundial¹², a Carta de Washington (ICOMOS 1987) teve como preocupação a salvaguarda das cidades históricas, pois entendeu que muitas delas estão ameaçadas de degradação, deterioração e até mesmo de destruição em função, principalmente, dos efeitos do desenvolvimento industrial e tecnológico, os quais muitas vezes provocam perdas irreversíveis de caráter cultural, social e econômico.

Qualities to be preserved include the historic character of the town or urban area and all those material and spiritual elements that express this character, especially: a) Urban patterns as defined by lots and streets; b) Relationships between buildings and green and open spaces; c) The formal appearance, interior and exterior, of buildings as defined by scale, size, style, construction, materials, colour and decoration; d) The relationship between the town or urban area and its surrounding setting, both natural and man-made; and e) The various functions that the town or urban area has acquired

¹² A cidade de Quito (Equador) e o centro histórico de Cracóvia (Polônia).



over time. Any threat to these qualities would compromise the authenticity of the historic town or urban area. The participation and the involvement of the residents are essential for the success of the conservation programme and should be encouraged. The conservation of historic towns and urban areas concerns their residents first of all (ICOMOS 1987, art. 2-3).

As qualidades a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular: a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; e) as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história. Qualquer ameaça a essas qualidades comprometeria a autenticidade da cidade histórica. A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados (ICOMOS 1987, art. 2-3, tradução livre).

A Carta de Washington (ICOMOS 1987) acrescenta à relação das qualidades a preservar e a integridade, abordadas na Carta de Veneza (ICOMOS 1964), a noção de autenticidade. Define que por qualidades entende os atributos físico-materiais e não materiais que influenciam na imagem das cidades históricas; e nesse sentido, novamente, os atores envolvidos nesse universo são fundamentais para a conservação do patrimônio cultural.

A Carta de Washington (ICOMOS 1987) também ratifica a Declaração de Amsterdã (ICOMOS 1975) quando observa que a conservação das cidades históricas só será eficaz com a integração coerente dos objetivos da salvaguarda do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social, a partir do planejamento territorial e urbano amplo.

Por fim, a *Australia ICOMOS Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance*, a Carta de Burra, adotada em 26 de novembro de 1999¹³, se destaca no contexto dos documentos doutrinários, por apresentar além do contexto teórico, com definições sobre processos e procedimentos da conservação patrimonial, o

¹³ A Carta de Burra foi aprovada pelo Austrália ICOMOS (*Australian National Committee* do ICOMOS) em 19 de agosto de 1979 em Burra, Austrália do Sul. Esta Carta teve três revisões: 23 de fevereiro de 1981, 23 de Abril de 1988 e 26 de novembro de 1999. O Austrália ICOMOS reconhece apenas a versão de 1999. As três versões anteriores são documentos de arquivo, o uso destas não é autorizado pelo Austrália ICOMOS.



estabelecimento do passo a passo para a identificação, registro, política, gestão e monitoramento da Significância Cultural¹⁴ dos bens patrimoniais.

A Carta de Burra (ICOMOS 1999) estabelece um padrão de conduta à tomada de decisão de proprietários, gestores e demais atores envolvidos e entende que a conservação é uma parte integrante da gestão dos bens de importância cultural, além de ser uma responsabilidade social permanente. As recomendações da Carta de Burra (ICOMOS 1999) aplicam-se a qualquer sítio de valor cultural, e tem como princípio a definição de que conservar significa dispor de todos os processos de cuidado com um bem patrimonial no intuito de manter a sua significância cultural.

Cultural Significance means aesthetics, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations. Cultural significance is embodied in the place itself, its fabric, setting, use, associations, meanings, records, related places and related objects. (...) Understanding of cultural significance may change as a result of new information, (...) places may have a range of values for different individuals or groups (ICOMOS 1999, art.1).

Significância cultural denota os valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. A significância cultural é incorporada no próprio lugar, no seu tecido, configuração, utilização, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados. (...) O entendimento sobre significância cultural pode mudar como resultado de novas informações, (...) lugares podem ter uma gama de valores para indivíduos e grupos diferentes (ICOMOS 1999, art.1, tradução livre).

O termo significância cultural expressa uma qualidade dos objetos patrimoniais que o destacam dos demais (Russell e Winkworth 2001; Tainter e Lucas 1983; Tomlan 1998). Entretanto, apesar de defender que a significância cultural é inerente ou adquirida pelos bens patrimoniais com o tempo, a Carta de Burra afirma também que isso pode mudar, como resultado de novas informações, descobertas diante da permanência no tempo desses bens; ressaltando que ocorrem alterações na significância cultural com a mudança dos atores envolvidos com o sítio. Isto

¹⁴ A expressão “significância cultural” foi primeiramente aludida na Carta de Veneza, em 1964, entretanto, é na Carta de Burra que o termo é definido e estrutura-se a sua aplicabilidade.



contribui para uma situação não consensual e de transformações contínuas da significância cultural dos objetos patrimoniais.

A Carta de Burra (ICOMOS 1999) apesar de dar relevância à integridade e autenticidade material na manutenção dos valores patrimoniais e na construção da significância cultural, introduz que pode haver uma diversidade de valores para diferentes indivíduos ou grupos, e a priorização de algumas significâncias em detrimento de outras. Entende-se que este é um fato importante, pois destaca a relação entre os envolvidos (não apenas os especialistas) e o patrimônio no reconhecimento dos valores patrimoniais.

The impact of proposed changes on the cultural significance of a place should be analysed with reference to the statement of significance and the policy for managing the place. It may be necessary to modify proposed changes following analysis to better retain cultural significance (ICOMOS 1999, art. 27).

O impacto das alterações sobre o significado cultural de um sítio deve ser analisado com referência à declaração de significância e da política de gestão do lugar. Pode ser necessário modificar as alterações sugeridas de acordo com uma análise que vise à melhor forma de manter o seu significado cultural (ICOMOS 1999, art. 27, tradução livre).

Outra questão relevante da Carta de Burra (ICOMOS 1999) foi o estabelecimento dos processos de construção da significância cultural patrimonial (a declaração de significância), do planejamento, da implantação e do monitoramento da conservação dos bens patrimoniais de acordo com uma política de salvaguarda, responsabilidade dos gestores desse patrimônio. A declaração de significância passou a desempenhar um papel determinante na conservação de um bem, registrando significados e valores; funcionando como um instrumento de memória.

Este registro passou a condicionar as decisões e os procedimentos de sua conservação sem questionamentos sobre a mudança dos valores, ou dos atores e grupos de atores envolvidos, contrastando com o que a própria Carta de Burra (ICOMOS 1999) frisa. Segundo Zancheti *et al* (2009), é necessária uma revisão de



tempos em tempos e nova declaração de significância para a manutenção do patrimônio cultural, pois a relação é valorativa e conflituosa entre os atores envolvidos e os bens patrimoniais.

Após a inscrição na Lista do patrimônio mundial, o país, signatário da Convenção (ICOMOS 1972) deverá empreender todos os esforços para conservar e transmitir ao futuro os bens de valor universal excepcional dos seus territórios. Inicia-se, portanto, o monitoramento permanente deste universo patrimonial.

A problemática do monitoramento do patrimônio mundial

Em relação ao monitoramento da conservação desses bens, destaca-se na Convenção do Patrimônio Mundial (ICOMOS 1972) o artigo 29.º que trata dos relatórios periódicos a serem feitos pelos responsáveis dos bens inscritos na Lista. Estes relatórios devem ser submetidos ao Comitê do patrimônio mundial, responsável pela análise e avaliação das informações relatadas sobre a aplicação da convenção e o estado de conservação dos bens inscritos, assim como pela elaboração da *List of World Heritage in Danger*, a lista do patrimônio mundial em perigo.

Neste caso, a Convenção (ICOMOS 1972) estabelece que:

The list may include only such property forming part of the cultural and natural heritage as is threatened by serious and specific dangers, such as the threat of disappearance caused by accelerated deterioration, large-scale public or private projects or rapid urban or tourist development projects; destruction caused by changes in the use or ownership of the land; major alterations due to unknown causes; abandonment for any reason whatsoever; the outbreak or the threat of an armed conflict; calamities and cataclysms; serious fires, earthquakes, landslides; volcanic eruptions; changes in water level, floods and tidal waves (ICOMOS 1972, art. 11).

Apenas poderão figurar nesta lista os bens do patrimônio cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projetos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida à mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocamentos de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos (ICOMOS 1972, art. 11, tradução livre).



A lista do patrimônio mundial (ver tabela 2) em perigo tem como objetivo informar à comunidade internacional que um bem, patrimônio da humanidade, tem seus atributos ameaçados (possível perda de seu valor universal excepcional) e que há a necessidade de ação corretiva imediata. Quando um bem é inserido nesta lista, permite-se ao Comitê do Patrimônio Mundial alocar assistência técnica imediata ao Estado-parte a partir do Fundo do Patrimônio Mundial.

O alerta à comunidade internacional é a tentativa de reunir esforços para salvar os bens em perigo. Considera-se que só a possibilidade de inscrição na lista em perigo faz com que ações rápidas de reversão da situação sejam tomadas pelo Estado responsável. A Lista do patrimônio mundial em perigo é um aviso sobre uma situação de emergência.

Terremotos, conflito armado e guerra, outros desastres naturais, poluição, caça ilegal, urbanização e desenvolvimento turístico descontrolados são alguns dos perigos que podem fazer com que um bem saia da lista do patrimônio mundial e passe a figurar na lista do patrimônio mundial em perigo. Alguns problemas são facilmente detectáveis; outros, porém, só a longo tempo são perceptíveis. Em uma situação extrema de perda dos atributos do bem inscrito, o Comitê do patrimônio mundial o excluirá de ambas as Listas. Até o primeiro semestre de 2010, apenas dois bens foram excluídos da Lista do patrimônio mundial¹⁵.

Tabela 2

Discriminação dos bens da lista do patrimônio mundial em perigo por Região UNESCO

Regiões	Cultural	Natural	Misto	Total	%
ÁFRICA	2	12	0	14	41%
ESTADOS ÁRABES	5	0	0	5	15%
ÁSIA E PACÍFICO	5	1	0	6	18%
EUROPA E AMÉRICA DO NORTE	3	1	0	4	12%
AMÉRICA LATINA E CARIBE	3	2	0	5	15%
TOTAL	18	16	0	34	100%

Fonte: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat#s1>> acessado em 05 de agosto de 2010.

¹⁵ Um em 2007 e outro em 2009 (Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/stat#s1>> acessado em 05 de agosto de 2010).



O Estado-parte deve expor a forma de proteção que disponibiliza aos bens patrimoniais submetidos à Lista do patrimônio mundial, destacando: 1) as legislações, regulamentos e ações de proteção e gestão adequadas aos níveis locais, regionais e nacionais que garantam a salvaguarda dos bens patrimoniais; 2) as características pelas quais os bens fazem parte do acervo do patrimônio mundial da humanidade.

A Carta de Burra (1999) destaca os três procedimentos para conservação dos bens patrimoniais: 1) a compreensão do significado; 2) a formulação da política de conservação; e 3) a gestão patrimonial. Estes procedimentos se inter-relacionam e estão imbricados de pesquisa, decisões e ações, quer sejam consultas adicionais ou retroalimentação.

As legislações, regulamentos e ações de proteção e gestão devem sofrer adequações e melhorias constantes, já os atributos pelos quais os bens foram inscritos devem ser minimamente alterados e potencialmente mantidos. Neste sentido, a compreensão do significado e a elaboração da declaração de significância do bem patrimonial são ações expressivas para o monitoramento do estado de conservação, pois registram os atributos pelos quais o bem faz parte do estoque do patrimônio mundial da humanidade e que devem ser conservados às futuras gerações.

A orientação ao Estado-parte é que, a partir do momento em que este possui um bem inscrito na Lista do patrimônio mundial, os gerentes e as autoridades locais devem trabalhar continuamente no sentido de monitorar e salvaguardar este patrimônio. A declaração de significância do bem passa a ser um documento orientador deste intuito.

Efetivamente, a exclusão de um bem da lista do patrimônio mundial da humanidade sobrevém diante de duas circunstâncias (UNESCO 2008): 1) quando ocorre perda irreversível das características/atributos pelas quais o bem foi considerado de valor universal excepcional (perda da significância cultural) e 2) quando o Estado-parte descumpre as obrigações dos membros signatários da Convenção do Patrimônio Mundial.



As duas circunstâncias estão interligadas e estruturam duas respostas quanto ao tipo de monitoramento destinado ao controle do estado de conservação do bem patrimonial, para que o desligamento não ocorra: o monitoramento reativo e o monitoramento sistemático. O *monitoramento reativo* é aquele que fornece informações para o controle de situações de perigo e risco eminente, que possam comprometer o estado de conservação das características pelas quais o bem se destaca como de valor excepcional universal. O *monitoramento sistemático* é aquele que possibilita o controle das situações corriqueiras que envolvam o patrimônio em questão.

A avaliação periódica tem sido o principal instrumento de monitoramento do estado de conservação do patrimônio da humanidade, especificamente das cidades patrimoniais. O propósito principal desse instrumento consiste na avaliação da permanência dos valores patrimoniais dos bens inscritos na Lista e no fornecimento de informação atualizada sobre as mudanças dos contextos (sociais, políticos, econômicos e ambientais) e do estado de conservação dos bens.

Para o monitoramento dos bens da WHL, cada instituição nacional¹⁶ de proteção do patrimônio cultural e natural, representante do Estado-parte, é responsável pela elaboração do *periodic reporting* – PR, relatório periódico, sobre a conservação dos seus bens inscritos na Lista do patrimônio mundial. O relatório periódico tem sido o principal instrumento de monitoramento da conservação dos bens da WHL. De seis em seis anos, cada região definida pela UNESCO apresenta a síntese do conjunto dos relatórios periódicos dos Estados-parte que integram aquela região, para análise do Comitê do patrimônio mundial.

Os objetivos principais do relatório periódico consistem: 1) na avaliação da aplicação da Convenção do patrimônio mundial, 2) na avaliação da permanência dos valores patrimoniais ao longo do tempo, 3) no relato de informações atualizadas sobre quaisquer mudanças de contexto sócio-cultural, político-econômico e do estado de conservação do bem patrimonial, e 4) na cooperação regional e intercâmbio de informações e experiências entre os Estados-parte.

¹⁶ No caso do Brasil a instituição responsável é o Ministério da Cultura – MinC, com suporte técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.



No último decênio, a UNESCO passou a exigir também que todas as novas áreas urbanas inscritas tenham um plano de gestão da conservação, e que a sua implantação seja responsabilidade de uma instituição nacional, visando aprimorar a salvaguarda desses universos (UNESCO, 2008). Os relatórios periódicos fazem parte dessa exigência como instrumento de registro do controle da gestão do patrimônio mundial.

O Guia Operacional (UNESCO 2008) define os itens componentes do relatório periódico, e basicamente estes se dividem em duas seções:

- a) Seção 1 – A aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial pelo Estado-parte: deve trazer informações sobre medidas legislativas e administrativas, e outras medidas adotadas (lista tentativa; medidas para a identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação; capacitação técnica; cooperação internacional; educação patrimonial), assim como informações sobre a experiência adquirida na aplicação da Convenção (ICOMOS 1972).
- b) Seção 2 – O Estado de Conservação dos bens do patrimônio mundial: trata de questões como a apresentação dos critérios de valor excepcional universal; a declaração de significância, integridade e autenticidade dos sítios; fatores que afetam a propriedade; gestão e monitoramento dos bens.

Em ambas as seções, o item de fechamento é a síntese e as recomendações propostas de acordo com aquela seção. Os responsáveis pela construção destes relatórios, conforme orientação, são os gestores locais dos bens inscritos na WHL. Posteriormente, devem ser compilados pela instituição representante do Estado-parte antes de serem enviados ao WHC.

Destacam-se, então, quatro fases no processo da avaliação periódica (UNESCO, 2008):

- 1) A implantação de estratégias regionais; garantindo na ação de elaboração do relatório regional de monitoramento, um processo participativo das instituições competentes, uma especialização regional (mantendo as



especificidades do contexto cultural), o auxílio técnico especializado ao Estado-parte na elaboração dos relatórios de monitoramento, assim como o intercâmbio de experiências entre Estados-parte para análise dos contextos regionais;

- 2) A apresentação do relatório sobre o estado regional dos bens do patrimônio mundial;
- 3) A análise e avaliação do relatório regional pelo Comitê do patrimônio mundial; e
- 4) A resposta do Comitê do patrimônio mundial ao relatório regional (formula recomendações e conclusões para política e tomada de decisão) e encaminhamento à Conferência Geral da UNESCO.

Esta estratégia de monitoramento mundial prevê a implantação de ações regionais com objetivo de: estabelecer processos participativos, congregar os estados membros e as instituições regionais especializadas, apoiar os gestores locais na elaboração dos relatórios; promover a troca de experiências entre os Estados-parte e analisar os relatórios no contexto regional garantindo as especificidades culturais.

Os documentos que auxiliam a elaboração do relatório periódico são: o *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Section II*; o *Format for the periodic reporting on the application of the World Heritage Convention*; e o artigo 29 da Convenção do Patrimônio Mundial (ICOMOS 1972)¹⁷.

Os bens patrimoniais que compõem o universo empírico desta pesquisa são os bens listados como “patrimônio cultural” e fazem parte da denominação “conjuntos” ou “grupos de construções/ edificações”, os quais nesta pesquisa são sinônimos de cidades históricas, cidades patrimoniais, sítios urbanos, cidades

¹⁷ As discussões sobre o meio mais adequado para monitorar e atualizar as informações quanto aos bens da Lista do patrimônio mundial remontam ao ano de 1982. A partir daí, nas sessões do Comitê do patrimônio mundial, na Assembléia Geral dos Estados-parte da Convenção e na Conferência Geral da UNESCO discutiu-se um procedimento que atendesse a esse fim. O consenso quanto à apresentação de relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção e o estado de conservação dos bens do patrimônio mundial (artigo 29 da Convenção do patrimônio mundial) foi alcançado em 1997, mas sua aprovação ocorreu na vigésima segunda sessão do Comitê do patrimônio mundial, realizada em dezembro de 1998. O Comitê concordou com a periodicidade dos relatórios; o formato, conteúdo e notas explicativas dos relatórios e o modo como os relatórios deviam ser avaliados.



patrimônio cultural da humanidade ou cidades patrimônio cultural mundial. Até maio de 2008, foram listadas 217 (duzentos e dezessete) cidades patrimônio cultural da humanidade (UNESCO-ICOMOS 2008).

A quantidade e diversidade das cidades patrimoniais justificam a importância deste universo de bens da Lista do patrimônio mundial. Além disso, no que se refere à problemática do monitoramento e avaliação da conservação patrimonial, a dinâmica das cidades patrimoniais é mutante e necessitam de constantes adequações, e da evolução, dos conceitos e das abordagens de análise e intervenção (Stubbs 2004). Os documentos doutrinários e os programas específicos às cidades patrimoniais são importantes no entendimento desse universo.

Entretanto, apesar dos documentos doutrinários, programas específicos e exigências – quanto ao monitoramento segundo os relatórios periódicos do WHC – a manutenção e salvaguarda dos bens integrantes da Lista do patrimônio mundial ainda possuem lacunas.

Todas as regiões, até 2008, já haviam apresentado, em um primeiro ciclo após a definição do instrumento de relatório periódico, seus relatórios de monitoramento dos bens do patrimônio mundial¹⁸. Na análise destes relatórios, a fonte de pesquisa foi o site oficial do WHC¹⁹, no qual se encontram as publicações oficiais, dos relatórios periódicos por região, da Lista do patrimônio mundial. A análise dos relatórios periódicos das cinco regiões (UNESCO, 2007b; UNESCO, 2004; UNESCO, 2004b; UNESCO, 2004c; UNESCO, 2003), publicados pela UNESCO, dividiu-se em dois itens, estes componentes do documento e seu conteúdo.

Quanto aos itens que compunham as publicações dos relatórios periódicos, constataram-se estruturas diversas, sendo uns mais extensos que outros. Entendeu-se que este fato estaria ligado ao conteúdo das sínteses e recomendações que os gestores

¹⁸ Em 2006 fechou-se um ciclo de avaliações periódicas. Os Estados Árabes abriram o ciclo em 2000 (África 2001, Ásia e Pacífico 2003, América Latina e Caribe 2004, Europa e América do Norte 2005-2006) e voltaram a passar pelo relatório periódico a partir de 2008. Observa-se que a periodicidade excedeu os seis anos previstos entre as avaliações de cada região e que problemas quanto à efetividade deste instrumento foram identificados, conforme já expressado na introdução deste documento.

¹⁹ Disponível em <http://whc.unesco.org/en/series/>



apresentaram, e ao contexto regional. No que se refere ao conteúdo, as similaridades foram consideráveis, mas o que chamou a atenção, no geral, foi:

- a) O PR dos Estados Árabes apontou que 21% dos gestores consideram que provavelmente ocorrerão mudanças na autenticidade e na integridade dos bens em um futuro próximo (UNESCO 2004b).
- b) O PR da América Latina e Caribe apontou que 23% dos gestores consideraram que houve mudanças na autenticidade e na integridade desde a inscrição dos bens e 36% consideram que as alterações na autenticidade e na integridade do bem serão visíveis em um futuro próximo (UNESCO 2004c).
- c) O PR da Europa e América do Norte apontou que um número significativo de sítios (21%), em especial dos sítios urbanos, tiveram mudanças que afetaram a autenticidade e a integridade (UNESCO 2007).

No processo de avaliação deste primeiro ciclo de relatórios periódicos, o WHC/ UNESCO forneceu aos gestores informações relevantes (declaração de significância) sobre seus bens, pois nas cinco regiões foi verificada a falta de comunicação entre as autoridades nacionais responsáveis pelo patrimônio e os gestores locais dos bens. Constatou-se que a maior parte dos gestores não compreende completamente a importância da declaração de significância, possuindo também compreensão parcial e limitada de conceitos fundamentais do universo da conservação do patrimônio cultural, como integridade e autenticidade, além da falta de conhecimento sobre os documentos de avaliação dos órgãos consultivos do WHC.

The answers received in the reports brought to light a variety of issues, in particular a considerable misunderstanding of World Heritage terms and concepts, such as a property's Statement of Significance or the definition of the outstanding universal value of a site. These concepts (...) are specific to the World Heritage Convention. They are therefore often misunderstood, misinterpreted or altogether ignored. This gives rise to lack of understanding and misinterpretation, worsened by the lack of institutional memory and poor coordination between different *stakeholders* (http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_20_en.pdf).

As respostas recebidas nos relatórios trouxeram à luz uma série de questões, em particular um grande equívoco quanto aos conceitos e às



condições do patrimônio mundial, tais como a declaração de significância ou da definição do valor universal excepcional de um sítio. Estes conceitos (...) são específicos da Convenção do Patrimônio Mundial. São, portanto, muitas vezes mal compreendidos, mal interpretados ou completamente ignorados. Isto dá origem à falta de compreensão e má interpretação, agravados pela falta de memória institucional e má coordenação entre os diferentes envolvidos na conservação dos bens do patrimônio mundial (http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_20_en.pdf, tradução livre).

O WHC frisou nas publicações que a preocupação a respeito do estado de conservação dos bens inscritos na WHL é ainda maior pelo fato de que grande parte dos gestores dos bens inscritos afirma que: a declaração de significância destes e os critérios pelos quais estes são considerados de valor excepcional universal devem ser revistos. Apesar do entendimento da UNESCO sobre a compreensão parcial e limitada dos gestores, quanto aos conceitos de integridade e autenticidade, e até quanto à declaração do sítio, a afirmação de que houve mudanças nos valores dos bens desde a sua inscrição por parte desses gestores é relevante, pois estes são os agentes da conservação patrimonial.

Além disso, percebe-se que esses mesmos gestores, responsáveis imediatos pela conservação dos bens, não têm acesso às documentações referentes à inscrição ou ao estado de conservação desses na época de inscrição. Além disso, é possível que os documentos reflitam a opinião de uma única pessoa ou instituição.

O que ocorre, geralmente, é que apenas poucos bens da lista do patrimônio mundial têm suas declarações atualizadas. Isso, em sua maioria, é feito para ampliação do território ou do conjunto dos bens, e não a partir das mudanças nos valores desses. O que permite a conclusão de que as ações de conservação não possuem referencial, quanto aos valores, à integridade e à autenticidade, pelo qual esses bens foram inscritos e que devem ser conservados às gerações futuras.

Constata-se a falta de documentação sobre o patrimônio mundial nas instituições nacionais responsáveis e, em maior grau, nas locais responsáveis; além da pouca efetividade da participação dos envolvidos com o patrimônio, os *stakeholders*, também chamados partes interessadas.



Em síntese e de forma geral, a análise dos relatórios periódicos das cinco regiões destacou:

- a) Segundo as instituições responsáveis (representantes dos Estados-parte) os gestores dos bens: ocorreram mudanças nos bens inscritos na Lista; houve mudanças na integridade e autenticidade, e novas declarações de valores são necessárias.
- b) Segundo o Comitê do patrimônio mundial: os gestores desconhecem os documentos de inscrição dos bens sob sua responsabilidade, assim como o estado de conservação destes, quando da inscrição; há pouca familiaridade por parte dos gestores dos conceitos de integridade e autenticidade; as mudanças constatadas não foram explicitadas quanto às causas; e os documentos de inscrição dos bens inscritos, em sua maioria, encontram-se defasados.

Os resultados apresentados levantam questionamentos e preocupações com a salvaguarda do patrimônio da humanidade. Em termos operacionais, o monitoramento da permanência dos valores patrimoniais ao longo do tempo, feito com base nos relatórios periódicos, tem pouca precisão em função do tempo longo entre as avaliações, da síntese em um único documento de um universo plural de bens, e da contingência e homogeneidade do ator institucional envolvido na elaboração destes. Em termos conceituais, observa-se que o contexto de mudança (físico-ambientais, sociais, culturais, econômicas) é próprio da dinâmica urbana e, neste sentido, constitui uma complexidade maior para o monitoramento e a avaliação do estado de conservação dos bens patrimoniais, segundo: valores, integridade e autenticidades destes.

O monitoramento e o uso de indicadores de avaliação na conservação do patrimônio mundial

Conservar, segundo a Carta de Burra (ICOMOS 1999) diz respeito a todos os processos de proteção de um lugar, de modo a manter a sua significância cultural — os valores estético, histórico, científico, social ou espiritual incorporados no lugar,



tecido, configuração, utilização, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados – às gerações passadas, presentes ou futuras. A significância cultural pode mudar de acordo com a continuidade histórica ou novas informações sobre o lugar; além disso, podem existir valores diversos para diferentes indivíduos ou grupos sociais (ICOMOS 1999). Como avaliar a permanência dos valores pelos quais este universo de bens foi destacado, como de valor universal excepcional diante desse contexto de mudanças contínuas?

O monitoramento é "*o ato de medir a mudança no estado, número, ou na presença de características, de alguma coisa*" (Departamento de Conservação *apud* Walton 2003, 4). Envolve a ação contínua de levantamento de um conjunto específico de informações durante um período de tempo. Difere-se da avaliação por esta ser uma fase de análise do conjunto específico de informações levantadas na fase de monitoramento. Porém, ambas devem ser atividades periódicas combinadas, realizadas com a ajuda de um método padrão de formato e de coleta de informações.

Segundo Furtado (2002, 163), o monitoramento "*é uma observação mais descritiva do processo de implementação da ação, ou, (...) a verificação e o relato do que está ocorrendo, (...) processo que está relacionado com quantidade*"; e a avaliação é "*uma observação mais crítica da ação, buscando determinar seus níveis de eficiência ou eficácia, (...), portanto, está relacionada com qualidade*". A autora acrescenta que ambas as ações baseiam-se em indicadores que possam medir as mudanças positivas e negativas no universo em questão.

O objetivo principal das ações de monitoramento e avaliação é dar suporte aos processos decisórios, permitindo, assim, a aprendizagem e prestação de contas, e conseqüentemente a avaliação das instituições e sistemas sociais, bem como a evolução das políticas sociais, programas e projetos (Fisher 2002). Caso o monitoramento apresente problemas, a avaliação e, conseqüentemente, as decisões baseadas neste julgamento, também serão equivocadas.

Diante de objetos de alta complexidade, como os sítios urbanos patrimoniais, é difícil e arriscado tentar observar o comportamento de todas as variáveis que



interferem nos resultados positivos ou negativos de ações neste universo. Nestes casos, o monitoramento deve ser feito sobre algumas variáveis selecionadas, as quais possam ser consideradas como capazes de produzir informações relevantes sobre as atividades de controle e gestão destes universos. Algumas vezes, determinadas variáveis estão fora dos limites controláveis pelos atores envolvidos – são aquelas consideradas variáveis-sombra – mas as referentes às informações relevantes e confiáveis, para o controle de determinado comportamento observado, são chamadas de indicadores (Bossel 1994, 230).

O uso de indicadores popularizou-se após o sucesso da utilização do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para avaliar as políticas sociais nos países em desenvolvimento (Anand e Senn 1994). No âmbito do meio ambiente e do ordenamento sócio-econômico, diversos trabalhos já foram realizados com sucesso quanto à operacionalização proposta com base em indicadores (Carley 1985; Wong 2006). Segundo Meadows (*apud* Bellen 2006, 44), *“a utilização de indicadores é uma maneira intuitiva de monitorar complexos sistemas, que a sociedade considera importantes e precisa controlar”*.

No caso específico da conservação do patrimônio mundial da humanidade, a utilização de indicadores é extremamente recente. A primeira tentativa de desenvolver um conjunto de indicadores do estado de conservação de bens patrimoniais ocorreu em 1999 pelo *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* – IAPH²⁰. O conjunto completo de indicadores contabilizou 51 (cinquenta e um) indicadores relacionados a sete tipos de valores da herança cultural (IAPH 1999, 42-43): territorial (12), urbano (14), arquitetura (6), do ambiente-paisagem (6), social (4), cultural (6) e histórico (3).

A proposta teve o mérito de associar indicadores de conservação com os valores do patrimônio cultural. Apesar dos indicadores terem sido apresentados aos gestores como opções de escolha, podendo ser adequados de acordo com as realidades específicas de cada contexto, a proposta IAPH não evoluiu para a fase operacional.

²⁰ Discutir-se-á mais adiante, neste documento, sobre essa experiência.



Destarte, a UNESCO não a aprovou como um modelo a ser disseminado. Após a proposta IAPH, a UNESCO e o ICCROM promoveram encontros de especialistas da conservação patrimonial de diversas regiões do mundo, reuniões de trabalho sobre monitoramento, avaliação e indicadores de conservação do patrimônio da humanidade em 2000, 2006 e 2007.

Em 2000, a reunião aconteceu em maio na cidade de Valleta, Malta. O produto da reunião, quanto ao monitoramento e avaliação da conservação patrimonial, não passou de um conjunto de orientações (Carruthers *et al.* 2001). Porém, alguns avanços em relação à proposta IAPH (1999) podem ser elencados: consensuou-se a diferenciação dos indicadores de conservação dos de sustentabilidade; sugeriu-se que deveriam ser desenvolvidos indicadores de integridade e autenticidade, e recomendou-se a utilização da declaração de significância cultural como ponto de referência para avaliar a permanência, ou a mudança dos valores do patrimônio mundial.

Na reunião que ocorreu em Vilnius, Lituânia, em julho de 2006, outro avanço no monitoramento e avaliação da conservação patrimonial foi alcançado. Primeiramente, concluiu-se na revisão dos relatórios periódicos de monitoramento e avaliação que as perguntas dos formulários de avaliação eram extremamente gerais, descritivas e dificilmente passíveis de quantificação, e que os indicadores permaneciam como uma lacuna no processo (UNESCO 2006). Assim, houve progressos na definição dos tipos de indicadores que eram necessários, porém, mais uma vez, uma proposta operacional não foi obtida.

Em 2007, um passo a mais e significativo. A reunião aconteceu em Paris, França, e o WHC definiu e estabeleceu os *objetivos* e os *efeitos* que norteariam a construção de indicadores de conservação do patrimônio cultural da humanidade. São eles (UNESCO 2007):

- a) *Objetivos*: manter o significado e os valores, a integridade e a autenticidade; identificar as ameaças; avaliar a gestão e o uso público.



- b) *Efeitos*: ser capaz de mostrar as tendências de mudança dos sítios urbanos patrimoniais; permitir a comparação entre os desempenhos atual e anterior da conservação dos sítios; permitir a comparação entre sítios; permitir a comparação do desempenho de um sítio em relação aos padrões internacionais de conservação.

Percebe-se que os objetivos conduzem a uma estruturação clássica de tipos de indicadores: os de pressão (ameaças ao bem patrimonial) os de estado (valores universais, autenticidade e integridade do bem patrimonial) e os de resposta (de gestão e uso público do bem patrimonial). Estes tipos permitem aos indicadores serem mais claramente compreendidos e, conseqüentemente, ter maior *feedback* (retroalimentação) para adequações. Também evidencia que cada tipo de indicador terá procedimentos distintos diante dos objetivos específicos traçados.

Apesar dos esforços do WHC e de alguns países (Fukuda-Parr 2001; Fjellstad *et al.* 2002; Harvey 2004; Matamata-Piako 2007; Hugony e Cladera 2008), especialmente Austrália, Nova Zelândia e Inglaterra (Lennon *et al.* 2001; Pearson 1998; Walton, 2003; English Heritage 2008) quanto à formulação de indicadores de conservação de bens culturais, os resultados efetivos da aplicação destes ainda estão longe de serem disseminados a todas as regiões e de serem declarados modelos. As experiências são pontuais e direcionadas aos seus universos específicos de bens patrimoniais.

No Brasil, apesar da representatividade de bens tombados pelo WHC/ UNESCO²¹ não existe política ou diretriz governamental de aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e controle desse universo. A atuação do órgão federal responsável tecnicamente – o IPHAN, pelo patrimônio nacional – é restrita. E as municipalidades, gestores locais dos bens, têm problemas diversos quanto à continuidade da gestão e, conseqüentemente, à salvaguarda destes bens. Ainda não

²¹ Até julho de 2010, o Brasil contabilizava dezoito bens patrimoniais inscritos na lista do patrimônio da humanidade da UNESCO. Destes, sete são patrimônios naturais e onze são patrimônios culturais, sendo sete considerados cidades patrimônio mundiais da humanidade. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/statesparties/br/>>, acesso em 06 de agosto de 2010.



se deu a devida importância aos processos e instrumentos de monitoramento e avaliação do legado histórico e cultural brasileiro.

O problema e os objetivos da pesquisa

O contexto institucional do monitoramento e avaliação do estado de conservação dos bens do patrimônio mundial, apresentado e caracterizado, destaca sujeitos²², instrumentos, documentos e conteúdos como escopo da construção dos indicadores de avaliação do estado de conservação sustentável da cidade patrimonial (ver quadro 1).

Os sujeitos institucionais deste contexto: Estados-parte, Comitê do patrimônio mundial, órgãos consultivos e outras instituições parceiras, além dos envolvidos com o bem patrimonial em instância local. Os instrumentos e documentos: a Convenção do patrimônio mundial e demais Cartas patrimoniais; as Diretrizes operacionais ou Guia Operacional (OG), os relatórios periódicos e as declarações de significância dos sítios. Os conteúdos que envolvem a conservação das cidades patrimônio da humanidade: significância (valores), integridade e autenticidade.

Percebe-se a que o sistema de monitoramento do WHC baseia-se na avaliação dos gestores dos bens do patrimônio da humanidade sobre duas questões: as ações de gestão e o estado de conservação. A primeira foca nas atividades efetivas no bem patrimonial, capacidade técnica, legislações e recursos para a atuação nos bens. A segunda diz respeito à conservação dos valores, integridade e autenticidade dos bens, que justificam a sua inscrição na Lista do patrimônio mundial.

O olhar dos sujeitos envolvidos é preponderante, visto que os contextos culturais e sociais condicionam e influenciam a construção dos valores e os julgamentos de integridade e autenticidade. O resultado do conjunto das ações no patrimônio se reflete no estado de conservação, sendo este, portanto, fundamental na avaliação da sustentabilidade da conservação dos bens patrimoniais

²² O termo é usado de acordo com a Epistemologia, o estudo da cognição e do conhecimento (Bunge 2006, 118). O sujeito é o cognoscente (Bunge 2006, 371), o agente dos processos de cognição (percepção, exploração, imaginação, raciocínio, crítica e testagem) (Bunge 2006, 61).

**Quadro 1**

Síntese da caracterização e análise do contexto empírico e teórico do monitoramento e avaliação do estado de conservação dos bens do patrimônio mundial.

CONTEXTO TEÓRICO DO MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO URBANA	DOCUMENTOS	DEFINIÇÕES	FOCO DO CONTEÚDO
	Carta de Veneza	Conjuntos Urbanos	Qualidades culturais dos monumentos/Integridade/ processos de preservação do patrimônio cultural.
	Convenção do Patrimônio Mundial	Patrimônio Natural e Cultural/ valor universal excepcional	Qualidades excepcionais/ Integridade e Autenticidade/ gestão e legislação de proteção/ monitoramento e avaliação/ o patrimônio em perigo/ responsabilidades dos gestores.
	Declaração de Amsterdã	Conservação Integrada	Processos e procedimentos da gestão da conservação integrada/ responsabilidades dos atores envolvidos.
	Recomendação de Nairobi	Áreas históricas/ conjuntos tradicionais	Salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais/ planejamento de áreas urbanas e físico-territoriais/ integridade material/ participação da população interessada, autoridades responsáveis, grupo de especialistas multidisciplinares.
	Carta de Washington	Cidades históricas e suas variações	Instrumentos de salvaguarda das cidades históricas/relevância dos atores envolvidos na conservação das cidades históricas/ Qualidades e Autenticidade das cidades históricas.
	Carta de Burra	Significância Cultural	Processos e procedimentos da identificação e registro da Significância Cultural dos bens patrimoniais/ Processos e procedimentos do monitoramento e avaliação da conservação dos bens patrimoniais/ valores patrimoniais.
CONTEXTO EMPÍRICO DO MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO URBANA	INSTITUIÇÕES	RESPONSABILIDADES	
	Comitê do Patrimônio Mundial	Gestão executiva do sistema do patrimônio mundial da UNESCO.	
	ICOMOS	Análises e pareceres sobre os bens referentes à categoria cultural.	
	IUCN	Análise e pareceres sobre os bens referentes à categoria natural.	
	ICCROM	Atua na capacitação técnica e na troca de experiências.	
	Estado-parte e envolvidos	Gestão da conservação dos bens patrimoniais dos seus territórios	
	ITENS DE MONITORAMENTO	INSTRUMENTOS	CONTEÚDO OBSERVADO
	Estado de Conservação	Guia Operacional/ <i>periodic reporting</i>	Significância (valores), integridade, Autenticidade
	Ações de Gestão		Legislação, recursos, capacitação técnica, educação patrimonial, cooperação internacional, medidas administrativas, ações no patrimônio.
PROBLEMA NO MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO DE CIDADES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE			
Desenvolvimento conceitual e operacional de indicadores de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio da humanidade.			

Fonte: a autora, 2011.

Considerando o problema empírico da falta de indicadores, tanto em âmbito nacional quanto global, para a avaliação da conservação dos valores dos bens patrimoniais – e o problema teórico de que os valores sofrem alterações no tempo e de acordo com os grupos sociais envolvidos no contexto patrimonial – esta pesquisa



tem como **objetivo geral** da investigação **propor um indicador para a avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio mundial**. Para isso, os **objetivos específicos** a serem alcançados são:

- **Analisar o sistema de monitoramento e avaliação das cidades patrimônio mundial da humanidade em seus pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e operacionais; identificando as dimensões e variáveis passíveis de mensuração do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais.**
- **Construir um arcabouço teórico, metodológico e operacional para construção de indicadores com foco no estado de conservação de cidades patrimônio mundial.**

A tese, então, estrutura-se em cinco capítulos, descritos a seguir:

a) Capítulo 1: Intitulado “**Indicadores de Monitoramento e Avaliação**”. Neste capítulo apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre os conceitos, classificações, funções e metodologia de construção de indicadores. Também se expõe uma análise de experiências de construção de indicadores no âmbito da conservação urbana patrimonial. O objetivo do capítulo é a apresentação da fundamentação metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa e, nesse sentido, a metodologia de construção dos indicadores desta tese é apresentada ao final do capítulo.

b) Capítulo 2: Nomeado “**Conservação Urbana Sustentável de Cidades Patrimônio Cultural Mundial**”. O capítulo apresenta o contexto teórico e operacional em que se insere o problema de investigação desta tese: a avaliação da conservação de cidades patrimônio mundial em uma perspectiva de sustentabilidade das permanências às futuras gerações (Veiga 2006). Desenvolveu-se segundo a análise das teorias da conservação patrimonial e das declarações de significância das cidades patrimônio mundiais, para identificação das dimensões e variáveis passíveis à mensuração da conservação urbana sustentável de cidades patrimônio da humanidade.

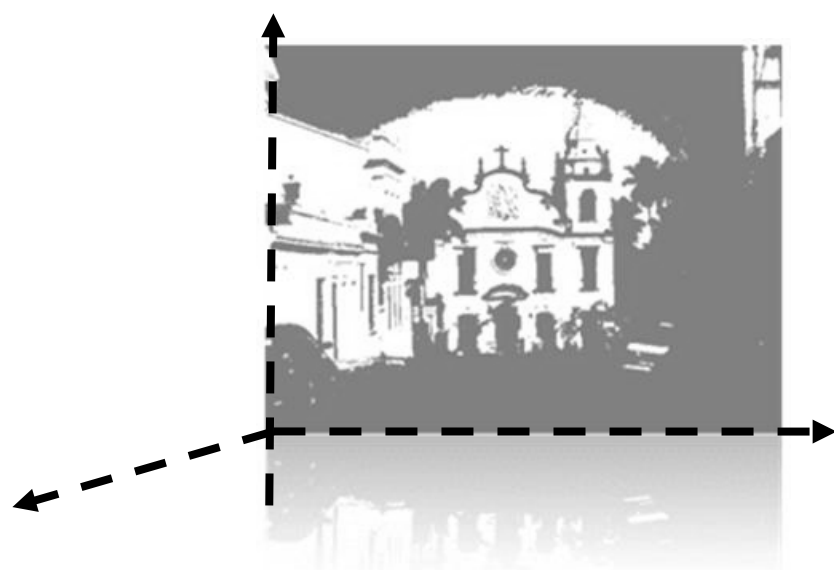


c) Capítulo 3: Denominado “**Dimensões e Variáveis do Estado de Conservação Urbana Sustentável**”. Neste capítulo desenvolveu-se parte da concepção da tese desta pesquisa. Trata-se da argumentação teórica para elaboração do sistema de indicadores proposto. O conteúdo dividiu-se em: a relação entre sujeitos, objetos e valores; a significância cultural, a integridade e a autenticidade; concluindo com o julgamento dos envolvidos (subjetividade e intersubjetividade) para a construção do indicador do estado de conservação urbana sustentável.

d) Capítulo 4: Designado “**Avaliação do Estado de Conservação Urbana Sustentável**”. O conteúdo deste capítulo versa sobre o modelo teórico e matemático do sistema de indicadores proposto; a concepção do instrumento de coleta de dados para ponderação do indicador; a validação do proposto e da ponderação, por meio de uma consulta aos especialistas da conservação patrimonial; o desenvolvimento do instrumento de coleta de dados para alimentação do sistema. No que se refere à validação do modelo construído, o método *Delphi* foi o escolhido para tal objetivo, em função da possibilidade de reunir uma diversidade significativa de envolvidos com a temática, confrontando-os com o sistema de indicadores proposto.

e) Capítulo 5: Alcinado “**Aplicação e Discussões do Indicador Proposto**”. O capítulo em questão apresenta a aplicação do sistema proposto em uma cidade patrimônio mundial da humanidade. O sítio urbano escolhido foi o Sítio Histórico da Cidade de Olinda, no estado de Pernambuco, Brasil. Apresentam-se os procedimentos e estratégias para a coleta de informações; conclui-se com os resultados alcançados no SHO.

Encerra-se o conteúdo deste documento com as considerações finais, apresentando as discussões sobre os objetos teóricos e empíricos da pesquisa desenvolvida e as possibilidades de pesquisas futuras sobre o tema em questão. Este documento apresenta, ainda, as referências e os apêndices do trabalho. Espera-se, com esta, contribuir com a gestão e a permanência para o futuro do legado das cidades patrimônio cultural da humanidade.





1 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O capítulo 1 apresenta a revisão bibliográfica, metodologias e procedimentos de construção de indicadores. Trata-se do capítulo de embasamento metodológico e tem como objetivo a reflexão dos métodos e procedimentos usados na tese apresentada neste documento. Divide-se em quatro partes: (1.1) definições e funções dos indicadores, apresentando seus conceitos e suas funções; (1.2) metodologia de construção de indicadores; (1.3) análise de experiências de construção de indicadores no âmbito da conservação de bens patrimoniais, com exemplos escolhidos conforme relevância a esse estudo; a conclusão e objetivo do capítulo o item (1.4) a metodologia do desenvolvimento desta pesquisa.

1.1 Definições e Funções dos Indicadores

A origem da palavra *indicador* vem do termo em latim *indicare*, que significava *dar instruções* ou *estimar* sobre algo ou alguma coisa (Delft 1997,74). Um indicador, ou os indicadores, simplificam em medidas quantificáveis fenômenos complexos, e, muitas vezes, abstratos para processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão. Diante de três desempenhos básicos – simplificar, quantificar e comunicar – os indicadores são partes de informações de um todo e, sempre que possível, devem informar sobre mais de um assunto.

A definição de McQueen e Noak (1988) trata um indicador como uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou um substituto dessa medida, semelhante ao conceito de Holling (1978) de que o indicador é uma medida do comportamento do sistema em termos de atributos específicos e perceptíveis. (...) Os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação sobre eles mais compreensível e quantificável (Bellen 2006, 41-42, 45).

Segundo Tunstall (*apud* Bellen 2006, 43) as principais funções dos indicadores de um modo geral são: avaliar condições e tendências; comparar lugares e situações; avaliar tendências segundo objetivos e metas (no âmbito de programas, planos e projetos); fornecer informações de advertência; e antecipar condições e tendências futuras. Bellen (2006, 58) lista as funções em: analítica, em que as medidas ajudam a



interpretar a temática em um determinado sistema teórico; comunicação, possibilitando o estabelecimento de metas e atividades para alcançá-las; de aviso e mobilização, como forma de dar publicidade às atividades; e de coordenação, auxiliando aos gestores na condução das ações para a obtenção dos resultados.

Observando essas funções, ressalta-se a diferença entre indicadores e dados primários: *“dados são medidas, ou observações no caso de dados qualitativos, dos valores das variáveis em diferentes tempos, locais, população ou a sua combinação”* (Gallopín apud Bellen 2006, 43); indicadores, *“num nível mais concreto, devem ser entendidos como variáveis. Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema”* (Gallopín apud Bellen 2006, 42). Jannuzzi faz diferença, neste sentido, entre o “dado”, o que ele chama de “estatística pública do indicador social”, e o conteúdo informacional presente; isto é, o “valor contextual” do indicador (2006, 16): *“expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes e também por cifras absolutas”*. Não se trata do indicador ser o atributo real, mas uma representação, imagem ou abstração dele.

A interpretação do indicador pressupõe que este tenha três qualidades (Delft 1997, 75): viabilidade, confiabilidade e validade. A primeira diz respeito à possibilidade de mensuração de um determinado assunto ou temática; a segunda refere-se à probabilidade de que um determinado procedimento de medição renderá a mesma descrição do fenômeno quando repetido; e a terceira alude ao grau em que uma determinada medida específica fornece dados que se referem a significados comumente aceitos sobre um conceito particular.

Além disso, um indicador *“deve ter um grau de cobertura adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível, específico, reprodutível, comunicável, atualizável, periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável [quanto mais agregado, menos ajuda à tomada de decisão] em termos geográficos, sócio-demográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade”* (Jannuzzi 2006, 27). Ou seja, deve ter, então, uma boa cobertura espacial ou populacional, baixo nível de complexidade e que seja representativo da realidade empírica analisada (Jannuzzi 2006, 28).



Segundo Jannuzzi (2006, 13) no âmbito dos indicadores sociais, contexto temático tradicional na construção e utilização de indicadores para monitoramento, avaliação e tomada de decisão (Schrader *et al.* 2002) as primeiras contribuições para um marco teórico datam das décadas de 20 e 30 do século XX. Entretanto, é a partir de meados da década de 1960 que a construção de indicadores sociais inicia um corpo científico em função da necessidade de monitoramento e avaliação das transformações sociais e dos impactos das políticas sociais em países desenvolvidos e em desenvolvimento. O descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países em desenvolvimento ou países do terceiro mundo impulsionou o desenvolvimento dos indicadores sociais: *“o indicador PIB per capita, até então usado como proxy de nível de desenvolvimento socioeconômico pelos países, mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social”* (Jannuzzi 2006, 14).

Diante disso, instituições multilaterais como as *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), *United Nations Children's Fund* (UNICEF) e a Divisão de Estatística das Nações Unidas empreenderam esforços conceituais, metodológicos e operacionais para a produção de instrumentos que realmente mensurassem o bem-estar e a mudança social. *“As publicações dos livros Social Indicators e Toward a Social Report, elaborados sob encomenda do governo americano em meados dos anos 60, representam marcos importantes no processo, inaugurando o que viria a se chamar de ‘Movimento de Indicadores Sociais’ na época”* (Jannuzzi 2006, 14). O objetivo desses esforços era possibilitar aos governos nacionais uma melhor orientação de suas ações em prol do bem-estar social.

Posteriormente, já nos anos de 1970, a relação dos indicadores com as políticas públicas foi abalada pelos exageros, positivos e negativos, do Planejamento Tecnocrático (Jannuzzi 2006, 15) gerando um descrédito tanto em relação às atividades de planejamento público, como também quanto à finalidade e utilidade



dos sistemas de indicadores sociais existentes. A situação só irá mudar em meados da década de 1980,

com o aprimoramento das novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas a pertinência instrumental dos indicadores sociais acabou sendo restabelecida. Universidades, sindicatos, centros de pesquisa e as agências vinculadas ao Sistema de Planejamento Público passaram a desenvolver esforços para aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e outras dimensões da realidade social (Jannuzzi 2006, 15).

Portanto, a complexidade e a dificuldade de mensuração de uma realidade, quer seja denominada social, ambiental ou urbana — denominações referentes às especificidades temáticas — são desafios e condicionantes de um processo analítico de desagregações de conceitos, significados e valores específicos, associados a problemas de responsabilidade jurídica e de disponibilidade de dados pertinentes (Alexandre 1997, 278). Contudo, apesar das dificuldades, é fato a necessidade crescente de avaliar as condições e mudanças de determinadas temáticas da realidade ao longo do tempo e do espaço, justificando ações de construção de indicadores quanto a esses contextos. Nesse sentido, grupos distintos posicionam-se diferentemente perante este fato.

Local authorities who would like to monitor change within their jurisdiction and provide a more rational basis to their decisions; national and international bodies in order to adjust their policies and for finely tune their allocation of financial resources; those responsible for sectoral decisions in order that the outcome of such decisions do not contradict one another and do not have negative urban impacts; the private sector, the public and the media in order to improve the democratic process of decision-making and in order to help individuals to take more rationale decisions about their way of life and their consumption habits (Alexandre 1997, 280).

As autoridades locais gostariam de monitorar as transformações no contexto das suas competências e fornecer uma base mais racional para suas decisões; os organismos nacionais e internacionais de modo a ajustar as suas políticas e adequá-las para melhor alocação de recursos financeiros; os responsáveis pelas decisões setoriais, a fim de que o resultado de tais decisões não se contradiga e não tenha impactos urbanos negativos; os setores privado, público e meios de comunicação a fim de melhorar o processo democrático de tomada de decisão e no intuito de ajudar os indivíduos a tomarem decisões mais lógicas sobre o seu modo de vida e seus hábitos de consumo (Alexandre 1997, 280, tradução livre).



O posicionamento dos diferentes grupos quanto à construção de indicadores para avaliação de seus contextos de atuação, segundo Alexandre (1997) reflete a visão mais abrangente das respostas a três questões: 1) Por que precisamos de indicadores? 2) Para quem? 3) Qual o propósito? *“Auguste Comte, filósofo francês do século 19, disse uma vez: é preciso saber para prever, e é preciso prever a fim de agir”* (Alexandre 1997, 280). Precisa-se de indicadores como suporte à avaliação do estado, das pressões e dos impactos (positivos ou negativos) das políticas e ações em determinado ambiente, pois os indicadores são uma ferramenta para a ação, que devem ser cuidadosamente colocados e utilizados entre outros instrumentos de avaliação. A partir da resposta à primeira pergunta, as demais podem ser respondidas de acordo com o escopo de mensuração para qual o indicador for construído; lembrando que só se pode medir o que hoje é mensurável, e regularmente deve-se reavaliar a validade da ligação entre um indicador e aquilo que ele supostamente mede e indica (Alexandre 1997, 281-282).

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). (...) Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (Jannuzzi 2006, 15).

Assim sendo, os indicadores podem ser classificados de modo geral, segundo característica preponderante, em quantitativos e qualitativos (Furtado 2002, 166) ou objetivos e subjetivos (Jannuzzi 2006). Os indicadores chamados quantitativos ou objetivos são aqueles que possuem um caráter preponderantemente estatístico, baseado em processos de medição objetivos. Os indicadores descritos como qualitativos ou subjetivos expressam sentimentos e atitudes referentes aos atributos da coisa avaliada — *“medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisa de opinião pública ou grupos de discussão”* (Jannuzzi 2006, 20).



Outra linha de raciocínio bastante utilizada na classificação de indicadores diz respeito à temporalidade do processo analisado (Jannuzzi 2006, 24): indicador-estoque, referente a uma dimensão em um momento específico; e indicador de performance (desempenho) ou fluxo, que procura compreender as mudanças entre dois momentos distintos. O primeiro observa a informação em um determinado momento específico no tempo; o segundo observa o que ocorreu em um determinado período temporal.

Outra classificação geral observa o resultado apontado pelo indicador, quando de uma ação planejada e executada, em outras palavras, uma avaliação dos efeitos de um determinado plano, projeto ou atividade: indicadores de efetividade, eficiência, utilidade e sustentabilidade (Furtado 2002; Stovel 2002). A efetividade diz respeito ao alcance (grau de obtenção) dos objetivos da ação; a eficiência é a relação entre os recursos empregados nas ações e sua efetividade; a utilidade indica se a ação responde às necessidades observadas; e a sustentabilidade considera a capacidade de continuidade dos benefícios alcançados após a ação feita (Furtado 2002, 164).

Entretanto, uma classificação de indicadores pode não levar em consideração sua característica preponderante, tempo de mensuração ou resultado avaliado, mas a natureza do ente mensurado: se recurso (indicador-insumo) se realidade empírica (indicador-produto) ou se processo (indicador-processo). *“Os indicadores-processo ou fluxo (Throughput indicators) são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto)”* (Jannuzzi 2006, 23). Estes também podem ser reagrupados em indicadores de esforço (os indicadores de insumo e de processo) e indicadores de resultados (o indicador-produto).

Portanto, um indicador, de modo geral, *“é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma”* (Jannuzzi 2006, 15). Simples ou compostos (indicadores de indicadores), em virtude de diferenças conceituais *“indicadores*



objetivos e indicadores subjetivos referidos a uma mesma dimensão social podem não apontar as mesmas tendências” (Jannuzzi 2006, 21) dependendo do escopo observado.

Neste sentido, a partir de certo nível de agregação ou percepção, indicadores podem ser definidos como variáveis individuais ou uma variável que é função de outras variáveis. A função pode ser simples como: uma relação, que mede a variação da variável em relação a uma base específica; um índice, um número simples que é uma função simples de duas ou mais variáveis; ou complexa, como o resultado de um grande modelo de simulação (Bellen 2006, 43).

Assim, existem indicadores que apenas *“descrevem características e aspectos da realidade empírica”* e aqueles de *“construção metodologicamente mais complexas e dependentes de definições conceituais mais específicas”*, chamados indicadores normativos (Jannuzzi 2006, 21). Na construção de indicadores de qualquer aspecto da realidade empírica é preciso avaliar que existe, de fato, a relação mútua entre indicando (conceito) e os indicadores construídos.

Vale acrescentar que a construção de indicadores é a síntese de informações da realidade empírica. Sendo assim, como toda síntese, provavelmente incide em perdas de proximidade entre o conceito e a medida, consequentemente em transparência para seus potenciais usuários. É necessário, portanto, revalidação dos resultados do indicador criado de tempos em tempos, conforme mudanças no contexto social em que se insere.

1.2 Métodos de Construção de Indicadores

Indicadores são modelos da realidade, não são, portanto, a própria realidade. *“Eles são, segundo Hardi e Barg (1997), sinais referentes a eventos e sistemas complexos. São pedaços de informação que apontam para características dos sistemas, realçando o que está acontecendo”* (Bellen 2006, 45). Neste sentido, indicadores devem ser então, construídos segundo uma metodologia coerente de mensuração.



Zapf (*apud* Carley 1985, 52-53) destaca quatro áreas de problemas a serem observadas para construção de indicadores²³. São elas: *“a definição de alguma idéia de bem estar [em se tratando de um indicador social, ou seja, a idéia a ser definida depende da questão em análise], a determinação da estrutura do sistema em bases teóricas ou práticas, a seleção e operacionalização dos indicadores e o processo real de mensuração”*. Partindo disto, Carley classifica a montagem de um sistema de indicadores a partir de quatro categorias (1985, 54-68):

- a) Programática: toma como base as organizações institucionais da sociedade como saúde, educação, religião, transportes etc. Os indicadores em cada área programática se organizam em variáveis de estado ou situação; de sistema; de condições relevantes (estado e sistema de outros setores que afetam aquele em estudo). *“As variáveis de estado tendem a ser mensurações de produto, ao passo que as de sistema são medidas de insumo e fluxo”*;
- b) Ciclo de Vida: utilizados nas análises demográficas, pois acompanha os ciclos de relacionamentos dos indivíduos nas instituições e na sociedade. O sistema daí resultante *“pode parecer semelhante a um sistema programaticamente estruturado, mas a diferença importante é a coerência da lógica interna explícita do processo de desenvolvimento dos indicadores”*;
- c) Áreas de Interesse Social: parte do geral para o específico e identificam as áreas de interesse e metas, subáreas e objetivos, e os indicadores, em uma lógica sequencial. O estudo se faz pelo estoque e fluxos dos indivíduos e grupos, e *“podem ser dispostos sob a forma de matriz e decompostos em subsistemas cujos elementos acham-se mais relacionados entre si do que com elementos de outros sistemas”*;
- d) Base Teórica: são os indicadores derivados de *“modelos sociais [ou modelo da temática específica em análise] causais que inter-relacionam variáveis e, dessa forma, explicam algumas delas através de outras”*. A estrutura dos indicadores

²³ O exemplo aqui referenciado tem como foco a construção de indicadores sociais, entendendo que um sistema de indicadores sociais é um grupo ou um conjunto de indicadores organizados em torno das partes que compõem o sistema social em questão, ou seja, determina-se a partir das diversas partes que compõem a questão foco em análise no universo social (Carley 1985).



desse tipo de abordagem relaciona sequências de acontecimentos aos dados e por meio de métodos quantitativos ou qualitativos, constrói estimativas das relações entre as variáveis especificadas teoricamente.

Carley (1985) afirma que as categorias são mutuamente excludentes, porém, a da base teórica tende a combinar-se com as outras ao longo do desenvolvimento de uma investigação e da construção dos indicadores. Destaca-se que, de forma abrangente, uma teoria²⁴ contém generalizações abstratas, que vão além de simples descrições ou caso particular; além disso, é uma tentativa de explicar porque ou como o fenômeno ocorreu.

Esta tese procurou investigar, a partir de estudos diversos entre si, métodos de construção de indicadores, visando construir um arcabouço teórico e operacional para a construção do indicador do estado de conservação de cidades históricas. Assim, escolheu-se três trabalhos (Hemphill *et al* 1004; 2004b; 2002), Wong 2006; Jannuzzi 2006), em função de perceber na metodologia descrita por cada um deles a combinação da categoria de base teórica de Carley (1985) com as demais ao longo do desenvolvimento dos indicadores.

Destaca-se que apesar do trabalho de Hemphill *et al* (1004; 2004b; 2002) ser específico e restringir a abordagem, o de Wong (2006) focar nos métodos, procedimentos e técnicas de construção de indicadores, e o de Jannuzzi (2006) ser abrangente e geral, a semelhança entre eles é quanto ao número de etapas (quatro). Além disso, estes tem como pressuposto o entendimento de que, com a simplicidade deste número reduzido de passos, diversos procedimentos podem ser adequados às realidades e especificidades dos universos avaliados.

O trabalho de Hemphill *et al* (2004, 729) discute o processo de seleção de indicadores e a construção de medidas (cálculo de valores) para a avaliação do desempenho da sustentabilidade dos projetos de regeneração urbana. A metodologia segue os seguintes passos e procedimentos:

²⁴ “Mais precisamente, uma teoria consiste em um conjunto de proposições inter-relacionadas, onde uma proposição é uma relação estabelecida ou comprovada entre variáveis, e uma variável é um componente mutável de algum fenômeno” (Forcese e Richer *apud* Carley 1985, 77).



- a) Fase 1: **Informar**. Trata-se de revisão da literatura sobre regeneração urbana e sustentabilidade (conceitos orientadores do sistema a ser desenvolvido) investigação dos princípios estruturadores e teste das questões principais envolvendo os conceitos, com base em entrevistas estruturadas;
- b) Fase 2: **Modelo de desenvolvimento e ponderação**. Esta fase possui duas etapas: a primeira é o desenvolvimento do modelo hierárquico dos conceitos da fase 1 e a estruturação do questionário de pesquisa a ser aplicado via método *Delphi*²⁵; a segunda etapa diz respeito às duas rodadas do *Delphi* para obtenção de consenso, e culmina na análise ponderada dos resultados.
- c) Fase 3: **Seleção dos indicadores e contagem de pontos**. Estabelecimento do conjunto de indicadores, de um quadro de pontuação e dos instrumentos de coleta de dados (na pesquisa de Hemphill *et al* 2004 estes instrumentos tinham como objetivo testar a opinião dos especialistas);
- d) Fase 4: **Aplicação em estudo de caso e sensibilidade**. Esta fase também tem duas etapas: o teste dos indicadores (na pesquisa de Hemphill *et al* 2004b foram usados três estudos de caso); e a comparação dos resultados dos estudos de caso e análise de sensibilidade à pontuação total obtida.

O trabalho de Hemphill *et al* (2004) acrescenta, às fases expostas, procedimentos para a seleção de indicadores e definição da pontuação destes, pois existiam dados sobre a temática de investigação. Para **seleção de indicadores** são quatro procedimentos: 1) esclarecer o conceito básico a ser representado nas análises; 2) fornecer a estrutura na qual os indicadores possam ser agrupados; 3) traduzir a estrutura em indicadores mensuráveis, específicos; 4) criar um índice que reflita uma medida síntese dos indicadores propostos. Para **a pontuação** são três procedimentos: 1) desenvolvimento de uma estrutura de pontuação capaz de ser aplicada em vários estudos de caso; 2) confronto da pontuação com a opinião de especialistas para

²⁵ O método *Delphi* é “um método para o planejamento em situações de carência de dados históricos ou nas quais se pretende estimular a criação de novas idéias” (Wright e Giovinazzo 2000). Em linhas gerais o *Delphi* é uma técnica que constrói conhecimento a partir de um consenso entre indivíduos.



garantir que pode ser interpretada e aplicada; e 3) definição de um marco adequado que represente as normas mínimas exigidas para classificação segundo o conceito avaliado — na pesquisa de Hemphill *et al* 2004 trata-se do conceito de sustentabilidade.

Jannuzzi (2006, 17-18) também define o desenvolvimento de um sistema de indicadores, a partir de decisões metodológicas agrupadas segundo quatro etapas:

- a) Primeira etapa: **definição operacional do conceito abstrato** ou temática a que se refere o sistema em questão. Esta definição é elaborada a partir do interesse teórico ou programático referido;
- b) Segunda etapa: a partir dessa noção preliminar do conceito ou temática do sistema de indicadores passa-se à **especificação das suas dimensões**, de suas diferentes formas de interpretação ou abordagem, tornando-o, de fato, um objeto específico, claro e passível de ser indicado de forma quantitativa;
- c) Terceira etapa: definidas as dimensões a investigar, a etapa seguinte consiste na **obtenção das estatísticas públicas pertinentes**, provenientes de censos demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos, ou outras formas de levantamento de dados da realidade empírica referida;
- d) Quarta etapa: nesta etapa, por meio da combinação orientada das estatísticas levantadas na etapa anterior, **computam-se os indicadores**, traduzindo em termos mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado.

As similaridades entre as etapas de Hemphill *et al* (2004) e Jannuzzi (2006) existem, mas o primeiro apresenta-se com maior detalhamento da construção teórica e operacional do que o segundo. Além disso, Hemphill *et al* (2004) demonstra, na falta de estatísticas oficiais, possibilidade de construção destas conforme o sistema teórico construído.

Outro autor que também constrói em quatro passos a metodologia de desenvolvimento de indicadores é Wong (2006, 106). São eles:



- a) Passo 1: **Consolidação conceitual**. Elucidação do conceito a ser representado na análise por meio dos indicadores;
- b) Passo 2: **Estrutura analítica**. Estabelecer um quadro analítico no qual os indicadores serão agrupados e analisados;
- c) Passo 3: **Identificação dos indicadores**. Tradução dos fatores-chave, identificados no passo 2, em indicadores específicos mensuráveis;
- d) Passo 4: **Síntese dos valores dos indicadores**. Sintetizar os indicadores identificados em um índice composto, ou índices, ou sumário analítico.

Wong (2006, 106) destaca que os princípios básicos que orientam cada um desses quatro passos metodológicos precisam ser reanalisados segundo duas perguntas: que passos metodológicos devem ser envolvidos no processo de desenvolvimento de indicadores? E que procedimento específico deve ser feito em cada uma dessas etapas? Estas questões referem-se às especificidades conceituais que definem o escopo do indicador a ser construído. Apesar da simplificação em grandes passos metodológicos, vale destacar nestas etapas três delas, que são procedimentos específicos.

A primeira etapa a destacar diz respeito à definição da estrutura analítica. Wong (2006, 109-112) e Bellen (2006, 51) dividem em duas linhas de abordagem a definição do quadro analítico de um sistema de indicadores: 1) a “*top down*”: abordagem onde “*os especialistas e pesquisadores definem tanto o sistema quanto o grupo de indicadores a ser utilizado pelas diferentes audiências e tomadores de decisão, que podem adaptar o sistema às condições locais, mas não têm o poder de definir o sistema nem de modificar os indicadores*” (Bellen 2006, 51); e 2) a “*bottom-up*”: abordagem onde “*os temas de mensuração e os grupos de indicadores são selecionados a partir de um processo participativo que se inicia com a opinião dos diversos atores sociais envolvidos, como líderes, tomadores de decisão, comunidade, e finaliza na consulta a especialistas*” (Bellen 2006, 51).

Ambas as abordagens têm pontos positivos e negativos na definição da estrutura de análise. Segundo Bellen (2006, 51), a “*top down*” tem a vantagem de uma abordagem científica mais homogênea quanto aos indicadores e índices propostos, e



a desvantagem da distância quanto à realidade sensível à comunidade envolvida; a “bottom-up” tem a vantagem de comprometer a comunidade com o sistema criado, mas a desvantagem quanto ao foco do escopo analisado, podendo levar a supressões importantes quanto à temática avaliada. Segundo o autor, o ideal é conjugar as necessidades da comunidade envolvida em um sistema de indicadores construído por técnicos.

A segunda etapa de destaque refere-se à ponderação dos indicadores. Diversos indicadores diferenciam-se de estatísticas comuns pela combinação de indicadores simples entre si de acordo com um modelo teórico e o indicador composto em resultado disto, segundo Carley (1985, 89) “*é mais útil do que uma multiplicidade de indicadores individuais*”. Porém, a agregação de indicadores requer além da adequação a uma escala comum, um esquema de ponderação para expressar a contribuição específica e diferencial de cada um. Carley (1985, 89-90) adverte que:

existem dificuldades associadas à agregação de indicadores e à escolha de um esquema de ponderação. Quando nenhum esquema de ponderação diferencial é utilizado, isto é, quando a cada indicador se atribui um peso igual, a escolha prévia dos indicadores torna-se extremamente importante e, na verdade, isso simplesmente transfere a atribuição de peso para a escolha dos indicadores (Craig e Driver 1972). (...) outros esquemas de ponderação se baseiam em opiniões administrativas ou especializadas, às vezes reunidas por técnicas semelhantes à *Delphi*. Também isso envolve a pressuposição de algum modelo.

Wong (2006, 82; 86) enfatiza que existem os métodos não estatísticos e os estatísticos para ponderação de indicadores compostos. Como exemplo de métodos não estatísticos de ponderação, Wong (2006, 83) destaca quatro:

- 1) O nulo (*null*) em que não é atribuído peso algum aos indicadores, porém, considerar que todos os indicadores possuem a mesma importância confere simplicidade e ao mesmo tempo fragilidade a este método;
- 2) O técnico (*expert*) no qual a atribuição dos pesos fica a cargo de especialistas na temática envolvida; tendo como vantagem a apropriação das experiências deles e como desvantagem a escolha desses e a interferência de valores e interesses pessoais;



3) O referencial bibliográfico, em que a atribuição dos pesos aos indicadores pode ser feita a partir de estudos já realizados, minimizando as fragilidades do método técnico; e

4) O opinião pública atribuição de pesos feita por meio de pesquisa de opinião pública, com desvantagens maiores em relação ao método técnico devido à diversidade do contexto pesquisado.

Quanto aos métodos estatísticos, Wong (2006, 86) enfatiza cinco: 1) Z-scores; 2) análise de regressão (*regression analysis*); 3) análise fatorial (*factor analysis*); 4) análise multicritérios (*multi-criteria analysis*); e 5) análise de agrupamento (*cluster analysis*).

1) Z-scores: neste método “cada variável é transformada em um formulário padrão para que ele tenha um valor médio igual a zero e um desvio padrão igual a um. O escore padronizado de cada um dos indicadores para cada área é então adicionado ou subtraído, dependendo da interpretação dos valores positivos” (Wong 2006, 86, tradução livre). A maior vantagem dessa forma de pontuação composta é a simplicidade e fácil compreensão. Este método, no entanto, simplifica os dados, ignorando as complexas relações entre as questões que os indicadores representam e facilmente pode acarretar uma dupla contagem no caso de indicadores altamente correlacionados. Assim, é o menos apropriado para lidar com um grande número de indicadores.

2) Análise de regressão (*regression analysis*): neste modelo estatístico apresenta-se um resumo da importância das variáveis independentes, de acordo com seus pontos fortes, explicando a alteração da variável dependente. O coeficiente de regressão de cada variável independente proporciona uma ponderação automática sobre a variável dependente que se pretende explicar. O maior problema deste método é encontrar uma variável única, válida para representar o conceito de uma forma adequada. O ideal é que a escolha das variáveis utilizadas no modelo seja conduzida pela teoria.



3) Análise fatorial (*factor analysis*): este método é usado para identificar um número relativamente pequeno de fatores que podem ser usados para representar as relações entre muitas variáveis. Uma das vantagens desta técnica, que a autora destaca, é que os fatores obtidos ajudam a esclarecer o conceito geral em um conjunto de indicadores; porém, como desvantagem existe a atribuição altamente subjetiva da quantidade e tipo do fator.

4) Análise multicritérios (*multi-criteria analysis*): método que leva em consideração, para ponderação, fatores múltiplos. A pontuação dos fatores escolhidos para cada unidade espacial pode ser avaliada vendo o que excede o valor limite de um número definido de elementos qualificados. A força deste método é que ele pode estar estreitamente ligado a preocupações políticas, porém o funcionamento dele exige explicações longas e complexas.

5) Análise de agrupamento (*cluster analysis*): é uma técnica estatística que aponta as áreas a partir de grupos relativamente homogêneos. As características de cada cluster podem ser identificadas a partir das estatísticas descritivas de cada variável. Apesar de considerar as diferentes dimensões das questões em análise para o processo de classificação, tem como ponto fraco esta classificação, que pode ser tendenciosa quanto aos critérios destacados.

Os métodos não estatísticos se sobressaem aos estatísticos, pois no processo de atribuição de pesos são mais facilmente compreendidos, porém estão passíveis às variações de juízo de valores. Os métodos estatísticos tendem a ser matematicamente complexos e de entendimento restrito, porém têm a vantagem sobre os métodos não estatísticos por serem menos influenciáveis por juízo de valores, sendo considerados mais precisos.

A terceira etapa de destaque refere-se à interpretação dos dados obtidos. Wong (2006, 115-116) destaca que nesta fase o principal problema é como interpretar os dados obtidos, pois os indicadores desconectados dos seus contextos teóricos são informações e conhecimento irrelevantes. Segundo aquela, a interpretação dos



indicadores criados pode ocorrer entre áreas que fazem parte de um determinado contexto espacial ou temático, ou em uma área em uma avaliação temporal. Lira (2009, 61) defende que no âmbito da conservação patrimonial *“como seu monitoramento está relacionado com o acesso a um status absoluto dos valores, (...) a interpretação dos valores obtidos deverá seguir a segunda opção, por meio da comparação no tempo das mudanças e permanências identificadas no próprio bem”*.

Ora, a interpretação resultante de indicadores é dependente de dimensões específicas do fenômeno em estudo. A conexão entre a teoria e o indicador é o grande desafio ao pesquisador, pois as relações existentes são de difícil sistematização, por isso nem sempre é fácil interpretar o indicador, devido às relações ambíguas que o fenômeno estudado pode apresentar.

Os métodos de construção de indicadores podem variar de acordo com o tipo de indicador proposto ou fenômeno observado. As escolhas metodológicas orientam-se conforme a necessidade da temática a ser mensurada pelo indicador, em se observando sua clareza, viabilidade e validade daquele proposto (Bellen 2006).

1.3 Experiências na Construção de Indicadores e Cidades Patrimônio Cultural

Com objetivo de refletir sobre a prática da construção de indicadores no âmbito da conservação urbana patrimonial, três experiências serviram como exemplos e foram analisadas, segundo: a) a categoria metodológica; b) a estrutura analítica; c) o método de ponderação, e d) o procedimento de interpretação adotado. A escolha dos exemplos seguiu o recorte espacial e temático da pesquisa em questão: indicadores para cidades históricas.

O primeiro exemplo vem da cidade de *Chester* na Inglaterra. A partir da parceria do Departamento de Meio Ambiente, *English Heritage*, *Cheshire County Council* e *Chester City Council*, financiados pelo *European Regional Development Fund*, o escopo do sistema de indicadores desenvolvido, em 1995, relacionava cidade histórica e sustentabilidade especificamente a partir do conceito de capacidade ambiental. Definindo Capacidade Ambiental como *“a capacidade que cada lugar tem*



para absorver pessoas e atividades", e entendendo que *"em algum ponto da cidade essa capacidade pode não mais existir ou estar comprometida"* (English Heritage 1995, 2); em termos de categorização, observa-se que provavelmente o sistema de indicadores proposto seguiu a categoria de base teórica (Carley 1985) como abordagem metodológica.

O sistema proposto em *Chester* desenvolveu-se a partir de uma estrutura analítica *"top down"*. Foram utilizados estudos existentes e consultoria técnica especializada para a seleção dos indicadores da capacidade ambiental da área histórica da cidade. O sistema contemplava, além das características físicas e de atividades da área, a percepção dos envolvidos sobre o desempenho dessas características.

Na interpretação dos dados, o sistema de indicadores de *Chester* foi construído tendo como possibilidades para isto três diferentes caminhos: i) usando normas técnicas externas; ii) por comparação com outras cidades, ou ao longo do tempo; iii) pelo uso de julgamentos técnicos e estudos de percepção. Tanto as referências quantitativas, quanto variações de respostas qualitativas, ou cenários possíveis foram utilizados para construção do sistema.

Apesar de ter sido elaborado um manual de operacionalização do sistema, uma das observações a destacar sobre esse último, já criado, é que a ponderação dos indicadores selecionados, ou propostos, não foi contemplada. Entende-se que os autores consideraram de igual valor e importância todos os indicadores que compunham o sistema, e que isto compromete o sistema criado em função da quantidade de indicadores componentes e diferentes métodos de averiguação desses.

O segundo exemplo importante vem da cidade Andaluzia na Espanha. A parceria estabelecida entre o Conselho de Cultura, o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico e o ICOMOS-UNESCO construiu indicadores para avaliação do estado de conservação de cidades históricas a partir dos valores territoriais, urbanos, arquitetônicos, ambientais/paisagísticos, sociais, culturais e históricos desse universo. A proposta entendia que *"as cidades históricas são os bens culturais mais*



complexos e emblemáticos do patrimônio histórico. (...) local onde se concentra o patrimônio cultural, físico e imaterial” (IAPH 1999, 1).

Em termos de categorização, provavelmente o sistema de indicadores proposto seguiu a categoria chamada por Carley (1985) de *programática*, a partir dos valores elencados, como abordagem metodológica geral. O documento oferece diversos textos que embasam teoricamente as dimensões referenciadas por esses indicadores, e também apresenta estudos de caso como demonstração de análises a partir dessas dimensões.

O sistema proposto na Andaluzia desenvolveu-se, também, a partir de uma estrutura analítica “*top down*”. Foram utilizados como base os documentos doutrinários internacionais e um grupo de especialistas na área da conservação patrimonial elaborou a lista dos indicadores para avaliação de cidades históricas. O sistema contemplou características físicas, usos na área, problemática ambiental, percepção e participação dos envolvidos locais.

Contudo, no documento do sistema de indicadores da Andaluzia não é apresentada a interpretação dos dados e nem a ponderação dos indicadores selecionados. Isto comprometeu a efetiva operacionalização do sistema proposto (uma combinação de dados, indicadores simples e indicadores compostos) inovador na relação valores-indicadores, porém sem efetividade para o processo de mensuração.

O terceiro exemplo foi o trabalho desenvolvido por Hemphill *et al* (2002, 2004; 2004b). O escopo do indicador desenvolvido relacionava desenvolvimento sustentável e revitalização urbana, entendendo as temáticas como complementares e justificando a investigação pela insipiência na avaliação da sustentabilidade dos resultados de projetos de revitalização de áreas urbanas. Em termos de categorização, analisando o indicador proposto, provavelmente este seguiu, como abordagem metodológica, a categoria de base teórica destacada por Carley (1985).

Enquanto estrutura analítica, a proposta de Hemphill *et al* (2004) tanto utilizou a abordagem “*top down*” quanto “*bottom-up*” para identificação das questões



críticas a serem mensuradas, e posteriormente um mix entre revisões de literatura e método *Delphi* (Hemphill *et al* 2002) para identificar os indicadores efetivamente mensuráveis para cada dimensão da sustentabilidade da revitalização urbana.

O modelo de desenvolvimento de Hemphill *et al* (2002) destaca e especifica o método e os procedimentos usados para o desenvolvimento do modelo hierárquico dos conceitos, a partir da estruturação de um questionário de pesquisa a ser aplicado via método *Delphi*. A análise estatística dos resultados do método *Delphi* possibilitou a ponderação do indicador proposto.

No teste do sistema criado, e para interpretação dos dados, o sistema de indicadores Hemphill *et al* (2004b) usou três cidades européias, Belfast, Dublin e Barcelona, a partir da comparação intraurbana (locais diferenciados nas cidades em questão) entre estes estudos de caso. A ponderação dos indicadores propostos foi contemplada, tanto para avaliação quantitativa quanto qualitativa, referente ao desempenho da sustentabilidade da revitalização urbana.

Percebe-se que os indicadores criados a partir das três experiências podem ser divididos em dois grupos distintos, a partir da visão orientadora de cada um. São eles (Stubbs 2004, 287): a) visão material; b) visão social ou cultural. A primeira procura construir indicadores para avaliação da conservação patrimonial, de acordo com fatores objetivos e quantitativos; a segunda diz respeito a valores agregados de natureza qualitativa.

Entretanto, na análise das experiências expostas, observa-se que uma abordagem mista de indicadores qualitativos, expressos quantitativamente, alcança resultados mais satisfatórios para um sistema de monitoramento e avaliação. A utilização de métodos estatísticos e não-estatísticos, assim como o uso de estatísticas oficiais ou a construção de série de dados, baseia-se na construção teórica do indicador criado, sendo esta fundamental para minimizar os problemas naturais do processo de síntese da construção do indicador.



1.4 A Metodologia de Pesquisa

A análise do contexto institucional, operacional e teórico do patrimônio mundial, a revisão teórico-metodológica sobre indicadores e os exemplos anteriormente expostos, possibilitaram a reflexão e a construção da metodologia de desenvolvimento dos indicadores desta pesquisa.

Primeiramente, observando os princípios básicos que orientam os passos metodológicos da construção de indicadores, duas perguntas são orientadoras para a especificação destes (Wong 2006, 106): a) Que passos metodológicos devem ser envolvidos no processo de desenvolvimento de indicadores? b) Que procedimento específico deve ser feito em cada uma dessas etapas?

A estruturação do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de sítios urbanos patrimoniais (Isc) segue a abordagem de base teórica (Carley 1985). Entende-se que este tipo de abordagem possibilita construir as relações entre as variáveis passíveis de mensuração do estado de conservação. Assim, destacam-se na metodologia de desenvolvimento do Isc três etapas em procedimentos específicos: 1) a estrutura analítica; 2) a ponderação dos indicadores; e 3) a interpretação dos dados obtidos.

1) A estrutura analítica do Isc é a chamada “top down” (Wong 2006, 109-112; Bellen 2006, 51) pois é uma abordagem científica mais homogênea quanto aos indicadores e índices propostos, adequada à pesquisa em questão.

2) No caso da ponderação, esta pesquisa utilizará o método *Delphi* (a partir de juízo de valores dos participantes) e análises estatísticas quanto aos resultados do método (minimizando os juízos de valores na análise dos resultados) para a ponderação do indicador proposto.

3) Na interpretação dos dados, a pesquisa usa como processo e validação a análise em uma cidade patrimônio da humanidade. Defende-se que a interpretação dos valores obtidos deverá ser feita por meio da comparação



no tempo, das mudanças e permanências, mas que no caso dessa tese, considerando o tempo de pesquisa, essa comparação não poderá se feita. Assim, a interpretação observa as possibilidades de respostas frente ao instrumento criado.

A pesquisa, então, estruturou-se em quatro fases (observando a simplicidade deste número reduzido de passos, segundo a literatura) conforme descritas a seguir:

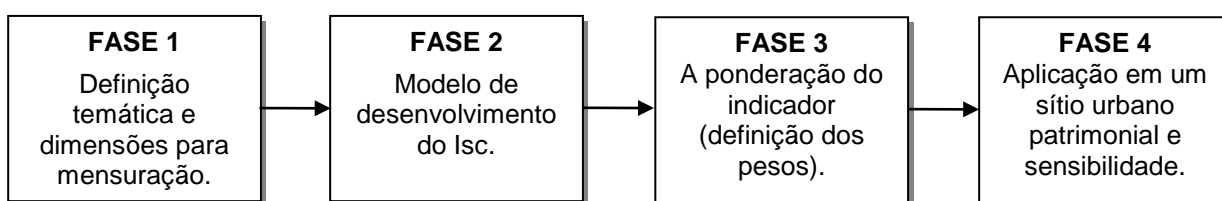


Figura 1: As fases da metodologia de pesquisa da Tese.
Fonte: a autora, 2011.

a) FASE 1: Definição operacional da temática a que se refere o estudo em questão e especificação das suas dimensões. Correspondeu à investigação do universo teórico e operacional das temáticas em estudo, fundamentalmente para construção do referencial teórico para construção do indicador proposto. Faz parte do conteúdo do capítulo 2 e 3.

b) FASE 2: Modelo de desenvolvimento. Referiu-se à construção das relações entre as dimensões e variáveis do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio mundial, e a elaboração do indicador do estado de conservação sustentável. Desenvolveu-se o modelo hierárquico dos conceitos da fase 1 e a estruturação do questionário de pesquisa a ser aplicado via método *Delphi*. Faz parte do conteúdo dos capítulos 2, 3 e 4.

c) FASE 3: A ponderação do indicador. Refere-se às duas rodadas do *Delphi* para obtenção de consenso, e culmina na análise ponderada (definição dos pesos das variáveis) dos resultados obtidos. Esta se dividiu em duas etapas. A primeira relacionou-se à proposição e validação do Indicador proposto: as expressões



matemáticas, a elaboração de questões orientadoras, a aplicação do método *Dephi* para parametrização do sistema de indicadores, e a análise das respostas dos especialistas. A segunda etapa foi a apresentação de reorganização dos pesos dos subindicadores quando necessário, possibilitando a adequação às realidades e especificidades dos universos a serem avaliados. Faz parte do conteúdo do capítulo 4.

d) FASE 4: Aplicação em um sítio urbano patrimonial e sensibilidade. Refere-se à construção do instrumento de coleta de dados para alimentação do sistema de indicadores proposta, aplicação empírica do instrumento de coleta de dados, alimentação do sistema de indicadores do estado de conservação sustentável proposto e análise de sensibilidade à pontuação total obtida. A sensibilização do indicador com a tabela de estruturação matemática dos indicadores de desempenho a partir da ponderação dos atributos do sítio patrimonial e a nova leitura do Isc faz parte do capítulo 4. Uma cidade patrimonial foi escolhida para esta etapa: o Sítio Histórico da Cidade de Olinda, em Pernambuco, patrimônio mundial brasileiro. A aplicação no SHO faz parte do conteúdo do capítulo 5.

Além das fases estruturadoras da metodologia, apresentam-se os métodos e procedimentos que se desdobram em cada uma dessas fases. O diagrama a seguir (ver figura 2) apresenta estes.

a) Passo 1: Definição do conceito/temática do indicador. Faz parte da fase 1 do desenvolvimento da pesquisa. Trata-se da pesquisa bibliográfica por meio do método de análise documental do referencial teórico. Este, além dos textos clássicos da área da conservação do patrimônio, concentrou-se nos estudos e experiências publicadas nos últimos cinco anos.

b) Passo 2: Especificação das dimensões e variáveis para operacionalização. Também faz parte da fase 1 do desenvolvimento da pesquisa. Este passo é a construção teórica da tese. Inicia-se no passo anterior, e efetiva-se na investigação das declarações de significância por meio do método de análise de conteúdo.

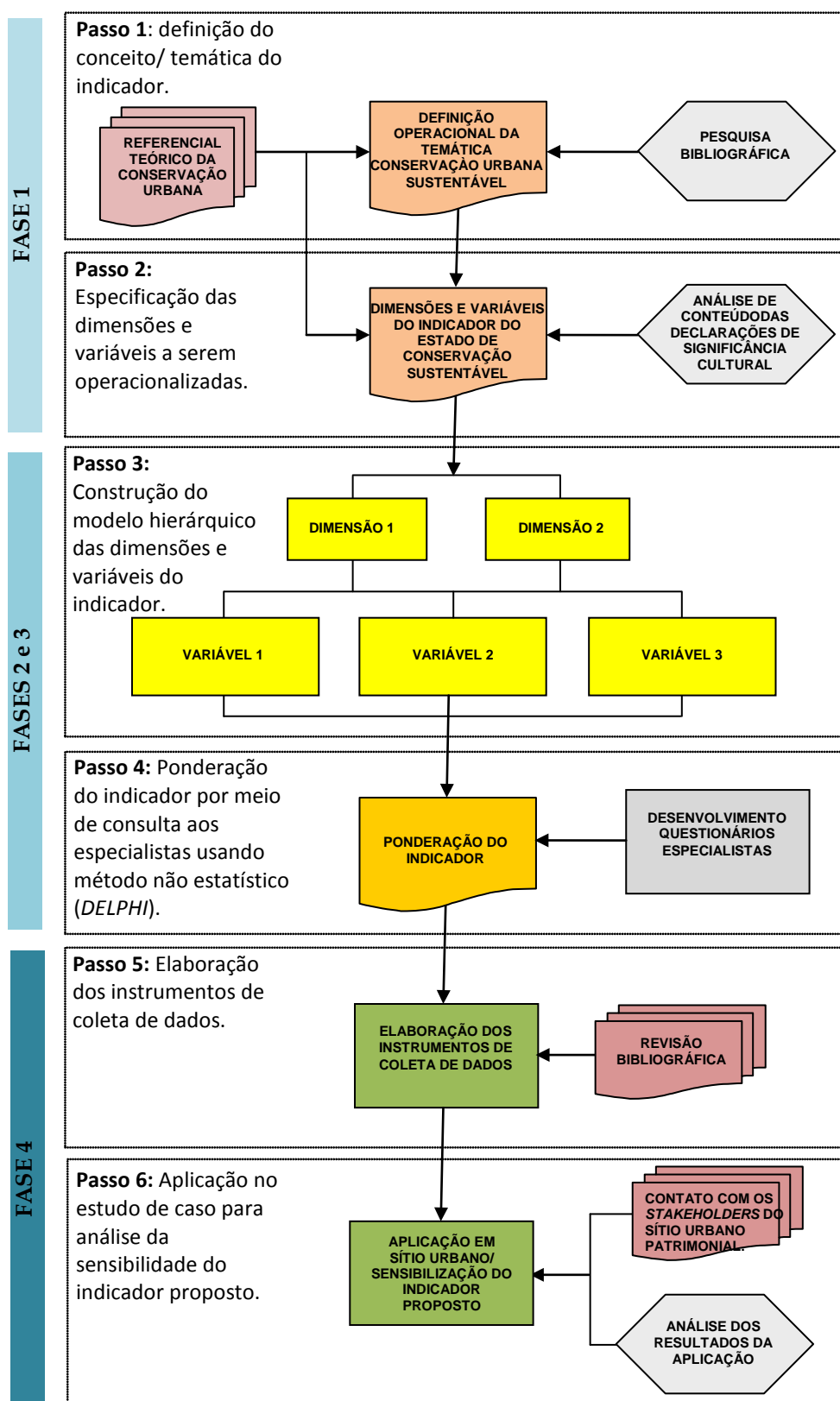


Figura 2: O passo a passo na construção do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais.

Fonte: a autora, 2011.



c) Passo 3: Construção do modelo hierárquico das dimensões e variáveis do indicador. O procedimento neste passo faz parte da fase 2 e 3 do desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de um passo fundamental para operacionalização do indicador, pois transforma os conceitos/temáticas em expressões matemáticas, expressando as relações entre as variáveis e dimensões do indicador.

d) Passo 4: Ponderação do indicador por meio de consulta aos especialistas usando método não estatístico (*Delphi*). Este passo também faz parte das fases 2 e 3 do desenvolvimento da pesquisa. O primeiro procedimento foi a construção do questionário para, por meio do método *Dephi*, submeter aos especialistas. Este foi montado a partir de afirmações que expressavam o modelo hierárquico. As respostas destas afirmações vinculavam-se a uma escala social e de atitudes do tipo *Likert* (Trochim 2006). Após as duas rodadas do *Dephi*, os resultados foram analisados por meio de procedimentos estatísticos para a determinação dos pesos do sistema de indicadores, proposto para o Isc.

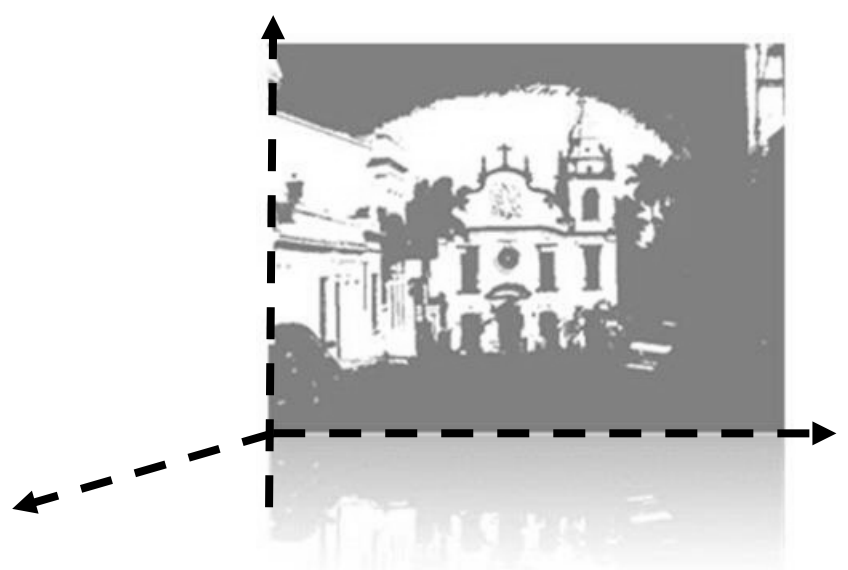
e) Passo 5: Elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Faz parte da primeira etapa da fase 4. Divide-se em duas partes: a) a estruturação do modelo de análise das respostas dos sujeitos envolvidos, e b) a construção do questionário, segundo o sítio urbano em análise. A primeira parte estrutura-se segundo estatística básica de médias ponderadas. A segunda parte envolve a listagem e ponderação dos atributos do sítio urbano (feita por meio de um grupo de especialistas no sítio em questão) e a estruturação dos questionários a serem aplicados com os sujeitos envolvidos (seguem uma estrutura comum, com alternativas de respostas a serem quantificadas na análise).

f) Passo 6: Aplicação no estudo de caso para análise da sensibilidade do indicador proposto. Faz parte da segunda etapa da fase 4. Divide-se na elaboração dos instrumentos para levantamento da opinião dos *stakeholders*, a aplicação dos questionários junto aos sujeitos envolvidos, a análise dos



resultados obtidos e na interpretação destes. Na aplicação dos questionários utilizou-se a entrevista direta (individual), indireta (utilização de *e-mail*) e *folders* (instrumento a ser preenchido). Na interpretação dos resultados foram feitas simulações sobre a sensibilidade do indicador para análise do resultado final da aplicação (esta parte é descrita no capítulo 4).

Por fim, o pressuposto da construção do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de sítios urbanos patrimoniais é que este tenha três qualidades: viabilidade, confiabilidade e validade. Além disso, destaca-se que o indicador criado é uma das ferramentas para a ação de conservação sustentável, e deve ser cuidadosamente utilizado entre outros instrumentos de avaliação, necessários na gestão da conservação urbana.





2. CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DE CIDADES PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL

O capítulo 2 apresenta o contexto teórico e operacional em que se insere o problema de investigação desta tese: a avaliação da conservação de cidades patrimônio mundial em uma perspectiva de sustentabilidade em permanências às futuras gerações. Com o objetivo de caracterização da problemática teórica e operacional da avaliação da conservação de cidades patrimônio mundial, este capítulo subdivide-se em três itens que abordam: (2.1) a reflexão sobre a visão tradicional de conservação patrimonial frente à visão contemporânea, analisando a mudança do paradigma dos *objetos* aos *sujeitos*; (2.2) a análise das declarações de significância de sítios urbanos patrimoniais, ressaltando como o universo teórico se reflete na Lista do patrimônio mundial e observando as dimensões e variáveis que conformam a significância dos bens culturais; e (2.3) a conclusão e objetivo do capítulo apresentando a definição da temática a que se refere o estudo em questão: conservação urbana sustentável de cidades patrimoniais.

2.1 Conservação Patrimonial: visão tradicional X visão contemporânea

Teorizar sobre a conservação dos bens culturais com valor a determinada comunidade é um tema que vem sendo tratado há mais de dois séculos. Diversos pensadores construíram reflexões e abordagens sobre os bens de interesse à conservação, influenciando as intervenções nesses objetos, em uma dialética atuação entre teoria e prática da conservação do patrimônio cultural.

Entre os autores mais influentes das chamadas Teorias Clássicas (Munoz Viñas 2005), destacam-se Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, John Ruskin e Camillo Boito. Estes três teóricos investigaram o objeto patrimonial a partir da sua dimensão objetiva, material; entendendo que o valor do objeto patrimonial resultava da relação da matéria com o seu valor estético, de antiguidade ou histórico. Também consideraram que o significado do bem cultural dizia respeito à preservação das construções que materializassem os valores de sua relevância àquele momento e ao seu futuro.



Além do entendimento teórico sobre os valores do bem patrimonial construído Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito influenciaram na ação desses, construindo um modo de atuação que podemos dividir entre preservação e restauração. A partir disso, a Teoria Contemporânea (Muñoz Viñas 2005) da conservação entende o termo conservação como um conjunto de práticas de preservação e restauração que caracterizam a atuação nos bens patrimoniais.

A prática da preservação define-se pela ação não deliberada de mudanças perceptíveis no objeto patrimonial, e a prática da restauração trata da ação deliberada das mudanças perceptíveis (Muñoz Viñas 2005). Ainda se pode dividir a Preservação em 1) ações de preservação direta e 2) ações de preservação ambiental; as primeiras referem-se à mudanças no objeto e ações limitadas no tempo, e as segundas são mudanças no ambiente do objeto e ações não limitadas no tempo.

Observa-se que aqueles três autores definem categorias de identificação dos valores do objeto patrimonial, assim como a sua atuação, a partir do registro da dimensão material dos objetos patrimoniais. Porém, entende-se que Viollet-le-Duc (2000) destaca o valor estético e a intervenção estilística (manter um determinado estilo da história da arte). Ruskin (1989) considera o valor da pátina do tempo (as marcas do tempo) e as intervenções somente serão de suporte para prolongar a vida do bem, o qual um dia perecerá; Boito (2002) destaca o monumento-documento (registro das marcas do tempo) e a intervenção científica no bem.

No caso de Cesare Brandi²⁶, com seu livro “Teoria da Restauração” (2004) este italiano redefiniu o restauro e trouxe o sujeito como protagonista das teorias da conservação. Brandi entendeu que *“a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica [valor pelo qual a obra de arte é obra de arte e produto humano realizado em certo tempo e lugar], com vistas à sua transmissão para o futuro”* (Brandi 2004, 30).

Brandi (2004) inseriu o sujeito no processo de valoração e deu a este um papel fundamental, mas não excluiu a dimensão material. Pelo contrário, destacou a

²⁶ Salvador Muñoz Viñas (2005) também considera a teoria de Brandi nas chamadas Teorias Clássicas da Conservação (2005), porém percebe-se que mudanças entre este e àqueles.



relação sujeito-objeto do contexto patrimonial, apesar de considerar que esse sujeito era o conservador/ especialista.

Brandi (2004) também expôs o risco de se valorizar mais uma dimensão que outra, principalmente a valorização da matéria em detrimento à imagem, a qual poderia ocasionar perdas consideráveis no que se refere às questões associativas entre imagem e lugar. Por isso, foi um teórico que defendeu que deveria haver a prevalência do aspecto sobre a estrutura, redirecionando o paradigma preponderante da materialidade dos bens patrimoniais.

Outros autores neste momento são reflexões necessárias neste sentido de mudança de paradigma. Alois Riegl (2006) no início do século passado, destacou a importância do valor de uso do patrimônio cultural construído à contemporaneidade; colocando o sujeito não mais como protagonista isolado no processo de valoração dos bens culturais, mas dentro de uma lógica coletiva no tempo e no espaço. O valor dos bens patrimoniais passa a ser fruto de uma intersubjetividade do contexto social envolvido.

Outro marco teórico passa a ser a ampliação do conceito de patrimônio. A concepção da idéia de *patrimônio urbano* ganha força com Gustavo Giovannoni ao escrever '*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*' em 1931. Ele pregava a separação do antigo e moderno, recomendando um mínimo de intervenções, sem a introdução de alterações artísticas no antigo. Giovannoni, além disso, ampliou o universo dos objetos construídos passíveis de valorização como patrimônio cultural, talvez como reflexo de uma sociedade plural que se envolvia com estes.

Neste universo, e não mais olhando apenas para o passado, mas também visualizando o futuro, Muñoz Viñas (2005) em seu livro '*Contemporary Theory of Conservation*', destaca a importância da preocupação com ações que são insustentáveis no processo de conservação, que comprometam, e até mesmo reduzam a utilidade dos objetos aos futuros usuários. Ele discute a intervenção mínima e a reversibilidade da intervenção (da ação de conservação) como sendo pressupostos preponderantes para a condução dessa herança ao futuro sem



comprometer as possibilidades ainda por vir. Neste sentido, destaca a participação dos sujeitos e a interação entre estes como elementos fundamentais para tal intuito.

Enfatiza Muñoz Viñas (2005) que os significados dos objetos de conservação relacionam-se a partir de um espaço tridimensional chamado *Espaço da Conservação* (Michalski *apud* Muñoz Viñas 2005, 63) o qual se delimita a partir de três eixos que conformam os três tipos de significados que se relacionam a um objeto de conservação: o privado, o social e o científico. Neste sentido, argumenta que a conservação científica dos objetos patrimoniais diz respeito apenas à conservação da matéria patrimonial, alusão a um *fetichismo da matéria*. Sendo assim, para abarcar outros significados é necessária uma abordagem que observe a subjetividade e consequentemente a intangibilidade dos bens patrimoniais.

Muñoz Viñas (2005) adverte que as abordagens objetivas do patrimônio cultural são questionadas tanto pelos teóricos tradicionais – que ele chama de ‘clássicos’ – de orientação estética quanto pelos teóricos contemporâneos. Os primeiros defendem a importância do valor estético e do valor histórico e os últimos defendem os valores simbólicos e funções de comunicação nas decisões sobre o objeto patrimonial. Ou seja, há uma complexidade enorme do fenômeno do qual os bens culturais fazem parte: muitos objetos, diversidade grande de sujeitos, vários olhares e pontos de vista quanto ao universo em questão. Percebe-se, então, uma mudança do ponto de vista da conservação do patrimônio cultural sob o adjetivo sustentável: esta passa a ser entendida em uma relação constante entre objetos e sujeitos, afetados ou envolvidos.

Não se trata de um relativismo radical, mas de observar a importância da intersubjetividade no processo de conservação. Os objetos se tornam passíveis de serem objetos de interesse à conservação patrimonial, por sua relevância a um número considerável de pessoas intra e intercomunidades (Zancheti *et al* 2009). A importância vem dos significados atribuídos pelos sujeitos, e não inerentes ao bem ou à matéria, apesar de se materializarem nas características dos bens patrimoniais.



Com isso, defende-se que a ação de conservação agora não é mais das “verdades materiais”, mas sim, dos significados dos bens culturais (Viñas 2005; Pearce 1992; Staniforth 2000; Tomlan 1998; Caple 2000, Michalski 1994). Ou seja, podem existir muitas “verdades” no mesmo objeto; decidir qual aquela que deve prevalecer, em cada caso, é fundamental, além de ser uma etapa preliminar na tomada de decisão de uma conservação sustentável. Destaca-se a função e o uso do bem cultural, o que os relaciona com os sujeitos envolvidos, como relevante nesse processo de significação.

Esta abordagem vai de encontro à autoridade isolada dos *experts* do patrimônio na lógica das teorias tradicionais de conservação patrimonial. Porém, não significa de maneira nenhuma uma exclusão destes, pelo contrário, entende-se que em vez de especialistas e não especialistas trata-se agora do conjunto dos *stakeholders* (Avrami *et al.* 2002; Cameron *et al.* 2001) os envolvidos ou partes interessadas.

2.2 Análises das Declarações de Significância de Cidades Patrimônio Cultural da Humanidade

Observando as mudanças no paradigma das teorias da conservação, e sob a ótica dos documentos doutrinários do WHC-UNESCO, destacam-se os conceitos que orientam o contexto teórico da conservação e o monitoramento das cidades patrimônio mundial: significados, valores, integridade e autenticidade. Nos diversos contextos das cidades patrimoniais a negociação entre os *stakeholders*, a partir de uma grande variedade de conhecimentos e de competências dos envolvidos, decidirá os valores patrimoniais a serem conservados às futuras gerações. As sínteses que ocorrerão na relação entre as partes interessadas serão fruto das decisões intra e interculturais, e dependerão de prioridades nos valores identificados por estas (mesmo em confronto) que deverão estar registradas nas declarações de significância de cada bem patrimonial.

A importância quanto à investigação sobre o conteúdo das declarações de significância das cidades patrimoniais, para o monitoramento e avaliação do estado de conservação, decorre da relação entre dois momentos: 1) a inscrição do bem



patrimonial com o registro dos valores a serem conservados; e 2) a avaliação da conservação dos valores registrados, quando da inscrição do bem. Assim, a seleção das declarações de significância, ou consequentemente das cidades patrimoniais a serem pesquisadas, partiu das 217 (duzentas e dezessete, aproximadamente 25% do total de bens inscritos) cidades e vilas listadas até 2008 (UNESCO 2008) na WHL. Entretanto, tendo como pressuposto para a seleção englobar o processo de inscrição e o monitoramento periódico, o universo da pesquisa somou 188 (cento e oitenta e oito) cidades, pois considerou aquelas inscritas até 2001 – data inicial do monitoramento no formato *periodic reporting*, para a definição da amostra das declarações de significância.

Pré-determinou-se que o nível de confiança da amostra deveria ser de, no mínimo, 95,5% (noventa e cinco e meio por cento) ou seja, consideraram-se dois desvios-padrão ampliando a margem de confiabilidade (Gil 2007). Totalizando 80 (oitenta) cidades como amostra da pesquisa, a margem de erro ficou em torno de 5,5% (cinco e meio por cento) avaliada como satisfatória para o objeto em investigação (Gil 2007).

A seleção das cidades componentes da amostra seguiu o tipo de amostragem aleatória simples. Garantiu-se sua aleatoriedade ao atribuir a cada elemento da população de investigação um número singular e, posteriormente, utilizou-se o procedimento de escolha randômica (Ayres *et al* 2004). Neste procedimento organizaram-se as 188 (cento e oitenta e oito) cidades da WHL em ordem crescente de data de inscrição na WHL; preservando também a diversidade temporal de proteção do universo investigado na seleção.

Um aspecto relevante na definição da amostra da pesquisa era que esta fosse coerente com o universo investigado em diversidade. Nesse sentido, era importante verificar se a amostra abrangia cidades patrimoniais representantes dos mais diferentes contextos, como o universo das cidades inscritas na WHL abarcava: tamanho da população, critérios de inscrição, época histórica em destaque, região em que se insere (conforme regiões da WHL). Assim, após a definição das cidades da amostra, realizou-se a verificação da relevância desta frente à população de pesquisa.

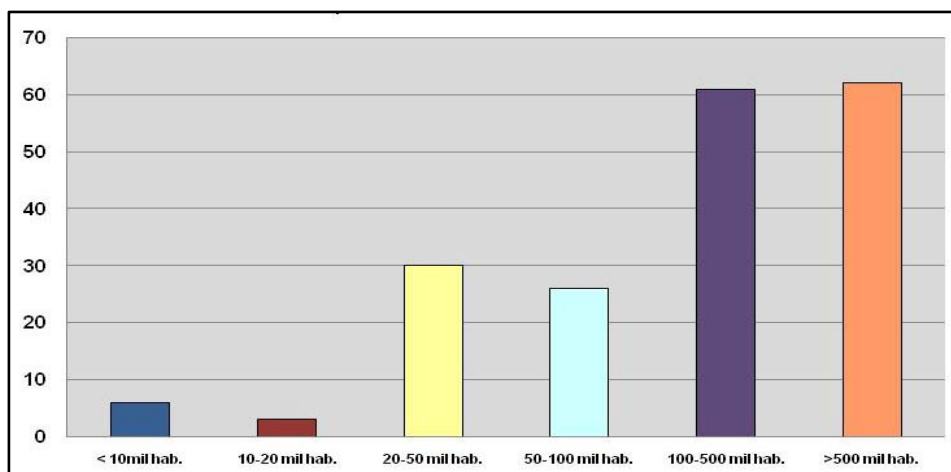


Número de habitantes²⁷, critérios de inscrição na WHL, região na qual as cidades patrimoniais se inserem, e caracterização temporal foram os itens escolhidos para esta verificação.

Das 188 (cento e oitenta e oito) cidades patrimoniais do universo de investigação da pesquisa (ver gráfico 1) mais de cinquenta por cento contabilizava acima de 100.000 hab. (cem mil habitantes). Isto representava um universo de cidades patrimoniais com expressivas dinâmicas urbanas, passíveis às pressões dos processos de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas.

A amostra de investigação da pesquisa, quanto ao tamanho da cidade patrimonial (ver gráfico 2) referente ao número de habitantes, apresentou também mais de cinquenta por cento das cidades patrimoniais acima de 100.000 hab. (cem mil habitantes). Isto representou coerência.

Gráfico 1
Quantidade de cidades da população investigada (188) em relação ao número de habitantes.



Fonte: a autora, 2011.

Em relação aos critérios de inscrição na Lista do patrimônio mundial da humanidade, a população de investigação da pesquisa apresentava a preponderância

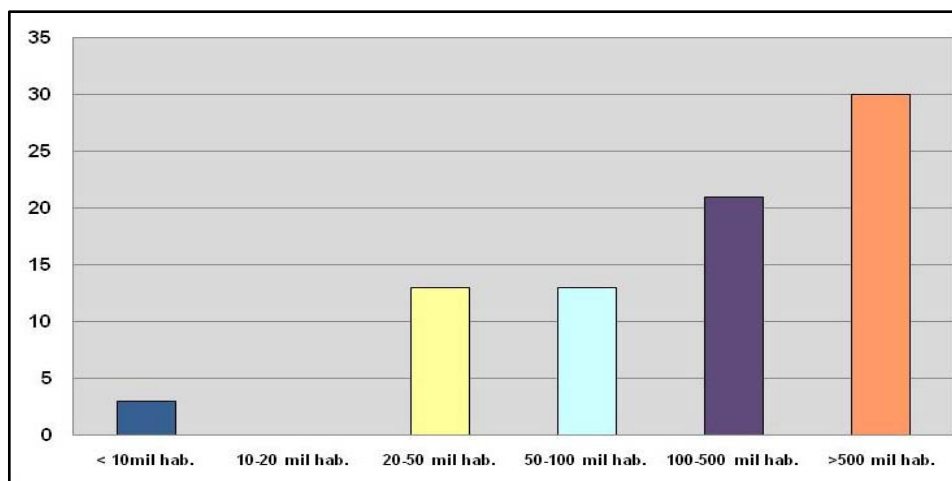
²⁷ Os dados do número de habitantes não constavam no site do WHC. Sendo assim, foram utilizadas as informações do site <<http://www.citypopulation.de>> para a coleta daqueles.



e recorrência dos critérios ii e iv²⁸. Estes demonstraram a relevância de atributos históricos e artísticos para a Lista do patrimônio mundial. A amostra manteve a mesma proporção e tendência da população investigada (ver gráficos 3 e 4).

Gráfico 2

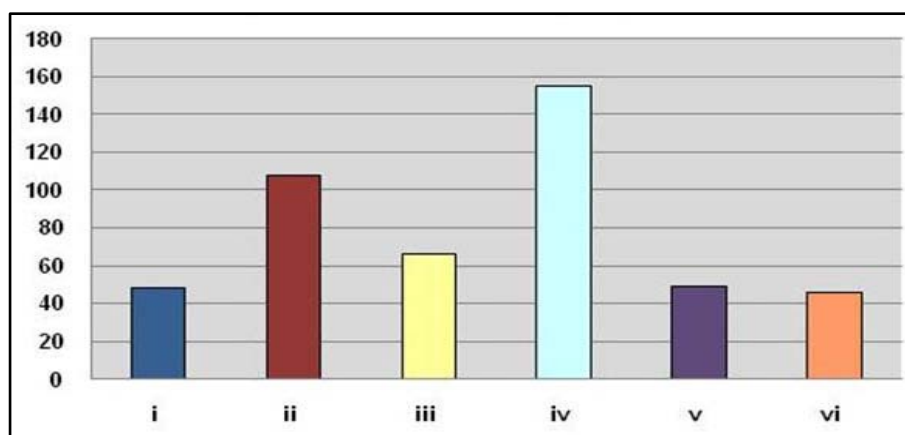
Quantidade de cidades da amostra investigada (80) em relação ao número de habitantes.



Fonte: a autora, 2011.

Gráfico 3

Quantidade de cidades da população investigada (188) em relação ao critério de seleção da Lista do Patrimônio mundial.

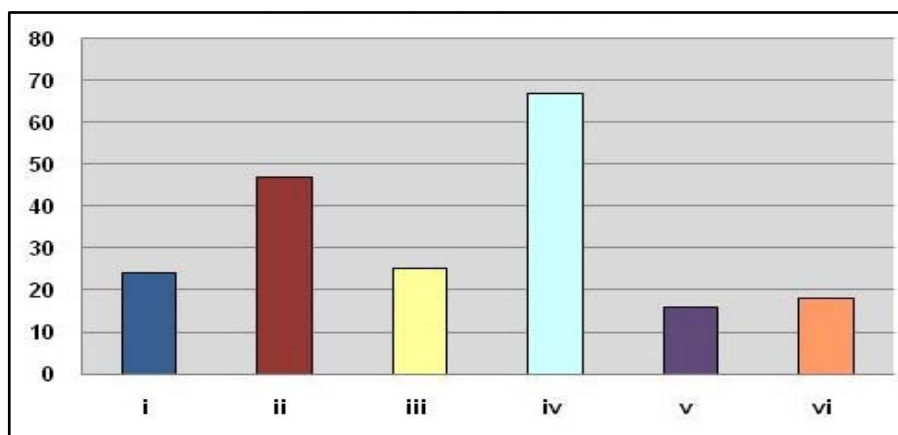


Fonte: a autora, 2011.

²⁸ (ii) exibe um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou paisagismo; (iv) exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra estágio(s) significativo(s) na história da humanidade.

**Gráfico 4**

Quantidade de cidades da amostra investigada (80) em relação ao critério de seleção da Lista do Patrimônio mundial.

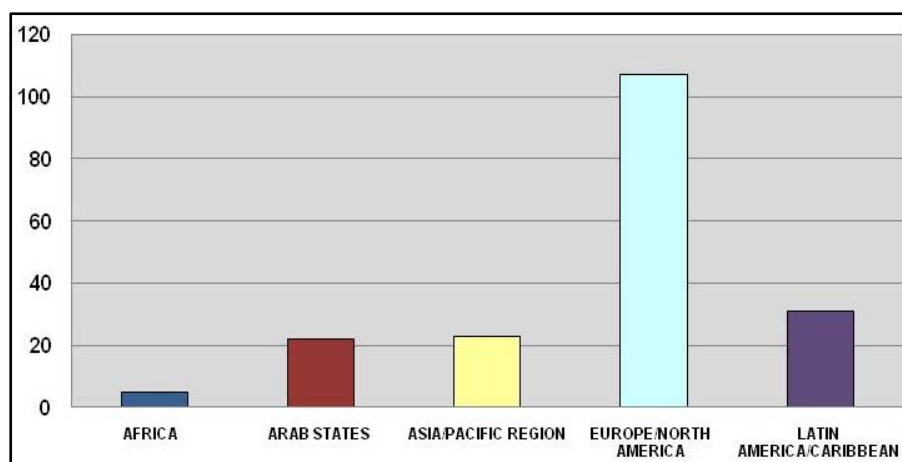


Fonte: a autora, 2011.

Observando o item região em que se insere a cidade patrimonial, conforme especificação da UNESCO, a população pesquisada demonstrou o domínio da região Europa e América do Norte e a pouca participação da África (ver gráfico 5). A mostra seguiu o mesmo padrão (ver gráfico 6). Apesar dos esforços da UNESCO na obtenção de um equilíbrio da abrangência da Lista do patrimônio mundial, ainda não se alcançou este feito. A predominância do julgamento de integridade e autenticidade sob o ponto de vista da dimensão material do objeto patrimonial ainda é preponderante da WHL.

Gráfico 5

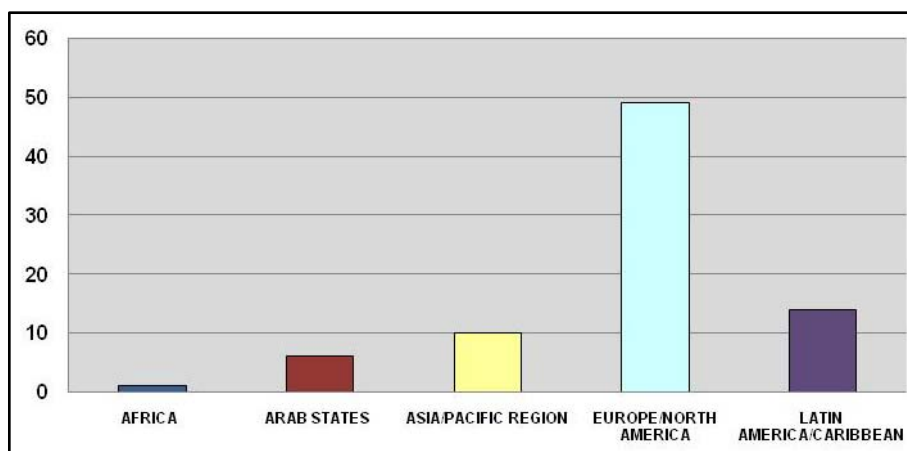
Quantidade de cidades da população investigada (188) em relação à região da Lista do Patrimônio mundial.



Fonte: a autora, 2011.

**Gráfico 6**

Quantidade de cidades da amostra investigada (80) em relação à região da Lista do Patrimônio mundial.

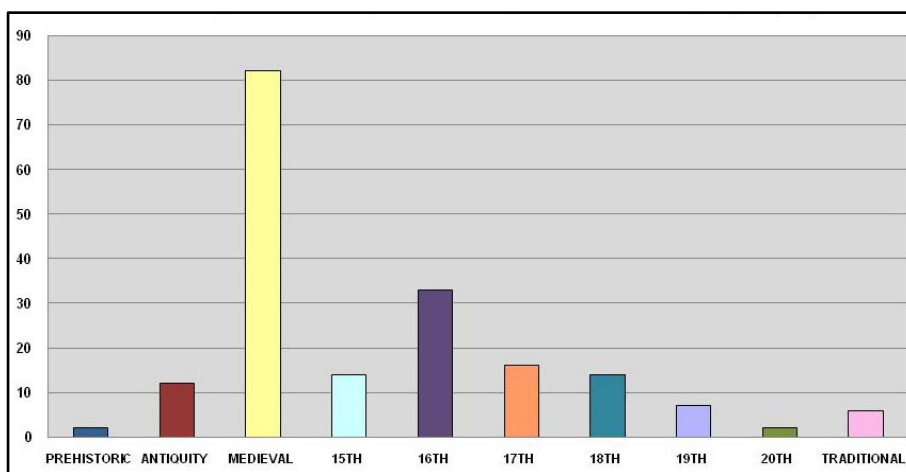


Fonte: a autora, 2011.

Por fim, o item época histórica em destaque, referente à caracterização temporal mais relevante da cidade patrimonial, expôs o predomínio dos bens da Idade Média. Mais de quarenta por cento da população da pesquisa destacam-se por apresentar atributos reconhecíveis deste período temporal (ver gráfico 7). A amostra ratificou a mesma configuração (ver gráfico 8).

Gráfico 7

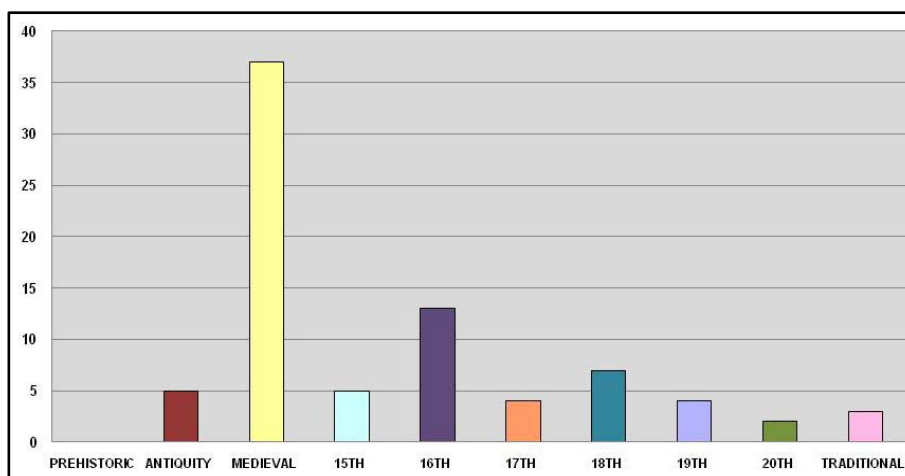
Quantidade de cidades da população investigada (188) em relação à época histórica de destaque.



Fonte: a autora, 2011.



Gráfico 8
Quantidade de cidades da amostra investigada (80) em relação à época histórica de destaque.



Fonte: a autora, 2011.

De acordo com os gráficos gerados, na comparação dos itens elencados, verificou-se que a amostra seguia os mesmos padrões da população de cidades investigadas. A amostra demonstrou ser totalmente compatível com o universo em análise, referenciando a lei de regularidade estatística, um dos princípios fundamentais da amostragem (Gil 2007).

Entende-se que o contexto exposto pela população e amostra pesquisada representa o universo das cidades patrimoniais que compõem a Lista do patrimônio da humanidade até o presente momento. Assim, o predomínio das cidades acima de 100.000 hab. (cem mil habitantes) do patrimônio medieval, dos atributos artísticos e históricos e da região Europa e América do Norte, representa desequilíbrio e tendências ocidentais de uma lista que tem como pressuposto ser representativa de uma diversidade mais abrangente²⁹.

O passo seguinte na investigação das declarações de significâncias das 80 (oitenta) cidades patrimoniais da amostra foi a compilação dos documentos e análise destes em busca dos conceitos e dimensões da conservação patrimonial. A fonte de pesquisa para aquisição das declarações de significância, documento de inscrição

²⁹ O *World Heritage Centre* vem procurando desenvolver ações (capacitações, consultorias e suporte técnico) para equilibrar a Lista do patrimônio Mundial desde 1994 nas regiões menos representadas.



destas cidades na Lista do patrimônio mundial, foi o site oficial do *World Heritage Centre* – UNESCO (<http://whc.unesco.org/>).

A partir dos documentos, buscou-se identificar o que caracterizava cada cidade componente da amostra de investigação, e como isto se apresentava em relação aos conceitos; interpretando a justificativa de por que conservá-las. Neste intuito, utilizou-se como método de análise a chamada “*análise de conteúdo*” (Bardin 2008)³⁰ nas declarações de significância cultural. Vale frisar que o método escolhido adequou-se à investigação, já que o contexto social da elaboração das declarações não era relevante a este objeto de estudo.

A análise de conteúdo serve tanto para fins exploratórios quanto para fins de verificação. Organiza-se segundo três etapas (Bardin 2008): a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise (a) é a fase de levantamento e coleta do material a ser analisado; já a exploração do material (b) é a fase que aprofunda a pré-análise e culmina na classificação (c), ou identificação das categorias dos objetos observados. A homogeneidade da documentação investigada é pressuposto para relevância da análise de conteúdo.

A sistematização da análise das declarações – referentes ao tratamento, resultados e interpretação – elaborou quadros sínteses sobre as informações dos documentos analisados. Estas sínteses constroem um panorama das dimensões fundamentais do monitoramento, e da avaliação do estado de conservação das cidades patrimônio mundial.

Na identificação da Significância Cultural de Cidades Patrimônio Mundial, o quadro síntese 1, construído a partir da análise de conteúdo das Declarações de Significância, identificou, de acordo com as dimensões físico-materiais e não materiais, nove categorias e vinte e seis subcategorias de valores. Isto demonstrou a

³⁰ “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (Bardin 2008, 11).



diversidade de conteúdos dos objetos e valores expressos nas declarações de significância das cidades patrimoniais, de acordo com a relação objeto-contexto³¹ (ver quadro 1).

As categorias de objetos impetradas, conforme interpretação das declarações de significância, foram 2 (duas): Edificação e Conjunto Urbano; e as categorias de valores foram 7 (sete): Período Histórico, Estilo Artístico, Concepção, Tipo de Lugar, Tipo de Cultura, Autoria e Continuidade. Os resultados obtidos possibilitaram as seguintes sínteses:

- a) Os objetos singulares, edificações, e os conjuntos de objetos, conjuntos urbanos, materializam os valores do universo patrimonial dos sítios;
- b) Em determinadas categorias não foi possível identificar subcategorias de valores;
- c) A categoria de valor presente na grande maioria das declarações foi *período histórico*.

Especificamente, sobre cada categoria de valor, subcategoria e dimensões seguem as análises, abaixo:

- 1) A categoria de valor – denominada período histórico – referenciada nos séculos, idades históricas, períodos de governo, periodizações culturais e artísticas e eventos – representa o tempo transcorrido – destacando-se a continuidade do passado no presente, na construção da significância cultural. Esta categoria de valor esteve presente em todas as declarações analisadas; enfatizando que os contextos sociais e o percurso histórico do sítio influenciam preponderantemente na construção de significados, reconhecidos como expressão de valores patrimoniais.

³¹ Segundo Bunge (2006, 76, 265), contexto é “*todo domínio ou universo do discurso ao qual um dado item pertence, ou nele está engastado*”; e objeto é “*tudo o que pode existir, a cujo respeito se pode falar, pensar ou sobre o que se pode atuar. (...) podem ser individuais ou coletivos, concretos (materiais) ou abstratos (ideais), naturais ou artificiais*”. Usados, neste caso, em conjunto devido à relação de pertencimento objeto-contexto.

**Quadro 2**

Identificação da Significância Cultural de Cidades Patrimônio Mundial, a partir da Análise de Conteúdo das Declarações de Significância – atributos, valores, categorias, subcategorias e significados.

SIGNIFICADOS DESTACADOS	SUBCATEGORIAS DOS VALORES	CATEGORIAS DOS VALORES	ATRIBUTOS/ DIMENSÕES
8th, 7th, 11th, 12th, 13th, 14th, 15th, 16th, 17th, 18th, 19th, 20th.	1.1. Séculos	1. PERÍODO HISTÓRICO	PROCESSOS NÃO MATERIAIS
China Imperial, Idade Média, Império Franco Germânico, Império Romano do Oriente, Império Bizantino, Império Otomano.	1.2. Idades Históricas		
Período Han, Dinastia Ming e Qīng, Dinastia Alawite,	1.3. Períodos de governo		
Românico, Renascença, modernismo (funcionalismo), humanismo moderno.	1.4. Periodização cultural-artística		
Liga Hanseática, Segunda Guerra Mundial (1944)	1.5. Eventos		
Arte Medieval, Modernismo, Barroco, Neoclássico, Pré-românico, Românico, Renascentista, Rococó, Art Nouveau (Jugendstil), arquitetura gótica, Mourisco, arquitetura romântica, eclético-romântico.	2.1. Expressão artística associada a um período histórico	2. TIPO DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA	
Arquitetura Andaluz, Mourisco-Hispânico, Arte Gótica Húngara, Barroco Quitenho, Estilo Árabe-Normando, Arquitetura Russa, Strip-field style (farm), Palócz (arquitetura rural), casa panamenha, jardim japonês, Classicismo Vienense (música), Arquitetura de Pedra Russa, arquitetura Habsburg, Arquitetura Han, Arquitetura Islâmica.	2.2. Expressão artística associada a um Local		
Churrigueresco, Estilo Vauban (muro), Wayo, Jodo-style (jardins), Kareansui.	2.3. Estilo Artístico		
Planejamento Urbano, Plano Urbano Adaptado ao Clima, Zoneamento Funcional Colonial, Planejamento de Cidade Renascentista, Planejamento de antigas cidades chinesas, planejamento de cidade universitária, arquitetura adaptada ao clima e sítio, zoneamento funcional.	3.1. Urbana	3. CONCEPÇÃO	
Edifício Religioso desenhado por militares, técnicas indígenas de construção, engenharia militar inglesa.	3.2. Arquitetônica		
Urbanização Terraceada, Reconstrução baseada em técnicas de restauro da metade do século XX, Urbanização espontânea, malha regular adaptada ao terreno, Cidade de Deus (comunidade urbana ideal), integração entre indústria, prédios públicos e espaços abertos (dispersão planejada).	3.3. Territorial		
Nascimento de (São Francisco, Santa Tereza, Miguel de Cervantes Saavedra), Devoção Espiritual, Túmulo de.	4.1. Nascimento, morte e culto	4. TIPO DE LUGAR	
Ponto de encontro de Culturas, Ligação entre a Europa e o Novo Mundo, Expressão de diferentes culturas, Interação entre Budismo e Xintoísmo, Rota entre a Europa e a Ásia Central, Interação entre Hinduísmo e Budismo, contato entre a civilização ocidental e o mundo Bizantino, fusão entre estilos europeus e americanos, interação entre os estilos arquitetônicos europeus e as tradições do sul da Ásia, encruzilhada de dois continentes.	4.2. Ponto de Encontro		
Processo (trabalho Franciscano), Extração de Prata, Produção (metais e minérios "metálicos"), Ordem de São João, tradição cultural e científica, sede do papado no 14th.	4.3. Processos Culturais ou de Produção		
Burguesa, Centro de cultura Polonesa, Centro da cultura Japonesa, Cultura Palócz, Cultura do Kumari, Islâmica, habitantes multiétnicos.		5. TIPO DE CULTURA	
Princípios corbusianos, Oscar Niemeyer (Arquitetura de), Afrescos de Teophanes o Grego, Héré (arquitetura de), Lockwood and Mawson (arquitetos), Andrea Palladio (trabalhos de), Simone Martini and Matteo Giovanetti (decorado por), Giotto/Brunelleschi/ Botticelli e Michelangelo (obras de); esculturas de (Christian Glume).		6. AUTORIA	
Processo de Construção Tradicional, uso tradicional da terra e organização familiar (family farmstead), usos tradicionais das edificações, uso do solo tradicional, técnicas vernaculares, materiais e técnicas tradicionais.	7.1. Usos/ funções	7. CONTINUIDADE	
Superposição de Civilizações, superposição de estilos históricos.	7.2. Superposições históricas		



SIGNIFICADOS DESTACADOS	SUBCATEGORIAS DOS VALORES	CATEGORIAS DE OBJETOS	ATRIBUTOS/ DIMENSÕES
Forte, Palácio, Residência Rural, Mesquita, Sinagoga, Edifício de Pilotis, Castelo, Igreja, Madrassas, Templo Asteca, Celeiros, Abadia, Hospital, Escola, Catedral, monastério, casas multifamiliares, vilas, hipódromo, palácio-fortaleza, convento, claustro, capela, quinta, casario branco (decorada com azulejos e varandas de ferro forjado).	8.1. Tipos de Edificação	8. EDIFICAÇÃO ISOLADA	OBJETOS MATERIAIS
Muralhas, portas Medievais, aqueduto, ponte, Galerias, fontes, Abóbadas nervuradas, aplicações (tijolos, madeira e bronze), Casas de Madeira, Arquitetura Japonesa em madeira, edifícios de molduras em madeira, infraestrutura urbana em madeira.	8.2. Elementos e detalhes arquitetônicos e urbanos		
Cidadela, Quarteirões, Superquadras, Praça do Mercado, Praça Maior, parque, praças, vila industrial, ruas subterrâneas, ruas estreitas, espaços públicos, conjunto monumental.	9.1. Partes da Cidade	9. CONJUNTO URBANO	
Cidade Chinesa, Bairro Judaico, Cidade romana, Cidade Fenícia, Cidade cristã medieval, sitio Viking, cidade mineira (minas), cidade espanhola, cidade das artes, Paisagem Cultural Mediterrânea, Paisagem agreste mediterrânea, jardim japonês.	9.2. Referência Cultural		
Cidade Medieval, Assentamento Neolítico, Cidade Colonial, assentamento militar, Cidade Fortificada, cidade comercial fortificada.	9.3. Marcos históricos		
Estratificação histórica e aspecto militar, simbiose orgânica com a paisagem, assentamento entre rios no vale e na colina, paisagem rural. vila serrana.	9.4 Tipos de urbanização		

Fonte: a autora, 2011.

2) A categoria de valor – *tipo de expressão artística* – referenciada nas subcategorias – *expressão artística associada a um período histórico*, a um *local* e *estilo artístico* – representa a importância da História da Arte na construção da significância cultural. Esta categoria de valor enfatiza o diferencial dos bens patrimoniais, representantes da excelência humana no ambiente.

3) A categoria de valor – *concepção* – referenciada nas subcategorias *urbana*, *arquitetônica* e *territorial*, representa a maneira como os homens interferiram nos lugares e realizaram seus assentamentos. Esta categoria de valor destaca a interferência humana no ambiente, a partir de um determinado propósito.

4) A categoria de valor – *tipo de lugar* – referenciada pelas subcategorias *nascimento*, *morte e culto*; *ponto de encontro* e *local de processos culturais ou de produção* representa valores que são associados a uma determinada localização geográfica na construção da significância cultural. Esta categoria de valor enfatiza a relação do homem com um ambiente específico.

5) e 6) As categorias de valor – *tipo de cultura* e *autoria* – não tiveram subcategorias relacionadas. O *tipo de cultura* enfatiza os valores referentes à diversidade e especificidades dos povos no mundo. E a *autoria* destaca os



indivíduos no processo de construção da significância cultural dos bens patrimoniais.

7) A categoria de valor – *continuidade* – referenciada pelas subcategorias *usos/funções* e *superposições históricas* – representa valores que são associados à manutenção de processos tradicionais e sobreposições das contribuições da evolução da humanidade na construção da significância cultural. Esta categoria de valor enfatiza a permanência de usos e funções tradicionais, e a existência no presente de diversos tempos passados, referenciados e ainda reconhecíveis.

8) A categoria de objeto – *edificação isolada* – referenciada pelas subcategorias *tipo de edificação, elementos e detalhes arquitetônicos* e *urbanos* – representa a diversidade de artefatos na construção da significância cultural. As subcategorias de valor realçam as realizações técnicas e tecnológicas do homem nos tempos.

9) A categoria de objeto – *conjunto urbano* – referenciada pelas subcategorias *partes da cidade, referência cultural, marcos históricos* e *tipos de urbanização* – representa a materialização espacial na construção da significância cultural. As subcategorias de valor ressaltam as relações de interação dos povos e seu ambiente natural: a paisagem cultural dos assentamentos urbanos patrimoniais.

Na análise em questão, determinados valores eram previsíveis de ser identificados como culturais, históricos e artísticos. Estes geralmente são analisados no processo de comparação entre bens ou entre culturas, destacando-se aqueles que se sobressaem em termos globais. Mas, não somente esses se destacaram no estudo, constatou-se que outros dão maior expressividade ao contexto – geográfico, cultural, econômico, estético – local.



Quanto aos objetos e processos³², o patrimônio é constituído por aqueles que as instituições sociais escolhem como sendo importantes para ser transmitidos às gerações futuras. Para a sociedade, a importância dada refere-se aos valores atribuídos pelos processos coletivos, por meio da seleção entre sujeitos (intersubjetiva) e pelos processos de avaliação, realizados ao longo de determinados períodos de tempo.

A metodologia desenvolvida para identificação dos valores patrimoniais, registrados nas declarações de significância cultural de cidades patrimoniais, destaca que objetos e processos não são valiosos em si mesmos. Estes têm atributos materiais, quando são tangíveis, ou não materiais, quando são intangíveis; que os tornam especiais em relação a outros objetos ou processos. Mas, não é simples separar os atributos materiais dos não materiais, uma vez que os processos de valoração ocorrem combinando as dimensões, pois são reconhecidos pelos sujeitos envolvidos. A separação é apenas para fins analíticos.

Por fim, houve a constatação de que o número de valores encontrados na análise dos documentos e da tabela é maior que aqueles definidos pelo WHC nos seus documentos doutrinários. Isto pode refletir possíveis mudanças nos valores dos sítios ao longo do tempo, ou uma especificação característica de cada contexto. Existe, portanto, uma interpretação de uma gama maior de valores do patrimônio, assim como uma mudança de pensamento e de percepção desses em sítios patrimoniais, com o passar do tempo.

A identificação da integridade e da autenticidade de cidades patrimônio mundial produziu um segundo quadro síntese (ver quadro 2) também a partir da análise de conteúdo das declarações de significância. Identificaram-se três categorias relacionadas aos objetos que conformam a avaliação da integridade e autenticidade de cidades patrimoniais. Este conteúdo corroborou com a importância da dimensão físico-material (com a predominância do patrimônio da Idade Média) na verificação

³² Segundo Bunge (2006, 306), processo é “uma seqüência de estados de uma coisa concreta (material). (...) se dois ou mais processos ocorrem em uma coisa ao mesmo tempo (em paralelo), é necessário mais de um estado para descrevê-los, e o processo total é representado pela união dos processos parciais”. Neste trabalho, o capítulo 3 discorre sobre objetos (pré-definido na nota de rodapé 31) e processos no âmbito da conservação patrimonial.



dos testes de integridade e autenticidade das cidades patrimoniais, apesar da diversidade demonstrada no quadro anterior dos significados e valores na dimensão não material.

No que se refere à autenticidade, observa-se que a investigação e validação apenas identificam as categorias relacionadas a objetos (edificações e conjunto urbano) como detentores destas relações. Nos documentos prioriza-se a verdade da matéria patrimonial, mas também se observa a influência do Documento de Nara (1994) que já destacava uso, função, espírito e sentimento como critérios a serem considerados no teste de autenticidade.

Em relação à integridade, a omissão é maior nas declarações de significância. Os documentos, na sua grande maioria, relacionam a integridade conectada ao critério de autenticidade, sem referências à *completude* ou *inteireza* dos sítios patrimoniais. Quando a integridade é avaliada separadamente, observa-se que inteireza e completude passam a ser a representação dos valores dos sítios, sempre destacando a materialidade do bem.

Quadro 3

Identificação da Integridade e Autenticidade de Cidades Patrimônio Mundial a partir da Análise de Conteúdo das Declarações de Significância – atributos e categorias.

SIGNIFICADOS DESTACADOS	INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE	CATEGORIAS	ATRIBUTOS/ DIMENSÕES
Configuração urbana, plano urbano, o território, ambiente urbano.	Autenticidade	1. CONJUNTO URBANO	OBJETOS/ MATERIAIS
Sobrevivência do plano urbano.	Integridade		
Prédios do século XVIII ao XX, monumentos individuais, concepção dos edifícios, prédios nos quarteirões antigos, fortificações, grandes estruturas defensivas, forma dos prédios individuais.	Autenticidade	2. EDIFICAÇÃO	
Prédios preservam elementos originais, casas inteiras.	Integridade		
Paisagem urbana.	Autenticidade	3. PAISAGEM	
Relação com o entorno, diversidade de cenário.	Integridade		

Fonte: a autora, 2011.

Na interpretação dos objetos e significados das cidades patrimônio mundial, o quadro síntese (ver quadro 4 – apenas parte do quadro síntese das oitenta cidades da amostra) também segundo a análise de conteúdo das declarações de significância, interpretou os objetos e significados das análises anteriores.



Quadro 4

Interpretação Objetos e Significados das Cidades Patrimônio Mundial (uma parte da amostra).

CIDADE PATRIMONIAL	PALAVRAS-CHAVE		INTERPRETAÇÃO
Alhambra, Generalife and Albayzin, Granada	Significados/Valores	The medieval part of Granada; fortress and residence are the magnificent gardens of the Generalife; Medieval Moorish settlement, since its urban fabric, the architecture, and its main characteristics (form, material, colors), together with its physiognomy, were changed when it was adapted to the Christian way of life; Moorish vernacular architecture, into which the traditional Andalusian architecture blends harmoniously.	Objeto: residências com jardins e muros; Significado: cidade espanhola mourisca.
	Autenticidade	Street pattern and townscape.	
	Integridade	Preserve substantial original elements; repairs and extensions have been carried out using unsympathetic materials and techniques.	
Palaces and Parks of Potsdam and Berlin	Significados/Valores	With 500 ha of parks and 150 buildings constructed between 1730 and 1916 ; eclectic nature reinforces its sense of uniqueness; Voltaire stayed at the Sans-Souci Palace, built under Frederick II between 1745 and 1747; In 174 Frederick II ordered a vineyard to be planted on six terraces on the southern side of a hill, Bald Mountain.	Objeto: conjunto de parques e edificações; Significado: Síntese das tendências artísticas das cidades europeias no século 18 e do conceito de poder monárquico associado com criações paisagísticas e arquitetônicas.
	Autenticidade	Layout of Alexandrovka has remained virtually unchanged.	
	Integridade	Integrity of the spatial environment seems to have been somewhat disrupted.	
City of Vicenza and the Palladian Villas of the Veneto	Valores	Founded in the 2nd century B.C. in northern Italy; The work of Andrea Palladio (1508–80), based on a detailed study of classical Roman architecture, gives the city its unique appearance; Palladio's urban buildings, as well as his villas, scattered throughout the Veneto region, had a decisive influence on the development of architecture.	Objeto: vila (edificação); Significado: aparência única, fruto da inovação e releitura da arquitetura clássica.
	Autenticidade	Form of the individual buildings; use of traditional buildings materials and techniques; functions of the buildings; original intentions.	
	Integridade	Has preserved its authentic character; original paving survives in the ground floors of the town houses; street paving, although renewed, retains the original pattern and is in the original material.	
Collegiate Church, Castle, and Old Town of Quedlinburg	Valores	Was a capital of the East Franconian German Empire at the time of the Saxonian-Ottonian ruling dynasty ; The number and high quality of the timber-framed buildings make Quedlinburg an exceptional example of a medieval European town; The Collegiate Church of St Servatius is one of the masterpieces of Romanesque architecture; It is typical of the development of a medieval town, originating from a castle village and several separate settlements.	Objeto: casas de molduras em madeira e construções fortificadas; Significado: interação entre o construído medieval e pós-medieval da cultura do império franco-germânico
	Autenticidade	Housing stock; in details such as scale and window lines the overall townscape has been respected.	
	Integridade	Town plan and urban fabric retain intact the essentially medieval townscape.	
Cultural Landscape of Sintra	Significados/Valores	In the 19th century Sintra became the first centre of European Romantic architecture ; built along the same lines in the surrounding serra, created a unique combination of parks and gardens which influenced the development of landscape architecture throughout Europe; natural landscape that is distinct from its surroundings; Cultural evidence spanning several centuries of Portugal's history.	Objeto: arquitetura romântica, parques e jardins com elementos gótico-mourisco-renascentistas e egípcios, e sítio físico — serra (vegetada); Significado: centro do romantismo europeu.
	Autenticidade	Original design; authentic raison d'être; romantic atmosphere, the reminders of the Victorian period	
	Integridade	Many of the buildings have undergone many transformations since their original foundation.	

Fonte: a autora, 2011.



O conteúdo do quadro evidenciou a predominância dos atributos físico-materiais, em relação aos não materiais, na atribuição dos valores patrimoniais e nas avaliações de integridade e autenticidade da cidade patrimonial. Na relação objeto-significado percebe-se que alguns dos sítios possuem objetos semelhantes e significados totalmente diversos.

Observa-se, também, que os contextos sociais e o percurso histórico do sítio influenciam nesta construção de significados.

Na reflexão conjunta dos quadros sínteses, os pontos de destaque foram:

- a) Objetos e processos (atributos): observou-se destaque dos objetos de um modo geral, tanto na apresentação dos significados e valores, quanto nas avaliações da integridade e da autenticidade das cidades patrimônio mundial;
- b) Dimensões físico-material e não material: observou-se predomínio da dimensão físico-material dos atributos sobre a dimensão não material, tanto na apresentação dos significados e valores, quanto nas avaliações da integridade e da autenticidade das cidades patrimônio mundial;
- c) Relação entre significância, integridade e autenticidade: observou-se que os significados (valores) possuem destaque na construção da justificativa de salvaguarda da cidade patrimonial, mas que a avaliação final é centrada nos julgamentos (por especialistas) da integridade e autenticidade dessa. Nesse sentido, destacam-se os atributos que carregam a matéria histórica significativa, autêntica e íntegra.

Confrontando, novamente, a interpretação feita com a análise dos *Periodic Reporting* por região, percebe-se que o WHC tem conhecimento das mudanças que ocorreram no sítio patrimonial, a partir do relato dos Estados-parte. A mudança, novos valores contextualizados, são condições próprias da dinâmica patrimonial. Autenticidade e Integridade também demonstraram sofrer influência dessa dinâmica.



2.3 Conservação Urbana Sustentável de Cidades Patrimoniais

Conservação urbana sustentável é um conceito derivado de outros, em dimensões e variáveis, que estão no cerne da teoria contemporânea da conservação patrimonial. Neste sentido, a constatação de que nas teorias e práticas da conservação as metas e os grandes desafios são: manter as suas características físicas e materiais e os seus valores e significados culturais.

Segundo Muñoz Viñas (2005) a definição de conservação patrimonial das chamadas teorias clássicas de Viollet-le-Duc (1814-1879), Ruskin (1818-1900), Boito (1836-1914) e Brandi (1906-1988) a partir da década de oitenta do século XX, passaram por uma considerável mudança de foco e abordagem. O entendimento de que a conservação dizia respeito às atividades realizadas para manutenção dos significados dos objetos, quanto à restauração estilística destes, ou à manutenção das marcas do tempo, passou a ser entendida, englobando todos os processos que envolvem a conservação em termos da manutenção dos significados e valores dos bens patrimoniais.

Esta nova abordagem é claramente indicada na Carta de Burra (1999) quando esta define que "*conservação são todos os processos de cuidar de um lugar, de modo a manter a sua significância cultural*", porém esta mudança de foco e abordagem, o próprio Muñoz Viñas (2005, 37) já observa na obra do austríaco Alois Riegl em 1903, "*Der moderne Denkmalkultus*". Riegl entendia que a conservação dizia respeito a um todo do conhecimento, sem se limitar a um único campo de especialização; além disso, sugeriu que os monumentos são realmente considerados como tal porque nós, sujeitos modernos, atribuímos valores a eles.

Outros estudiosos corroboram com essa visão de Muñoz Viñas. Françoise Choay (2006, 168), considera que Riegl empreendeu uma análise crítica do monumento histórico, tratando-o como um objeto social e filosófico, observando que "*só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento*



histórico permite fundar uma prática. Daí uma dupla abordagem – histórica e interpretativa”.

No que se refere à noção de desenvolvimento sustentável na conservação do patrimônio cultural, observa-se que tem sido um tema recorrente nesta esfera (Cohen 2001; Hobson 2004; Nijkamp *et al.* 1998; Rodwell 2003). Desde 1987, quando o relatório da Comissão *Brundtland*, "Nosso Futuro Comum" (1991), foi publicado, houve tentativas de integrar as abordagens do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio urbano (Zancheti e Lacerda 1998). Apesar da ligação das abordagens, até agora não se chegou a uma definição consensual e sólida do que é desenvolvimento sustentável para um sítio urbano patrimonial, mas esta lacuna minimiza-se com as inúmeras experiências de integração entre conservação e estratégias, e políticas de desenvolvimento aplicadas aos sítios urbanos patrimoniais.

Quanto à integração no âmbito da conservação patrimonial com a abordagem da sustentabilidade, a Carta de Burra (1999) ainda é precursora e maior referência da relação, quando afirma que o *“significado cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras”*. Isto se confirma ao observar que Sarah Staniforth (2000, 6), após o Relatório *Brundtland*, define o objetivo da conservação sustentável como *“transmitir a máxima importância [dos objetos patrimoniais] para as gerações futuras”*.

A abordagem orientadora da conservação, como manutenção da significância cultural para conservação patrimonial, foi adotada por algumas instituições importantes no âmbito do patrimônio cultural, sob o ponto de vista da sustentabilidade. O English Heritage, instituição britânica de conservação patrimonial, entende a conservação urbana junto à sustentabilidade como o *“processo de gestão das mudanças de um sítio significativo e seus limites da melhor maneira para manutenção dos seus valores culturais, enquanto reconhece as oportunidades para revelar ou reforçar estes valores às gerações presentes e futuras”* (English Heritage 2008, 71).

Muños Viñas (2005) concorda com as definições anteriores, e afirma que o princípio da sustentabilidade na conservação é a consideração, quando da tomada de



decisões sobre os objetos patrimoniais, com os futuros envolvidos e utilizadores destes. Isso significa que a conservação urbana sustentável visa manter a condição para a interpretação do patrimônio a partir da relação de valor entre as gerações.

The principle of sustainability in conservation mandates that future users should be taken into account when decisions are made. The object is seen as a "source of meanings" that can be exploited at different levels. If only be natural to transform objects in as free a way as desired, just as radical subjectivism proposes: without the notion of sustainability, contemporary theory of conservation would be a sort of "democratic radical inter-subjectivism", where "anything goes" as long as it is democratically agreed upon (Muños Viñas 2005, 195).

O princípio da sustentabilidade no campo da conservação determina que devam ser tidos em conta os futuros usuários quando da tomada de decisões. O objeto é visto como uma "fonte de significados" que pode ser explorada em diferentes níveis. Se apenas os usuários presentes forem considerados na conservação, seria natural transformar objetos de forma tão livre quanto se possa desejar, assim como o subjetivismo radical propõe: sem a noção de sustentabilidade na teoria contemporânea da conservação, seria uma espécie de "intersubjetivismo radical democrático", onde "vale tudo", desde que seja democraticamente acordado (Muños Viñas 2005, 195, tradução livre).

A conservação urbana sustentável, portanto, tem como objetivos: 1) manter as condições de significância, integridade e autenticidade para a interpretação da relação patrimônio-valor entre gerações; 2) manter registros dos valores indicados pelas gerações passadas para o uso das gerações presentes e futuras; e 3) deixar em aberto para as gerações futuras a possibilidade de interpretar e associar novos valores do passado e do presente ao patrimônio (Zancheti e Lacerda 1998). Os sujeitos são elementos fundamentais na relação objetos e contextos patrimoniais.

A cidade patrimonial é, portanto, um conjunto de objetos formais; estruturas naturais, construídas, e humanas; relações e processos simbólicos. É representada como entidade significativa, que abrange atributos materiais e não materiais, relacionados a um modo de construção, de viver e de ser específico. Os objetos e processos patrimoniais devem ser reconhecidos pelos grupos sociais de envolvidos como sendo parte essencial de um todo inteligível com valor a ser mantido e transmitido ao futuro.

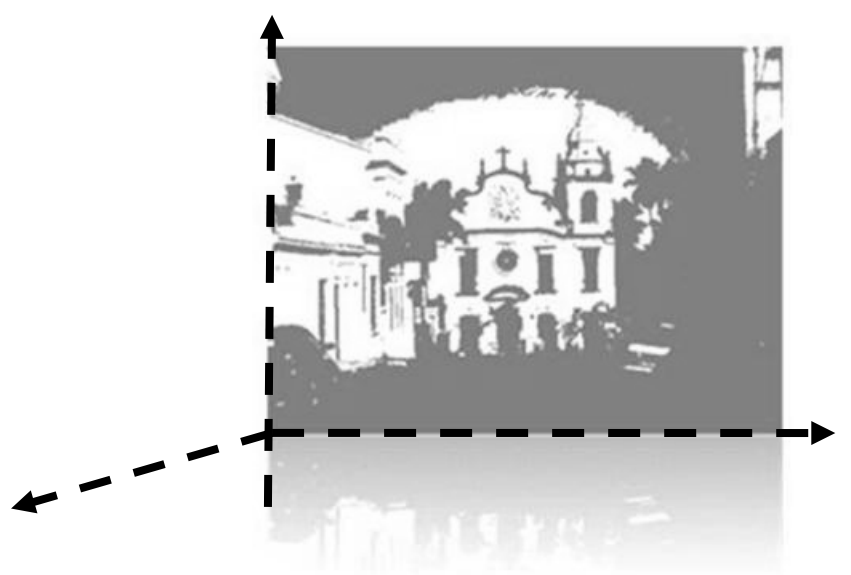


Portanto, a construção teórica desta tese parte do pressuposto de que para conseguir a conservação urbana sustentável, os gestores dos sítios urbanos e outras partes envolvidas, agem sobre o estado dos atributos da herança patrimonial³³ que transmitem valores, os quais podem ser de natureza material (tangível) ou não material (intangível), em uma relação temporal entre sujeitos e objetos e processos patrimoniais. A conservação urbana sustentável do patrimônio cultural depende da manutenção de suas significâncias culturais presentes e passadas ao futuro.

Observa-se, então, que os atributos dos objetos e dos processos, que estabelecem uma relação valorativa com os envolvidos de um determinado contexto, dividem-se em dimensão material e não material (Appelbaum 2009). Estas dimensões relacionam-se a partir das variáveis de significância, integridade e autenticidade no âmbito da conservação patrimonial.

Sendo assim, o indicador de avaliação do estado de conservação sustentável deverá medir a manutenção dos valores, da integridade e da autenticidade dos atributos dos objetos patrimoniais segundo os sujeitos envolvidos (intersubjetividade) no contexto urbano patrimonial a ser monitorado.

³³ A herança patrimonial é o conjunto de objetos e processos dos sítios urbanos que estão sob a proteção da sociedade por um sistema jurídico (Silva 2003). Uma visão holística da conservação urbana sustentável amplia o conceito de conservação integrando-o ao de sustentabilidade entendendo o patrimônio não só por meio dos valores culturais e patrimoniais, mas como recurso, envolvendo todas as partes interessadas, envolvidas, atingidas por este universo patrimonial (Rodwell 2003).





3 DIMENSÕES E VARIÁVEIS DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL

De acordo com o método de Base Teórica (Carley 1985) a construção do indicador proposto perpassa pela decomposição das dimensões e variáveis que expressam o tema em questão. Neste capítulo desenvolve-se a concepção teórica das dimensões e variáveis do indicador de avaliação do estado de conservação urbana sustentável a partir da relação dos objetos e processos patrimoniais frente aos sujeitos envolvidos. Divide-se em: (3.1) a relação entre sujeitos e atributos físico-materiais e não materiais dos objetos e processos patrimoniais; (3.2) valores e significância cultural; (3.3) integridade e autenticidade do patrimônio cultural; e a (3.4) conclusão do capítulo com os julgamentos (subjetivos e intersubjetivos) dos envolvidos.

3.1 Sujeitos, Objetos, Processos e Atributos: uma relação indissociável dos símbolos patrimoniais.

A relação entre sujeito e objeto perpassa gerações e constitui-se no cerne do pensamento filosófico. O mundo sensível, dos objetos, da matéria, e das idéias, do pensamento dos sujeitos, por mais que tratados cientificamente em separado, relacionam-se e constituem um todo.

A interação entre homens e objetos se dá por meio dos sentidos, e assim, o sujeito transforma o objeto, pois *“a mente sobredetermina o ente: o sujeito transforma a finitude natural em uma finitude social, o ente perde a sua autonomia e passa a existir em razão de um ente pensante”* (Puls 2006, 9). O mundo dos objetos (ente) passa a existir em função dos sujeitos (ente pensante) constituindo-se meios para a sua existência intrínca.

Essa relação tem a ver com a natureza da percepção humana. Primeiramente, a interação com o que nos invade os sentidos resulta em uma reação totalmente instintiva, rápida e de ação sobre algo; posteriormente, conforme a interação ganha tempo, o ser humano consegue relacionar aquilo com algo já observado, vivenciado,



fruto de uma experiência passada (Caple 2000). Puls (2006) expõe essa relação da seguinte forma:

Existe uma diferença entre sujeito e objeto que nos causa uma sensação de estranhamento, dificultando nossa compreensão. (...) O objeto é um ente, uma coisa material finita. Essa finitude indica que ele abriga uma contradição interna, que define seus limites: ele não é apenas um ser, mas um ser que carrega dentro de si seu próprio fim, seja no espaço (o ente possui um contorno), seja no tempo (ele possui uma origem e um fim). Diante do objeto, o sujeito é um outro (um ser outro), um ente que se distingue do primeiro por sua consciência: se o objeto é um ente, o sujeito é ente pensante. (...) O pensamento é um não ser: ele é a negação do ente. (...) E, como o pensamento não existe fora da matéria, mas dentro dela, esse antagonismo se desdobra no interior do próprio ente como uma condição entre a matéria e a matéria pensante, entre o objeto (ente) e o sujeito (ente pensante). O homem não está frente ao mundo que procura compreender e sobre o qual atua, mas dentro dele (Goldmann *apud* Puls 2006, 7-8).

Portanto, *“só se compreende, distingue e conhece as coisas pela correlação com imagens existentes; nós só conhecemos as coisas por uma referência com o passado. (...) O passado legitima o presente”* (Caple 2000, 12). Por mais distante que seja este passado referência, ele só atinge esse patamar quando o homem se sente parte integrante deste; no processo de identificação e reconhecimento.

O patrimônio é constituído por aqueles objetos e processos que as instituições sociais escolhem como sendo importantes para serem transmitidos às gerações futuras. Para a sociedade, a importância dada refere-se aos valores atribuídos pelos processos coletivos, por meio da seleção entre sujeitos (intersubjetiva) e pelos processos de validação realizados de tempos em tempos.

A conservação de sítios urbanos (o todo ou partes destes) ao contrário da conservação de sítios arqueológicos ou a conservação das obras de arte, versa sobre estas duas esferas: os objetos urbanos e a presença dos seres humanos em convivência no sítio (Zancheti e Jokilehto 1997) ou seja, objetos (artefatos) e processos que têm valor para as pessoas. Appelbaum (2009) não difere objetos de processo em princípio, pois entende que o termo objeto trata de todas as coisas do âmbito da conservação patrimonial, mas discrimina objetos tangíveis e intangíveis.



Neste trabalho optou-se pelo caminho da distinção entre os termos. Por objetos ou artefatos entendem-se as entidades físicas, com substância material, que tenham sido passíveis da atuação (alteração ou escolha) dos sujeitos sociais: *“rigorosamente, cada fragmento que prove a atividade humana deve ser categorizado como um artefato”* (Biek apud Caple 2006), e *“o termo ‘objeto’ é também amplamente utilizado para referir-se a qualquer entidade física criados por seres humanos”* (Caple 2006). Por processos consideram-se tudo aquilo que promove a transformação do sítio urbano; alterando continuamente o estado das coisas devido à ação humana; estão imbricados à substância material do objeto³⁴.

Alguns processos importantes para a conservação do patrimônio são, por exemplo, a construção civil e as obras públicas (por exemplo, Alberobello, Itália), os rituais religiosos (por exemplo, Kandy, Sri Lanka), as formas de apropriação dos recursos naturais do local (por exemplo, Matera, Itália), o funcionamento das infra-estruturas que dão apoio às atividades urbanas (por exemplo, Valparaíso, Chile) e outros intrinsecamente ligados à vida das pessoas do local.

A partir dessa relação íntima, como o mundo artificial (*habitat* do homem) passa a se sobressair, este se distancia do mundo natural e tudo em volta do homem passa a ser objeto que responde a um reconhecimento e uma necessidade, pois *“os artefatos [objetos] resistem [ao tempo] enquanto respondem a uma necessidade humana, que constituem sua razão de ser”* (Puls 2006, 11).

Porém, objetos e processos não são valiosos em si mesmos. Eles têm atributos que os tornam especiais em relação a demais objetos. Os atributos podem ser materiais, quando são tangíveis, ou não materiais, quando são intangíveis, como a religião ou outra peculiaridade cultural importante. Mas, não é simples separar os atributos materiais dos atributos não materiais, uma vez que os processos de valoração ocorrem combinando as dimensões, e a separação é apenas para fins acadêmicos e analíticos.

³⁴ Appelbaum (2009, 3-11) discrimina os objetos a partir de suas dimensões: material e não material; e estas a partir do tipo de informação para caracterização do objeto patrimonial em questão: objetivas (físico-materiais) e não objetivas (imateriais).



Twentieth-century archeologists have shown that social and personal beliefs are expressed in the form and decoration of an object, even to the point of detecting the influence of individual craftsmen (Deetz and Dethlefsen 1994). This has led to an awareness that all objects are culturally and contextually sensitive (Tilley 1994), and that even the materials of which the object was composed have complex meaning and symbolism (McGhee 1994) as well as functional requirements (Caple 2006, 6).

Arqueólogos do século XX demonstraram que crenças pessoais e sociais são expressas na forma e na decoração de um objeto, mesmo ao ponto de detectar a influência daqueles que o produziram, os artesãos (Deetz e Dethlefsen 1994). Isto levou a uma conscientização de que todos os objetos são culturalmente e contextualmente sensíveis (Tilley 1994), e que mesmo os materiais que compunham um objeto têm significados complexos e simbolismo (McGhee 1994), bem como requisitos funcionais (Caple 2006, 6, tradução livre).

Caple (2006, 9) destacou que os objetos têm tanto funções utilitárias quanto ideológicas para a sociedade, pois são tanto instrumentos quanto signos: “*Eles [os objetos] representam e moldam a identidade dos que os produzem e, também, dos que os utilizam*” (Chilton *apud* Caple 2006, 9). Puls (2006) divide-os em dois tipos. Aqueles com utilidade material são chamados bens, e possuem um valor-de-uso material (dimensão objetiva) e os que têm uma utilidade ideal são os chamados signos, e possuem um valor-de-uso ideal (dimensão subjetiva). A complexidade de um objeto reconhecido como patrimônio, especificamente de um sítio urbano patrimonial, é que este se constitui tanto como um bem quanto um signo.

A condição ideal, que considera os objetos como signos, é aquela inspirada pelo passado conhecido, em que aqueles são fruto de uma cultura³⁵ e, conseqüentemente, de um contexto³⁶ social. O sítio urbano patrimonial é um conjunto de elementos urbanos e arquitetônicos com valor-de-uso material e valor-de-uso ideal para a sociedade interessada e envolvida. Caple (2006, 13) levanta a questão de que os objetos, particularmente os funcionais, são vistos como verdadeiros – a coisa real – pois chegaram até o presente, vindos do passado,

³⁵ “Em conjunto com a economia e a política, um dos três subsistemas artificiais (em sua feitura) e concretos, de toda sociedade humana. Caracteriza-se por relações como as de investigar, teorizar, mitificar, comunicar, ensinar, persuadir, curar e adorar” (Bunge 2006, 89). Neste sentido, totalmente referenciada e fruto dos homens, da sociedade.

³⁶ “Todo domínio ou universo do discurso ao qual um dado item pertence, ou nele está engastado” (Bunge 2006, 76).



diretamente de seus criadores e não são traduzidos ou interpretados por um escritor qualquer, são vivenciados.

O entendimento ordinário que se tem sobre o signo é o de uma *“coisa que ‘está no lugar de’ ou representa outro objeto”* (Bunge 2006, 353). Adentrando a ciência dos signos e dos sistemas de significação – a semiótica³⁷ – o conceito de signo se explicita e desdobra, possibilitando uma compreensão da indissociabilidade dos sujeitos, objetos e significados no campo da conservação patrimonial.

[...] O signo não é um ser para o indivíduo, mas um ser para a sociedade. Cada signo possui um horizonte social: ele é criado por uma pessoa, mas só será reconhecido e usado como tal se expressar um significado relevante para comunidade (Bakhtin *apud* Puls 2006, 45).

Ferdinand de Saussure (1857-1913) concebe o signo *“como uma entidade de dupla face (significante e significado)”* (Eco 2006, 9) em que o *“plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo”* (Barthes 2006, 42). Apesar do desenvolvimento das pesquisas no âmbito da lingüística e das definições – elaboradas sobre a função do signo por Saussure – segundo Eco (2007, 10) ele não chegou a definir com clareza o que seria o *significado*; deixou-o *“a meio caminho entre uma imagem mental, um conceito, e uma realidade psicológica não circunscrita diversamente, [mas] sublinhou energicamente o fato do significado ser algo relacionado à atividade mental de indivíduos no seio da sociedade”* (Eco 2007, 10).

Um signo é um *ícone*, um *índice* ou um *símbolo*. Um ícone é um signo que possuiria o caráter que o torna significativo, mesmo que seu objeto não existisse (...). Um índice é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante. (...) Um símbolo é um signo que perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante (Peirce 2008, 74).

Charles Morris (1833-1922) amplia e dá maior importância ao signo-símbolo quando definiu que *“uma coisa é um signo somente por ser interpretada como signo por algum intérprete”* (Eco 2007, 11) possibilitando o entendimento dos aspectos e

³⁷ O termo semiótica refere-se à linha filosófica-peirceana e morrissiana; e o termo Semiologia refere-se à linha linguística-saussureana. Como no trabalho de Humberto Eco, *“Tratado Geral de Semiótica”* (1976), adotaremos “o termo semiótica como equivalente à semiologia” (Eco 2007). E mais, *“a semiótica tem uma dupla relação com as ciências: ela é simultaneamente uma ciência entre as ciências e um instrumento das ciências”* (Morris s.d.).



capacidades a que Peirce se referiu. Segundo Eco, deve-se aprimorar a definição de Morris com o destaque de que a existência do destinatário humano é a “*garantia metodológica (e não empírica) da existência da significação, ou seja, da existência de uma função sígnica estabelecida por um código*” (2007, 11).

Ora, a noção de que há uma relação de semiose entre sujeitos e objetos patrimoniais, e estes devem ser entendidos como símbolos, é a noção contemporânea sobre a conservação patrimonial: “*o que cada objeto de conservação tem em comum é a sua natureza simbólica: são todos símbolos, todos eles comunicam algo*” (Muñoz Viñas 2005, 44, tradução livre) não somente no tempo presente, mas também intergerações, àqueles envolvidos com este universo.

Objects act as symbols encapsulating the beliefs of a given culture at a particular moment in time through their physical form and decoration. This is often preserved through the object's continued survival and is referenced by future generations. Thus objects should also be seen as palimpsests, having an evolving series of meanings over time (Ames *apud* Caple 2006, 7).

Os objetos agem como símbolos envolvendo as crenças de uma determinada cultura em um determinado momento no tempo através da sua forma física e ornamentação. Isto é, freqüentemente, preservado através da sobrevivência contínua do objeto e é referência às gerações futuras. Assim, os objetos também devem ser vistos como palimpsestos, com uma série de significados que evoluem ao longo do tempo (Ames *apud* Caple 2006, 7, tradução livre).

Observa-se que os objetos-patrimoniais, ou objetos-símbolos, destacam-se em um determinado contexto em função das relações que suscitam aos sujeitos envolvidos com estes. Nelas, quanto mais sujeitos envolvidos estejam presentes e compartilhem os valores patrimoniais, maior será a possibilidade de permanência no transcorrer do tempo.

É proveitoso considerar, quando diante dos objetos vindos do passado, que estes são instrumentos, símbolos e documentos, que refletem funções utilitárias, significativas e históricas (Caple 2006, 8). Nem todos os significados ou valores atribuídos na relação sujeito-objeto são importantes na conservação urbana sustentável. Os importantes são aqueles socialmente validados que expressam uma coletividade.



Essas relações são, portanto, de valoração, que ocorrem com a interação dos sujeitos e dos objetos, segundo determinadas condições, pois *“um artefato só será preservado se ele significar algo para os homens posteriores, porém isso só ocorrerá se os últimos se identificarem com os primeiros”* (Puls 2006, 32), já que *“as pedras e os materiais não vos resistirão. Mas, os grupos resistirão”* (Halbwachs *apud* Puls 2006, 15).

Todo símbolo é o sinal de reconhecimento de sujeitos humanos, que partilham de um mesmo “mundo-em-comum”. O símbolo não é uma representação de objetos, que é o monopólio do signo, mas a representação de uma comunidade de sentimentos, de crenças ou de linguagem. É o elo social fundamental, enquanto evoca a memória da aliança originária, que dá sentido a cada encontro. Todo símbolo reenvia a estas duas formas de transcendência, que são a memória da história passada e as possibilidades da história futura. Conectivo e projetivo. Este não acede ao estatuto de valor, a não ser que se torne *significante* para um sujeito. É também necessário que o símbolo não permaneça letra morta e possa falar ao desejo (Resweber 2002, 32-33).

Os sítios urbanos patrimoniais constituem-se em um patrimônio particular, em virtude da sua natureza complexa. Eles podem ser entendidos como consistindo de:

- a) muitos objetos individuais;
- b) conjuntos de objetos individuais com características comuns;
- c) conjuntos de objetos vinculados por estruturas simbólicas;
- d) conjuntos de objetos transformados continuamente pelos processos sociais e culturais.

A cidade patrimonial é, portanto, um conjunto de objetos formais, estruturas naturais, construídas e humanas, relações e processos simbólicos. São representadas como entidades significativas que abrangem atributos materiais e não materiais, relacionados a um modo de construção, de viver e de ser específico.

Os objetos e processos patrimoniais devem ser reconhecíveis pelos grupos sociais de envolvidos, como sendo parte essencial de um todo inteligível com valor a ser mantido e transmitido ao futuro. Assim, apesar de transitórios e em constante mudança em essência, permanecerão entre os tempos e as gerações.



3.2 Valores e Significância Cultural: permanências e transformações contínuas.

Os sítios urbanos são conservados porque eles têm valores e estes são sempre definidos em relação a outros. Portanto, é, consideravelmente, difícil definir valores neste universo devido a esta circularidade. O homem se preocupa com o valor desde o início das civilizações, contudo os estudos sobre valor ganharam popularidade nestes últimos cem anos, quando a chamada teoria do valor, ou axiologia, foi formulada no final do século XIX (Frondizi 1971, 3).

Os estudos iniciais sobre “valor” procuraram compreender a natureza deste e dos “objetos de valor”, tentando distinguir o “valor” do “fato com valor”. Diversos posicionamentos se estruturaram neste intuito, e três grandes setores da realidade conduziram as discussões (Frondizi 1971, 5): as coisas, as essências e fenômenos psíquicos. No entanto, os valores não são nem coisas, nem experiência, nem essências, são valores (Frondizi 1971, 6) sendo um erro reduzi-los a objetos ideais, ou que agradam e são desejados, ou ainda, pelo fato de não existirem por si mesmos, mas dependerem de um suporte, geralmente de uma substância corporal, ser tidos como condição da matéria.

Segundo Frondizi (1971, 8) seria mais apropriado afirmar que os valores são “qualidades irreais”, embora não “ideais”, pois não criam uma realidade para os objetos, mas apenas um valor acrescentado às demais qualidades existentes desses objetos. Ou seja, os valores não são coisas nem elementos das coisas, são uma qualidade, um adjetivo.

É desafiador, no âmbito da avaliação da conservação dos bens patrimoniais, determinar se os valores dos objetos patrimoniais são intrínsecos aos objetos³⁸ (abordagem objetiva) ou se são definidos pelos sujeitos, ou seja, pelas pessoas (a abordagem relativista). A proposta defendida nesta pesquisa, para resolução deste problema, é entender que o sujeito interage com o objeto em determinados contextos

³⁸ Nesta seção, o termo objeto é usado de uma maneira filosófica e inclui os objetos materiais e os processos do patrimônio urbano.



e os valores são determinados por essa relação de interação. Segundo Frondizi (1971) os valores devem ser interpretados como uma qualidade *Gestalt*. O objeto não é passivo, assim como o sujeito também não é absoluto na projeção de valores sobre o objeto. Existe uma determinação recíproca que depende do contexto em que a interação acontece (Frondizi 1971).

(...) Values seem to have an antithetical nature. They cannot be separated from the empirical qualities and yet neither can they be reduced to them. (...) This is the case because value is a Gestalt quality. (...) a Gestalt should not be confused with a concept, since it has empirical, individual existence. (...) values depend on, but cannot be reduced to, the empirical qualities from which they spring. (...) it should not be confused with the mere sums of its parts nor taken as a mechanic aggregate. The totality is what counts and a Gestalt emphasizes the unity of the multiplicity. A Gestalt is both the form and the content (Frondizi 1971, 9-10, 160-162).

(...) Os valores parecem ter uma natureza antitética. Eles não podem ser separados das qualidades empíricas e nem podem ser reduzidos a elas. (...) Este é o caso de porque o valor é uma qualidade da *Gestalt*. (...) uma *Gestalt* não deve ser confundida com um conceito, uma vez que tem existência empírica, individual. (...) Os valores dependem, mas não pode ser reduzidos às qualidades empíricas de que resultam. (...) [Uma *Gestalt*] não deve ser confundida com a mera soma de suas partes, nem considerada como um agregado mecânico. A totalidade é o que conta e uma *Gestalt*, enfatiza-se a unidade da multiplicidade. A *Gestalt* é tanto a forma quanto conteúdo (Frondizi 1971, 9-10, 160-162, tradução livre).

A interpretação de Frondizi condiz com o entendimento de que a relação entre sujeito-objeto patrimonial é a construção de uma narrativa, isto é, um discurso elaborado pelo intérprete (o sujeito) para explicar, em um texto logicamente estruturado, os valores percebidos dos objetos, de acordo com a situação histórica e social em que está mergulhado, e em conformidade com as motivações (ideologia) por trás da produção do texto (Pearce 1992)³⁹.

Os valores dos bens patrimoniais são significativos para a sociedade quando eles são o produto de muitas interações sujeito-objeto, ou seja, quando é o resultado de um grande número de avaliações intersubjetivas. Estas avaliações estão relacionadas ao tempo histórico e às memórias coletivas (Zancheti *et al.* 2009).

³⁹ Michalsky (1992, 242, tradução livre) diz que “não é o discurso entre significante e significado, autor e leitor. As palavras nos enganam com derrapagens infinitas, mas as narrativas e os seus textos, em última análise, todos nós temos”.



Portanto, os valores do patrimônio podem ser muitos, dependendo de quem o avalia, quando ele é avaliado e onde é avaliado. Porém, mesmo que pareçam suscetíveis a estes contextos, os valores patrimoniais são valores culturais de tempo longo e socialmente validados.

Quando se trata dos valores comuns de uma determinada comunidade, eles possuem certa inércia, modificando-se muito lentamente e, conseqüentemente, são perceptíveis somente após um longo período. Evidentemente, o grau de transformação é tão mais lento quanto mais tradicional for uma comunidade. E, se isso acontece, é porque valor e cultura estão fortemente imbricados (Lacerda 2002, 59).

É neste sentido que, apesar do caráter historicamente contingente do valor, têm-se objetos que não se restringem a um determinado período histórico ou grupo social. Esta *“persistência trans-histórica significa somente que, por várias razões, certos textos [objetos] vêm a ter uma adaptabilidade perene no âmbito de uma determinada cultura ou de diferentes culturas em diferentes períodos”* (Connor 1994, 17).

Percebe-se a estreita ligação entre os termos valor e significado no âmbito da conservação urbana. Isto não é de se admirar, pois as definições e reflexões sobre os termos são muito próximas, em função disso, a maioria dos documentos, e o senso comum, estabelece esta analogia.

O significado não é uma ‘coisa’, mas uma representação psíquica da ‘coisa’; (...) esse caráter representativo constituía um traço pertinente do signo e do símbolo; o próprio Saussure notou bem a natureza psíquica do significado ao denominá-lo *conceito*. Não sendo nem ato da consciência nem realidade [e sim o “dizível”], o significado só pode ser definido dentro do processo de significação, dentro de uma maneira praticamente tautológica: é este ‘algo’ que quem emprega ao signo entende por ele (Barthes 2006, 46).

Eco (2007) destaca que o significado é uma referência ao conteúdo de uma expressão. O significado também é contextual, pois o contexto é que o define. Tanto o valor quanto o significado são frutos da relação do sujeito frente ao objeto, em uma interação mútua; são processos mentais, quer sejam de identificação, ou de compreensão. Além disso, ambos estão relacionados com objetos chamados signos ou símbolos.



Valores e significados são, portanto, a essência da conservação urbana patrimonial, pois os objetos e processos patrimoniais se diferenciam dos demais em relação aos valores e significados que determinados grupos e contextos sociais compartilham. O objetivo da conservação urbana é preservar o conjunto de valores e significados pelos quais um objeto foi selecionado como bem patrimonial de uma determinada época e lugar.

É por meio de uma Declaração de Significância Cultural que se “materializa” a importância (valores e significados) de sítio urbano patrimônio da humanidade. Apesar de existir, em outros diversos formatos e ser utilizada há tempos, ganhou importância no âmbito da conservação patrimonial no momento em que a UNESCO passou a exigí-la às análises dos pedidos de inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO 2005).

O conceito de significância cultural engloba todos os valores consensuados como patrimônio dentro de um período de tempo, ou seja, é sinônimo de valor do patrimônio cultural. A Carta de Burra define a significância cultural como os “*valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras*” e acrescenta que a significância está “*incorporada no próprio sítio, sua estrutura, ambiente, usos, associações, significados, registros e diz respeito a lugares e objetos*” (1999, art.1).

Nesse sentido, a significância cultural remete às qualidades dos monumentos históricos, inerentes ou adquiridas com o tempo a partir das relações destes objetos com o seu contexto social; entendendo que a coexistência de valores, mesmo em situações de divergência dos envolvidos, faz parte da construção da significância cultural. Mason (2004) observou a natureza conflituosa do conceito, quando destaca que a significância é uma expressão dos significados culturais e, portanto, deve-se esperar a mudança, pois envolve diversidade de valores e conflitos entre estes, além de estar subordinada ao tempo, local e diversos outros fatores.

Observa-se que a construção da significância cultural é feita a partir da interação dos significados do presente e do passado, utilizando suportes de memória



(livros, documentos, fotografias, dentre outros) que mediam as escolhas entre estes. O processo de mediação é o julgamento dos significados, identificando aqueles que serão priorizados na conservação do bem patrimonial. O resultado desse julgamento será ou não validado socialmente (Zancheti *et al.* 2009).

Os valores são sempre identificados em relação a outros; então a significância cultural é um conjunto de valores que têm sido mutuamente fixados e refixados, sendo complexa a separação entre valores. Por exemplo, o valor econômico de um objeto terá forte influência na determinação do seu valor estético, se o autor deste objeto é um artista de renome.

A significância cultural é, portanto, o conjunto de todos os valores conhecidos de um objeto e, nesse sentido, é impossível para uma interpretação capturar a significância cultural plena do patrimônio (Zancheti *et al.* 2009) em uma sociedade específica e em um período temporal histórico. Qualquer tentativa de formalizar a significância cultural em texto contextualizado produz sempre, apesar de necessária, um conjunto parcial de valores, ou uma narrativa específica.

Segundo Holder (1987) e mais além Caple (2000) os objetos patrimoniais podem ter valor funcional, simbólico ou documental. Os processos também têm valores semelhantes, com exceção dos especificamente documentais, já que os processos estão em constante evolução e não podem ser usados como instrumentos para registro do passado.

Os valores funcionais do patrimônio são os relacionados com o desempenho de uma atividade na sociedade. Eles se originam a partir da perspectiva utilitária e a necessidade de reproduzir os serviços e produtos da sociedade. Já os valores simbólicos são aqueles que vinculam significados aos objetos ou reforçam significados. Estes dependem do passado e do presente de uma cultura e das relações sociais.

As formas dos valores simbólicos podem ser muitas. Por exemplo, podem ser artísticos ou religiosos, ou sobre poder, riqueza ou status social. Estes não são permanentes, uma vez que estão ligados à dinâmica das relações sociais. Por fim, os



valores documentais são aqueles que registram a passagem do tempo histórico, isto é, imprimem marcas do passado no objeto, permitindo assim que as pessoas possam lê-los como documentos de períodos históricos.

A declaração de significância é um instrumento que seleciona um conjunto de valores da significância com a intenção de produzir um instrumento de gestão da conservação do patrimônio. É um conjunto de valores que foram selecionados e validados por procedimentos socialmente institucionalizados, como por exemplo, por meio de consultas públicas ou leis. É uma referência da significância cultural, escolhida de acordo com os objetivos definidos para a gestão dos sítios.

A declaração de significância passou a ser um instrumento que engloba um conjunto de valores e significados à gestão da conservação do patrimônio cultural. Esta é, portanto, utilizada como um instrumento de “memória” e “orientação para ação”. O primeiro resulta no registro para o futuro da valoração que uma comunidade específica realizou de um objeto patrimonial. O segundo tem como efeito a especificação das características do objeto, as quais a comunidade atribuiu valores, e que deveriam ser mantidas ao longo do tempo, em integridade e autenticidade.

Contudo, a declaração não deve ser vista como perene. Ela não é um substituto completo dos valores e significados dos bens patrimoniais, pois, estes devem ser revistos periodicamente para a apreciação e validação pelos envolvidos na conservação do sítio, já que são frutos de uma relação objeto-sujeito no presente.

A declaração de significância, portanto, deveria conter tanto os significados validados como os não validados, construindo um documento que servirá não apenas ao presente, mas também ao futuro (Zancheti *et al.* 2009). Isso se justifica, pois o julgamento em questão refere-se a valores e significados; portanto, não é baseado somente em elementos de pura racionalidade ou de conhecimento prático.

No caso da validade, a declaração de significância será sempre restrita aos indivíduos e aos grupos sociais consultados. Entende-se que esta abordagem sobre a significância cultural é mais adequada à problemática contemporânea de



permanências, transformações e agregações nos processos de conservação urbana consequentemente para avaliação do estado de conservação dos bens patrimoniais.

3.3 Integridade e Autenticidade: atributos versus consensos intersubjetivos

A integridade é um conceito que passou a fazer parte da conservação do patrimônio urbano, a partir da sua utilização na preservação dos sítios com predominância dos sistemas naturais, ou da natureza. À primeira vista, não há dificuldades em sua compreensão no universo dos sistemas naturais, já que a definição das Diretrizes Operacionais para a Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO 2005 e 2008) afirma que a integridade é uma medida da completude e da condição de intacto dos atributos naturais. Examinando a noção a partir disso, e estendendo-a aos objetos culturais, a integridade requer uma avaliação sobre completude e inteireza dos bens culturais.

Integridade é a medida da completude e da inteireza do patrimônio cultural e seus atributos. Examinar as condições de integridade requer, portanto, avaliar a extensão para a qual o bem: a) inclui todos os elementos necessários para expressar seu valor universal; b) tem um tamanho adequado para garantir a representação de suas características e processos capazes de portar a significância do bem; c) sofre os efeitos adversos do desenvolvimento ou da incúria (UNESCO 2005, 23).

A noção da completude averigua se o bem, em elementos e tamanho, contém todas as características necessárias para expressar os valores pelos quais o considera objeto patrimonial. A inteireza averigua se as características são ainda capazes de expressar os valores, apesar dos impactos e das ameaças sofridas pelo desenvolvimento do contexto em que o bem está inserido.

Observa-se que a maioria das interpretações sobre integridade é enraizada nas características físico-materiais do bem patrimonial. Essa interpretação de integridade pode levar a uma operacionalização do seu indicador, que privilegie as características físico-materiais do objeto patrimonial, em detrimento das não materiais.



Esse alerta foi feito por Jokilehto (2006, 14) quando propôs que também deve ser analisada a integridade social-funcional, ou seja, avaliar a capacidade dos processos sociais e históricos existentes em dar suporte à permanência temporal dos valores universais do bem, sob a noção de integridade. Porém, outros autores apresentam uma visão diferente, fundada na idéia de circunstância, uma vez que os objetos patrimoniais, a fim de transmitir significados, devem ser interpretados em contextos históricos e culturais.

Clavir (1994 e 1994a) considera que a avaliação da integridade deve transcender os limites da materialidade do patrimônio cultural, para incluir o ambiente em que foi criado, entendido, utilizado e transformado. Ela antecipa a idéia de integridade conceitual.

A fim de esclarecer o fato de que o ato de conservar é um processo de tomada de decisão que inclui a consideração das propriedades não materiais dos objetos, propriedades tais que são nós de significados culturais ou religiosos, ou da própria intenção do artista. Estas propriedades são incluídas, mesmo que não sejam fisicamente evidentes para nós, através do objeto (Clavir 1994, 53).

Jokilehto (2006), seguindo a mesma linha de pensamento, propõe que a integridade seja entendida a partir de três dimensões: a sócio-funcional, a estrutural e a visual. Integridade sócio-funcional está relacionada com as atividades realizadas, quando foi feito uso do patrimônio em seu desenvolvimento histórico e as interfaces que o patrimônio local estabelece com a sociedade, religião, meio ambiente e circulação das pessoas. Integridade estrutural manifesta-se pela solidez dos vestígios da herança que transmitem mensagens de sociedades passadas. Finalmente, integridade visual remete à capacidade dos objetos (e processos) de expressar visualmente (ou esteticamente) mensagens e significados. Pressupõe-se que as três dimensões atuam simultaneamente, pois cada uma coloca limites e, ao mesmo tempo, abre-se vistas à identificação e interpretação de valores.

Neste contexto de pesquisa, na relação objetos-sujeitos-valores, a integridade deve ser entendida como o nível em que os atributos do patrimônio carregam valores



de forma íntegra, completa e segura; considerando seus contextos passados e presente.

No que se refere à autenticidade dos objetos culturais, a questão vem sendo discutida há muito mais tempo que a integridade. Porém, continua de difícil operacionalização, já que é uma noção relacionada à idéia de verdade ou falsidade e, portanto, depende fundamentalmente de juízos de valor. Constatase que há uma predominância da abordagem físico-material neste juízo de valor, quanto à autenticidade que prevalece na conservação patrimonial.

Até o Renascimento, a noção de verdade foi pré-estabelecida pelo divino, assim como as leis e convenções sociais (Lowenthal 1992 e 1999). De acordo com Taylor (1992) a origem do homem moderno rompeu com a lógica anterior e o fez responsável por produzir a sua verdade para sua própria condição de existência. Para o homem moderno, a verdade é o resultado de um ato de autonomia de cada sentença baseada na razão, e de um conhecimento objetivo do mundo fornecido pela ciência.

No entanto, as condições objetivas para a interpretação do mundo, especialmente da sociedade, não são mais preponderantes no mundo contemporâneo. O conhecimento atual do mundo é definido a partir de uma visão pós-metafísica; que defende a hipótese de que só se pode apreender a realidade a partir da interpretação desta. A hipótese preponderante é de que *“não existe nenhuma maneira de apreender a realidade de fora de um quadro interpretativo desta, e existe uma multiplicidade irreduzível dos quadros interpretativos”* (Ferrara 1998, 11).

A aplicação deste raciocínio ao universo da conservação patrimonial torna evidente que a verificação da autenticidade de um objeto patrimonial não tem lugar fora de um contexto coletivo. Ou seja, o reconhecimento intersubjetivo, por parte de uma determinada sociedade, da autenticidade dos objetos patrimoniais baseia-se em um conjunto de regras e valores mutáveis ao longo do tempo.

A partir do entendimento anterior de que o valor é conferido aos sítios por meio do conhecimento e das relações sócio-culturais, que ocorrem no espaço e no



tempo (Jamal e Hill 2004) a autenticidade será vista de forma diferente pelas diferentes gerações. Ela, também, será reflexo da necessidade de verdade, das normas e credos; dos usos do patrimônio (Lowenthal 1999).

Somente em 1994 foi realizada uma discussão sobre o conceito e os atributos por meio dos quais se manifesta a autenticidade. Esta discussão resultou no chamado Documento sobre Autenticidade da Conferência de Nara (ICOMOS 1994). As idéias centrais do documento é que a autenticidade é o fator essencial para a atribuição de valor ao objeto patrimonial, e esta decorre da diversidade cultural e do julgamento destes, considerando o contexto cultural de cada objeto.

Neste sentido, o Documento de Nara segue de perto a compreensão sobre a autenticidade do patrimônio expressa nas obras de Taylor (1992) e Ferrara (1998). Porém, o documento não consegue chegar a uma definição conceitual precisa, mas sim a uma operacional, deixando o termo ainda subjacente (Heynem 2006, 289).

Apesar disso, a Conferência em Nara identificou os meios pelos quais os atributos ou fontes de informação sobre a autenticidade podiam ser identificados e diversos critérios de avaliação da autenticidade foram incluídos nas Diretrizes Operacionais para a Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial (2005): forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e fixação; língua e outras formas de não materiais; espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos (UNESCO 2005).

Depending on the nature of the cultural heritage, its cultural context, and its evolution through time, authenticity judgements may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors. The use of these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined (UNESCO 1994).

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, o seu contexto cultural, e sua evolução através do tempo, o julgamento da autenticidade pode estar ligado ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. As fontes de informação podem incluir a forma e o design, materiais e substâncias, uso e função, as tradições e as técnicas de localização e enquadramento, o espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. A utilização destas fontes permite a elaboração das dimensões



artística, histórica, social e científico do patrimônio cultural a ser examinado (UNESCO 1994, tradução livre).

O documento de Nara destaca também que se deve empreender esforços para assegurar uma avaliação da autenticidade patrimonial que envolva uma colaboração multidisciplinar e a utilização adequada de todas as especialidades e conhecimentos disponíveis, para garantir que os atribuídos destacados como de valor patrimonial sejam verdadeiramente representativos de uma cultura e da diversidade dos seus interesses. Por fim, frisa que todos os esforços devem ser feitos para atualizar as avaliações de autenticidade, à luz da mudança das circunstâncias e dos valores dos contextos sociais e culturais em que se inserem os bens patrimoniais.

Jokilehto e Feilden (1993) destacaram que a essência da aplicação do teste de Autenticidade, na avaliação dos lugares indicados para a lista do patrimônio mundial da humanidade, deveria ser quanto à verificação da origem das informações sobre o bem em questão (os valores serem verdadeiros ou terem credibilidade) e que este seja um genuíno e autêntico representante destas informações.

Vale destacar que na Carta de Riga (Stovel 2001) sobre autenticidade e da reconstrução histórica do patrimônio cultural, anterior ao Documento de Nara, já se materializava na definição de autenticidade com intuito operacional e mensurável: *“autenticidade é uma medida do grau em que os atributos do patrimônio cultural (...) são credíveis e testemunham a sua importância”* (Stovel 2001, 244). No entanto, a idéia de medição da autenticidade traz consigo diversos e complexos problemas quando aplicada à prática.

É possível dizer que um objeto é íntegro, ou parcialmente, assim como conseguir avaliar o grau de integridade, pois se encontra muito mais relacionada com a materialidade do objeto. Também se pode dizer que um objeto é autêntico, ou parcialmente, mas é quase impossível avaliar o grau de autenticidade deste objeto, uma vez que esta avaliação é o resultado de um juízo sobre a autenticidade. Pode-se dizer que a autenticidade de um objeto *“é inseparável da sua probabilidade”* (Stone 2002).



Zancheti *et al* (2009a) propuseram que a autenticidade das cidades patrimoniais pode ser analisada a partir de três dimensões distintas e complementares: a) material, b) construtiva e c) expressiva:

a) a dimensão material refere-se à sua criação material, reconhecida como um documento, no qual o seu estado de existência é gravado. Esta se relaciona com a dimensão do *“ato criativo que se materializou nos resquícios materiais inscritos na história”* (Phillipot 2002).

b) a dimensão construtiva refere-se à capacidade de reproduzir a sua construção de forma inventiva e dinâmica. Esta se refere aos processos e não aos estados, e o assunto é o motor desta dinâmica.

c) a dimensão expressiva destaca que a condição para o reconhecimento da autenticidade material e/ou construtiva de uma cidade patrimonial reside na sua expressividade de que é verdade.

Percebe-se que a primeira dimensão da autenticidade manifesta a verdade da cidade como memória viva, e a segunda como o *know-how* da construção física. Já na dimensão expressiva, os atributos físicos e os processos de criação e recriação são destaques, e a autenticidade é o reconhecimento da verdade do patrimônio intersubjetivamente em uma sociedade.

Nesta pesquisa, a autenticidade, então, é o julgamento por parte dos sujeitos envolvidos, ou partes interessadas, da probabilidade dos atributos físico-materiais e não materiais de expressar os valores do patrimônio de forma verdadeira ou falsa.

3.4 Julgamento dos Envolvidos: processos subjetivos e intersubjetivos

Valores e significados, autenticidade e integridade são variáveis resultantes de julgamentos intersubjetivos, frutos da relação dos sujeitos envolvidos com os símbolos patrimoniais. Esta relação é que conformará a significância cultural a ser



conservada à posteridade, baseada em uma seleção dos objetos (artefatos) e processos que têm valor à determinada coletividade.

Os julgamentos intersubjetivos ocorrerão frente aos atributos materiais, quando são tangíveis, ou não materiais, quando intangíveis. Porém, esta separação é pouco sensível, quando da seleção dos valores patrimoniais a serem conservados, pois os valores são qualidades que acrescem valor às demais qualidades existentes no patrimônio (Frondizi 1971).

Um julgamento é uma decisão do sujeito (ou dos sujeitos) ou conclusão baseada em indicadores e probabilidades, quando os fatos não estão totalmente apurados ou claros (Albercromby *apud* Caple 2000, 7) quando há incertezas. Logo, observa-se a contingência temporal e contextual deste processo.

Embora possa parecer lógico supor que o julgamento é feito com base na seleção do melhor resultado provável de uma gama de opções analisadas; o uso de métodos menos lógicos são, frequentemente, mais utilizados. O processo de interpretação inerente aos julgamentos é normalmente feito inconscientemente, e só efetiva-se conscientemente quando há um número de opções com probabilidades semelhantes de sucesso ou fracasso (Caple 2000, 8).

Diversas técnicas são usadas para melhorar a natureza do julgamento de um determinado tema. Uma das mais usadas e com melhores resultados tem três passos importantes: a “quebra” do assunto em questões menores; a comunicação das provas e deduções feitas em cada etapa deste procedimento; e o desenvolvimento de um modelo do problema (Caple 2000, 10).

Segundo Caple (2000), houve pouca exploração das técnicas de julgamento no âmbito da conservação patrimonial. A abordagem de construção de um modelo sofre com a natureza única de cada objeto, e facilita a construção de uma gama diversificada de modelos para o julgamento dos envolvidos com o patrimônio como a mais adequada nesses contextos.



Quanto ao julgamento na conservação urbana sustentável, existem três perguntas ao julgar se o patrimônio está bem conservado ou não; e se a conservação sustentável tem sido exercida durante um determinado período de tempo (UNESCO 2008): 1) foi mantida a significância?, 2) foi mantida a integridade? 3) foi mantida a autenticidade?

Estes julgamentos não podem depender de uma avaliação objetiva da significância, integridade e autenticidade para fins de orientação quanto às decisões sobre a conservação, uma vez que os conceitos são qualitativos, ou seja, “variáveis”, pois não podem ser “medidas” versus as normas quantitativas, como é o caso das variáveis utilizadas na análise científica físico-material. O julgamento pode simplesmente declarar se as variáveis têm-se mantido ou não, ou se ocorreram mudanças no patrimônio, que afetou a percepção da significância, da integridade e da autenticidade de modo positivo (bom) ou negativo (mau).

O filósofo Alessandro Ferrara (1998) analisando o julgamento do povo sobre a autenticidade, também usa o conceito de *phronesis*⁴⁰, porque esse tipo de julgamento é indispensável para avaliar se algo é autêntico ou não, uma vez que não se pode simplesmente recorrer ao objetivo científico (*episteme*) ou conhecimento prático (*práxis*) para sustentação desse tipo de avaliação (Flyvbjerg 2004). Ferrara considera que a autenticidade requer uma validação baseada em um julgamento intersubjetivo, embora não ignorando o pluralismo e a diferença subjacentes a ela. É por isso que ele sugere a noção de “autenticidade reflexiva”. Assim, enquanto ela é subjetiva – uma vez que lida com uma busca individual – é, também, inerentemente intersubjetiva, isto é, relacionada com a consciência coletiva de uma comunidade, visto que pressupõe três condições.

A primeira refere-se à construção da identidade do indivíduo que é compartilhada com outros. A segunda é sobre a autorrealização, que exige o conhecimento dos outros, e a terceira condição refere-se à reflexão (ou inter-julgamento) subjetiva e sua validade. O raciocínio de Ferrara (1998) sobre o julgamento da autenticidade pode ser estendido para o julgamento da significância,

⁴⁰ Deliberação prudente (Hermann 2007).



ou valores, e da integridade, pois estes também exigem uma validação baseada em um julgamento intersubjetivo, sem ignorar, novamente, o pluralismo e a diferença subjacente a isso. Muñoz Viñas (2005) enfatiza, nesse sentido, que

Inter-subjectivism in conservation can be viewed as a consequence of agreements among the subjects for whom objects have meanings. Furthermore, the responsibilities for the conservation of an object fall on the affected people – or their representatives; it is their duty to preserve or restore those objects, and it is for them that conservation is performed (Muñoz Viñas 2005, 153).

A Intersubjetividade na conservação pode ser encarada como uma consequência dos pactos entre os sujeitos envolvidos, para os quais os objetos têm significados. Além disso, a responsabilidade de conservação de um objeto recai sobre as pessoas afetadas, ou os seus representantes; é seu dever preservar ou restaurar esses objetos, e é para eles que a conservação é realizada (Muñoz Viñas 2005, 153, tradução livre).

Em termos práticos, o julgamento das três principais condições, que afirmam se o patrimônio tem sido bem ou mal conservado, é da responsabilidade das pessoas cuja vida é afetada pelo patrimônio e seus significados. Os *stakeholders* podem gerar e serem impactados por efeitos tangíveis e intangíveis, de diferentes formas e magnitudes, dependendo do grau do seu envolvimento com o objeto patrimonial. Portanto, os envolvidos são pessoas com direitos sobre o que fazer com o patrimônio e, nos sítios urbanos, são considerados basicamente a partir de 04 (quatro) grupos: os especialistas, residentes, grupos de referência cultural e visitantes.

Os *especialistas* são aqueles que têm autoridade sobre o patrimônio, devido à: (1) relações de curadoria, (2) contribuições para o seu significado e (3) a sua capacidade de intervir sobre os atributos materiais e não materiais devido à sua especialidade (Michalski 1994; Leigh *et al.* 1994). Segundo Clavir (2002, p.43) o especialista tem um papel fundamental na conservação sustentável que é o de reconhecer e trabalhar com a intersubjetividade, entendendo que o patrimônio é valorizado de forma diferente por indivíduos e grupos, e a partir disso procurar identificar o máximo de consenso social que pode ser alcançado nas decisões referentes à conservação patrimonial. Podem ser gestores envolvidos com a conservação patrimonial, mas não devem ser aqueles que conduzem o processo de avaliação da conservação.



Os especialistas podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é o grupo de *especialistas locais*, ou seja, aqueles que têm conhecimento específico sobre o lugar e fizeram alguma contribuição intelectual e prática para sua compreensão. Não há nenhuma necessidade de que sejam moradores, nem viverem próximos dali. O segundo é o grupo de *especialistas externos*, que têm o conhecimento global sobre conservação de sítios patrimônios da humanidade e trabalham com instituições internacionais de conservação.

No caso dos espaços urbanos – em que o número e os tipos de objetos são muitos – os *residentes*, especialmente os *de longa data*⁴¹, são envolvidos importantes para a conservação sustentável do sítio. Eles tendem a manter as suas propriedades, lutam por melhores espaços urbanos, atraem outros usos urbanos, tais como comércio e serviços locais, mantêm laços com a comunidade e as tradições culturais locais. Eles são o componente essencial do *genius loci* dos sítios urbanos. Manter e ampliar o número atual de residentes é objetivo principal das políticas e programas de conservação urbana⁴².

Existem sítios em que a significância cultural é dependente da presença ou atividade, ou origem, de grupos culturalmente importantes, tais como: ordens religiosas em locais sagrados (por exemplo, Kandy/ Sri Lanka e Axum/ Etiópia), bairros étnicos (por exemplo, bairros judeus e Chinatown), ofício ou locais de produção específicos (por exemplo, relógios em La Chaux-de-Fonds e Le Locle/ Suisse e Saltaire/ França) ou grupos específicos (por exemplo, os afro-brasileiros em Salvador/ Brasil) (Serageldin *et al.* 2001). Estes *grupos de referência cultural* atribuem significados, e são os guardiões destes nas áreas onde vivem, trabalham ou realizam seus rituais.

Finalmente, outra importante parte envolvida são os *visitantes* que procuram lugares que possam fornecer novos significados e experiências autênticas as suas

⁴¹ Na literatura o período de 30 a 40 anos é considerado como referente a uma geração. Como as primeiras cidades patrimoniais foram inscritas na WHL há 30 anos, considera-se como “longa data” na pesquisa a metade desse período temporal, 15 anos.

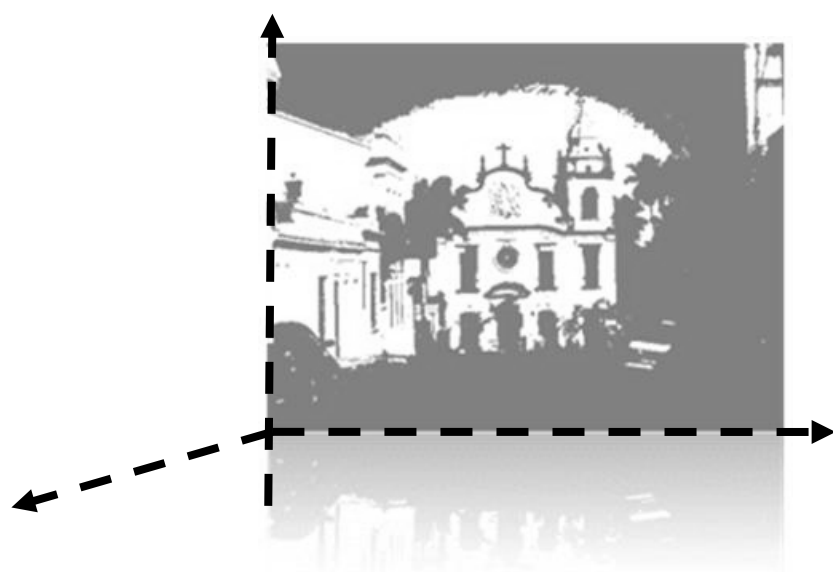
⁴² Nos residentes estão englobados os comerciantes, artesãos, ou quaisquer outras atividades que os moradores possam desenvolver no sítio urbano patrimonial. Como grupo de *stakeholders*, os sujeitos que praticam estas atividades, não foram considerados em separado em função do referencial consultado.



vidas (Jamal e Hill 2004). A promoção do turismo tem sido por diversas vezes a força motriz por trás de iniciativas para conservação dos sítios urbanos de interesse patrimonial (Orbaşlı 2000).

Os *stakeholders* tendem a desempenhar um papel crescente na gestão da conservação do patrimônio, uma vez que as decisões neste campo devem ser alcançadas por meio de acordos entre os sujeitos envolvidos. De acordo com a abordagem contemporânea, as interpretações e decisões no campo da conservação patrimonial são baseadas na negociação, discussão e consenso, contingente e contextual, entre os envolvidos (Avrami *et al.* 2000; Staniforth 2000; Cameron *et al.* 2001).

Portanto, referir-se à Conservação da significância cultural trata-se dos valores e significados comuns a vários indivíduos (pluralidade de indivíduos); aqueles que passam por processos de julgamento e validação intersubjetivos (Zancheti *et al.* 2009) frente aos objetos e processos de conservação. A investigação dos valores relevantes à conservação deve ser feita em grupos de indivíduos da mesma comunidade, e estes devem ser plurais, heterogêneos, mesmo nos subgrupos de especialistas, visitantes, e outros.





4 AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL

O quarto capítulo tem como foco o modelo teórico e a estrutura matemática do indicador proposto. Inicia com a (4.1) reflexão sobre a construção do indicador de conservação, desenvolvendo o modelo teórico e a estrutura matemática; (4.2) a validação e atribuição dos pesos de ponderação do indicador por meio do método *Delphi*; e (4.3) propõe um instrumento e levantamento de dados para alimentação do indicador. O método *Delphi* foi usado em função da possibilidade de reunir uma diversidade significativa de envolvidos com a temática, confrontando-os com a abordagem teórica emergente e a estrutura matemática propostas para o indicador de avaliação do estado de conservação urbana sustentável. Por fim, conclui-se com (4.4) a sensibilização do indicador proposto.

4.1 O indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Sítios Urbanos Patrimoniais

Os objetivos e as metas da conservação urbana sustentável pressupõem a manutenção da significância, integridade e da autenticidade dos atributos materiais e não materiais, que serão levados em consideração na interação entre sujeitos e objetos patrimoniais. Entende-se, então, que a conservação é um conjunto de ações de identificação, análise, avaliação e decisão dos *stakeholders*, ou envolvidos.

A identificação e a análise referem-se aos atributos e ao contexto dos objetos; e à avaliação diz respeito aos seus valores. Já a decisão é o acordo entre os sujeitos, observando se o objeto patrimonial tem as necessárias condições de integridade e autenticidade para as ações de preservação ou restauração. A partir daí, as tomadas de decisões são feitas para definir o âmbito de aplicação, tipo e intensidade das ações, bem como para definição dos materiais e técnicas a serem utilizadas; condicionadas pelos recursos disponíveis.

Contemporary theory of conservation calls for “common sense”, for gentle decisions, for sensible actions. What determines this? Not truth or science, but rather the uses, values, meanings that an object has for people.



This is determined by the people. Predicting the chemical alteration in an artwork, for instance, is perfectly valid, but in conservation, it is far more important to predict how to people will be affected by conservation process (Muños Viñas 2005, 212-213).

A teoria contemporânea de conservação para as chamadas "senso comum", por decisões suaves, para ações sensatas. O que determina isso? Não é verdade ou ciência, mas sim os usos, valores e significados que um objeto tem pessoas. Isso é determinado por pessoas. (...) a conservação é um meio e não um fim em si mesmo. É uma forma de manter e reforçar os significados de um objeto; é ainda um meio pelo qual a valorização de um objeto símbolo é expressa (Muños Viñas 2005, 212-213, tradução livre).

No processo de controle utilizado para determinar os valores do indicador do estado de conservação urbana sustentável, procedimentos preparatórios devem ser observados pela gestão da conservação:

- a) o primeiro diz respeito ao processo de monitoramento – a construção e atualização da base de referência sobre a cidade patrimonial: estabelecimento de um conjunto de informações, que expressa o estado inicial de conservação do sítio. A base de referência deve ser organizada de tal forma que exprima a declaração de significância da cidade patrimonial. Deve incluir informações sobre: (1) os objetos e processos que compõem o sítio, (2) os atributos físico-material e não material, (3) os valores e (4) avaliações sobre a integridade e a autenticidade do patrimônio.
- b) o segundo ainda diz respeito ao processo de monitoramento – a construção e atualização da base de referência sobre os envolvidos com a cidade patrimonial. Este procedimento deve estar integrado a outras ações de gestão, como a educação patrimonial, e de levantamento de dados, como cadastramento de residentes, pesquisadores e visitantes.
- c) o terceiro diz respeito ao registro temporal do marco-zero de referência para a avaliação do estado de conservação – a existência de uma declaração de significância cultural do sítio urbano patrimonial. No caso dos sítios do patrimônio mundial, a declaração deve ser “extraída” a partir dos três documentos que – UNESCO/ WHC – utilizam para analisar os pedidos de inclusão do sítio na WHL: 1) o Documento de Justificativa, 2) o relatório de



avaliação dos órgãos consultivos e 3) o relatório da decisão. Caso o sítio tenha um tempo longo transcorrido entre a inclusão na WHL e o início do processo de avaliação, é prudente que uma nova declaração de significância seja feita por meio de consulta aos envolvidos.

Destaca-se que estes procedimentos e a avaliação proposta pelo indicador, apresentados nesta pesquisa, não são substitutivos para o processo de monitoramento já existente, e normalmente recomendado para avaliar as condições de sustentabilidade e desenvolvimento dos bens patrimoniais pela UNESCO/ WHC por meio dos relatórios periódicos. O intuito é que possa ser agregado e contribua com os demais esforços empreendidos para conservação urbana patrimonial.

4.1.1 A estrutura do Indicador do estado de conservação (Isc)

O indicador do estado de conservação (Isc) é usado para expressar o nível da conservação sustentável do patrimônio urbano. É um indicador subjetivo ou qualitativo⁴³ de acordo com o julgamento dos envolvidos (*stakeholders*) segundo a “teoria contemporânea da conservação” (Munoz Viñas 2005).

O indicador do estado de conservação é determinado por uma função de três indicadores: significância, integridade e autenticidade, de acordo com as dimensões e variáveis da conservação urbana sustentável. Esses três são chamados de indicadores de desempenho⁴⁴ (KPIs).

Então, a estrutura matemática básica do Isc é:

$$Isc = f(I_{sig}, I_{int}, I_{aut}) \quad (1)$$

⁴³ “Os indicadores subjetivos ou qualitativos (...) correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisa de opinião pública ou grupos de discussão” (Jannuzzi 2006, 20-21).

⁴⁴ Também chamados indicadores de performance (Balsas 2004) ou fluxo: “procura abarcar mudanças entre dois momentos distintos” (Jannuzzi 2006, 24). Estes momentos são: um primeiro que é o registro dos valores, integridade e autenticidade, feito pela declaração de significância; e um posterior que é a avaliação do nível de conservação desses valores, da integridade e da autenticidade registrados naquele primeiro momento.



Em que:

- I_{sig} é o indicador de desempenho (KPI) da significância (ou dos valores);
- I_{int} é o indicador de desempenho (KPI) da integridade; e
- I_{aut} é o indicador de desempenho (KPI) da autenticidade.

Observando um determinado período temporal de monitoramento, tendo como base a declaração de significância e os bancos de dados sobre o sítio patrimonial, a avaliação dos “níveis” dos KPIs, por parte dos sujeitos envolvidos, vem das respostas às seguintes questões (Qs):

- a) Q1: A significância (valores) do sítio urbano patrimonial foi mantida?
- b) Q2: A integridade do sítio urbano patrimonial foi mantida?
- c) Q3: A autenticidade do sítio urbano patrimonial foi mantida?

Deve-se observar que o ordenamento das questões segue a proposta desta pesquisa à avaliação da significância cultural dos bens patrimoniais: 1) primeiramente se observa quais os valores e significados dos atributos que o destacam dos demais objetos e processos como patrimônio; 2) em seguida, avalia-se a integridade (completude, inteireza e segurança) dos atributos; e, por fim, 3) julga-se a autenticidade (em que grau é verdadeiro ou falso) dos atributos (materiais e não materiais) dos objetos e processos patrimoniais.

A primeira questão (Q1: A significância (valores) do sítio urbano patrimonial foi mantida?) avalia, observando o período monitorado, se o sítio tem mantido os significados e valores dos seus atributos patrimoniais. Basicamente, as possíveis respostas lógicas (Rl) dos sujeitos envolvidos para a questão são as seguintes:

- Rl1Q1: A significância cultural (valores) foi mantida, não ocorreram mudanças do momento do registro da declaração de significância até a avaliação;
- Rl2Q1: Ocorreram mudanças, mas a significância cultural (valores) do momento do registro da declaração de significância ainda é reconhecida neste momento de avaliação;



- Rl3Q1: A significância cultural (valores) do momento do registro da declaração de significância foi perdida, não é mais reconhecida neste momento de avaliação.

A segunda questão (Q2: A integridade do sítio foi mantida?) visa avaliar, observando o período monitorado, se a integridade dos atributos do sítio foi mantida. Ou seja, os atributos permaneceram inteiros, completos e livres de ameaça (seguros) para que eles continuem a transmitir seus significados (valores)? As respostas lógicas (Rl) possíveis, dos sujeitos envolvidos, a essa questão são:

- Rl1Q2: A integridade dos atributos não mudou, do momento do registro da declaração de significância até a avaliação;
- Rl2Q2: A integridade dos atributos dos objetos e processos patrimoniais do momento do registro da declaração de significância mudou, mas ainda expressa os valores patrimoniais reconhecidos neste momento de avaliação;
- Rl3Q2: A integridade do momento do registro da declaração de significância foi perdida, não é mais reconhecida neste momento de avaliação.

A terceira questão (Q3: A autenticidade do sítio foi mantida?) é fundamental para o teste de autenticidade, que julga em que nível os atributos que transmitem valores patrimoniais das cidades históricas são verdadeiros ou falsos em relação a determinados critérios – materiais/propriedades físicas, design, configurações, artesanato etc. As respostas lógicas (Rl) possíveis do julgamento dos sujeitos envolvidos são:

- Rl1Q3: Os atributos dos objetos e processos patrimoniais permaneceram autênticos do momento do registro da declaração de significância até a avaliação;
- Rl2Q3: Os atributos dos objetos e processos patrimoniais são parcialmente autênticos, levando em consideração o momento do registro da declaração de significância e a avaliação;



- RI3Q3: Os atributos dos objetos e processos patrimoniais não são mais autênticos neste momento de avaliação.

Na combinação dos três conjuntos de respostas há trinta e seis possibilidades lógicas para a função $(I_{sig}, I_{int}, I_{aut})$. Em avaliações reais, feitas com os sujeitos envolvidos, esse número poderá ser maior do que as possibilidades lógicas, porque as pessoas tendem a perceber e expressar as mudanças de uma forma mais detalhada, com diversas gradações, do que as possibilidades lógicas. Apesar do grande número de respostas possíveis nesse sentido, são poucos os casos extremos em que a conservação pode ser considerada excelente ou um completo fracasso.

Uma maneira de minimizar as diversas gradações de respostas, quando da consulta aos sujeitos envolvidos, é a utilização de questionários com número limitado de possibilidades de respostas. Os envolvidos escolherão entre aquelas disponibilizadas, e que melhor se adequem ao seu ponto de vista.

A tabela 3 expressa matematicamente os casos extremos da avaliação do estado de conservação — a não mudança ou a perda total. O número 1 (um) referencia o valor máximo ou excelente que pode ser alcançado pelos indicadores. O valor 0 (nulo) indica os casos extremos em que a significância/valores, a integridade ou a autenticidade do sítio patrimonial foram perdidas.

Tabela 3
Casos extremos do estado de conservação do sítio

Estado de Conservação	Significância (valores)	Integridade	Autenticidade
1. Conservação perfeita	1	1	1
2. Não conservação	0	X	X
3. Não conservação	X	0	X
4. Não conservação	X	X	0

Legenda: x é igual a qualquer número maior que 0 (zero) e menor que 1 (um).

Fonte: a autora, 2011.

As linhas 2, 3 e 4 da tabela 3 apresentam os casos em que a conservação do sítio não foi atingida porque a significância (valores) a integridade ou a autenticidade foi perdida. Isto significa que se um dos KPIs chegar a zero, que significa a perda



deste sob a ótica dos sujeitos envolvidos, os resultados dos outros KPIs serão de nenhuma importância para avaliar o estado de conservação do sítio patrimonial.

As teorias da conservação não fornecem argumentos para definir a estrutura matemática da função $f(I_{sig}, I_{int}, I_{aut})$. No entanto, a Tabela 3 sugere que a melhor estrutura é a multiplicação dos KPIs, pois a perda de um dos KPIs anula o processo de conservação. Isto é:

$$I_{sc} = I_{sig}^a \cdot I_{int}^b \cdot I_{aut}^c \quad (2)$$

e:

$$a + b + c = 1 \quad (2.1)$$

Exemplificando: caso o objeto ainda tenha algum valor (quantitativamente expresso por 0,5) e a integridade também esteja presente (quantitativamente expresso entre 0,3 e 0,7), mas a autenticidade foi perdida (0,0) no resultado de um julgamento por parte dos sujeitos envolvidos, o indicador do estado de conservação será zero, indicando que o processo de conservação atingiu um final e que deve ser reavaliado. Neste caso, nova identificação dos valores patrimoniais e a elaboração de uma nova declaração de significância do objeto em questão, segundo consulta aos *stakeholders*, deverá ser feita.

Os parâmetros a , b e c são os pesos dos KPIs na avaliação do estado de conservação. As teorias da conservação não têm referências para determinar os pesos por meio de um processo matemático ou estatístico. Essas apenas indicam que os pesos dependem de contextos históricos e percepções, conhecimentos e crenças dos envolvidos – pelo estado de conservação do sítio – uma vez que são resultados de julgamentos subjetivos.

Sendo assim, só é possível dar valores numéricos para a , b e c , ou seja, aos julgamentos, por meio de técnicas de ponderação e pontuação (Thompson 1993, 7). Nesta pesquisa, o procedimento utilizado para ponderação dos KPIs foi aquele



desenvolvido por meio do método *DELPHI*; exposto mais à frente neste documento, em função da inexistência no referencial teórico e prático desta informação.

Os valores dos KPIs são aferidos a partir das opiniões e julgamentos dos principais envolvidos no sítio. Esta informação é recolhida por meio da aplicação de questionários ou listas de verificação, que permitem a comparação entre o estado atual, no momento da avaliação, de conservação do sítio com aquele registrado na declaração de significância e/ou no relatório inicial de monitoramento do sítio patrimonial. A informação registrada é o valor dado pelos interessados para a mudança na significância, na integridade e na autenticidade do sítio, durante o período de monitoramento.

Os KPIs devem ser calculados, conforme literatura, levando em consideração as avaliações feitas por quatro diferentes grupos sociais de sujeitos envolvidos: os especialistas, os residentes, os grupos de referência cultural e os visitantes. Dois destes grupos podem ser subdivididos: especialistas locais e externos; e residentes de longa data e recentes. Cada KPI é o resultado do somatório das opiniões dos grupos de envolvidos. Isto é, considerando as seis possibilidades de grupos sociais:

$$I_{sig} = \alpha_1 I_{sig}^{Lesp} + \beta_1 I_{sig}^{Xesp} + \gamma_1 I_{sig}^{Lres} + \delta_1 I_{sig}^{Nres} + \epsilon_1 I_{sig}^{Rgru} + \zeta_1 I_{sig}^{Vis} \quad (3)$$

$$I_{int} = \alpha_2 I_{int}^{Lesp} + \beta_2 I_{int}^{Xesp} + \gamma_2 I_{int}^{Lres} + \delta_2 I_{int}^{Nres} + \epsilon_2 I_{int}^{Rgru} + \zeta_2 I_{int}^{Vis} \quad (4)$$

$$I_{aut} = \alpha_3 I_{aut}^{Lesp} + \beta_3 I_{aut}^{Xesp} + \gamma_3 I_{aut}^{Lres} + \delta_3 I_{aut}^{Nres} + \epsilon_3 I_{aut}^{Rgru} + \zeta_3 I_{aut}^{Vis} \quad (5)$$

e:

$$\alpha_i + \beta_i + \gamma_i + \delta_i + \epsilon_i + \zeta_i = 1 \quad (6)$$

Os grupos, considerados de referência do universo de sujeitos envolvidos na conservação da cidade patrimonial, são: especialistas locais (*Lesp*), especialistas externos (*Xesp*), residentes de longa data (*Lres*), residentes novos (*Nres*), grupo de referência cultural (*Rgrup*) e visitantes (*Vis*). Os parâmetros α , β , γ , δ , ϵ e ζ são os pesos dados às opiniões de cada grupo de sujeitos envolvidos e estes devem somar 1 (um).



Nesta pesquisa, o procedimento utilizado para esta ponderação também foi aquele desenvolvido por meio do método *DELPHI*, e será exposto mais à frente neste documento.

As expressões (2), (3), (4) e (5) apresentam matematicamente o conceito, as dimensões e variáveis para a avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais. Esta pesquisa entende que a equação (2) adequa-se a qualquer sítio urbano patrimonial, porém a diversidade de grupos sociais das equações (3), (4) e (5) dependerá do universo investigado, tendo como divisão mínima o grupo de especialistas e residentes. Posteriormente, se tratará das diversas possibilidades de divisão dos pesos, segundo os arranjos possíveis de grupos de sujeitos envolvidos para avaliação do estado de conservação dos sítios urbanos patrimoniais.

Teoricamente, os KPIs devem ser avaliados por todos os envolvidos com o patrimônio em questão, porém pode ser questionável essa afirmação em função do conhecimento específico necessário a algumas dessas avaliações, e os contextos sociais específicos e diferenciados. Por exemplo, avaliar a autenticidade dos atributos pode ser considerado um trabalho para especialistas, em virtude da necessidade de conhecimento técnico referente às fontes de informação.

Por outro lado, a experiência – da integridade e da significância (valores) – é algo que pode afetar todos os grupos sociais indistintamente, sem necessariamente este conhecimento técnico específico e, portanto, pode ser apreciada por todos os envolvidos na conservação do sítio. Fica a critério da gestão do sítio patrimonial em questão a preparação de cada grupo de sujeito envolvido, para participação efetiva no processo de avaliação do estado de conservação patrimonial.

4.2 Validações do Sistema Proposto

O indicador do estado de conservação sustentável de sítios urbanos patrimoniais é um sistema de indicadores expresso nas equações (2), (3), (4) e (5). Para a validação e ponderação do sistema de indicadores proposto, construiu-se a figura 3, que expõe graficamente as relações hierárquicas do conceito, dimensões e



variáveis que definem o sistema⁴⁵. A partir desta, elaborou-se os questionários a serem aplicados via método *DELPHI*.

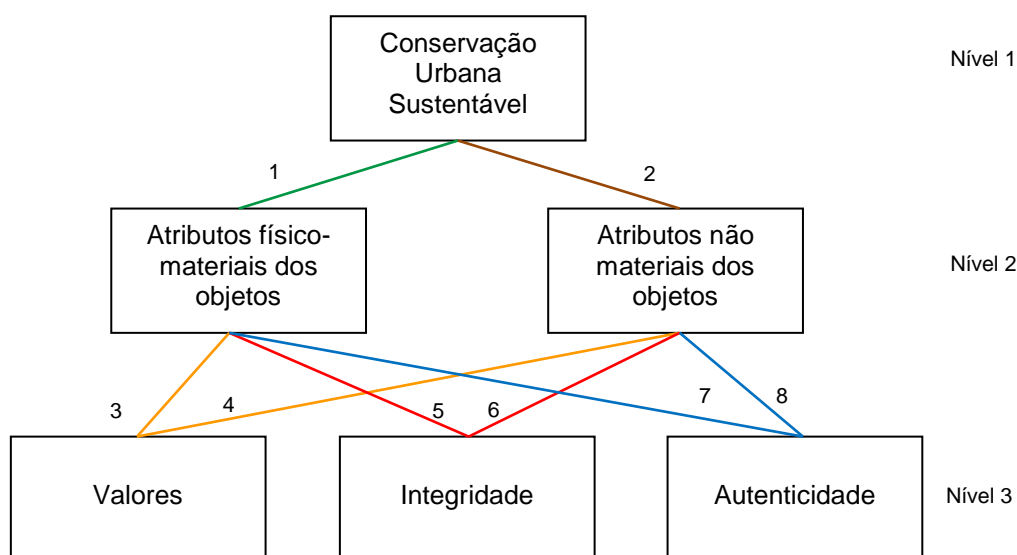


Figura 3: Esquema síntese dos conceitos do modelo teórico e suas inter-relações.

Fonte: a autora, 2011.

A hierarquia dos níveis de conceito, dimensões e variáveis, é necessária porque as relações (R) representam e demonstram como os indicadores de desempenho de significância/valores, de integridade e de autenticidade se relacionam com os atributos físico-materiais e não materiais dos objetos e processos da cidade patrimonial, a fim de garantir a durabilidade do resultado da conservação urbana sustentável.

Na figura 3, as relações (R) de 1 a 8, expressas pela interação entre os elementos de cada nível hierárquico, e representam a importância do elemento no nível inferior, de modo a determinar a importância da relação com o elemento no nível acima. O exame das relações entre os níveis 3 e 2 revela que as relações R3 e R4 expressam, respectivamente, a importância da manutenção da *significância* (valores) para a conservação dos *atributos*, físico-materiais e não materiais, dos sítios urbanos.

⁴⁵ O procedimento de construção gráfica do modelo hierárquico do trabalho de Hemphill *et al* 2002, serviu como referencial metodológico para esta etapa do trabalho.



As relações R5 e R6 e R7 e R8 expressam, da mesma forma, a importância da *integridade* e da *autenticidade* para a manutenção dos atributos físico-materiais e não materiais. As relações R1 e R2 mostram a importância da manutenção dos atributos materiais e não materiais para atingir a conservação sustentável do patrimônio urbano.

Assim sendo, a avaliação da manutenção dos valores, da integridade e da autenticidade das cidades patrimoniais na conservação urbana sustentável é o resultado da multiplicação da matriz das relações entre os elementos dos níveis hierárquicos 3 e 2, pela matriz que representa as relações entre os níveis hierárquicos 2 e 1. Matematicamente tem-se:

$$\mathbf{A} = \begin{bmatrix} R3 & R4 \\ R5 & R6 \\ R7 & R8 \end{bmatrix} \quad \mathbf{B} = \begin{bmatrix} R1 \\ R2 \end{bmatrix}$$

e:

$$\mathbf{A} \times \mathbf{B} = (W_{sig}, W_{int}, W_{aut}) \quad (7)$$

W_{sig} , W_{int} , W_{aut} (ou simplesmente, W_j)⁴⁶ são medidas da importância da significância, da integridade e da autenticidade para a conservação urbana sustentável.

Para coincidir com a condição da equação (2.1) a importância de W_j pode ser transformada em índices, ou pesos, dividindo pela importância da soma de todas as três variáveis: $W_j / (W_{sig} + W_{int} + W_{aut})$. Deste modo, os pesos a, b e c da equação (2.1) são obtidos.

⁴⁶ Os processos de multiplicação das matrizes A e B são: $W_{sig} = (R3.R1+R4.R2)$; $W_{int} = (R5.R1+R6.R2)$ e $W_{aut} = (R7.R1+R8.R2)$.



4.2.1 O procedimento *DELPHI*

O método escolhido, em função da inexistência de referencial teórico no âmbito da conservação urbana patrimonial, para a determinação dos pesos das equações (2), (3), (4) e (5) foi o método *DELPHI*. O método *Delphi* é “um método para o planejamento em situações de carência de dados históricos ou nas quais se pretende estimular a criação de novas idéias” (Wright e Giovinazzo 2000). Em linhas gerais o *Delphi* é uma técnica que constrói conhecimento a partir de um consenso entre indivíduos.

De modo geral, o método “*Delphi*” se distingue por três características básicas: 1) anonimato, 2) interação com “*feedback*” controlado, 3) respostas estatísticas do grupo. O anonimato entre os participantes é um modo de se reduzir a influência de um sobre o outro, porque eles não se intercomunicam durante a realização do painel. A interação com “*feedback*” controlado — condução do experimento numa série de etapas (“*rounds*”) e comunicando aos participantes um resumo da etapa precedente – reduz o “*ruído*”, ou seja, o pesquisador fornece ao grupo somente aquilo que se refere aos objetivos e metas de seu estudo, evitando que o painel se desvie dos pontos centrais do problema. A utilização de uma definição estatística da resposta do grupo é uma maneira de reduzir a pressão do grupo na direção da conformidade, evitando, ao fim do exercício, uma dispersão significativa das respostas individuais. O produto final deverá ser uma previsão que contenha o ponto de vista da maioria (Massaúd s.d.).

O questionário *Delphi* foi composto de 26 (vinte e seis) afirmações⁴⁷, organizada em quatro seções (questionários parte 1, 2, 3 e 4) que refletiam os níveis e as relações do modelo hierárquico (figura 3 e equação (7)) e equações (3) (4) e (5) das dimensões e variáveis. A pesquisa utilizou questionários *online* no programa *Delphiforecastingprinciples.com* (<http://armstrong.wharton.upenn.edu/Delphi2/>)⁴⁸.

A primeira seção (questionário parte 1) com as afirmações de 1-8 (um a oito), foi utilizada para calcular os pesos dos KPIs do indicador *Isc* (equação 2.1) e confirmar as dimensões da relação objetos e processos patrimoniais frente aos sujeitos envolvidos.

⁴⁷ O procedimento usado para elaboração das afirmações teve como referência a construção de questionários e escalas sociais de atitude. A escala usada, mais adequada à pesquisa, foi a do tipo Likert (Martins 2006; <<http://www.socialresearchmethods.net/kb/scaling.php>>) especificada mais adiante.

⁴⁸ Estes questionários foram traduzidos para língua inglesa através de tradutor profissional. Assim, como todos os textos de cartas e *e-mails* usados para contatar com os especialistas estrangeiros.



Questionário – parte 1

Escala de importância dos atributos físico-materiais e não materiais, da significância, da integridade e da autenticidade para o Isc

Afirmações	Pontuação
1. A manutenção dos atributos físico-materiais dos objetos é essencial para a conservação sustentável dos sítios urbanos patrimoniais.	
2. A manutenção dos atributos não materiais dos objetos é essencial para a conservação sustentável dos sítios urbanos.	
3. A manutenção dos valores é essencial para a conservação dos objetos físico-materiais de uma área urbana patrimonial.	
4. A manutenção dos valores é essencial para a conservação dos objetos não materiais de uma área urbana patrimonial.	
5. A integridade é uma qualidade essencial para a conservação dos atributos físico-materiais dos objetos de uma área urbana patrimonial.	
6. A integridade é uma qualidade essencial para a conservação dos atributos não materiais dos objetos de uma área urbana patrimonial.	
7. A autenticidade é uma qualidade essencial para a conservação dos atributos físico-materiais dos objetos de uma área urbana patrimonial.	
8. A autenticidade é uma qualidade essencial para a conservação dos atributos não materiais dos objetos de uma área urbana patrimonial.	

Fonte: a autora, 2011.

Os questionários, partes 2, 3 e 4, contêm as afirmações usadas para avaliar a importância da opinião dos sujeitos envolvidos ou partes interessadas, e seus pesos, a fim de medir as mudanças no significado, integridade e autenticidade, respectivamente, do patrimônio urbano.

Questionário – parte 2

Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da significância (valores) de sítios urbanos patrimoniais

Afirmações	Pontuação
9. A opinião dos especialistas locais é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	
10. A opinião dos especialistas externos é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	
11. A opinião dos residentes de longa data é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	
12. A opinião dos novos residentes é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	
13. A opinião dos grupos de referência cultural é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	
14. A opinião dos visitantes é importante para avaliar se os valores de um sítio patrimônio mundial foram mantidos no período que está sendo monitorado.	

Fonte: a autora, 2011.



Questionário – parte 3

Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da integridade de sítios urbanos patrimoniais

Afirmações	Pontuação
15. A opinião dos especialistas locais é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
16. A opinião dos especialistas externos é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
17. A opinião dos residentes de longa data é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
18. A opinião dos novos residentes é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
19. A opinião dos grupos de referência cultural é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
20. A opinião dos visitantes é importante para avaliar se a integridade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	

Fonte: a autora, 2011.

Questionário – parte 4

Escala de importância das opiniões das partes interessadas para a manutenção da autenticidade de sítios urbanos patrimoniais

Afirmações	Pontuação
21. A opinião dos especialistas locais é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
22. A opinião dos especialistas externos é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
23. A opinião dos residentes de longa data é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
24. A opinião dos novos residentes é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
25. A opinião dos grupos de referência cultural é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	
26. A opinião dos visitantes é importante para avaliar se a autenticidade de um sítio patrimônio mundial foi mantida no período que está sendo monitorado.	

Fonte: a autora, 2011.

O questionário *on line* do *Delphi* foi testado por meio de uma aplicação piloto, com objetivo de dirimir possíveis problemas de interpretação das orientações do preenchimento e afirmações que compunham os questionários. Isso envolveu alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, Brasil.



A abrangência do *Delphi*, em quantidade e qualidade de participantes, desempenha um papel fundamental na avaliação dos resultados que o método produz. Para determinar o tamanho e a composição do painel de participantes, foi feita uma análise da distribuição dos sítios urbanos do Patrimônio Mundial da Humanidade por regiões abrangidas pela UNESCO (ver Tabela 4). Além disso, também foi observado o número mínimo de participantes necessários para iniciar o painel *Delphi*, o qual, segundo a literatura, deve contabilizar um número de trinta participantes no mínimo para iniciar o processo (Dalkey 1969).

Como procedimentos preparatórios, sessenta e três especialistas foram contatados por *e-mail*, no qual se explicou o processo de participação na pesquisa e foi enviada uma amostra do questionário. Quarenta e quatro concordaram inicialmente em participar, mas trinta e quatro realmente responderam à primeira rodada do *Delphi* (um percentual de resposta de 77% daqueles que concordaram em participar)⁴⁹.

Os participantes foram escolhidos entre os profissionais de conservação e acadêmicos. Dos participantes efetivos 47% eram professores universitários e 53% profissionais fora da academia. Os acadêmicos foram identificados a partir de seu perfil de publicação e de atuação em disciplinas como conservação urbana, reabilitação urbana e gestão do patrimônio; já os profissionais foram escolhidos em virtude tanto de sua participação em instituições nacionais ou internacionais de conservação e gestão do patrimônio, quanto de trabalhos como gestores ou coordenadores de programas, planos e projetos em sítios urbanos do patrimônio mundial.

Em conformidade com os princípios do método *Delphi*, nenhum entrevistado tinha conhecimento da identidade ou qualquer informação, nem mesmo sobre as respostas dadas, dos demais entrevistados. O convite individualizado e o programa *Delphi* na *internet* garantiram total anonimato dos participantes, conforme pressuposto do método *Delphi* (Dalkey 1969).

⁴⁹ A aplicação do *Delphi* foi feita pelo professor Silvio Mendes Zancheti em Los Angeles, EUA, em parceria e com o apoio financeiro do *Getty Conservation Institute*.



A Tabela 4 resume a composição do primeiro painel de especialistas do *Delphi*. Estes representaram dezenove países diferentes⁵⁰, universo que abrange as cinco regiões da WHL, e, portanto, a diversidade da amostra de especialistas pela sua localização geográfica é reforçada.

Tabela 4
Distribuição geográfica dos especialistas que participaram na primeira rodada do painel *Delphi*

Regiões/Continentes	Distribuição dos sítios urbanos na WHL		Distribuição dos especialistas no painel <i>DELPHI</i>	
	Quantidade*	%	Quantidade	%
Estados Árabes	14	6%	01	3%
África	23	11%	01	3%
Ásia e o Pacífico	22	10%	04	12%
Europa e América do Norte	123	57%	21	62%
América Latina e Caribe	35	16%	07	20%
Total	217	100%	34	100%

Fonte: a autora 2011.

* UNESCO 2008.

Todos os participantes do *Delphi* receberam documentação idêntica (em língua inglesa) ou seja: a explicação do objetivo do painel, o questionário, o glossário de termos e conceitos utilizados e as instruções sobre como usar o programa de *internet*, no qual os questionários foram disponibilizados *on line*. Inicialmente, cada participante tinha duas semanas para avaliar as declarações. Depois de dez dias cada um recebeu um aviso por e-mail e prorrogou-se o prazo de respostas para a conclusão da tarefa⁵¹.

Cada entrevistado recebeu um código de acesso ao questionário *on line*. Ao acessarem o ambiente virtual, foram convidados a classificar cada afirmação do questionário com base em uma escala denominada “escala social e de atitudes” (Martins, 2006, 39-45). Utilizou-se a escala de *Likert*⁵² (Trochim 2006) segundo a

⁵⁰ Holanda, Portugal, Bélgica, Itália, Lituânia, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Grã-Bretanha, Brasil, Chile, E.U.A., Canadá, Líbano, Benin, Nepal, Bangladesh, Filipinas e Austrália.

⁵¹ A primeira rodada do *Delphi* durou de 6 a 20 de maio de 2009.

⁵² A Escala de Likert é um método de escala unidimensional desenvolvido por Rensis Likert, no início dos anos 30. “Consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação, escolhendo um dos cinco ou sete pontos de uma escala. A cada ponto associa-se um valor numérico. Assim, o sujeito



variação: 1 = sou fortemente desfavorável a afirmação; 5 = sou fortemente favorável a afirmação. A utilização deste tipo de escala foi testada em temática semelhante (Hemphill *et al.* 2002) e a literatura considera a sua utilização compatível com as exigências do método *Delphi* (McKnight *et al.* 1991).

A primeira rodada do *Delphi* não produziu um consenso sobre todas as afirmações. Foram oito afirmações sem consenso inicial, nas quais a distribuição estatística dos percentuais de dispersão demonstrou o não consenso dos entrevistados. Na primeira parte do questionário foram duas afirmações (3 e 8) na segunda, uma afirmação (12) na terceira, duas afirmações (17 e 18) e, finalmente, a parte quatro também teve duas (23 e 24) afirmações sem consenso inicial. Estas não convergências na primeira rodada, segundo os comentários feitos pelos participantes, demonstraram principalmente que os entrevistados fizeram diferentes interpretações dos conceitos e definições utilizados nas afirmações, apesar do glossário disponibilizado.

Na segunda rodada do *Delphi*, cada participante recebeu as respostas estatísticas (média, mediana, desvio padrão) de todas as afirmações e também as suas respostas pessoais da rodada 1. O valor modal também foi disponibilizado para os participantes, como uma indicação da pontuação mais frequente. À semelhança da primeira rodada, os participantes tiveram duas semanas para responder a rodada 2. Houve aviso sobre o término do prazo por e-mail, e mais uma semana para completar o questionário. Vinte e seis entrevistados concluíram a segunda rodada do *Delphi*, representando um percentual de resposta de 76,5% dos iniciais 34 (trinta e quatro) participantes da rodada 1⁵³.

4.2.1.1 O peso dos KPIs do Isc

No questionário parte 1, referente aos KPIs do Isc, as afirmações 3 (“manter os valores é essencial para a conservação dos objetos físico-materiais de uma área urbana patrimonial”) e 8 (“a autenticidade é uma qualidade essencial para a conservação dos

obtem uma pontuação para cada item, e o somatório desses valores (pontos) indicará uma atitude favorável, ou desfavorável, em relação ao objeto ou representação simbólica que está sendo medida” (Martins 2006, 41). Ver procedimento em <<http://www.socialresearchmethods.net/kb/scaling.php>> Acesso em 31/03/2009.

⁵³ A segunda rodada foi realizada entre 22 de maio e 7 de junho de 2009.



atributos não materiais dos objetos de uma área urbana patrimonial”) apresentaram, nas respostas dos entrevistados, intervalos interquartis de 2 (duas) unidades (ver Tabela 5). De acordo com McEntree (1989), o consenso está presente, quando o intervalo interquartil⁵⁴ não é maior que uma unidade em uma escala de cinco pontos.

No caso da afirmação 3, nos comentários, alguns entrevistados alegavam que os valores podem mudar ao longo do tempo, são historicamente datados e dependem do contexto. Quanto à afirmação 8, alguns entrevistados questionaram o uso da noção de autenticidade como um critério para julgar os atributos não materiais do patrimônio, pois entendem que tais atributos não materiais tendem a mudar rapidamente e julgamentos sobre eles são difíceis de fazer.

Analisando os comentários dos participantes quanto à afirmação 3, entendeu-se que o consenso pode não ter ocorrido em função do entendimento sobre o valor e os objetos de valor. Quanto aos comentários dos participantes sobre a afirmação 8, entendeu-se que o consenso pode não ter sido alcançado devido à percepção causada pelo uso da palavra “imaterial” em vez de “não material” no questionário⁵⁵, sendo assim a afirmação 8 foi reformulada para a rodada 2 do *Delphi*. A afirmação 3 permaneceu a mesma.

Tabela 5

Síntese das respostas às afirmações sobre os pesos a serem dados aos indicadores de conservação sustentável – *Delphi* rodada 1 (número de respondentes = 34)

Demonstração Afirmações*	Média	Desvio Padrão	Mediana	1º quartil	3º quartil	Intervalo Interquartil	Consenso
1	4.36	0.59	4	4	5	1	Sim
2	4.18	0.87	4	4	5	1	Sim
3	4.06	1.07	4	3	5	2	Não
4	4.12	1.2	5	4	5	1	Sim
5	4.24	0.74	4	4	5	1	Sim
6	3.76	0.85	4	3	4	1	Sim
7	4.18	0.87	4	4	5	1	Sim
8	3.194	1.01	4	3	5	2	Não

* Ver questionário parte 1. Fonte: a autora, 2011.

⁵⁴ Foi calculado usando o procedimento de Turkey (<http://www.investpedia.com/terms/q/quartile.asp>; <http://mathworld.wolfram.com/interquartilerange.html>), observando os procedimentos de Hemphill *et al* (2002).

⁵⁵ Na primeira versão utilizou-se o termo immaterial em vez de não material. Na segunda rodada o termo usado foi o segundo.



Na segunda rodada do *Delphi* alcançou-se o consenso nas afirmações 3 e 8 (Tabela 6). No caso do não alcance de consenso em uma determinada afirmação, essa deveria ser excluída e o modelo teórico deveria ser reformulado.

Tabela 6

Síntese das respostas às afirmações sobre os pesos a serem dados aos indicadores de conservação sustentável – *Delphi* rodada 2 (número de respondentes = 26)

Demonstração Afirmações*	Média	Desvio Padrão	Mediana	1º quartil	3º quartil	Intervalo Interquartil	Consenso
3	4.35	0.76	4	4	5	1	Sim
8	3.96	0.72	4	3	4	1	Sim

* Ver questionário parte 1. Fonte: a autora, 2011.

Com os valores médios dos resultados das rodadas do *Delphi*, os pesos dos KPIs (W_s , W_i e W_a) do I_{sc} foram calculados, multiplicando-se as duas matrizes abaixo. Estas correspondem às matrizes A e B, da equação (7) do modelo teórico anteriormente referido.

Matriz A

Valores da importância dos KPIs para a conservação dos atributos físico-materiais e não materiais dos sítios urbanos patrimoniais

KPIs	Atributos físico-materiais	Atributos não materiais
Significância	4.35	4.12
Integridade	4.24	3.76
Autenticidade	4.18	3.96

Fonte: a autora, 2011.

Matrix B

Valores da importância da conservação dos atributos físico-materiais e não materiais dos sítios urbanos patrimoniais

Atributos	Conservação Sustentável
Físico-Material	4.36
Não material	4.18

Fonte: a autora, 2011.

A multiplicação das matrizes A e B determina os pesos dos KPIs para a conservação sustentável do patrimônio urbano (Tabela 7).



Tabela 7
Valores dos pesos dos KPIs para a conservação urbana sustentável de cidades patrimoniais

KPIs	Conservação Urbana Sustentável	Pesos
Significância	36.1876	0.344
Integridade	34.2032	0.325
Autenticidade	34.7776	0.331
Total	105.1684	1

Fonte: a autora, 2011.

Portanto, o I_{sc} pode ser apresentado segundo a expressão matemática:

$$I_{sc} = I_{sig}^{0.344} \cdot I_{int}^{0.325} \cdot I_{aut}^{0.331} \quad (8)$$

Observa-se que a diferença entre os valores dos pesos dos KPIs não foi expressiva, para afirmar que a contribuição de qualquer um dos indicadores de desempenho se sobressai em relação aos outros, na determinação do valor do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais. Considera-se esse resultado como esperado em função da base teórica deste estudo, uma vez que, do ponto de vista da teoria da conservação, não é possível afirmar que o significado, ou a integridade, ou a autenticidade é um conceito mais importante do que os demais, para se ter resultados positivos na conservação sustentável do patrimônio urbano. Por isso, na tabela 3, os valores dos KPIs não são compensatórios, quando um dos KPIs é nulo.

Sendo assim, se valida que a melhor maneira de expressar o I_{sc} é a que considera os pesos dos KPIs iguais entre si, e iguais a 1 (um). A estrutura da equação (8) significa que os valores dos indicadores de desempenho de significância, integridade e autenticidade têm o mesmo impacto em grau de importância no indicador de avaliação do estado de conservação sustentável do patrimônio urbano. Destarte, a equação (8) deve ser escrita como:

$$I_{sc} = I_{sig} \cdot I_{int} \cdot I_{aut} \quad (9)$$



4.2.1.2 O peso dos stakeholders nos KPIs do Isc

A primeira rodada do painel *Delphi* resultou em uma alta porcentagem de consenso sobre a importância da opinião das partes interessadas (questionários, partes 2, 3 e 4) quando se considera o Isc, com exceção das afirmações que foram utilizadas para dimensionar a importância da opinião dos moradores, de longa data (Lres) e novos (Nres), para avaliar a significância (12), a integridade (17 e 18) e autenticidade (23 e 24) do patrimônio urbano.

Analisando as respostas à questão 12 (questionário, parte 2), identificou-se uma variedade de posicionamentos quanto à participação de novos residentes na avaliação da conservação dos valores de um sítio urbano. Daqueles que os consideram totalmente relevantes, aos que deixaram de acreditar na avaliação deste grupo de envolvidos.

Nas respostas às questões 17 e 18 (questionário, parte 3) 23 e 24 (questionário, parte 4) houve esse mesmo tipo de questionamento quanto aos residentes de longa data e visitantes em relação à integridade e autenticidade. Ratifica-se que ocorreu uma diminuição da importância destes envolvidos, em função do entendimento dos respondentes, de que estes podem não ter o conhecimento necessário para avaliar a permanência dos valores do patrimônio urbano.

A Tabela 6 apresenta os resultados da primeira rodada do *Delphi*, referentes aos *stakeholders*. Ocorreu, nas afirmações citadas anteriormente uma margem de intervalo interquartil acima de uma unidade, mas houve indicação, pelas respostas dadas, de que a probabilidade de se chegar a um consenso na segunda rodada era alta.

A formulação das seis afirmações (12, 17, 18, 23 e 24), referentes aos moradores do sítio urbano patrimonial, na segunda rodada do *Delphi*, permaneceu a mesma. Nesta segunda rodada o consenso foi alcançado facilmente, conforme expresso na Tabela 8.

**Tabela 8***Delphi* rodada 1

Resumo das respostas quanto à importância da opinião dos envolvidos na avaliação da variação na significância, integridade e autenticidade das cidades patrimoniais (número de respondentes = 34)

Afirmações*	Média	Desvio padrão	Mediana	1º quartil	3º quartil	Intervalo Interquartil	Consenso
<i>Significância</i>							
9	4.48	0.66	5	4	5	1	Sim
10	4.09	0.79	4	4	5	1	Sim
11	4.33	0.8	5	4	5	1	Sim
12	3	1.1	3	2	4	2	Não
13	3.94	0.78	4	4	4	0	Sim
14	2.7	0.94	3	2	3	1	Sim
<i>Integridade</i>							
15	4.52	0.56	5	4	5	1	Sim
16	4.3	0.52	4	4	5	1	Sim
17	3.94	0.92	4	3	5	2	Não
18	2.91	1.19	3	2	4	2	Não
19	3.58	1.02	4	3	4	1	Sim
20	2.61	1.1	3	2	3	1	Sim
<i>Autenticidade</i>							
21	4.39	0.69	5	4	5	1	Sim
22	4.24	0.74	4	4	5	1	Sim
23	3.91	0.96	4	3	5	2	Não
24	2.7	1.14	3	2	4	2	Não
25	3.79	0.84	4	3	4	1	Sim
26	2.36	1.07	2	2	3	1	Sim

* Ver questionário parte 2, 3 e 4. Fonte: a autora, 2011.

Com os resultados da primeira e segunda rodada do *Delphi*, referentes ao peso dos pareceres dos envolvidos, estes puderam ser calculados em se utilizando as médias ponderadas das respostas: tendo a média de cada afirmação, dividia-se pela soma das médias das afirmações de cada KPI. Exemplificando: tomando a média da afirmação 9 (4,48), dividindo-a pela somatória das médias das afirmações (9, 10, 11, 12, 13, 14) sobre significância (22,37) tem-se o valor de 0,200 como peso dos especialistas locais na expressão (3).

Assim, a Tabela 9 apresenta os pesos obtidos para reescrever as equações (3), (4) e (5) das três KPIs. A somatória dos pesos das KPIs tem como valor máximo 1 (um).

**Tabela 9**

Pesos das opiniões dos *stakeholders* para determinação dos KPIs de significância, Integridade e autenticidade

KPIs	Especialistas locais	Especialistas externos	Residentes de longa data	Novos Residentes	Grupos de referência	Visitantes	Soma
Significância	0.200	0.183	0.194	0.127	0.176	0.121	1
Integridade	0.206	0.196	0.192	0.122	0.164	0.119	1
Autenticidade	0.206	0.199	0.190	0.115	0.178	0.111	1

Fonte: a autora, 2011.

Tabela 10

Delphi rodada 2

Resumo das respostas quanto à importância da opinião dos envolvidos na avaliação da variação na significância, integridade e autenticidade das cidades patrimoniais (número de respondentes = 26)

Afirmações*	Média	Desvio padrão	Mediana	1º quartil	3º quartil	Intervalo Interquartil	Consenso
<i>Significância</i>							
12	2.83	0.99	3	2	3	1	Sim
<i>Integridade</i>							
17	4.2	0.63	4	4	5	1	Sim
18	2.68	1.01	2	2	3	1	Sim
<i>Autenticidade</i>							
23	4.04	0.66	4	3	4	1	Sim
24	2.44	0.9	2	2	3	1	Sim

* Ver questionário parte 2, 3 e 4. Fonte: a autora, 2011.

Com os pesos apresentados na tabela 9 as equações (3), (4) e (5) dos KPIs passam a ser escritas conforme se segue:

$$I_{sig} = 0.200I_{sig}^{Lesp} + 0.183I_{sig}^{Xesp} + 0.194I_{sig}^{Lres} + 0.127I_{sig}^{Nres} + 0.176I_{sig}^{Rgru} + 0.121I_{sig}^{Vis} \quad (10)$$

$$I_{int} = 0.206I_{int}^{Lesp} + 0.196I_{int}^{Xesp} + 0.192I_{int}^{Lres} + 0.122I_{int}^{Nres} + 0.164I_{int}^{Rgru} + 0.119I_{int}^{Vis} \quad (11)$$

$$I_{aut} = 0.206I_{aut}^{Lesp} + 0.199I_{aut}^{Xesp} + 0.190I_{aut}^{Lres} + 0.115I_{aut}^{Nres} + 0.178I_{aut}^{Rgru} + 0.111I_{aut}^{Vis} \quad (12)$$

O conjunto de equações (10), (11) e (12) representa o caso em que é respeitado o universo diversificado de todos os tipos de envolvidos, a serem



considerados na avaliação do estado de conservação sustentável dos sítios urbanos patrimoniais. No entanto, esta conformação de envolvidos não é uma regra a todos os sítios.

Observa-se que os pesos das opiniões dos novos residentes e dos visitantes são relativamente mais baixos do que os demais pesos das outras tipologias de envolvidos. O alcance dos pesos dos novos residentes e dos visitantes variou de, aproximadamente, 11,1% a 12,7%, enquanto os demais grupos têm pesos variando entre 16,4% e 20,6%.

Entende-se que os especialistas que participaram do *Delphi* minimizaram a importância dos novos moradores e visitantes, sem excluí-los, considerando que estes têm relevância menor em relação aos demais na avaliação do estado de conservação sustentável dos sítios urbanos patrimoniais. Este resultado está alinhado com as literaturas recentes, que avaliam o processo de gestão urbana e salientam a importância de especialistas da conservação, dos moradores de longa data e dos grupos de referência cultural, como os principais atores sociais na manutenção do processo de conservação (Clavir 2002).

Portanto, é necessário advertir que os pesos da Tabela 7, relativos às equações (10), (11) e (12) podem ser reorganizados conforme o conjunto de tipos de envolvidos a serem considerados de acordo com cada contexto urbano patrimonial. A readequação dos pesos segue novamente a média da afirmação referente ao *stakeholder*, em questão dividida pela somatória das médias das afirmações dos *stakeholders* que permaneceram no conjunto da expressão dos tipos envolvidos. Exemplificando: utilizando a média da afirmação 9 (4,48), agora dividida pela somatória da média dos *stakeholders* Lesp, Xesp, Lres e Rgru (16,84) tem-se como peso dos especialistas locais o valor 0,266 – na expressão (13).

No caso das cidades do patrimônio mundial, em função do processo institucionalizado de relatórios periódicos, é essencial a participação dos especialistas externos no processo, que fazem parte dos órgãos consultivos. Assim, a composição



das equações (10), (11) e (12) para os sítios da Lista do Patrimônio Mundial deve incluir sempre o parecer do especialista externo.

Considerando o universo da WHL, um pequeno número de cidades tem os seus valores dependentes de grupos de referência cultural. Por fim, por serem locais de tempo longo transcorrido, sítios vivos, do patrimônio cultural, especialistas locais e residentes de longa data conformam o conjunto de envolvidos a serem considerados na readequação das equações (10), (11) e (12) resultando nas equações (13), (14) e (15) e respectivos pesos:

$$I_{sig} = 0.266I_{sig}^{Lesp} + 0.243I_{sig}^{Xesp} + 0.257I_{sig}^{Lres} + 0.234I_{sig}^{Rgru} \quad (13)$$

$$I_{int} = 0.272I_{int}^{Lesp} + 0.259I_{int}^{Xesp} + 0.253I_{int}^{Lres} + 0.216I_{int}^{Rgru} \quad (14)$$

$$I_{aut} = 0.267I_{aut}^{Lesp} + 0.258I_{aut}^{Xesp} + 0.245I_{aut}^{Lres} + 0.230I_{aut}^{Rgru} \quad (15)$$

Ainda considerando o universo das cidades do patrimônio mundial, algumas podem realizar a avaliação dos KPIs de significância, integridade e autenticidade; usando apenas especialistas e residentes (sem distinção de longa data e novos residentes). Este caso pode ser frequente, em função da redução da complexidade e dos custos de realização das pesquisas aos grupos de envolvidos. Nestes casos, as equações se conformam da seguinte maneira:

$$I_{sig} = 0.369I_{sig}^{Lesp} + 0.337I_{sig}^{Xesp} + 0.295I_{sig}^{Res} \quad (16)$$

$$I_{int} = 0.369I_{int}^{Lesp} + 0.351I_{int}^{Xesp} + 0.281I_{int}^{Res} \quad (17)$$

$$I_{aut} = 0.370I_{aut}^{Lesp} + 0.357I_{aut}^{Xesp} + 0.273I_{aut}^{Res} \quad (18)$$

As possibilidades de construção das equações dos KPIs podem se multiplicar, conforme o contexto analisado, dependendo da tomada de decisão em



referência ao local, por parte dos envolvidos, com a gestão do sítio patrimonial. Além disso, leva em consideração a complexidade do contexto urbano, material, cultural, social, econômico e político – local e nacional – em que se insere o sítio em questão. Entende-se, contudo, que quanto maior o número de envolvidos considerados nas pesquisas para levantar os KPIs, mais precisamente o Isc exprimirá resultados positivos em direção à sustentabilidade da conservação do patrimônio urbano.

4.3 Desenvolvimento do Instrumento de Levantamento dos Dados

Finalizando o sistema de indicadores proposto, o trabalho construiu o que a literatura denomina de “*base line monitoring form*” (Walton 2003) o formulário de monitoramento das informações de base que alimentarão os KPIs e consequentemente o Isc. No caso desta pesquisa, a proposta é de dois formulários: 1) Formulário 1: a lista de objetos e processos, destacando seus atributos físico-materiais e não materiais com os respectivos pesos (hierarquia de importância) e o 2) Formulário 2: o questionário modelo a ser aplicado com os *stakeholders*.

O formulário 1 (ver apêndice 2, exemplo do Sítio Histórico da cidade de Olinda) é uma construção a ser feita com base na significância cultural do sítio urbano patrimonial. Deve ser obtido com a participação, se possível em uma pesquisa ampla, de especialistas e gestores da conservação urbana patrimonial do sítio em estudo. Caso isso não ocorra, pelo menos a lista obtida deverá ser validada por especialistas locais a serem consultados, que foi o caso desta pesquisa, para a qual se utilizou os instrumentos apresentados nos apêndices 1a e 1b.

Neste procedimento, o objetivo final é uma lista que expresse os valores do sítio urbano patrimonial, por meio de objetos e processos; e que os hierarquize, por intermédio da definição de pesos. A pontuação atribuída deverá seguir a variação de 0 (zero) a 10 (dez), em função da capacidade de discriminação qualitativa hierárquica de valores como 5 (cinco, pouco importante) 7 (sete, importante) ou 9 (nove, muito importante) necessária ao preenchimento deste formulário. Esta lista de objetos e



processos resultante será comum aos formulários a serem aplicados junto aos diversos tipos de *stakeholders* (ver apêndice 2).

O formulário 2 (ver apêndice 3a e 3b), exemplo do Sítio Histórico da cidade de Olinda é o levantamento das opiniões dos *stakeholders* quanto à manutenção da significância, da integridade e da autenticidade no período monitorado. Trata-se de um instrumento de levantamento de dados, específico para cada tipo de *stakeholder*. Estrutura-se a partir de um conjunto de questões, com afirmações como opção de resposta, as quais são relacionadas a uma escala de valores. As questões referem-se à permanência dos valores, ao estado de integridade e ao julgamento da autenticidade de cada um dos objetos e processos listados do sítio patrimonial em análise.

O resultado final da aplicação do formulário 2 é a avaliação dos *stakeholders* por tipo de sujeitos envolvidos. A cada resposta deverá ser atribuído um valor de 0 (zero) a 1 (um) segundo a variação: 1,0 (um) – manteve; 0,5 (meio) – mudou; 0,0 (zero) – perdeu/não é mais reconhecido.

A aplicação dos formulários deve ser acompanhada e apoiada pelo fornecimento de informações sobre o estado de conservação do patrimônio no momento em que o processo de monitoramento foi iniciado, ou quando do último monitoramento realizado. A declaração de significância do sítio deve estar disponível para todas as pessoas que forem responder aos formulários. Além disso, vale frisar que outras ações, principalmente de educação patrimonial, deverão fazer parte da gestão do sítio urbano patrimonial, para que a ação de avaliação junto aos *stakeholders* seja a mais efetiva e eficaz possível.

Quanto ao processo de seleção dos indivíduos, que vão preencher tanto o formulário 1, quanto o formulário 2, este deve ser organizado pela gestão do sítio urbano patrimonial ou, conforme a literatura recomenda sobre os processos de avaliação, deve ser feita por terceiros em uma avaliação externa. Especificamente, em relação aos procedimentos de seleção dos *stakeholders*, orienta-se que:



- a) A quantidade referente aos especialistas locais (Lesp) deverá ser definida tendo como base indivíduos com trabalhos e publicações relevantes sobre o sítio urbano patrimonial em questão.
- b) Os especialistas externos (Xesp) deverão ser definidos pela UNESCO e *World Heritage Centre*, ou escolhidos dentre aqueles que compõem as suas bases de dados.
- c) A definição da quantidade de residentes e visitantes deve ser uma amostra aleatória, e varia com o número de famílias que se encontram dentro das fronteira, reconhecidas oficialmente como limites do sítio urbano, ou dentro de outros limites de acordo com definição do gestor local. Tempo e tamanho da equipe envolvida com a pesquisa também devem ser levados em consideração na definição do quantitativo deste grupo.
- d) A quantidade de participantes de cada grupo de referência cultural não tem quantitativo específico. Pode ser um representante por grupo, conforme disponibilidade e conhecimento do sítio em questão.

A análise das informações obtidas, após aplicação junto aos *stakeholders*, deverá ser feita segundo os procedimentos matemáticos expressos na tabela 11, para obtenção dos valores dos KPIs (I_{sig} , I_{int} , I_{aut}) e, conseqüentemente, do I_{sc} .

Tabela 11
Estrutura analítica dos formulários 1 e 2

Objetos ou Processos	Peso*	Significância		Integridade		Autenticidade	
		Questão	Pontuação**	Questão	Pontuação**	Questão	Pontuação**
O/P ₁	w ₁	QS ₁	SS ₁	QI ₁	SI ₁	QA ₁	SA ₁
O/P ₂	w ₂	QS ₂	SS ₂	QI ₂	SI ₂	QA ₂	SA ₂
...
...
O/P _{n-1}	w _{n-1}	QS _{n-1}	SS _{n-1}	QI _{n-1}	SI _{n-1}	QA _{n-1}	SA _{n-1}
O/P _n	w _n	QS _n	SS _n	QI _n	SI _n	QA _n	SA _n

* O peso dos objetos e processos expressos no formulário 1. Varia de 1(um) a 10 (dez).

** A pontuação das respostas do formulário 2. Varia em: 0 (zero), 0,5 (meio) e 1,0 (um).

Fonte: a autora, 2011.



Os valores dos KPIs (I_{sig}^j , I_{int}^j and I_{aut}^j) com base nas respostas dos *stakeholders*, são obtidos por meio da média ponderada da pontuação dos indivíduos em cada grupo de envolvidos. Estas informações estão representadas matematicamente como se segue:

$$I_{sig}^j = \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m [(\sum_{i=1}^n wi. SSi) / (\sum_{i=1}^n wi)] \quad (19)$$

$$I_{int}^j = \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m [(\sum_{i=1}^n wi. Sli) / (\sum_{i=1}^n wi)] \quad (20)$$

$$I_{aut}^j = \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m [(\sum_{i=1}^n wi. SAi) / (\sum_{i=1}^n wi)] \quad (21)$$

Em que:

$j = (Lesp, Xesp, Lres, Nres, Rgru, Vis);$

$m =$ número de indivíduos consultados por grupo de *stakeholder*

$n =$ número de objetos e processos da cidade patrimonial.

Em termos operacionais, o passo a passo exposto matematicamente acima é:

- 1) Encontra-se a média das respostas dos *stakeholders* entrevistados e obtêm-se as pontuações de cada objeto e processo por KPI;
- 2) Em seguida, multiplicam-se as pontuações de cada objeto e processo listado por seu respectivo peso;
- 3) No próximo passo, pondera-se a somatória do resultado do passo 2 pela somatória dos pesos dos objetos e processos listados, por KPI.
- 4) Após a ponderação do passo 3, efetua-se as equações (10), (11) e (12) obtendo-se os valores dos KPIs;
- 5) Por fim, executa-se a equação (9) obtendo-se o valor do I_{sc} .

É necessário advertir que a expressão matemática e os pesos das variáveis do I_{sc} são fixos, mas as expressões matemáticas e pesos (somatória das opiniões por tipos de sujeitos envolvidos) dos KPIs podem ser reorganizados conforme cada contexto urbano patrimonial



Caso a avaliação da cidade patrimonial demonstre resultados de ter sofrido ou ainda sofrer mudanças importantes sob o ponto de vista dos entrevistados, especialmente no que diz respeito ao seu significado, o processo de conservação patrimonial deverá ser reiniciado a partir da construção de nova declaração de significância cultural. Vale ressaltar a necessidade de obtenção de séries de avaliações, como forma de comparar e analisar os resultados impetrados.

Além disso, o estabelecimento temporal de uma série de avaliações, em um conjunto de sítios urbanos patrimoniais, possibilitará: 1) avaliação de como a conservação dos sítios urbano evolui ao longo do tempo – análise do desempenho interno – e a 2) comparação dos desempenhos de conservação entre sítios urbanos – análise comparativa de desempenho.

4.4 Sensibilização do Indicador Proposto

Cada KPI (Isig, Iint e Iaut) terá uma amplitude de 0-1, assim como a variação deste Isc também é de 0-1 (de zero a um): o número 1 (um) referencia a situação excelente na conservação do sítio patrimonial, e o valor 0 (zero ou nulo) que indica os casos extremos em que a significância (valores) a integridade ou a autenticidade do sítio patrimonial foram perdidas (ver tabela 3). Destarte, foi necessária a simulação da situação, em que ocorre o ponto de inflexão entre a conservação positiva (mais próxima da situação excelente) e a negativa (tendendo à situação extrema de perda total) para avaliar os resultados obtidos, quando da aplicação do sistema criado.

Analisando o instrumento proposto para levantamento das opiniões dos *stakeholders*, considerou-se: o ponto de inflexão decorreria das respostas, às perguntas dos questionários, que demonstrassem que os sujeitos envolvidos percebiam mudanças na significância, integridade e autenticidade no período monitorado. Assim, as equações (10), (11) e (12) e, conseqüentemente, a equação (9) foram executadas como se todos os respondentes dos questionários optassem pelas



segundas respostas das questões⁵⁶ referentes à significância, integridade e autenticidade do sítio patrimonial.

Quadro 5

Simulação do ponto de inflexão entre a conservação positiva (mais próxima da situação excelente) e a negativa (tendendo à situação extrema de perda total) do Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável.

Equação (10)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	Isig
Resultados parciais Significância	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5015
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Significância	0,2	0,183	0,194	0,127	0,176	0,121	
Equação (11)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	lint
Resultados parciais Integridade	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,500
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Integridade	0,206	0,196	0,192	0,122	0,164	0,119	
Equação (12)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	laut
Resultados parciais Autenticidade	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,500
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Autenticidade	0,206	0,199	0,19	0,115	0,178	0,111	
Equação (09) $I_{sc} = I_{sig} \cdot I_{int} \cdot I_{aut}$							0,125

Fonte: a autora, 2011.

Como para cada KPI considerou-se o valor de 0,5, já que estes também variam de 0-1, o resultado encontrado do ponto de inflexão do I_{sc} foi 0,125 (ver quadro 5). Acima do $I_{sc} = 0,125$ significa que o estado de conservação está sendo mantido; abaixo desse valor significa que o estado de conservação não está sendo mantido, os valores pelos quais o patrimônio foi protegido estão sendo perdidos.

Outras simulações foram feitas para o I_{sc} , tanto para valores resultados da percepção dos *stakeholders* acima de 0,5, como abaixo deste (ver quadro 6).

Quadro 6

Outras simulações do Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável.

Indicadores	Simulação							
Isig	0,9	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1
lint	0,9	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1

⁵⁶ As questões e respostas foram caracterizadas a partir da página 131 deste documento, e materializam-se nos formulários (questionários) aplicados (ver apêndices 3a e 3b).



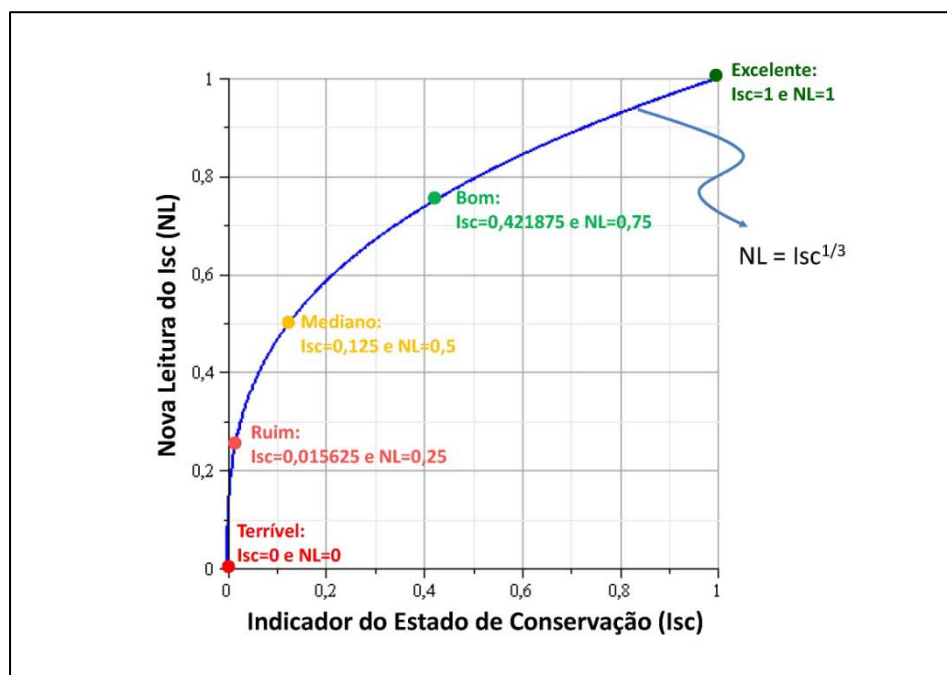
Iaut	0,9	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1
Isc	0,728	0,511	0,343	0,216	0,064	0,027	0,008	0,001

Fonte: a autora, 2011.

Tendo em vista uma melhor e rápida apreensão do valor final do Isc – enquanto resultado qualitativo, positivo ou negativo, do grau do estado de conservação –, conforme acontece com os indicadores de significância, integridade e autenticidade, sugere-se que se eleve o valor encontrado ao expoente $1/3$. Assim, o Isc nesta nova leitura (NL) será a raiz cúbica do Isc original (IO) facilitando a percepção do valor encontrado considerando o ponto de inflexão (que qualifica o grau de conservação positivo ou negativo da variação de zero a um, 0-1) em 0,5 – o que corresponde à raiz cúbica de 0,125 (ver gráfico 9) ⁵⁷.

Gráfico 9

Nova leitura do Indicador do estado de conservação urbana patrimonial como raiz cúbica da expressão $Isc = Isig \cdot lint \cdot Iaut$

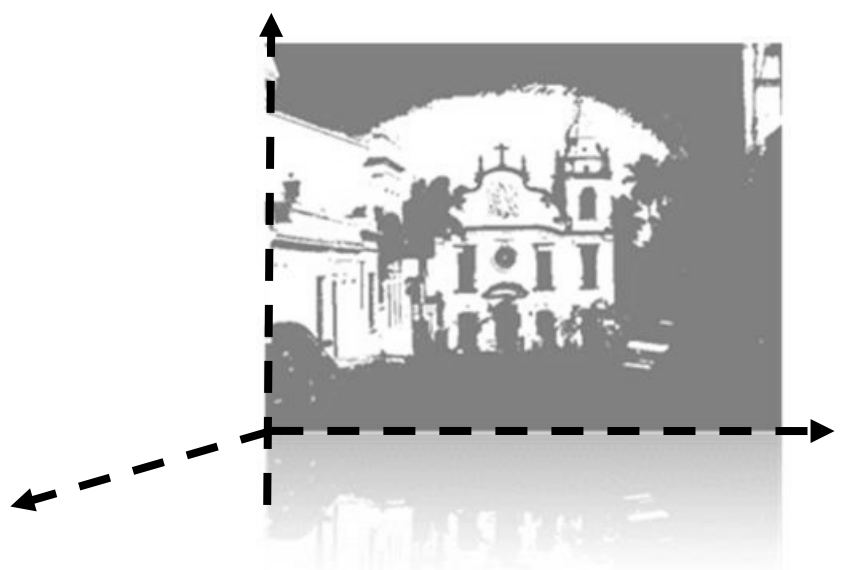


Fonte: a autora, 2011.

⁵⁷ O desenvolvimento da nova leitura do Isc foi feito com a contribuição do colega professor Dr. do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas, Laboratório de Computação Científica e Visualização – LCCV, Eduardo Nobre Lages.



Além da análise dos valores do I_{sc} , quanto ao estado de conservação sustentável, devem ser consideradas também análises em separado de cada um dos KPIs (I_{sig} , I_{int} e I_{aut}). A análise em separado dos KPIs possibilitará a tomada de decisões e ações específicas, focadas, quanto às dimensões materiais e não materiais do sítio urbano patrimonial.





5 APLICAÇÃO E DISCUSSÕES DO SISTEMA PROPOSTO

Este capítulo apresenta a aplicação do sistema de indicadores, proposta em uma cidade patrimônio mundial da humanidade: o Sítio Histórico da Cidade de Olinda (SHO) no Estado de Pernambuco, Brasil. O capítulo tem como objetivos a operacionalização do sistema de indicadores construído, e sua sensibilização empírica. Divide-se em: 5.1) a significância do SHO; 5.2) o desenvolvimento dos instrumentos e as estratégias de aplicação junto aos sujeitos envolvidos; 5.3) os resultados do indicador do estado de conservação do SHO.

5.1 A Significância Cultural do Sítio Histórico da Cidade de Olinda (SHO)

A escolha do sítio histórico da cidade de Olinda (SHO) para aplicação do sistema de indicadores, proposto nesta tese, justifica-se por três pontos:

- a) este sítio urbano patrimonial apresenta no seu contexto social os quatro grupos de *stakeholders* (especialistas, residentes, grupos de referência cultural e visitantes) e mais os dois subgrupos (especialistas locais e externos; residentes de longa data e recentes) que conformam os seis tipos de sujeitos envolvidos (especialistas locais, especialistas externos, residentes de longa data, residentes recentes, grupos de referência cultural e visitantes);
- b) a vivência no sítio urbano patrimonial em questão, contribuindo com o acesso aos entrevistados; e
- c) o conhecimento anteriormente acumulado e o abundante acervo documental sobre o sítio.

O município de Olinda localiza-se no Estado de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil, perfazendo uma área territorial⁵⁸ de 44 Km². Faz parte da região metropolitana do Recife e tem como população estimada pelo IBGE (2009) aproximadamente 400.000 (quatrocentos mil) habitantes. Limita-se ao norte com o

⁵⁸ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.



município de Paulista, ao sul e oeste com o município de Recife e a leste com o Oceano Atlântico (ver imagem 1), distando apenas 20 Km do Aeroporto Internacional dos Guararapes.

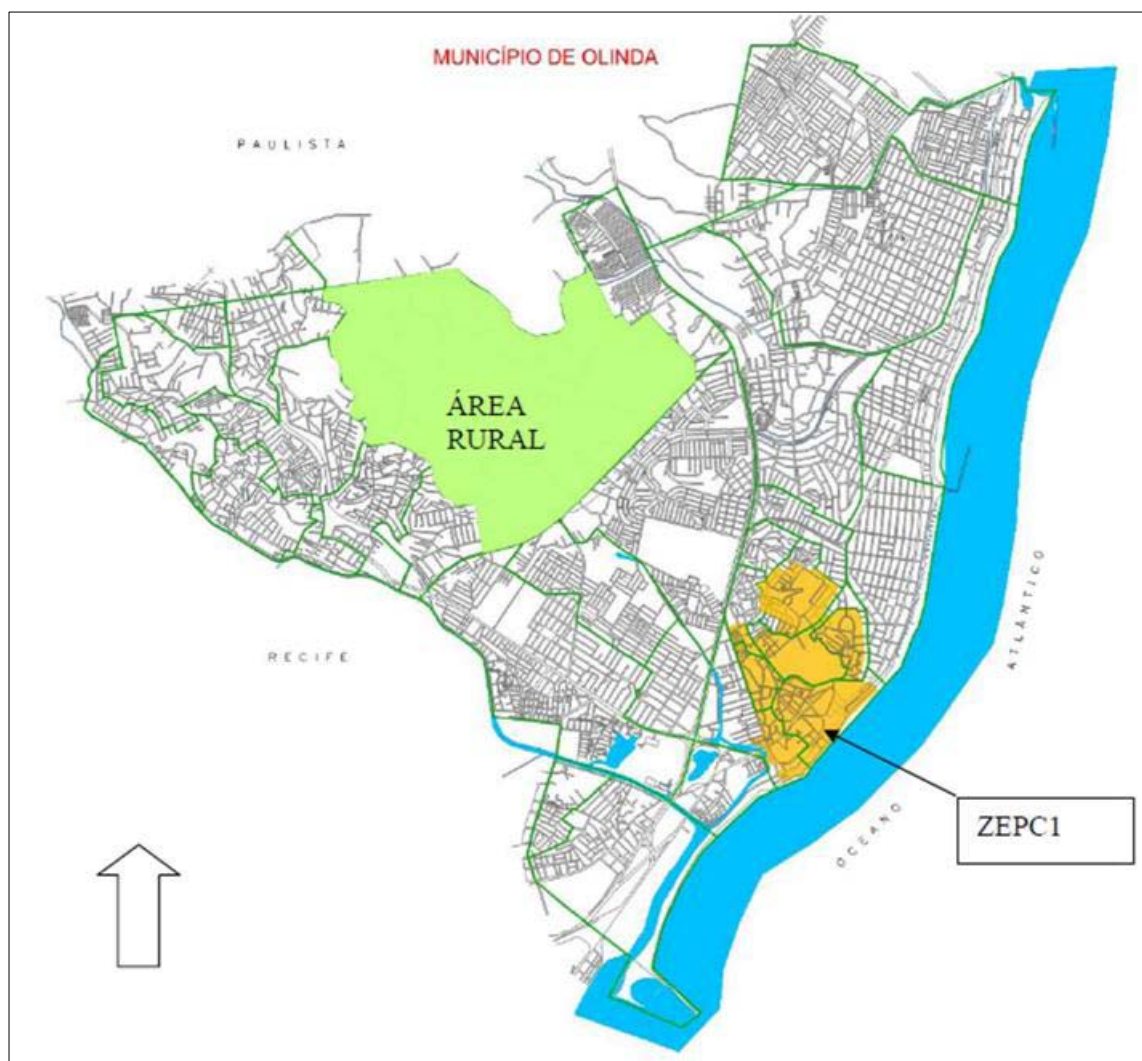


Imagem 1: Município de Olinda, limites e localização do Sítio Histórico (ZEPC1 - Lei 4849/92). Fonte: DIM/ SEPLAMA 2004 *apud* Moreira 2006, 32.

O sítio histórico da cidade de Olinda (SHO) foi inscrito como bem cultural na WHL em 1982, na 6ª Assembléia Geral do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Paris, de 14 a 17 de dezembro⁵⁹. Conta com aproximadamente 120 ha de extensão territorial do núcleo (*core zone*) inscrito na Lista do patrimônio mundial e com 920 ha como zona de amortecimento (*buffer zone*)⁶⁰; abrangendo os bairros do Varadouro,

⁵⁹ Anteriormente, em 1968, o SHO foi tombado pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, atualmente IPHAN; e elevado à monumento nacional em 1980.

⁶⁰ Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189>.



Carmo, Sé, Amparo, Bonsucesso, Rosário, Monte, Guadalupe e Amaro Branco (ver imagem 2).

Olinda was founded in 1537 by portuguese Duarte Coelho Pereira and owed its rapid rise to the sugar cane cultivated in the region of Pernambuco. From the 16th century, churches and convents, of which only rare examples, such as the Church os São João, exist today, were built by religious missions. In 1630, the city was taken by the Dutch, and was pillaged and burned. After the return of portugueses in 1654, its reconstruction proceded slowly (Advisory Body - disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>).

Olinda foi fundada em 1537 pelo português Duarte Coelho Pereira e deve a sua rápida ascensão à cana-de-açúcar cultivada na região de Pernambuco. A partir do século 16, igrejas e conventos, dos quais somente alguns exemplos raros, como a Igreja São João, existem hoje, foram construídos por missões religiosas. Em 1630, a cidade foi tomada pelos holandeses e foi saqueada e queimada. Após o retorno dos portugueses, em 1654, iniciou-se sua lenta reconstrução (Advisory Body - disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>, tradução livre).

Os critérios de inscrição na WHL foram: o Critério (ii) – exige um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou Paisagismo; e o Critério (iv) – exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra estágio significativo na história da humanidade. Destaca-se como breve descrição da justificativa de valor excepcional universal do SHO, o seguinte texto:

Founded in the 16th century by the Portuguese, the town's history is linked to the sugar-cane industry. Rebuilt after being looted by the Dutch, its basic urban fabric dates from the 18th century. The harmonious balance between the buildings, gardens, 20 Baroque churches, convents and numerous small passos (chapels) all contribute to Olinda's particular charm (Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>).

Fundada no século XVI pelos portugueses, a cidade histórica é ligada à indústria da cana-de-açúcar. Reconstruída depois de ter sido saqueada pelos Holandeses, seu tecido urbano fundamental data do século XVIII. O equilíbrio harmonioso entre as construções, jardins, vinte igrejas barrocas, conventos e numerosas pequenas capelas (passos), associados, contribui para o charme particular de Olinda (Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>, tradução livre).



Imagem 2: Sítio Histórico da Cidade de Olinda.

Fonte: Satélite Quick-Bird - AEROSA/ PMO junho de 2004 *apud* Moreira 2006, 38.



Na declaração de significância cultural do SHO, cada bem cultural construído foi listado e caracterizado; totalizando aproximadamente trinta edificações entre igrejas, passos e palácios (Lucarelli 1985; Coelho 1996; Medeiros *et al* 1983; Freyre 1980; Rocha 1970). Entretanto, destaca-se que o valor excepcional do SHO decorre da integração dos seus atributos construídos e naturais, por isso inscrito na categoria “grupo de edificações”: *“o equilíbrio harmonioso entre as construções, jardins, vinte igrejas barrocas, conventos e numerosas pequenas capelas (passos), associados, contribui para o charme particular de Olinda”*.

Apesar de o documento de inscrição não deixar explícito a avaliação da integridade e o julgamento da autenticidade⁶¹, estes ficam implícitos na declaração de significância, e decorrem da análise dos órgãos de apoio ao Comitê do patrimônio mundial.

Its essential urban fabric dates from the 18th century, although it incorporates some older monuments. The unique quality of the Historic Center of Olinda arises from the balance, which has generally been maintained, between the buildings and the gardens of the early parcelling. One of the twenty or so Baroque churches and convents or the numerous “passos” (chapels or oratories) appears unexpectedly as one turns a corner — the studied refinement of their décor contrasting with the charming simplicity of the houses, which are painted in vivid colors or faced with ceramic tiles (Advisory Body — disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>).

Seu tecido urbano fundamental data do século 18, embora incorpore alguns monumentos mais antigos. A qualidade única do Centro Histórico de Olinda decorre do equilíbrio, que geralmente tem sido mantido, entre os edifícios e os jardins do recente parcelamento. Uma das Vinte e tantas igrejas e conventos barrocos, ou os numerosos “passos” (capelas ou oratórios), surge inesperadamente ao virar um canto — o requinte de sua decoração em contraste com a simplicidade encantadora das casas, que são pintadas em cores vivas ou revestidas com azulejos (Advisory Body — disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/189/>, tradução livre).

Ressalta-se a importância da permanência do registro material do tecido urbano, e algumas edificações da época anterior ao marco histórico de conquista dos holandeses, assim como do conjunto edificado e não edificado que se constituiu posteriormente ao retorno dos portugueses. Porém, mais do que esses registros

⁶¹ O modelo com Estes itens explícitos em separado só entra em vigor a partir do ano de 1994.



materiais da evolução urbana, o SHO também tem como valor a permanência do espírito e usos do assentamento urbano em questão: o inesperado virar de um canto, o casario simplório, as igrejas suntuosas e os quintais vegetados.

Segundo o documento intitulado “*Plano de Gestão da Conservação do Sítio Histórico de Olinda/PE*” (ITUC-CECI 2009) produzido pelos alunos do curso de especialização em *Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da América Latina ITUC/AL 2009-2010*⁶², a significância cultural do SHO está expressa por um conjunto de valores que se mantiveram ao longo do tempo de existência deste assentamento (históricos, paisagísticos, artísticos, arquitetônicos e urbanísticos), porém tendo agregação de novos valores (simbólicos e de usos). Caracterizando-os, tem-se (ITUC-CECI 2009, 8-9):

1) Valor histórico: expresso segundo o traçado urbano – “[o SHO é] *testemunho de um processo de ocupação territorial implantado pelos portugueses no nordeste brasileiro ainda no século XVI, que seguia a tradição medieval de defesa por altura; do conjunto arquitetônico, composto por um casario homogêneo e por monumentos religiosos de uma mesma época e estilo; e das disputas políticas e ideológicas, resultado das primeiras iniciativas de libertação da coroa portuguesa, evidenciadas em fatos e documentos históricos que estão registrados em relatos da cultura material e imaterial, dentre outros*”.

2) Valor paisagístico: expresso na relação harmônica entre o mar, o verde, o terreno, o traçado urbano (vias, quadras e lotes) o casario e os monumentos religiosos – “*o Sítio Histórico está implantado sobre um conjunto de colinas contíguas ao mar, cuja singularidade do meio ambiente construído é conferida especialmente pelas igrejas com suas torres, que estruturam o tecido urbano e compartilham o protagonismo da cena com o meio ambiente natural. O verde*

⁶² Iniciativa latino-americana de treinamento à distância de profissionais no campo da conservação integrada urbana e territorial, desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Desde 1997, o Programa ITUC formou mais de cento e cinquenta especialistas de todos estados do Brasil e de treze países das Américas, Caribe e Europa. Tem como parceiros: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o World Heritage Centre (UNESCO) e o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of the Cultural Property (ICCROM).



ondulado dos quintais mescla-se aos tons terrosos dos telhados e dialoga com o azul do mar, compondo assim, uma paisagem singular”.

3) Valores urbanístico, arquitetônico e artístico: expressos na morfologia, nas técnicas e materiais construtivos e nas tipologias das edificações civis e religiosas – *“o acervo do Sítio Histórico de Olinda garante a representatividade de vários séculos na evolução da arte e da arquitetura brasileiras, onde as diversas manifestações do barroco – presente em fachadas e altares setecentistas – até os conjuntos ecléticos do Século XIX e XX, convivem em sintonia e muitas vezes se sobrepõem às estruturas dos períodos anteriores. De modo particular o valor artístico está manifestado através da unidade estilística do casario e dos monumentos, presente ainda nos bens móveis e integrados à arquitetura das edificações religiosas”.*

4) Valor simbólico: expresso na relação de permanência dos testemunhos do passado – tradições sagradas; profanas, procissões e carnaval, e culturais, música, danças, tapioca, artesanato e artes plásticas – *“estes bens constituem-se em um conjunto de inestimável riqueza imaterial. O sentimento de pertencimento dos moradores tem sua raiz na profunda relação de afetiva ao sítio, que por sua vez tem sua base nas relações de vizinhança, favorecida pela configuração urbana e na forte participação social”.*

5) Valor de uso: expresso na predominância do uso residencial ao longo do tempo (vocação principal do SHO) em relação aos demais – *“coexistindo ao uso residencial, o uso religioso é também é relevante por manter velhas tradições características do lugar como, por exemplo, as procissões. A presença de ateliês também ganha destaque como uso peculiar do casario histórico, em consequência da interação dos artistas plásticos, poetas e músicos ao Sítio”.*

A contribuição a esta pesquisa do documento ITUC-CECI (2009) foi a identificação de que os valores percebidos por profissionais, da conservação de diversas regiões do Brasil e de outros países, estão de acordo com a declaração de significância do SHO, expressa anteriormente. Destaca-se que, apesar dos quase trinta anos do registro desta (1982) os valores percebidos ainda estão presentes no SHO.



Além disso, possibilitou a elaboração da primeira lista de atributos (ver apêndice 1b) que expressasse a significância cultural do SHO. Observa-se que em linhas gerais, os atributos envolvem edificações religiosas, o casario, a parte vegetada, usos e manifestações culturais no sítio. Além disso, percebe-se que estes atributos devem ser trabalhados em conjunto, em uma relação de integração, pois nisto representa-se a significância cultural do SHO.

5.2 Estratégias, Instrumentos e Resultados sobre o levantamento das Opiniões dos Stakeholders

Para a verificação da pesquisa no sítio histórico da cidade de Olinda, três etapas foram realizadas:

- 1) Etapa 1 – elaboração do formulário de atributos e pesos; subdividiu-se em duas subetapas: a) definição dos envolvidos na construção da lista de atributos e definição dos pesos, b) definição e desenvolvimento da estratégia de elaboração da lista final de atributos e pesos.
- 2) Etapa 2 – elaboração e aplicação dos questionários segundo os grupos de *stakeholders*; subdividiu-se em três subetapas: a) construção dos questionários, b) definição da quantidade de sujeitos respondentes por grupo de *stakeholder*; e c) definição das estratégias de aplicação dos questionários.
- 3) Etapa 3 – análise dos resultados obtidos por grupo de *stakeholder*; subdividiu-se em duas subetapas: a) análise dos resultados por grupo de *stakeholder*, e b) registro de informações adicionais.

5.2.1 Etapa 1 – elaboração do formulário de atributos e pesos

O primeiro passo da elaboração do formulário de atributos e pesos foi a definição dos participantes e estratégia para este intuito. Optou-se pela construção, a partir de um grupo de especialistas locais, conhecedores do SHO. E utilizaram-se



duas estratégias de abordagem: indireta, comunicação via *e-mail*, e direta, com um encontro presencial em grupo.

Na abordagem indireta foi primeiramente feito o convite pelo contato telefônico, e após o aceite, quanto à participação na pesquisa, foi enviado por *e-mail* um questionário com: a) as instruções sobre o preenchimento da tabela em anexo, b) um glossário sobre os termos usados, e c) a tabela contendo uma primeira lista de atributos; extraída da declaração de significância do SHO (ver apêndice 1a e apêndice 1b). Sete especialistas, de dez convidados, participaram desta etapa. A lista de atributos sofreu acréscimos e ocorreram alguns conflitos em relação a determinados atributos.

A abordagem direta, então, possibilitou sanar os conflitos e definir os pesos de cada atributo listado. Na reunião, realizada em apenas um turno do dia, houve dois momentos: 1º) uma introdução, retomando as informações enviadas por *e-mail* e apresentando os resultados obtidos; 2º) a atribuição dos pesos, e fechamento da lista de atributos. Para conclusão do segundo momento, foram necessárias duas rodadas para alcançar o resultado final (ver apêndice 2) pois alguns atributos não chegavam a um consenso entre os especialistas.

O resultado desta etapa 1 foi uma lista com vinte atributos (ver apêndice 2) subdivididos em conjuntos edificados (vistas panorâmicas, percursos e áreas vegetadas) e processos do SHO. Caracterizando-os em ordem de importância:

1) Vista panorâmica do Seminário de Olinda em direção ao convento de São Francisco com o mar ao fundo (ver imagem 3) obteve um dos maiores pesos dentre os atributos listados pelos especialistas consultados; destacando o atributo em questão como de grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Entende-se que a vista panorâmica foi listada pela manutenção das características culturais e naturais que justificam o valor excepcional universal do SHO. Peso: 9,8 (nove pontos e oito décimos).

2) Percurso do conjunto edificado do alto da Sé — ladeira da Igreja da Sé, Igreja da Sé, Caixa d'água, Horto Del Rey, casario, praça, Igreja da Conceição, Igreja



da Misericórdia e ladeira da Igreja da Misericórdia (ver imagem 4) também obteve um dos maiores pesos dentre os atributos elencados pelos especialistas consultados, considerando o atributo em questão como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Este percurso é composto por monumentos de épocas diferenciadas como a Caixa d'água e as Igrejas; além da diversidade do casario e das intervenções ao longo dos anos no espaço livre. É um dos percursos que se destaca como um dos lugares mais visitados do SHO. Peso: 9,8 (nove pontos e oito décimos).



Imagem 3: Vista panorâmica do Seminário de Olinda para o Convento de São Francisco, com o mar ao fundo. Fonte: a autora, 2010.



Imagem 4: Percursos do conjunto da ladeira da Igreja da Sé, Igreja da Sé, Caixa d'água, Horto Del Rey, casario, praça, Igreja da Conceição, Igreja da Misericórdia e ladeira da Igreja da Misericórdia. Fonte: a autora, 2010.

3) Percurso do conjunto edificado da Igreja do Carmo, casario, praças e Igreja de São Pedro (ver imagem 5) também obteve um dos maiores pesos dentre os atributos; destacando-o como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. É um dos lugares considerados como porta de entrada do SHO. Peso: 9,8 (nove pontos e oito décimos).

4) O percurso do conjunto edificado dos Quatro Cantos, casario, Mercado da Ribeira, Prefeitura, Igreja e Mosteiro de São Bento (ver imagem 6) é um dos seis

atributos que obtiveram maior peso dentre os listados, destacando-o como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO, pois mantém as características que justificam o valor excepcional universal. É o percurso mais extenso e com uma diversidade significativa quanto aos usos, e tipologias arquitetônicas e urbanas. Peso: 9,8 (nove pontos e oito décimos).



Imagem 5: Percurso do conjunto da Igreja do Carmo, casario, praças e Igreja de São Pedro. Fonte: a autora, 2010.



Imagem 6: Percurso do conjunto dos Quatro Cantos, casario, Mercado da Ribeira, Prefeitura, Iereia e Mosteiro de São Bento. Fonte: a autora, 2010.

5) O percurso do conjunto edificado da Igreja da Graça, colégio jesuíta, mirante e Horto Del Rey (ver imagem 7) também é um dos maiores pesos dentre os atributos listados, provavelmente por ser um dos locais do SHO que pouco sofreram alterações materiais e não materiais, destacando-o como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Vale observar que é da lateral da Igreja das Graças donde se tem a vista panorâmica apresentada na Imagem 2. Peso: 9,8 (nove pontos e oito décimos).



Imagem 7: Percurso do conjunto da Igreja da Graça, colégio jesuíta, mirante e Horto Del Rey. Fonte: a autora, 2010.



6) O percurso do conjunto edificado do Varadouro: mercado, Igreja São Sebastião, casario, ladeira da Prefeitura (ver imagem 8) também obteve um dos maiores pesos dentre os atributos, destacando-o como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO, porém os especialistas reconhecem que é um local que sofreu significativas alterações, principalmente no traçado urbano. É, também, um dos lugares considerados como porta de entrada do SHO. Peso 9,8 (nove pontos e oito décimos).



Imagem 8: Percurso do conjunto do Varadouro, mercado, Igreja São Sebastião, casario, ladeira da Prefeitura. Fonte: a autora. 2010.

7) Horto Del Rey + os quintais vegetados + os sítios conventuais (ver imagem 9). Este atributo destaca os recursos naturais, o espaço livre, os pomares, a cobertura vegetal do SHO, ou seja, o contraponto ao espaço construído referenciado pela malha urbana, o casario e os monumentos religiosos. Este atributo tem relevância para expressão da significância cultural do SHO, pois mantém o diferencial do sítio em valor universal excepcional. Obteve peso 9,6 (nove pontos e seis décimos) dentre os listados.



Imagem 9: Horto D'el Rey + os quintais vegetados + os sítios conventuais. Fonte: a autora, 2010.

8) Vista Panorâmica da frente da Igreja da Misericórdia para o Istmo com Recife ao fundo (ver imagem 10). Esta vista integra-se ao percurso do conjunto do



alto da Igreja da Sé. Foi uma das vistas panorâmicas mais listadas nos *folders* dos visitantes do SHO. A contraposição com Recife enfatiza os valores e as características patrimoniais de Olinda. Obteve peso 9,5 (nove pontos e cinco décimos) considerando o atributo de grande importância para expressão da significância cultural do SHO.



Imagem 10: Vista Panorâmica da frente da Igreja da Misericórdia para o Istmo com Recife ao fundo. Fonte: a autora, 2010.

9) Percurso do conjunto edificado do casario da Rua do Amparo, Igreja do Amparo, largo, Igreja de São João (ver imagem 11) também obteve um dos maiores pesos dentre os atributos, destacando-se como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Apesar das transformações, principalmente quanto aos usos (restaurantes, pousadas) ainda mantém o casario residencial e o pequeno comércio característico da área. Esta área ainda contém um dos monumentos mais antigos do SHO: a Igreja de São João dos Militares. Obteve peso 9,3 (nove pontos e três décimos).



Imagem 11: Percurso do conjunto edificado do casario da Rua do Amparo, Igreja do Amparo, largo, Igreja de São João. Fonte: a autora, 2010.

10) Sequência de vistas panorâmicas do Istmo para o SHO (ver imagem 12). O atributo refere-se à manutenção ao longo dos anos da visão dos colonizadores do sítio em questão. Mesmo considerando a infraestrutura urbana inserida no contexto,

ainda é possível a visualização do SHO, resultado do assentamento humano diferenciado e harmonioso do construído com o natural. Obteve peso 9,3 (nove pontos e três décimos) quanto à importância por manutenção das características culturais e naturais que justificam o valor excepcional universal do SHO.



Imagem 12: Sequência de vistas panorâmicas do Istmo para o SHO.
Fonte: a autora, 2010.

11) A vista panorâmica da Igreja da Sé para o Convento de São Francisco, destacou-se como de grande relevância para expressão da significância cultural do SHO (ver imagem 13). Esta vista registra o monumento religioso envolto à massa verde, com o mar ao fundo, que dá singularidade ao SHO. Obteve peso 9,3 (nove pontos e três décimos).



Imagem 13: Vista panorâmica da Igreja da Sé para o Convento de São Francisco. Fonte: a autora, 2010.

12) A vista panorâmica da Igreja da Sé para as Igrejas de Carmo e São Pedro (ver imagem 14) também se destacou como de grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Esta vista registra o monumento religioso envolto à massa verde e ao casario que dá singularidade ao SHO, emoldurada pelo mar e o Recife ao fundo. Obteve peso 9,0 (nove pontos).

13) A vista panorâmica das colinas do SHO pela Avenida Pan-Nordestina (ver imagem 15) obteve o menor peso (7,0 – sete pontos) dentre os atributos listados



do SHO. A permanência deste na lista de atributos relevantes, para expressão da significância cultural do SHO, foi controversa dentre os especialistas consultados, em função das consideráveis mudanças na paisagem, além do fato que, em diversos trechos do percurso, não se consegue mais visualizar as colinas do SHO.



Imagem 14: Vista panorâmica da Igreja da Sé às Igrejas de Carmo e São Pedro. Fonte: a autora, 2010.



Imagem 15: Vista panorâmica das colinas do SHO pela Avenida Pan-Nordestina. Fonte: a autora, 2010.

14) As Procissões religiosas e manifestações de sincretismo religioso (ver imagem 16) foi um dos processos do SHO que obteve o maior peso (9,8 – nove pontos e oito décimos) dentre os atributos, destacando-se como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Este atributo observa a relevância não só das manifestações populares como do “vivenciar” o SHO, por parte dos moradores da cidade.



Imagem 16: Procissões religiosas e manifestações de sincretismo religioso. Fonte: Passarinho/Prefeitura Olinda, 2010.



15) A convivência no SHO dos usos residencial, religioso e educacional – ver imagem 17, que tenta anunciar este atributo não material, ligado aos usos do SHO – foi outro processo destacado pelos especialistas consultados, como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Obteve peso igual a 9,8 (nove pontos e oito décimos) sendo considerado um dos mais relevantes, hierarquicamente, dentre os atributos listados. Este atributo enfatiza a relevância da manutenção dos usos do SHO para expressão da significância cultural do sítio.



Imagem 17: Convivência no SHO dos usos residencial, religioso e educacional.
Fonte: a autora, 2010.

16) A manutenção do equilíbrio entre o traçado urbano, o parcelamento antigo, a cobertura vegetal (fundo dos lotes) a ocupação dos lotes e a tipologia arquitetônica (ver imagem 18) foi outro processo destacado pelos especialistas consultados, como um daqueles com grande relevância para expressão da significância cultural do SHO. Obteve peso igual a 9,6 (nove pontos e seis décimos). Este atributo enfatiza a unidade e a harmonia dos atributos do SHO na sua abrangência urbana, destacando a própria evolução urbana e arquitetônica.



Imagem 18: Manutenção do equilíbrio entre o traçado urbano, o parcelamento antigo, a cobertura vegetal (fundo dos lotes), a ocupação dos lotes e a tipologia arquitetônica.
Fonte: a autora, 2010.

17) A relação entre a comunidade e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos (ver imagem 19), que tenta anunciar este atributo por meio das imagens do local que esse está presente. Também é não material, ligado aos usos do SHO. Este atributo enfatiza a relevância da manutenção de relação entre a população e o patrimônio cultural, e a transmissão entre gerações da significância cultural para expressão da significância do sítio. Obteve peso igual a 8,6 (oito pontos e seis décimos).



Imagem 19: Relação entre comunidade e Igreja do Rosário dos Homens Pretos.

Fonte: a autora, 2010.

18) Manutenção das técnicas construtivas e revestimentos tradicionais — ver imagem 20, que tenta expressar esse atributo que é não material. Este destaca a relevância não apenas das técnicas e revestimentos empregados no exterior das edificações (religiosas ou civis) como também no seu interior, além daquelas referentes ao espaço público — ruas, calçadas, praças etc. Obteve peso igual a 8,0 (oito pontos) junto aos especialistas consultados.



Imagem 20: Manutenção das técnicas construtivas e revestimentos tradicionais.

Fonte: a autora, 2010.

19) O Carnaval de Rua de Olinda (ver imagem 21). Este atributo destaca a relevância não apenas da manifestação popular, na qual se caracteriza o Carnaval no SHO, mas, também, todos os elementos materiais e não materiais que o compõem — troças, bonecos, fantasias, irreverência etc. Obteve um dos menores pesos dentre os



atributos do SHO (7,6 – sete pontos e seis décimos), pois os especialistas consultados entendem que diversas transformações estão comprometendo o atributo em questão e, conseqüentemente, a manutenção da significância deste.



Imagem 21: O Carnaval de Rua de Olinda. Fonte: Silvio Zancheti, 2005.

20) O artesanato de entalhe na madeira (ver imagem 22). Este atributo teve o segundo menor peso dentre os atributos do SHO (7,3 – sete pontos e três décimos). Alguns especialistas consultados, apesar de considerarem uma legítima expressão do SHO, entendem que o processo de aquisição da madeira – jaqueira ou esquadrias das edificações – depreda e compromete a conservação do patrimônio construído e natural do SHO. Apesar disso, decidiram manter na lista, e aquele atingiu peso acima de sete.



Imagem 22: Artesanato de entalhe na madeira. Fonte: a autora, 2010.

Observa-se que os atributos com maiores pesos conferidos coincidem com os percursos turísticos do SHO e no caso do Carnaval, um dos atributos com menor peso atribuído, este é um processo que, apesar de ser considerado relevante para conservação dos valores patrimoniais do SHO pelos especialistas, pode também ser prejudicial à conservação desses.



A estratégia usada, nesta etapa do processo de aplicação do sistema de indicadores de avaliação do estado de conservação do SHO, pode ser ampliada. A estratégia adotada dependerá da relação tempo, custos, e objetivos traçados pela gestão local ou pelos condutores da avaliação do sítio urbano patrimonial. Uma das possibilidades é por meio de ampla pesquisa, em se utilizando a *internet* para contatar diversas instituições, representantes de classe, grupos sociais etc. A estratégia serviria tanto para avaliação, quanto para a conscientização sobre a significância cultural do sítio, no processo de educação patrimonial.

5.2.2 Etapa 2 – elaboração e aplicação dos questionários segundo os grupos de stakeholders

A primeira subetapa – da Etapa 2 – foi a construção dos questionários a serem aplicados junto aos *stakeholders* do SHO. Como orientação na construção destes, considerou-se as questões: a significância (valores) do sítio urbano patrimonial foi mantida? – a integridade do sítio urbano patrimonial foi mantida? – a autenticidade do sítio urbano patrimonial foi mantida? Também foram consideradas as possíveis respostas para cada uma destas perguntas na elaboração do questionário⁶³.

O questionário do SHO, então, conformou-se em vinte questões. Cada uma referente a um dos vinte atributos listados pelos especialistas, com três perguntas para cada; observando o período monitorado: a primeira questão avalia se o sítio tem mantido os significados e valores dos seus atributos patrimoniais; a segunda, se a integridade dos atributos do sítio foi mantida; a terceira, em que nível os atributos são verdadeiros ou falsos. As possíveis respostas foram apresentadas por três afirmações, em que o entrevistado escolhia aquela que mais se adequava a sua percepção; considerando o período monitorado sobre o atributo em questão.

A lógica da condução da entrevista observou o ordenamento das questões quanto à avaliação da significância cultural dos bens patrimoniais. Quanto ao

⁶³ Ver subseção “3.4 Julgamento dos envolvidos: processos subjetivos e intersubjetivos” desta tese.



formato das perguntas e respostas — tempo verbal e período avaliado — considerou-se a relação entre o sítio urbano em questão e o grupo de *stakeholder*. Assim, concluiu-se a elaboração dos questionários com a composição de três modelos — ver apêndices 3a, 3b e 3c⁶⁴ — de formulário: um para ser aplicado com especialistas locais e externos (Lesp, Xesp) residentes de longa data (Lres) e grupo de referência cultural (Rgru); outro para residentes recentes (Nres) e, por último, um para os visitantes (Vis) respectivamente.

A segunda subetapa — da Etapa 2 — foi a definição da quantidade de sujeitos respondentes por grupo de *stakeholder*. Esta definição não usou os mesmos critérios a todos os grupos de *stakeholders*, em função de suas naturezas distintas. Em princípio, havia dois caminhos a serem seguidos: uma escolha por meio de amostra probabilística, ou outra não probabilística. Em função do caráter exploratório da investigação no SHO, de especificidades dos grupos inquiridos e de tempo e custos do pesquisador, optou-se por amostras não probabilísticas nesta pesquisa.

Os especialistas locais e os externos (Lesp, Xesp) foram identificados e contatados individualmente. Os primeiros conformavam um número maior, porém finito, de pessoas; neste sentido foram elencados dez respondentes no total, observando para escolha uma pluralidade de indivíduos segundo o gênero, a idade e a experiência profissional⁶⁵. Os especialistas externos, um grupo extremamente reduzido (dois respondentes) foi escolhido à luz das avaliações da UNESCO-WHC, e levando em consideração, também, o conhecimento de outros universos patrimoniais distintos do SHO⁶⁶.

Para escolha dos residentes de longa data (Lres) e dos residentes recentes (Nres) a amostra também foi feita por acessibilidade. Não foi possível a identificação de fonte oficial do número de residentes, por tempo, no SHO. Apenas se tinha a informação, segundo Moreira (2006, 45), de que a quantidade de moradores do SHO

⁶⁴ O formulário 3c trata-se do *folder* utilizado com os visitantes. Este também precisou ser traduzido para a língua inglesa em função dos turistas estrangeiros. Para a tradução foi contatado um tradutor profissional.

⁶⁵ Um dos pontos críticos destes escolhidos foi a formação profissional básica ser preponderantemente a arquitetura e urbanismo. Orienta-se a pluralidade neste universo minimizando as possíveis tendências quanto aos pontos de vista.

⁶⁶ Três especialistas foram convidados a participar, dois aceitaram o convite.



seria de aproximadamente 17.363 (dezessete mil, trezentos e sessenta e três) habitantes, sem distinção entre longa data ou recente⁶⁷. Levando em consideração a estratégia adotada para aplicação dos questionários com este grupo de respondentes (entrevista individual) optou-se em restringir a quantidade em quinze respondentes – quantidade mínima recomendada em entrevistas individuais, que teve a duração aproximada de uma hora e meia (Bauer, Gaskell 2008; Guest, Bunce, Johnson 2006). Dos quinze entrevistados, dez eram residentes de longa data, e o restante, recentes.

A quantidade de respondentes dos grupos de referência cultural (Rgru) levou em consideração o perfil destes no SHO. Como dizia respeito às ordens religiosas do SHO e estas em sua maioria são representadas por um número reduzido de integrantes, definiu-se a amostra a partir de um representante de cada. Considerando as seguintes ordens religiosas dos mosteiros de São Bento e São Francisco; das igrejas da Conceição, Misericórdia e Santa Tereza, a amostra de respondentes deste grupo contabilizou cinco representantes.

Para definição da quantidade de visitantes (Vis) respondentes dos questionários desta pesquisa, a amostra também foi feita por acessibilidade. Igualmente não foi possível a identificação de fonte oficial do número de visitantes do SHO. A informação conseguida foi que a quantidade de visitantes, em média por mês no SHO, seria de aproximadamente 8.000 (oito mil) turistas (Peixoto 1998 *apud* Moreira 2006, 33) sem considerar o período do Carnaval⁶⁸. Optou-se por uma estratégia de aplicação – detalhada mais adiante neste documento – em que ao final contabilizou vinte e sete respondentes. Observa-se que, quanto a este grupo, deve-se considerar a sazonalidade do visitante, resultando muitas vezes no desconhecimento, ou não interação, de alguns dos atributos do SHO, em função disto.

⁶⁷ Para uma amostra probabilística referenciada por este universo, observando-se 5% de erro máximo e usando a fórmula de população finita, seriam 1.044 entrevistados no SHO, sem distinção entre longa data e recentes. Esta quantidade se mostrou inviável ao tempo e custos desta pesquisa.

⁶⁸ Para uma amostra probabilística referenciada por este universo, observando-se 5% de erro máximo e usando a fórmula de população finita, seriam 400 respondentes. Esta quantidade se mostrou inviável ao tempo e custos desta pesquisa.



Não se pode deixar de destacar que conforme as condições da gestão local do sítio urbano patrimonial, a amostra de indivíduos participantes da avaliação do estado de conservação pode ser ampliada, ou até mesmo ser definida a partir de amostras probabilísticas. Além disso, o tempo a ser despendido a esta tarefa de avaliação também pode ser estendido, observando momentos diferentes do ano, principalmente considerando os visitantes.

A terceira subetapa da Etapa 2 foi a definição das estratégias de aplicação dos questionários. Três estratégias foram escolhidas e aplicadas: 1) entrevista individual, 2) questionário respondido via *e-mail*, e 3) *folder* com opção de escolhas. A opção 1 foi usada com os residentes de longa data e recentes, os representantes dos grupos de referência cultural e com a maioria dos especialistas locais. Uma parte pequena (30%) dos especialistas locais respondeu ao questionário por *e-mail*, e esta foi a estratégia usada com os especialistas externos.

Por fim, os visitantes foram abordados por meio de *folders*, distribuídos em cinco estabelecimentos hoteleiros⁶⁹; privilegiando o turista que se hospeda no SHO. Considerando o tempo necessário para aplicação dos questionários, optou-se pelo *folder* e pela escolha, dentre os vinte atributos, de no máximo quatro atributos por respondente (quantidade escolhida aleatoriamente). Apenas um atributo, dentre os listados, não foi escolhido por nenhum dos visitantes que participaram da pesquisa.

5.2.3 Etapa 3 – análise dos resultados obtidos por grupo de stakeholder

Cada resposta dada nos questionários aplicados recebeu uma pontuação conforme a afirmação escolhida (ver apêndices 3a, 3b e 3c): aquelas respostas que escolheram a primeira afirmativa receberam a pontuação 1,0 (um ponto) aquelas que escolheram a segunda afirmativa receberam a pontuação 0,5 (meio ponto) aquelas que escolheram a terceira afirmativa receberam a pontuação 0,0 (zero ponto). Após esta atribuição, duas etapas foram necessárias para obter o resultado dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*: a) a

⁶⁹ Pousada do Amparo, pousada Quatro Cantos, Albergue de Olinda, Hotel São Francisco e Hotel Sete Colinas.



identificação das médias de cada atributo referentes à significância, integridade e autenticidade, e b) o cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*.

Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **especialistas locais** demonstraram:

- a) Os atributos melhor avaliados pelos especialistas locais foram a vista panorâmica do Seminário para o Convento de São Francisco (Imagem 3), e o percurso do conjunto Igreja da Graça-Horto Del Rey (Imagem 7);
- b) O atributo pior avaliado pelos especialistas locais foi a vista panorâmica das colinas do SHO, a partir da Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).

No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **especialistas locais** foram:

- a) O indicador de significância dos especialistas locais (I_{sig}^{Lesp}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos); o de integridade (I_{int}^{Lesp}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Lesp}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos).
- b) Na sua maioria, os especialistas locais consideram que o estado de conservação do SHO vem sendo mantido no período monitorado, com poucas perdas.

A maior dificuldade observada nas entrevistas com os especialistas locais foi avaliar a autenticidade dos atributos do SHO. O período monitorado foi percebido como extenso, e comprometeu um posicionamento baseado na declaração de significância de 1982, pois, os que vivenciaram o antes e o depois deste momento algumas vezes basearam suas respostas em momentos anteriores ao citado.

Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **especialistas externos** demonstraram:



a) Os atributos melhor avaliados pelos especialistas externos foram o percurso do conjunto Quatro Cantos – São Bento (Imagem 6); o percurso do conjunto Igreja da Graça – Horto Del Rey (Imagem 7), e a vista panorâmica da Igreja da Sé para as Igrejas de São Pedro e Carmo (Imagem 14).

b) O atributo pior avaliado pelos especialistas externos foi a manutenção do equilíbrio entre o traçado urbano, parcelamento antigo, cobertura vegetal (fundo lotes) ocupação dos lotes e tipologia arquitetônica (Imagem 18).

No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **especialistas externos** foram:

a) O indicador de significância dos especialistas externos (I_{sig}^{Xesp}) teve como resultado o valor 0,5 (cinco décimos); o de integridade (I_{int}^{Xesp}) teve como resultado o valor 0,5 (cinco décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Xesp}) teve como resultado o valor 0,5 (cinco décimos).

b) Na sua maioria, os especialistas externos consideram que o estado de conservação do SHO passa por transformações no período monitorado. Umam concorrem para sua conservação, mas a maioria compromete a conservação da significância cultural do SHO.

A maior dificuldade percebida nas entrevistas com os especialistas externos foi o desconhecimento de alguns dos atributos do SHO, principalmente dos processos do SHO. Em função disto, o Carnaval, as procissões religiosas e outras manifestações de sincretismo religioso, a convivência entre os usos residencial, religioso e educacional, e a relação da comunidade com a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, foram atributos que os especialistas externos não opinaram sobre a significância, integridade e autenticidade.

Tanto a entrevista individual, quanto o envio do questionário por *e-mail* funcionaram bem com os especialistas locais. Com os especialistas externos, apesar do envio do questionário por *e-mail* ter funcionado bem, observou-se, pelas respostas, que o mais indicado é que estes possam interagir com o sítio urbano patrimonial em



avaliação no momento da avaliação, e que possam interagir com todos os atributos listados para avaliação.

Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **residentes de longa data** demonstraram:

- a) Os atributos melhor avaliados pelos residentes de longa data do SHO foram: a vista panorâmica do Seminário para o convento de São Francisco com o mar ao fundo (Imagem 3), e a relação da comunidade com a igreja do Rosário dos Homens Pretos (Imagem 19).
- b) O atributo pior avaliado pelos residentes de longa data foi a vista panorâmica das colinas do SHO, pela Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).

A maior dificuldade, percebida nas entrevistas com os residentes de longa data, foi a dúvida quanto à distinção entre significância (valores) integridade e autenticidade. Em função disto, foi necessário um tempo maior para a explicação e a simplificação dos conceitos, assim como aos relatos sobre os atributos. As afirmações do questionário ajudaram à definição de um posicionamento sobre o estado de conservação dos atributos listados.

No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **residentes de longa data** foram:

- a) O indicador de significância dos residentes de longa data (I_{sig}^{Lres}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos); o de integridade (I_{int}^{Lres}) teve como resultado o valor 0,6 (seis décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Lres}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos).
- b) Na sua maioria, os residentes de longa data consideram que o estado de conservação do SHO vem sendo mantido no período monitorado, com poucas perdas. As maiores críticas foram em relação à gestão do sítio: falta de orientação técnica; poucos investimentos em infraestrutura urbana; controle urbano pouco eficaz.



A entrevista individual é uma estratégia rica e eficaz aos propósitos da avaliação da percepção dos residentes de longa data, residentes recentes e grupos de referência cultural sobre a conservação urbana patrimonial. Minimiza-se a falta de conteúdo técnico sobre os conceitos de significância (valores) integridade e autenticidade, e o tempo maior necessário à entrevista, com a simplificação dos termos e o questionário estruturado com as afirmações.

Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **residentes recentes** demonstraram:

- a) Os atributos melhor avaliados pelos residentes recentes do SHO foram: a vista panorâmica do Seminário para o convento de São Francisco (Imagem 3); o Horto Del Rey mais os quintais vegetados e sítios conventuais (Imagem 9); as procissões religiosas e manifestações de sincretismo religioso (Imagem 16), e a relação entre a comunidade e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos (Imagem 19).
- b) O atributo pior avaliado pelos residentes recentes foi a vista panorâmica das colinas do SHO, a partir da Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).

Também ocorreram dificuldades com os residentes recentes, quanto à distinção entre significância (valores) integridade e autenticidade. Mas foram sanadas com um maior tempo de explicação e simplificação dos conceitos e com o questionário estruturado em afirmações.

No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **residentes recentes** foram:

- a) O indicador de significância dos residentes recentes (I_{sig}^{Nres}) teve como resultado o valor 0,9 (nove décimos) o de integridade (I_{int}^{Nres}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Nres}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos).



b) Na sua maioria, consideram que o estado de conservação do SHO vem sendo mantido no período monitorado. Destaca-se o alto índice atingido pelo indicador de significância, que ratifica a importância que esse grupo de *stakeholders* atribui ao SHO e justifica a sua escolha em morar neste sítio urbano patrimonial.

Ao final das entrevistas com residentes de longa data e residentes recentes, observou-se que o universo de entrevistados abrangeu as diversas áreas do SHO; resultando em uma diversidade geográfica destes, que corroborava a uma diversidade da amostra de entrevistados desse grupo de *stakeholders*. Também houve diversidade quanto à idade e formação profissional dos residentes entrevistados: empregada doméstica, funcionário público, artesão, médico, professor, advogado, militar, estudante, empresário, arquiteto, e outros.

Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **grupos de referência cultural** demonstraram:

- a) O atributo melhor avaliado pelos grupos de referência cultural do SHO foi a vista panorâmica do Seminário para o convento de São Francisco com o mar ao fundo (Imagem 3).
- b) O atributo pior avaliado pelos grupos de referência cultural foi a vista panorâmica das colinas do SHO, a partir da Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).

Não ocorreram dificuldades com os representantes dos grupos de referência cultural, quanto à distinção entre significância (valores) integridade e autenticidade. Os entrevistados demonstraram tranquilidade quanto ao entendimento desses, provavelmente em função de sua formação e experiência: atuam com a formação de jovens (ensino e catequese), estudaram e viveram um tempo em formação religiosa fora da cidade de Olinda ou do Estado de Pernambuco, e alguns deles também conheciam países estrangeiros.



Os entrevistados dos grupos de referência cultural foram aqueles que apresentaram maior média de idade. Três, dos cinco entrevistados possuíam idade acima dos oitenta anos.

No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **grupos de referência cultural** foram:

a) O indicador de significância dos grupos de referência cultural (I_{sig}^{Rgru}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos); o de integridade (I_{int}^{Rgru}) teve como resultado o valor 0,6 (seis décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Rgrus}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos).

b) Na sua maioria, os grupos de referência cultural consideram que o estado de conservação do SHO vem sendo mantido no período monitorado, com poucas perdas. Entendem que as maiores perdas estão na integridade dos atributos do SHO, principalmente quanto ao registro da dimensão material.

Por fim, na quantificação das médias de cada atributo, referente à significância, integridade e autenticidade, os resultados obtidos com os **visitantes** demonstraram:

a) Os atributos melhor avaliados pelos visitantes do SHO foram o percurso do conjunto Quatro Cantos-Igreja de São Bento (Imagem 6) e a manutenção das técnicas construtivas e revestimentos tradicionais (Imagem 20).

b) O atributo pior avaliado pelos visitantes foi vista panorâmica das colinas do SHO, a partir da Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).

Este grupo de *stakeholder* foi o que pior avaliou a vista panorâmica das colinas do SHO, a partir da Avenida Pan-Nordestina, entendendo que este atributo perdeu a significância, a integridade e a autenticidade. Comparando com os demais grupos de *stakeholders* do SHO, que também destacaram este atributo como pior avaliado, requer atenção dos gestores locais em função do acentuado processo de transformação que vem sofrendo.



No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos com os **visitantes** foram:

- a) O indicador de significância dos visitantes (I_{sig}^{Vis}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos); o de integridade (I_{int}^{Vis}) teve como resultado o valor 0,7 (sete décimos); e o de autenticidade (I_{aut}^{Vis}) teve como resultado o valor 0,8 (oito décimos).
- b) Na sua maioria os visitantes consideram que o estado de conservação do SHO vem sendo mantido no período monitorado, com pouquíssimas perdas. Entendem que a autenticidade do SHO é o que vem sendo melhor conservado, destacando a dimensão expressiva (Zancheti *et al* 2009a), expressividade de verdade, da cidade patrimonial.

A estratégia aplicada aos visitantes para avaliação do estado de conservação do SHO teve pontos positivos e negativos. Como pontos positivos destacam-se: a maior abrangência no quantitativo dos participantes, diante do tempo das entrevistas individuais; e o baixo custo na produção dos *folders*. Como pontos negativos os pontos destacados são: uma avaliação parcial de cada um dos participantes, em função das escolhas; a necessidade de um quantitativo maior dos participantes e a aplicação dos *folders* em diversas épocas do ano, em função da sazonalidade das estações turísticas; e a distância entre pesquisadores e participantes, deixando a aplicação do instrumento construído a um terceiro (o estabelecimento hoteleiro, e pessoa responsável), o que impossibilita registrar os comentários do participante.

Os resultados finais do levantamento das opiniões dos grupos de *stakeholders* do SHO foram:

- a) Na quantificação das médias de cada atributo referente à significância, integridade e autenticidade: o atributo melhor avaliado, no geral pelos grupos de *stakeholders*, foi a vista panorâmica do Seminário para o convento de São Francisco com o mar de Olinda ao fundo (Imagem 3); e o atributo pior avaliado, no geral pelos grupos de *stakeholders*, foi a vista panorâmica das colinas do SHO a partir da Avenida Pan-Nordestina (Imagem 15).



b) No cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder*, os resultados obtidos foram (ver quadro 7): a melhor avaliação foi dos residentes recentes, e a pior avaliação foi dos especialistas externos. Os demais grupos de *stakeholders* tiveram avaliações semelhantes, ocorrendo resultados iguais entre residentes de longa data e grupos de referência cultural.

Quadro 7

Resultado do cálculo dos indicadores de significância, integridade e autenticidade por grupo de *stakeholder* do SHO

Indicadores parciais	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis
Significância	0,8	0,5	0,8	0,9	0,8	0,7
Integridade	0,7	0,5	0,6	0,8	0,6	0,7
Autenticidade	0,7	0,5	0,7	0,8	0,7	0,8

Fonte: a autora, 2011.

Os resultados obtidos por grupo de *stakeholder* possibilitam à gestão local planejar e atuar junto a cada um deles de forma mais efetiva e eficaz quanto à manutenção dos bens considerados patrimônios culturais e naturais, visando à sustentabilidade da conservação urbano-patrimonial.

5.3 Resultado do Indicador do Estado de Conservação (Isc) do SHO

Na obtenção do resultado final do indicador de avaliação do estado de conservação do SHO (ver quadro 8) é necessário:

- Aplicar a ponderação e efetuar as equações (10), (11) e (12) frente aos resultados parciais (observa-se que os pesos são o resultado da aplicação do método *Delphi* com os especialistas);
- Finalizar o cálculo do Indicador de avaliação do estado de conservação do SHO com a equação (9).



Os quantitativos resultantes das equações (10), (11) e (12), referentes aos indicadores de significância, integridade e autenticidade (I_{sig} , I_{int} , e I_{aut}) do SHO demonstraram que:

a) Quanto ao Indicador de Significância ($I_{sig} = 0,7465$): os *stakeholders* consideraram que a significância (valores) do estado de conservação do SHO vem sendo mantidos, com pouquíssimas perdas, durante o período monitorado;

b) Quanto ao Indicador de Integridade ($I_{int} = 0,6367$): os *stakeholders* consideraram que as características materiais e não materiais do estado de conservação do SHO vem sendo mantidas, com poucas perdas, durante o período monitorado;

c) Quanto ao Indicador de Autenticidade ($I_{aut} = 0,6821$): os *stakeholders* consideraram que a autenticidade do SHO vem sendo mantida, com poucas perdas, durante o período monitorado.

Quadro 8

Resultados parciais referentes ao cálculo das equações (10), (11) e (12) e resultado do Indicador de Avaliação do estado de conservação do SHO.

Equação (10)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	I_{sig}
Resultados parciais Significância	0,8	0,5	0,8	0,9	0,8	0,7	0,7465
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Significância	0,2	0,183	0,194	0,127	0,176	0,121	
Equação (11)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	I_{int}
Resultados parciais Integridade	0,7	0,5	0,6	0,8	0,6	0,7	0,6367
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Integridade	0,206	0,196	0,192	0,122	0,164	0,119	
Equação (12)	Lesp	Xesp	Lres	Nres	Rgru	Vis	I_{aut}
Resultados parciais Autenticidade	0,7	0,5	0,7	0,8	0,7	0,8	0,6821
Pesos dos <i>stakeholders</i> quanto à Autenticidade	0,206	0,199	0,19	0,115	0,178	0,111	
Equação (9) $I_{sc} = I_{sig} \cdot I_{int} \cdot I_{aut}$							0,324

Fonte: a autora, 2011.



Comparativamente, entre os indicadores de significância, integridade e autenticidade, percebe-se que os *stakeholders* consideram que houve um processo de degradação de características materiais e não materiais; que comprometeu a autenticidade, mas, a importância, e os valores — do estado de conservação do SHO — ainda se mantêm.

O indicador de avaliação do estado de conservação sustentável do SHO teve como resultado da equação (9) o número 0,324. Observando a análise feita quanto à sensibilização do sistema de indicadores proposto (ver conclusão do capítulo 4) a avaliação feita pelos *stakeholders* — do estado de conservação do Sítio Histórico da cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, Brasil, em julho de 2010 — considerou que apesar das transformações percebidas, os valores, a integridade e a autenticidade do SHO vêm sendo mantidos ao longo do tempo. Ou seja, o estado de conservação está acima do ponto de inflexão — isto é o grau de conservação é positivo.

Percebeu-se, além disso, que o conceito de integridade, associado às características materiais e não materiais, foi o de mais fácil entendimento. Provavelmente por se relacionar mais diretamente com questões objetivas, da materialidade dos objetos e processos. Os conceitos de significância (valores) e autenticidade tiveram e demandaram explicações extras e mais tempo às respostas. Percebeu-se que a compreensão do conceito de autenticidade, quando apreendida como um julgamento pessoal, se tornava mais fácil ao posicionamento, principalmente dos *stakeholders* leigos; que o entendimento, quanto à permanência dos valores do sítio, geralmente eram vinculados ao reconhecimento da existência das características materiais e não materiais.

Após a conclusão da pesquisa junto aos *stakeholders*, percebeu-se que mesmo os especialistas se posicionaram de acordo com suas referências pessoais. Nesse sentido, destacou-se, por exemplo, o nível de escolaridade e renda: a percepção da conservação patrimonial do SHO tende à relevância dos aspectos urbanísticos (infraestrutura urbana) para aqueles com menor escolaridade ou nível de renda — e dos aspectos das edificações monumentais para aqueles com maior escolaridade ou nível de renda. Assim, o instrumento construído, apesar das dificuldades e



necessidade de explicação dos conceitos, tem ampla cobertura social; conseguindo abranger diversas realidades e percepções, acerca da manutenção dos valores patrimoniais.

Quanto aos atributos e processos do SHO – vistas panorâmicas, percursos, cobertura vegetal e usos/manifestações – em síntese os resultados da percepção dos *stakeholders* foram:

- a) aqueles atributos e processos do SHO – em que a dimensão material se sobressai frente à dimensão não material, principalmente as vistas panorâmicas – foram os mais bem avaliados. Este resultado aponta para a manutenção do estado de conservação em geral do SHO;
- b) aqueles atributos e processos do SHO – em que a dimensão não material se sobressai frente à dimensão material, principalmente os processos como Carnaval e manifestações religiosas – foram os de baixa avaliação. Este resultado aponta para a transformação do estado de conservação de usos e manifestações, que conformam a significância cultural do SHO;
- c) aqueles atributos e processos do SHO, em que tanto a dimensão não material como a material estão imbricadas no atributo ou no processo, como pôde ser verificado em alguns percursos, principalmente o conjunto da Rua do Amparo, em que se observou divergências acentuadas na percepção dos *stakeholders*. Este resultado aponta para certa indecisão, por parte dos *stakeholders*, sobre qual dimensão (material ou não material) mais afeta o estado de conservação da significância cultural do SHO.

Classificando as respostas quanto ao tempo de envolvimento do *stakeholder* com o SHO, percebeu-se que aqueles envolvidos de tempo longo com o sítio em questão consideraram mais acentuadas as perdas no estado de conservação. Entende-se que esta avaliação pode ser um indício de que os valores do passado continuam sendo reconhecidos e são aqueles que possuem maior peso no julgamento da manutenção do estado de conservação a esses *stakeholders*.



Em contrapartida, aqueles envolvidos recentes possuem uma opinião mais favorável, quanto à manutenção do estado de conservação do SHO. Nesse sentido, pode ser um indício de que apesar dos valores do passado serem reconhecidos, novos valores estão sendo relacionados ao sítio patrimonial no presente.

Por fim, observa-se que o resultado final desta avaliação — apesar de não poder ser comparado com outros sítios e nem em uma série histórica de avaliações do mesmo sítio — demonstra coerência com trabalhos já desenvolvidos com focos complementares a este (Moreira 2006; Barreto 2009; Vieira 2007; IPHAN 2009) que versam sobre a gestão, os bens imóveis e a participação dos *stakeholders* na conservação do Sítio Histórico da Cidade de Olinda.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propôs a construir um sistema de indicadores, para a avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio mundial. Tinha como desafios a constatação de que: vêm ocorrendo perdas de integridade e autenticidade dos bens culturais, inscritos na lista do patrimônio mundial; o sistema metodológico e operacional do monitoramento das cidades patrimônio mundial da humanidade não conseguiu ainda construir um indicador, para discernir e comparar situações, e para o planejamento da conservação; e a necessidade de propor um indicador de avaliação com inteligibilidade de construção, especificidade, validade e aplicabilidade.

Considerando os objetivos da Tese: a) Analisar o sistema de monitoramento e avaliação das cidades patrimônio mundial da humanidade em seus pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e operacionais; identificando as dimensões e variáveis passíveis de mensuração do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais; e b) Construir um arcabouço teórico, metodológico e operacional para construção de indicadores com foco no estado de conservação de cidades patrimônio mundial; a construção de um indicador de avaliação do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais originou-se do entendimento de que a conservação urbana sustentável pressupõe a manutenção da significância, integridade e da autenticidade — variáveis da conservação urbana sustentável — dos atributos materiais e não materiais — dimensões da conservação urbana sustentável — que são levados em consideração na interação entre sujeitos e objetos, ou processos, patrimoniais.

O indicador proposto, então, parte da identificação, análise, avaliação e decisão dos *stakeholders*, ou envolvidos, com o sítio urbano patrimonial. Por conseguinte, tem como objetivo expressar o nível da conservação sustentável do patrimônio urbano, a partir da percepção subjetiva.



Esta tese, sobre um indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais (Isc) construiu este, teoricamente, como um indicador subjetivo, ou qualitativo, baseado no novo paradigma da “Teoria Contemporânea da Conservação” (Munoz Viñas 2005); determinado por uma função de três indicadores: de significância, de integridade e de autenticidade – chamados indicadores de desempenho (KPIs). Estes, metodologicamente, são levantados por meio da opinião dos principais sujeitos envolvidos (*stakeholders*) com uma gestão da conservação dos sítios urbanos patrimoniais.

As teorias da conservação não fornecem argumentos para definir a estrutura matemática da função $f(I_{sig}, I_{int}, I_{aut})$ entretanto, sugere-se que a melhor estrutura é a multiplicação dos KPIs, pois a perda de um dos KPIs anula o processo de conservação, não sendo estes compensatórios uns dos outros. Os KPIs devem ser aferidos a partir da opinião e julgamento dos principais sujeitos envolvidos no sítio.

Assim, o indicador desenvolvido nesta tese baseia-se em uma avaliação subjetiva, a partir do julgamento dos indivíduos, referenciados por uma estrutura de pesquisa intersubjetiva. Porém, vale ressaltar que, apesar dessa subjetividade, o indicador possibilita o controle, o planejamento e a comparação na avaliação entre situações, eliminando-se o “cada caso é um caso”, em função de transformar informação qualitativa em quantitativa, por meio de instrumentos chamados indicadores.

Tomando como referencial de avaliação um determinado período temporal de monitoramento; tendo como base a declaração de significância e os bancos de dados sobre o sítio patrimonial, a avaliação dos KPIs, por parte dos sujeitos envolvidos, vem das respostas às seguintes questões: a) A significância (valores) do sítio urbano patrimonial foi mantida? b) A integridade do sítio urbano patrimonial foi mantida? c) A autenticidade do sítio urbano patrimonial foi mantida? O resultado de cada KPI deverá ser a somatória das opiniões dos sujeitos envolvidos por tipo de *stakeholder*. Destarte, a estrutura matemática dos KPIs é a soma das opiniões de cada grupo de sujeito envolvido com o sítio urbano patrimonial.



Para o processo de ponderação (pesos) tanto do Isc, quanto para cada grupo de sujeito envolvido, conseqüentemente cada KPI, foram usadas técnicas de ponderação e pontuação (Thompson 1993, 7) por meio do método *DELPHI*, em função da inexistência no referencial teórico e prático desta informação. Após a consulta a diversos especialistas da conservação patrimonial, ao redor das cinco regiões no mundo definidas pela UNESCO, chegou-se às conclusões:

- 1) As variáveis: significância, integridade e autenticidade possuem o mesmo peso no processo de avaliação da conservação dos atributos físico-materiais e não materiais dos objetos e processos patrimoniais;
- 2) Os pesos das opiniões dos novos residentes e dos visitantes foram considerados pelos entrevistados relativamente mais baixos do que os demais pesos das outras tipologias de envolvidos. O alcance dos pesos dos novos residentes e dos visitantes variou de, aproximadamente, 11,1% a 12,7%, enquanto os demais grupos têm pesos variáveis entre 16,4% e 20,6%. Os especialistas que participaram do *DELPHI* minimizaram a importância dos novos moradores e visitantes, sem excluí-los; considerando que estes têm relevância menor em relação aos demais na avaliação do estado de conservação sustentável dos sítios urbanos patrimoniais, o que se alinha às literaturas recentes (Clavir 2002).

Finalizando o sistema de indicadores proposto, o trabalho desenvolve dois formulários para a obtenção das informações de base, que alimentarão o Isc e os KPIs: 1) Formulário 1: a lista de objetos, processos, destacando seus atributos físico-materiais e não materiais e pesos (hierarquia de importância) respectivos; 2) Formulário 2: o questionário modelo a ser aplicado com os *stakeholders*. O processo final de análise da aplicação dos formulários também passa pela ponderação dos resultados obtidos para alimentação dos KPIs e do Isc.

No que se refere à aplicação no Sítio Histórico de Olinda, os destaques são: o conceito de integridade, associado às características materiais e não materiais, foi facilmente assimilado; o conceito de significância (valores) geralmente era vinculado



ao reconhecimento da existência das características materiais e não materiais e o conceito de autenticidade, quando apreendido como um julgamento pessoal, se tornava mais fácil ao posicionamento, principalmente dos *stakeholders* leigos.

Aqueles atributos e processos do SHO — em que a dimensão material se sobressai frente à dimensão não material foram os mais bem avaliados; os que a dimensão não material se sobressai frente à dimensão material foram os de baixa avaliação e aqueles em que tanto a dimensão não material como a material estão imbricadas no atributo ou no processo observou-se divergências acentuadas na percepção dos *stakeholders*, apontando para certa indecisão, por parte dos *stakeholders*, sobre qual dimensão (material ou não material) mais afeta o estado de conservação do sítio patrimonial.

Após a conclusão da pesquisa junto aos *stakeholders* do SHO, percebeu-se que mesmo os especialistas se posicionaram de acordo com suas referências pessoais. Assim, destacou-se, por exemplo, o nível de escolaridade e renda nos posicionamentos quanto à percepção da conservação patrimonial: aqueles com menor escolaridade ou nível de renda preocupam-se os aspectos urbanísticos (infraestrutura urbana); os de maior escolaridade ou nível de renda levam em consideração os aspectos das edificações monumentais. Entretanto, o instrumento construído, apesar das dificuldades, tem ampla cobertura social; conseguindo abranger diversas realidades e percepções sociais, sobre da manutenção dos valores patrimoniais.

Alguns pontos, neste momento, devem ser retomados para discussão sobre a tese apresentada neste documento. São eles: a abordagem teórica embasada no tripé subjetividade, intersubjetividade e objetividade da construção de um indicador; o percurso metodológico percorrido e o construído — a aplicabilidade do sistema de avaliação proposto.

A abordagem teórica desta tese foi construída a partir da mudança no paradigma da conservação patrimonial. As teorias clássicas da conservação patrimonial embasam-se nos registros físico-materiais dos bens patrimoniais —



mesmo daqueles em ruínas — a partir dos quais os valores desses poderiam ser reconhecidos e classificados, o que os destacavam dos demais bens. As discussões contemporâneas não descartavam totalmente este tipo de abordagem, mas ampliavam a noção de patrimônio e deslocavam o centro das atenções dos registros físico-materiais ao uso desses; colocando em evidência os envolvidos com os bens patrimoniais, e a integração do patrimônio no tempo presente.

Essa mudança de abordagem afetaria não apenas a identificação dos bens classificados como patrimônio, como todos os processos (planejamento, implantação, monitoramento, e avaliação de ações) da conservação patrimonial. O universo de bens se tornava diverso e abrangente, segundo o clichê: cada caso é um caso. Isso, gerava uma complexidade na gestão patrimonial, no que se refere à disseminação de informações e práticas, a serem compartilhadas por todos.

Este desafio ao monitoramento e avaliação do estado de conservação dos bens patrimoniais — situações únicas e distintas entre si, em especial os sítios urbanos patrimoniais — orientou a construção de um indicador, a partir da mudança do paradigma acima expresso. Entendeu-se que a abordagem viável seria — partindo da aquiescência de que o bem se conforma tanto na dimensão físico-material quanto não material — construir um indicador e um processo de avaliação, a partir da subjetividade da relação entre envolvidos e objetos, ou processos, patrimoniais.

O resultado alcançado demonstrou ser viável a partir da subjetividade, por meio da ponderação intersubjetiva dos envolvidos com o bem patrimonial em questão, uma objetividade quanto à avaliação do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais. O universo em questão não deixou de lado a sua inerente singularidade, pelo contrário, superou-a, avançando quanto às possibilidades de comparação e troca de experiências na avaliação da conservação patrimonial urbana.

Os pontos negativos da abordagem teórica concentram-se também na questão da subjetividade do processo. Interpretações equivocadas e homogeneidade de sujeitos envolvidos possuem alta interferência nos resultados deste tipo de



abordagem. Isto posto, será um limitador àqueles que por ventura não observarem que é na pluralidade que reside o sucesso deste tipo de avaliação proposta.

Considerando os resultados positivos na construção deste indicador, assim como os pontos negativos, deve-se ponderar que a abordagem escolhida não é a única, e tampouco a última opção à gestão dos bens patrimoniais. Essa requer comprometimento da gestão quanto à informação e transparência nas ações patrimoniais, além de sucessivas ações de educação patrimonial e comunicação, junto aos *stakeholders*. Essas atitudes demandam esforços ininterruptos do monitoramento da conservação patrimonial.

No que se refere à trajetória metodológica percorrida, para a construção do indicador de avaliação do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais, destacam-se três pontos nesta discussão: 1) a investigação das declarações das cidades patrimônio da humanidade; 2) a validação do sistema de indicadores proposto com respectiva ponderação; 3) a investigação junto aos especialistas locais para construção e ponderação da lista de atributos, objetos e processos — do objeto empírico.

O primeiro ponto ocasiona como discussão o método utilizado para a interpretação dos valores registrados nas declarações de significância de cada sítio urbano patrimonial: a análise de conteúdo. Apesar de os textos passarem por uma triagem interpretativa subjetiva — o que poderia ser questionado em validade científica metodológica — percebeu-se congruência na identificação e classificação dos significados e valores, mesmo em se considerando universos tão distintos e plurais. Além disso, foi possível identificar, na prática, as dimensões físico-materiais e não materiais deste universo.

Vale lembrar que a análise de conteúdo depende das fontes documentais analisadas e faz inferências ao texto destas. Para este estudo, os documentos utilizados foram suficientes e homogêneos o bastante para o método ser usado com sucesso. Este método se mostrou adequado para levantar o conjunto de significados e



valores que em geral justificaram a inscrição na Lista das cidades patrimônio da humanidade.

Na validação do indicador e dos indicadores de desempenho propostos, com as respectivas ponderações, outro método se mostrou viável e adequado. Por se tratar de uma abordagem inovadora e em construção, o método *Delphi* possibilitou, em curto período de tempo e por meio de um universo abrangente de sujeitos — apesar da dependência dos participantes, o que em princípio é um desafio e foge ao total controle do pesquisador — a validação e ponderação do sistema de indicadores proposto, para avaliar o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais. A construção das afirmações que expressam a abordagem teórica do indicador é um ponto fundamental do processo — frases concisas e a clareza na escala de respostas facilitam o entendimento e o posicionamento dos participantes.

Quanto ao terceiro ponto destacado na trajetória metodológica desta tese — a investigação junto aos especialistas locais para construção e ponderação da lista de atributos do objeto empírico — observou-se que, apesar da estratégia usada ter sido bem sucedida, fragilidades podem ser minimizadas. A lista de atributos, objetos e processos, materializa a significância cultural do sítio urbano-patrimonial; assim deve ser produzida e armazenada juntamente com o conjunto de valores e significados no momento do registro da declaração de significância do bem.

Partindo dos resultados da análise de conteúdo das declarações de significância dos sítios patrimônio da humanidade, observou-se que, no caso específico do SHO, os atributos significativos não estavam registrados na declaração. O que estava historiado eram os monumentos excepcionais do sítio. Na pesquisa com os especialistas locais, percebeu-se que os significados e valores expressavam atributos físico-materiais e não materiais em vistas panorâmicas, percursos urbanos e usos relacionados à dinâmica do sítio patrimonial em questão.

Prosseguindo com as reflexões, destaca-se a metodologia construída, no que tange à aplicabilidade do sistema proposto para avaliar o estado de conservação dos sítios urbanos patrimoniais. De acordo com o referencial teórico sobre a construção



de indicadores, estes devem ser estruturados, e em se observando a inteligibilidade na construção, sua especificidade temática, validade e aplicabilidade operacional. O indicador do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais estrutura-se a partir de uma construção clara e específica, e demonstrou ter validade e aplicabilidade no levantamento dos dados para sua alimentação.

A metodologia construída alcançou os objetivos de indicar a tendência de mudanças no estado dos bens patrimoniais, de possibilitar a comparação do desempenho da conservação dos bens, de facilitar a comparação entre bens singulares. Além disso, aprofundou os conceitos de significância, autenticidade e integridade, argumentando como esses conceitos podem representar o estado de conservação de um sítio urbano patrimonial, e compor um modelo de indicador do estado de conservação. Por fim, contribui para a reflexão de que conceitos qualitativos podem ser objetos de avaliação quantitativa, ou mensuração.

Neste momento, vale ressaltar a agenda de pesquisa futura que esta tese encaminha. A primeira pesquisa vislumbrada é a continuidade da aplicação do sistema proposto no Sítio Histórico da cidade de Olinda. Esta continuidade da investigação no SHO possibilitará: a) a geração da série histórica do Isc neste sítio urbano patrimonial; b) ampliação e checagem das estratégias de levantamento de dados, junto aos *stakeholders*, principalmente quanto aos visitantes.

A segunda investigação, que deve fazer parte da agenda de pesquisa, é a aplicação do sistema proposto em outros sítios urbanos patrimoniais. Esta linha de pesquisa possibilitará, por meio dos resultados obtidos com o Isc, a comparação entre universos distintos, com significâncias culturais singulares; replicação de estratégias de levantamento de dados junto aos *stakeholders*, ou experimentação de outras.

Também vale a investigação considerando que a formação profissional do grupo reunido pode afetar os resultados: a lista e os pesos; assim como os impasses em determinados itens da lista. Nesse sentido, deve-se priorizar uma ampla pesquisa não somente junto aos especialistas da conservação patrimonial como aos demais



envolvidos, a fim de minimizar lacunas ou enganos em uma construção — que é posterior à elaboração da declaração do sítio.

Diferente dos três primeiros itens da agenda de pesquisa, o quarto item não se refere à aplicação do sistema de indicadores proposto nesta tese. O quarto caminho idealizado para investigações futuras refere-se à avaliação — não do estado de conservação, mas das condições de conservação que interferem neste. Este item tem como objetivo avaliar as ameaças, a gestão e o uso público; tendo como resultado esperado a construção de um indicador de avaliação das condições de conservação de sítios urbanos patrimoniais.

Entende-se que estes itens da agenda de pesquisa futura, neste momento, são possibilidades ainda em construção. Outras atividades distintas também poderão ser desencadeadas a partir desta tese, como cursos de capacitação técnica; desenvolvimento de um manual de aplicação do indicador proposto; orientações de pesquisas correlatas sobre interpretação e construção das declarações de significância cultural, dentre outras.

Sendo assim, finaliza-se estas considerações, destacando que os procedimentos e o indicador de avaliação propostos não são substitutivos dos processos de avaliação da sustentabilidade e desenvolvimento dos bens patrimoniais já existentes, não excluindo de forma alguma os relatórios periódicos da UNESCO/WHC. O resultado esperado com a proposição do indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimoniais (Isc) é que este possa ser agregado, e contribua com os demais esforços empreendidos para a conservação patrimonial de sítios urbanos.



REFERÊNCIAS

- Alexandre, Ariel. 1997. Urban indicators: some questions. In: *Advanced Study Course on Sustainable Urban Development*. The International Institute for the urban environment. The Netherlands.
- Anand S. e. A. K. Sen. 1994. Human development Index: Methodology and Measurement. *Human Development Report Office*.
<http://hdr.undp.org/publications/papers.cfm> (acessado em 8 de agosto de 2007).
- Appelbaum, Barbara. 2009. *Conservation Treatment Methodology*. London: Elsevier Ltd.
- Arlego, Edivaldo. S.d. *Olinda, patrimônio Natural e Cultural da Humanidade*. Olinda: Edições Edificantes.
- Avrami, Erica, Randall Mason, Marta De La Torre (eds.). 2002. *Values and Heritage Conservation. Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/assessing.pdf (acessado em 27 de maio de 2009).
- Ayres, M., M. Ayres Jr e D.L. Ayres Santos. 2004. *A.S. BioEstat 4.0: Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá.
- Balsas C. J. L. 2004. Measuring the Livability of an Urban Center: An Exploratory Study of Key Performance Indicators. *Planning Practice and Research*, 19:1, pp 101-110.
- Bardin, Laurence. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições 70.
- Barreto, Juliana Cunha. 2009. *De montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural*. Recife: EDUFPE.
- Barthes, Roland. 2006. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: editora Cultrix.
- Bauer, Martin W.; Gaskell, George. 2008. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: editora Vozes.
- Bellen, Hans Michel van. 2006. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Boito, Camilo. 2002. *Os Restauradores*. Conferência feita na Exposição de Turin em 7 de junho de 1884. São Paulo: Atelie Editorial.
- Booth, W.C, G.G. Colomb e J.M. Williams. 2000. *A arte da pesquisa*. São Paulo. Martins Fontes.
- Bossel, L. H.. 1994. *Modeling and simulation*. Wellesley: A K Peters.



- Brandi, Cesare. 1963. *Teoria del Restauro*. Torino: Einaudi.
- Bunge, Mário. 2006. *Dicionário de Filosofia*. Editora: Perspectiva.
- Cameron, Christina, Carolina Castellanos, Marta Demas, Françoise Descamps e J. Levin. 2001. Building Consensus, Creating a Vision: A Discussion about Site Management Conservation. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, 16(3), 13-19.
- Carruthers, Peter, Lucy Donkin e Herb Stovel. 2001. *Monitoring for the World Heritage Cities: International Expert Meeting, Valleta Malta, May 21 -23 2000 Final Report*. Unpublished Document. Rome: ICCROM Library.
- Carley, Michael. 1985. *Social Measurement and Social Indicators: Issues of Policy and Theory*. London: George Allen & Unwin.
- Caple, Chris. 2006. *Objects: reluctant witnesses to the past*. London and New York: Routledge – Taylor & Francis Group.
- _____. 2000. *Conservation Skills: judgement, method and decision making*. London and New York: Routledge – Taylor & Francis Group.
- Choay, Françoise. 2006. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.
- Clavir, Mirian. 2002. *Preserving what is valued: museums, conservation and First Nations*. Vancouver: UBC Press.
- _____. 1994. Preserving Conceptual Integrity: Ethics and the Theory in Preventive Conservation. In: *Preventive Conservation Practice, Theory and research*. ed. Roy Ashok and Perry Smith. London: The International; Institute for Conservation of Historic and Artistic Works.
- _____. 1994a. *The Conceptual Integrity of Conservation in Museums*. *Muse* 12:3, 30-34.
- Coelho, Germano. 1996. *Olinda Patrimônio Mundial*. Olinda: Editora Raiz.
- Cohen, N. 2001. *Urban Planning Conservation and Preservation*. McGraw-Hill Professional.
- Connor, S. 1994. *Teoria e Valor Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Dalkey, N.C. 1969. *The Delphi Method: An Experimental Study of Group Opinion*. RM-5888-PR, June 1969, The Rand Corporation, Santa Monica California.
- Delft, Yvonne van. 1997. An introduction to indicators and monitoring. In: *Advanced Study Course on Sustainable Urban Development*. The International Institute for the urban environment. The Netherlands.
- Eco, Umberto. 2007. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.



English Heritage 2008. *Conservation principles: policies and guidance for the sustainable management of the historic environment*. London: English Heritage.

_____. 1997. *Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future. An English Heritage Discussion Document*, London: English Heritage.

Ferrara, Alessandro. 1998. *Reflective Authenticity – Rethinking the Project of Modernity*. London: Routledge.

Fischer, Tânia. 2002. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade.

Fjellstad, W.; W. Dramstad, e R. Lågbu. 2002. *Testing Indicators of Landscape Change in Norway*. Norwegian Institute of Land Inventory (NIJOS)/OECD Expert Meeting – Agricultural Landscape Indicators - Oslo October.

Flyvbjerg, B. 2004. Phronetic Planning Research: Theoretical and Methodological Reflections. *Planning Theory & Practice* 5 no. 3, 283 – 306.
<http://flyvbjerg.plan.aau.dk/PhronPlan7.1PUBL.pdf> (acessado em 7 de janeiro de 2009)

Freyre, Gilberto. 1980. *Olinda: 2º guia prático e histórico e sentimental de cidade brasileira*. 5.ed. Fortaleza: BNB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

Fronzizi, Risieri. 1971. *What is value? An introduction to axiology*. Lasalle: Open Court.

Fukuda-Parr, Sakiko. 2001. *In Search of Indicators of Culture and Development: Review of Progress and Proposals for Next Steps*. Text for the World Culture Report. New York, http://origin-hdr.undp.org/docs/events/global_forum/2000/fukudaparr2.pdf (acessado em 22/09/2007).

Furtado, Fatima. 2002. O processo de monitoramento, avaliação e controle de projetos. In: Zancheti, S. (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Guest, Greg, Arwen Bunce e Laura Johnson. 2006. How Many Interviews Are Enough?: an Experiment with Data Saturation and Variability. *Field Methods* 18; 59.
<http://fm.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/59> (acessado em 17 de fevereiro de 2009).

Gil, Antônio Carlos. 2007. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Ed. Atlas S.A.

Harvey, William Robert. 2004. *Authenticity and Experience Quality Among Visitors at a Historic Village* (Thesis submitted to the faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Science in Forestry). Blacksburg, VA.



Hemphill, Lesley, Jim Berry e Stanley McGreal. 2004. An Indicator-based Approach to Measuring Sustainable Urban Regeneration Performance: Part 1, Conceptual Foundations and Methodological Framework. *Urban Studies* 41:4, 725 – 755.

_____. 2004. An Indicator-based Approach to Measuring Sustainable Urban Regeneration Performance: Part 2, Empirical Evaluation and Case-study Analysis. *Urban Studies* 41:4, 757 – 772.

_____. 2002. An aggregated weighting system for evaluating sustainable urban regeneration. *Journal of Property Research* 19(4), 353-373.

Heynem, Hilde. 2006. *Questioning Authenticity*. National Identities 3/ 3, 287-300.

Hobson, E. 2004. *Conservation and Planning*. Routledge-USA.

Hugony, Cecilia e Josep Roca Cladera. 2008. *Indicadores para la evaluación de la ciudad histórica*. ACE, año III, num. 8, septiembre.

IAPH – Instituto Andaluz do Património Histórico 1999. *Indicadores para la evaluación del estado de conservación de Ciudades Históricas*. Granada: Comares.

ICCROM. *Monitoring for the World Heritage Cities*. Arquivo dos documentos do encontro. Biblioteca do ICCROM, 2000.

ICOMOS. 2005. *The World Heritage List: Filling the Gaps – an Action Plan for the Future*. Monuments and Sites XII. Paris: ICOMOS.

_____. 1999. *Burra Charter*. <http://australia.icomos.org/burra.html> (acessado em 19 de agosto de 2007).

_____. 1994. *Nara Document on Authenticity*. http://www.international.icomos.org/naradoc_eng.htm (acessado em 18 de agosto de 2007).

_____. 1987. *The Washington Charter*. http://www.icomos.org/docs/towns_charter.html (acessado em 20 de outubro de 2009).

_____. 1975. *The Declaration of Amsterdam*. <http://www.icomos.org/docs/amsterdam.html> (acessado em 20 de outubro de 2009).

_____. 1972. *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. <http://www.international.icomos.org/charters.htm> (acessado em 03 de novembro de 2009).

_____. 1964. *Venice Charter*. http://www.international.icomos.org/e_venice.htm (acessado em 18 de outubro de 2009).



IPHAN. 2009. *Preservar Olinda*. Olinda: IPHAN.

ITUC-CECI. 2009. *Plano de gestão da conservação do Sítio Histórico de Olinda/PE*. Olinda: CECI (documento não publicado).

Jamal, Tazim e Steve Hill. 2004. Developing a Framework for Indicators of Authenticity: The Place and Space of Cultural and Heritage Tourism. In: *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 9: 4, 353-371.

Jannuzzi, P. M. 2006. *Indicadores Sociais no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora Alínea.

Jokilehto, J. 2007. International Charters on urban conservation: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine. *City & Time* 3 (3): 2. <http://www.ct.ceci-br.org> (acessado em 18 de maio de 2008).

_____. 2006. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage context. *City & Time* 2 (1): 1. <http://www.ct.ceci-br.org> (acessado em 17 de maio de 2008).

_____. 2002. Conceitos e Idéias sobre Conservação. In: Zancheti, S. (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Jokilehto, J. e B. Feilden. 1993. *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. ICCROM/ICOMOS.

Lacerda, Norma. 2002. Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas. In: Zancheti, S. (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Leigh, D. *et al.* 1994. What are the Responsibilities for Cultural Heritage and Where do They Lie. In: *Durability and Change: The Science, Responsibility and Cost of Sustaining Cultural Heritage*. Ed. W. E. Krumbein, P. Brimblecombe, D. E. Cosgrove and S. Staniforth. Chichester: John Wiley & Sons, pp. 269 – 286.

Lennon, J. *et al.* 2001. *Natural and Cultural Heritage*. Australia State of the Environment Report 2001 Theme Report, CSIRO Publishing on behalf of the Department of the Environment and Heritage, Canberra.

Lira, Flaviana Barreto. 2009. *Patrimônio cultural e autenticidade: montage de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Lowenthal, David. 1992. Authenticity? The dogma of self-delusion. In: *Why Fakes Matter: Essays on Problems of Authenticity*. Ed. Mark Jones. London: British Museum Press.

_____. 1999. Authenticity: Rock of Faith or Quicksand Quagmire? *The Getty Conservation Institute Newsletter* 14/3: 5-8.



- Lucarelli, Francesco. 1985. *Ouro Preto e Olinda - Centri storici del Brasile "memória" per l'umanità*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- Martins, Gilberto de Andrade. 2006. *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Massaúd, C. [S.d.] *Prospecção de Cenário: método Delphi*.
<http://www.clovis.massaúd.nom.br/prospec.htm> (acessado em 03 de agosto de 2009).
- Matamata-Piako District. Heritage Indicators. 2007.
http://www.mppdc.govt.nz/link_policyplans.htm (acessado em 10 de março de 2008).
- McEntree, Edward F.. 1989. Consensus analysis: a Basic Approach. *International Journal of Mathematical Education in Science and Technology* 20:3, 407 – 410.
- McKnight, J., N. Edwards, L. Pickard, J. Underwood, N. Voorberg, e V. Woodcox. 1991. The Delphi approach to strategic planning. *Nursing Management* 22(4), 55–57.
- Mason, Randal. 2004. Fixing historic preservation: a constructive critique of significance. In: *Places, a Forum of Environmental Design*, 16:1, <http://www.places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1> (acessado em 13 de junho de 2007).
- Medeiros, José Adailson; Diniz, Ir. Maria de Lourdes e Germano Coelho. 1983. *FACHO: Patrimônio Cultural de Olinda, Olinda Patrimônio Cultural da Humanidade*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios.
- Michalski, Stefan. 1994. Sharing Responsibility for Conservation Decisions. In: *Durability and Change: The Science, Responsibility and Cost of Sustaining Cultural Heritage*. Ed. W. E. Krumbein, P. Brimblecombe, D. E. Cosgrove and S. Staniforth. Chichester: John Wiley & Sons, pp. 241 – 258.
- Moreira, André Renato Pina. 2006. *Transformações dos espaços de habitação do Sítio Histórico de Olinda*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Muñoz Viñas, Salvador. 2005. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Nijkamp, P.; Bal, F. e F. Medda. 1998. *A Survey of Methodes for Sustainable City Planning and Cultural Heritage Management*. Wije Universiteit Amsterdam, Serie Research Memoranda.
- Nosso Futuro Comum — Comissão mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. 1991. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.



Orbaşlı, Aylin. 2000. *Tourists in Historic Towns: Urban Conservation and Heritage Management*. Taylor & Francis.

Organization For Economic Co-Operation And Development – OECD. 2003. *Oecd Environmental indicators: Development, measurement and use*. <http://www.oecd.org/dataoecd/7/47/24993546.pdf> (acessado em 11 de março de 2008).

Pearce, Susan M.. 1992. Objects as Meaning; or Narrating the Past. In: *Interpreting Objects and Collections*. Ed. Susan M. Pearce. London: Routledge, pp. 19 – 29.

Pearson, Michael. 1998. *Environmental Indicators for National State of the Environment Reporting: natural and cultural heritage*. Australia: State of the Environment/ Environmental Indicator Report.

Peirce, Charles S. M.. 2008. *Semiótica*. São Paulo Perspectiva.

Philippot, P. 2002. La Teoria del Restauro nell'Epoca della Mondializzazione. *Arkos: Scienza e Restauro* 3/1, 14 – 17.

Puls, Maurício Mattos. 2006. *Arquitetura e Filosofia*. São Paulo: Annablume.

Resweber, Jean-Paul. 2002. *A filosofia dos valores*. Coimbra: Livraria Almedina.

Riegl, Alois. 2006. *O culto moderno do patrimônio: sua essência e sua gênese*. Goiânia: ABEU - Assoc. Brasileira de Editoras Universitárias.

Rocha, Tadeu. 1970. *Roteiros do Recife, Olinda e Guararapes*. 4.ed. Recife: [s.l].

Rodwell, D. 2003. *Sustainability and the holistic approach to the conservation of Historic Cities*. *Journal of Architectural Conservation*, Vol. 1, pp 58-73.

Ruskin, John. 1989. *The seven lamps of architecture*. New York: Dover Publications.

Russell, R. e K. Winkworth. 2001. *Significance: a guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections*. Heritage Collections Council - Australian Heritage Projects. http://www.collectionsaustralia.net/sector_info_item/5 (acessado em 28 de julho de 2007).

Schrader, A., C. Eckert e E. A. Sobottka. (orgs). 2002. *Métodos de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS.

Serageldin, Ismail, Ephim Shluger e Joan Martin-Brown. 2001. *Historic cities and sacred sites: cultural roots for urban futures*. Washington: World Bank

Silva, Fernando Fernandes da. 2003. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Staniforth, S. 2000. Conservation: significance, relevance and sustainability. *IIC Bulletin*, (6), 3-8.



- Stone Richard E. 2002. Defining Authenticity. *Met Objectives* 4 no. 1. http://www.metmuseum.org/Works_of_Art/objects_conservation/fall_2002/define.asp (acessado em 18 de maio de 2009).
- Stovel, Herbert. 2007. Effective Use of Authenticity and Integrity as World Heritage Qualifying Conditions. *City & Time* 2 (3): 3. <http://www.ct.ceci-br.org> (acessado em 18 de maio de 2009).
- _____. 2002. Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural. In: Zancheti, S. (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- _____. 2001. Riga Charter on Authenticity and Historical Reconstruction in Relationship to Cultural Heritage. *Conservation and management of archaeological sites* 4/4, 241-244.
- Stubbs, Michael. 2004. Heritage-Sustainability: Developing a Methodology for the Sustainable Appraisal of the Historic Environment. *Planning Practice and Research*, 19:3, 285-305.
- Tainter, J. e J. Lucas. 1983. Epistemology of the significance concept. *American Antiquity*, vol. 48, n. 4, pp. 707-719.
- Taylor, Charles. 1992. *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press.
- Thompson, Mike. 1993. *Economic appraisal: the technique of weighting and scoring*. Policy Planning and Research Unit: Occasional Paper No. 25.
- Tomlan, M. 1998. *Preservation of what, for whom? A critical look at significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education.
- Trochim, William M.K. 2006. *General Issues in Scaling*. <http://www.socialresearchmethods.net/kb/scaling.php> (acessado em 25 de março de 2009).
- UNESCO - ICOMOS. 2008. *World Heritage Urban Sites: Historic Towns and Villages*. Paris: ICOMOS, http://www.international.icomos.org/centre_documentation (acessado em 7 de fevereiro de 2009).
- UNESCO. 2008. *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre, 2005.
- _____. 2007. *Second Meeting of the Working Group on the Simplification of the Periodic Reporting Questionnaire and the Setting up of Indicators: Presentation of Lydia Deloumeaux - World Heritage Indicators*. <http://whc.unesco.org/en/events/368/> (acessado em 9 de agosto de 2007).



- _____. 2007b. *World Heritage Series n°20 - Periodic Report and Action Plan, Europe 2005-2006*. <http://whc.unesco.org/en/series/20/> (acessado em 07 de dezembro de 2008).
- _____. 2006. *Thirtieth Session of the World Heritage Committee: Item 11 of the Provisional Agenda: Periodic Reports*. Vilnius, Lithuania, 8-16 July, 2006. <http://whc.unesco.org/archive/2006/whc06-30com-11ge.doc> (acessado em 11 de março de 2008).
- _____. 2005. *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre, 2005.
- _____. 2004. *World Heritage Series n°12 - The State of World Heritage in the Asia-Pacific Region 2003*. <http://whc.unesco.org/en/series/12/> (acessado em 07 de dezembro de 2008).
- _____. 2004b. *World Heritage Series n°11 - Periodic Report and Regional Programme Arab States 2000-2003*. <http://whc.unesco.org/en/series/12/> (acessado em 07 de dezembro de 2008).
- _____. 2004c. *World Heritage Series n°18 - Periodic Report 2004, Latin America and the Caribbean*. <http://whc.unesco.org/en/series/12/> (acessado em 07 de dezembro de 2008).
- _____. 2003. *World Heritage Series n°3 - Periodic Report Africa*. <http://whc.unesco.org/en/series/12/> (acessado em 07 de dezembro de 2008).
- _____. 1976. *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic áreas*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038e.pdf#page=136> (acessado em 22 de outubro de 2009).
- Veiga, J. E. da. 2006. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Vieira, Natália Miranda. 2007. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização de áreas históricas*. Recife: EDUFPE.
- Viollet-Le-Duc, Eugène E. 2000. *Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial.
- Walton, Toni. 2003. *Methods for monitoring the conditions of historic places*. Department of Conservation Technical Series 27. Wellington: Department of Conservation.
- Wong, Cecilia. 2006. *Indicators for urban and regional planning: The interplay of policy and methods*. London: Routledge.
- Wright, J. T. C. e R. A. Giovinazzo. 2000. *Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo*.



<http://www.iea.usp.br/iea/tematicas/futuro/projeto/Delphi.pdf> (acessado em 03 de agosto de 2009).

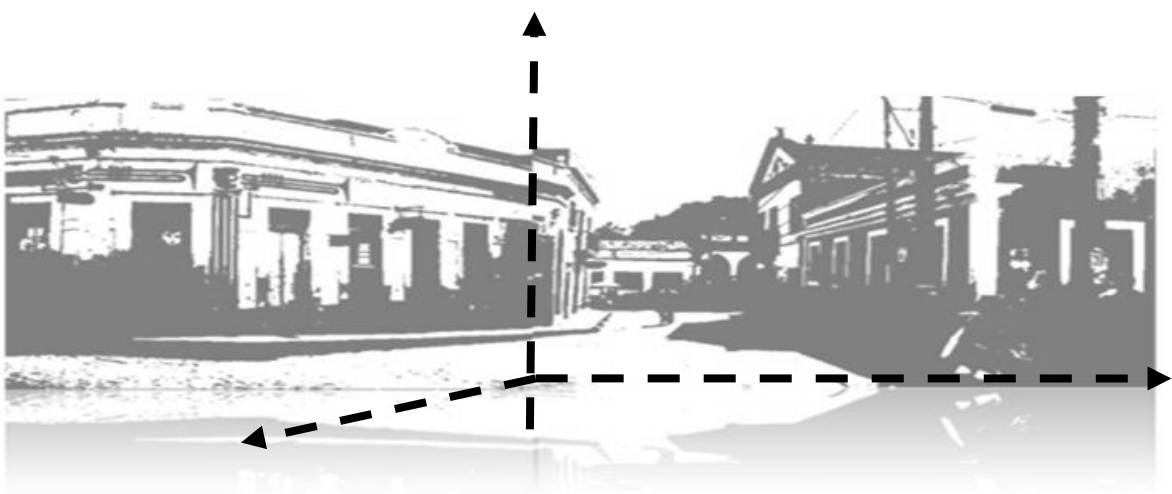
Yin, R. 2004. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Bookman Companhia Editora.

Zancheti, Silvio Mendes, Lúcia Tone Hidaka, Cecília Ribeiro e Bárbara Aguiar. 2009. Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. *City & Time* 4:2. <http://www.ct.ceci-br.org> (acessado em 23 de dezembro de 2009).

Zancheti, Silvio Mendes, Rosane Piccolo e Flaviana Lira. 2009a. Judging the Authenticity of the City. In: Nicholas Stanley-Price e Joseph King. *Conserving the authentic: Essays in honour of Jukka Jokilehto*. Rome: ICCROM.

Zancheti, Silvio Mendes e Norma Lacerda. 1998. Urban sustainable development: a theoretical challenge. In: Zancheti, S. M. (org.), *Conservation and Urban Sustainable Development: a theoretical approach*. Recife: Editora Universitária – UFPE, pp. 9-11.

Zancheti, Sílvio Mendes e Jukka Jokilehto. 1997. Values and urban conservation planning: some reflections on principles and definitions. *Journal of Architectural Conservation*, Vol. 1, p. 37-51.



APÊNDICES



APÊNDICE 1a: Instruções para o preenchimento da tabela de atributos do SHO e glossário sobre os termos usados.

Este questionário tem por objetivo a **construção do indicador do estado de conservação sustentável para o Centro histórico da cidade de Olinda** – “Fundado no século XVI pelos portugueses, a cidade histórica é ligada à indústria da cana-de-açúcar. Reconstruída depois de ter sido saqueada pelos Holandeses, seu tecido urbano fundamental data do século XVIII. O equilíbrio harmonioso entre as construções, jardins, 20 igrejas barrocas, conventos e numerosas pequenas capelas (passos), associados, contribui para o charme particular de Olinda” (breve descrição WHC, tradução nossa). O World Heritage Centre – WHC/ UNESCO enquadrado o SHO nos seguintes critérios de valor excepcional universal:

(ii) **exibe um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou Paisagismo;**

(iv) **exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra estágio(s) significativo(s) na história da humanidade;**

O Centro histórico da cidade de Olinda foi tombado pela UNESCO em 1982, seguindo a denominação “grupo de construções/edificações”, também chamada “conjuntos”, são os grupos de construções isoladas ou relacionadas que, por causa da sua arquitetura, homogeneidade ou lugar na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte, ou da ciência. A questão central do questionário é a construção de indicadores de avaliação da conservação da significância, integridade e autenticidade do Centro histórico da cidade de Olinda.

O questionário organiza-se em duas etapas. Aqui se apresenta a primeira etapa, intitulada **Identificação e validação dos atributos do SHO**. A lista apresentada é fruto da interpretação da declaração de significância do WHC/ UNESCO, outros trabalhos realizados e pesquisados, e vivência local. No preenchimento desta etapa não deve haver contato entre os especialistas participantes durante a aplicação do questionário, e o procedimento é desenvolvido via e-mail.

Orientações para o preenchimento:

▪ O especialista deverá indicar na tabela abaixo, diante dos atributos listados, quais são aqueles que devem ser considerados (“entra”), e os que não devem (“não entra”) ser considerados, importantes para conservação da significância, integridade e autenticidade do SHO.

▪ Nesta parte podem ocorrer dúvidas para “sim” ou para “não”. O especialista deve registrar a dúvida na tabela, pois uma nova rodada será realizada, caso necessário, conforme o resultado das respostas dos demais especialistas participantes. As respostas seguirão a legenda abaixo para expressar a resposta do especialista.

Legenda:

1 – Não entra

2 – Em dúvida, inclinado a “não”

3 – Em dúvida, inclinado a “sim”

4 – Entra

▪ No final, o especialista pode sugerir outros atributos a serem acrescentados à lista e acrescentar comentários. Segue em anexo, logo após o questionário, um glossário dos conceitos utilizados na pesquisa.

Glossário: conceitos e definições

1. Atributo: qualquer característica quer sejam materiais ou não materiais, de objetos e processos reconhecidos como possuindo valores patrimoniais.

2. Significância: o conjunto dos valores conhecidos do patrimônio cultural.

3. Integridade: o nível em que os atributos do patrimônio incorporam os valores de uma forma completa, inteira e sem ameaças iminentes.

4. Autenticidade: o resultado do julgamento dos atributos do patrimônio que expressam valores de uma forma verdadeira.

5. Conservação Sustentável: o processo de gestão das mudanças de um sítio patrimonial significativo, da melhor maneira para manutenção dos seus valores culturais, enquanto reconhece as oportunidades para revelar ou reforçar estes valores às gerações presentes e futuras (English Heritage 2008).

6. Conservação Sustentável Patrimonial: manter as condições de interpretação da relação patrimônio-valores entre gerações.



APÊNDICE 1b: tabela contendo uma primeira lista de atributos extraída da declaração de significância do SHO.

N.	Atributos	1 NÃO ENTRA	2 DÚVIDA, INCLINADO A "NÃO"	3 DÚVIDA, INCLINADO A "SIM"	4 ENTRA
A) Cenários Panorâmicos: paisagem referencial da relação patrimônio e entorno cultural					
1	Vista externa do coqueiral para o SHO.				
2	Vista da Misericórdia para o Istmo e Recife ao fundo.				
3	Vista da Sé para São Pedro.				
4	Vista do Seminário para São Francisco e o mar.				
B) Cenários Pitorescos: arquitetura religiosa excepcional contrastando com conjunto de arquitetura civil colonial homogênea.					
1	Conjunto do Alto da Sé: igreja, cx d'água, largo e ladeira da Sé com casario.				
2	Conjunto da Ig. da Misericórdia: Ig Conceição, Ig. Misericórdia, , largo e ladeira com casario.				
3	Conjunto Ig. do Amparo: Ig. do Amparo, Ig. de São João, largo, ruas de acesso e casario do entorno.				
4	Conjunto arquitetônico eixo Ig Carmo-Ig. de São Pedro: Ig. do Carmo, convento, casario, praças, Ig. São Pedro.				
5	Conjunto São Bento: rua de acesso, casario, igreja e mosteiro.				
6	Conjunto Ig. do Monte: igreja, pátio e casario.				
7	Conjunto Ig. da Graça: igreja, colégio jesuíta e mirante.				
C) Processos tradicionais: festas, artesanato, procissões, usos, relações.					
1	Carnaval de blocos de rua.				
2	Procissões religiosas.				
3	Artesanato de entalhe na madeira.				
4	Uso residencial.				
5	Equilíbrio entre parcelamento antigo, cobertura vegetal, ocupação dos lotes (construído).				
Sugestões de outros atributos:					
Comentários:					



APÊNDICE 2: Formulário 1 – Lista de de objetos e processos (atributos físico-materiais e não materiais) e pesos (hierarquia de importância) respectivos.

N.	Objetos	Peso
1	Vista do Seminário para São Francisco e o mar.	9.8
2	Percurso do conjunto ladeira da Sé, Horto, Igreja Sé, caixa d'água, casario, Igreja da Conceição, Igreja da Misericórdia e ladeira da Misericórdia.	9.8
3	Percurso do conjunto Igreja do Carmo, convento, Igreja de São Pedro, casario e praças	9.8
4	Percurso do conjunto Quatro Cantos, casario, Mercado da Ribeira, Prefeitura, Igreja e Mosteiro de São Bento.	9.8
5	Percurso do conjunto Igreja da Graça, colégio jesuíta, mirante e Horto.	9.8
6	Percurso do conjunto Varadouro: mercado, Igreja São Sebastião, casario, ladeira da Prefeitura.	9.8
7	Horto D'el Rey + mais os quintais vegetados + sítios conventuais	9.6
8	Vista da Misericórdia para o Istmo e Recife ao fundo.	9.5
9	Seqüência de vistas a partir do Istmo para o SHO.	9.3
10	Percurso do conjunto casario da Rua do Amparo, Igreja do Amparo, largo, Igreja de São João.	9.3
11	Vista da Sé para o Convento de São Francisco	9.3
12	Vista da Sé para São Pedro e Carmo	9.0
13	Vista das colinas pela Pan-Nordestina	7.1
N.	Processos	Peso
1	Procissões religiosas e manifestações de sincretismo religioso	9.8
2	Convivência dos usos residencial, religioso e educacional.	9.8
3	Manutenção do equilíbrio entre o traçado urbano, parcelamento antigo, cobertura vegetal (fundo lotes), ocupação dos lotes e tipologia arquitetônica.	9.6
4	Relação entre a comunidade e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos	8.6
5	Manutenção das técnicas construtivas e revestimentos tradicionais.	8.0
6	Carnaval.	7.6
7	Artesanato de entalhe na madeira.	7.3

* O peso de cada atributo é obtido pela média das respostas sobre aquele atributo de todos os especialistas que participaram desta fase de elaboração. Aqueles que obtiverem peso menor que 7.0 (sete) deverão ser excluídos pelo baixo grau de importância à conservação do sítio urbano em questão.



APÊNDICE 3a: Formulário 2, tipo 1 – Questionário modelo a ser aplicável com especialistas locais e externos (Lesp, Xesp), residentes de longa data (Lres) e grupo de referência cultural (Rgru).

O Sítio Histórico da cidade de Olinda - SHO, estado de Pernambuco, foi tombado em 1982 pela UNESCO como Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade de acordo com a seguinte justificativa: *“Fundada no século XVI pelos portugueses, a cidade histórica é ligada à indústria da cana-de-açúcar. Reconstruída depois de ter sido saqueada pelos Holandeses, seu tecido urbano fundamental data do século 18, embora incorpore alguns monumentos mais antigos. A qualidade única do Centro Histórico de Olinda decorre do equilíbrio, que geralmente tem sido mantido, entre os edifícios e os jardins do recente parcelamento. Uma das Vinte e tantas igrejas e conventos barrocos, ou os numerosos "Passos" (capelas ou oratórios), surge inesperadamente ao virar um canto – o requinte de sua decoração em contraste com a simplicidade encantadora das casas contribui para o charme particular de Olinda”.* **Considerando a Justificativa e as Ilustrações anexas, assim como os seus conhecimentos sobre todas e quaisquer características reconhecidas (atributos e processos) como tendo valor patrimonial, quer sejam materiais ou não materiais, responda as questões abaixo.** Caso ache necessário, comente sobre o porquê das suas respostas.

Sobre o bem (atributo) _____.

Q1. Quanto aos **valores patrimoniais** (históricos, artísticos, espirituais, etc.) do bem, você afirma que de 1982 a 2010:

☐
☐
☐

RI1Q1: Os valores patrimoniais **permaneceram os mesmos**.

RI2Q1: Os valores patrimoniais **mudaram parcialmente**.

RI3Q1: Os valores patrimoniais **foram perdidos**, não são mais reconhecidos.

Q2. Quanto à **integridade do bem para expressar** os valores patrimoniais, você afirma que de 1982 a 2010: As características (materiais ou não materiais)

☐
☐
☐

RI1Q2: Não mudaram, **expressam perfeitamente** os valores patrimoniais.

RI2Q2: Mudaram, **expressam parcialmente** os valores patrimoniais.

RI3Q2: Não **expressam mais** os valores patrimoniais.

Q3. Quanto à **autenticidade do bem**, você afirma que de 1982 a 2010:

☐
☐
☐

RI1Q3: O bem **continua autêntico**.

RI2Q3: O bem mudou, é **parcialmente autêntico**.

RI3Q3: O bem **não é mais autêntico**.

Comentários:

Aplicado com _____ especialista local/ _____ residente de longa data/ _____ grupo de referência cultural.

Em ____/____/____.



APÊNDICE 3b: Formulário 2, tipo 2 – Questionário modelo a ser aplicável com residentes recentes (Nres).

O Sítio Histórico da cidade de Olinda - SHO, estado de Pernambuco, foi tombado em 1982 pela UNESCO como **Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade** de acordo com a seguinte **justificativa**: “Fundada no século XVI pelos portugueses, a cidade histórica é ligada à indústria da cana-de-açúcar. Reconstruída depois de ter sido saqueada pelos Holandeses, seu tecido urbano fundamental data do século 18, embora incorpore alguns monumentos mais antigos. A qualidade única do Centro Histórico de Olinda decorre do equilíbrio, que geralmente tem sido mantido, entre os edifícios e os jardins do recente parcelamento. Uma das Vinte e tantas igrejas e conventos barrocos, ou os numerosos "Passos" (capelas ou oratórios), surge inesperadamente ao virar um canto – o requinte de sua decoração em contraste com a simplicidade encantadora das casas contribui para o charme particular de Olinda”. **Considerando a Justificativa e as Ilustrações anexas, assim como os seus conhecimentos sobre todas e quaisquer características reconhecidas (atributos e processos) como tendo valor patrimonial, quer sejam materiais ou não materiais, responda as questões abaixo.** Caso ache necessário, comente sobre o porquê das suas respostas.

Sobre o bem (atributo) _____ você afirma que:

Q1. Quanto aos **valores patrimoniais** (históricos, artísticos, espirituais, etc.):

- ☐ R11Q1: Reconheço **perfeitamente** os valores patrimoniais.
☐ R12Q1: Reconheço **parcialmente** os valores.
☐ R13Q1 Não reconheço os valores.

Q2. Quanto à **integridade do bem**:

As **características** (materiais ou não materiais)

- ☐ R11Q2: Expressam **perfeitamente** os valores patrimoniais.
☐ R12Q2: Expressam **parcialmente** os valores patrimoniais.
☐ R13Q2: Não expressam os valores patrimoniais.

Q3. Quanto à **autenticidade do bem**:

- ☐ R11Q3: O bem é **autêntico**.
☐ R12Q3: O bem é **parcialmente autêntico**.
☐ R13Q3: O bem **não é autêntico**.

Comentários:

Aplicado com residente recente.

Em ____/____/____.



APÊNDICE 3c: Formulário 2, tipo 3 – Carta e Questionário modelo (*folder*) a ser aplicável com os visitantes (Vis).

Olinda, 01 de julho de 2010.

Prezado Visitante de Olinda,

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de opinião sobre a conservação do Sítio Histórico da Cidade de Olinda. Os dados para o estudo serão coletados por meio de questionário junto aos visitantes da cidade em pousadas e hotéis.

Os dados coletados serão utilizados na tese de doutorado da pesquisadora Lúcia Hidaka, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O professor Silvio Zancheti poderá atestar a finalidade acadêmica da pesquisa pelo telefone: (0xx81) 34291754. Esse trabalho conta com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).

É garantindo sigilo absoluto sobre a identificação do visitante. Caso o Sr.(a) queira receber um resumo do resultado desta pesquisa, por favor, marque um X no local indicado e nos forneça, abaixo, um e-mail de contato.

☐

Quero receber um resumo do resultado desta pesquisa
no e-mail: _____.

Atenciosamente,

Lúcia Hidaka

Universidade Federal de Pernambuco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Contato: (0xx81) 96249784 ou luciahidaka@gmail.com



Folder – frente e verso

folha C: Bem Patrimonial nº _____.

Quanto aos valores patrimoniais (históricos, artísticos, espirituais, etc.) do bem:

- ☐ Reconheço perfeitamente os valores.
- ☐ Reconheço parcialmente os valores.
- ☐ Não reconheço os valores.

Quanto à integridade do bem:

s características (materiais e não materiais)

- ☐ Expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
- ☐ Expressam parcialmente os valores patrimoniais.
- ☐ Não expressam os valores patrimoniais.

Quanto à autenticidade do bem:

- ☐ O bem é autêntico.
- ☐ O bem é parcialmente autêntico.
- ☐ O bem não é autêntico.

folha D: Bem Patrimonial nº _____.

Quanto aos valores patrimoniais (históricos, artísticos, espirituais, etc.) do bem:

- ☐ Reconheço perfeitamente os valores.
- ☐ Reconheço parcialmente os valores.
- ☐ Não reconheço os valores.

Quanto à integridade do bem:

s características (materiais e não materiais)

- ☐ Expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
- ☐ Expressam parcialmente os valores patrimoniais.
- ☐ Não expressam os valores patrimoniais.

Quanto à autenticidade do bem:

- ☐ O bem é autêntico.
- ☐ O bem é parcialmente autêntico.
- ☐ O bem não é autêntico.

O Sítio Histórico da cidade de Olinda – SHO, estado de Pernambuco, foi tombado em 1982 pela UNESCO como Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade de acordo com a seguinte justificativa:

“Fundada no século XVI pelos portugueses, a cidade histórica é ligada à indústria da cana-de-açúcar. Reconstituída depois de ter sido saqueada pelos Holandeses, seu tecido urbano fundamental data do século 18, embora incorpore alguns monumentos mais antigos. A qualidade única do Centro Histórico de Olinda decorre do equilíbrio, que geralmente tem sido mantido, entre os edifícios e os jardins do recente parcelamento. Uma das Vinte e tantas igrejas e conventos barrocos, ou os numerosos “Passos” (capelas ou oratórios), surge inesperadamente ao virar um canto – o requinte de sua decoração em contraste com a simplicidade encantadora das casas contribui para o charme particular de Olinda” (<http://whc.unesco.org/>).

Esta pesquisa tem como objetivo identificar qual a opinião dos visitantes do Sítio Histórico da cidade de Olinda sobre a conservação do seu patrimônio cultural. Conta com o apoio das seguintes instituições:



Créditos Fotos: nº 14 – Passarinho/ Prefeitura da cidade de Olinda (www.olinda.pe.gov.br/); nº 10 e 13 – Sílvia Zancheti; as demais são de Lúcia Hidaka e Gabriela Azevedo.

Contatos: Lúcia — 81-96249784 ou luciahidaka@gmail.com

Foto: Gabriela Azevedo, 2010.



PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA

Olinda, 2010.

Escolha até 04 (quatro) bens, dos abaixo listados, e responda as questões sobre a conservação dos valores, da integridade e da autenticidade do Sítio Histórico de Olinda.



1. Vista de Recife para Olinda



2. Vista de Olinda para Recife



3. Vista da lg. de Sé para lg. de São Francisco



4. Vista da lg. de Sé para lg. do Carmo



5. Vista da lg. das Graças para lg. de São Francisco



6. Conjunto do Alto lg. de Sé, cx. d'água, lg. da Misericórdia



7. Conjunto do Largo da lg. do Amparo e lg. de São João



8. Conjunto da lg. São Bento, Mercado da Ribeira e casario do entorno



9. Conjunto da lg. do Carmo, casario do entorno e lg. de São Pedro



10. Conjunto da lg. das Graças, horto D'el Rey e Seminário



11. Conjunto do Varadouro, lg. de São Sebastião e casario do entorno



12. Conjunto do Horto D'el Rey, sítios conventuais e quintais vegetados



13. Carnaval



14. Procissões e outras manifestações religiosas



15. Artesanato em madeira



16. Convivência dos usos residencial, religioso, educacional



17. Continuidade do traçado urbano, tipologia arquitetônica e vegetação



18. Manutenção das técnicas e revestimentos tradicionais



19. Relação entre a comunidade e a lg. do Rosário dos Homens Pretos



20. Vista das colinas do SHO pela Avenida Pan-Nordestina

Por favor, indique o número do bem e assinale um X na alternativa de resposta que mais se aproxima da sua opinião.

Escolha A: Bem Patrimonial nº _____.

A1. Quanto aos valores patrimoniais (históricos, artísticos, espirituais, etc.) do bem:

- ☐ Reconheço perfeitamente os valores.
- ☐ Reconheço parcialmente os valores.
- ☐ Não reconheço os valores.

A2. Quanto à integridade do bem:

As características (materiais e não materiais)

- ☐ Expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
- ☐ Expressam parcialmente os valores patrimoniais.
- ☐ Não expressam os valores patrimoniais.

A3. Quanto à autenticidade do bem:

- ☐ O bem é autêntico.
- ☐ O bem é parcialmente autêntico.
- ☐ O bem não é autêntico.

Escolha B: Bem Patrimonial nº _____.

B1. Quanto aos valores patrimoniais (históricos, artísticos, espirituais, etc.) do bem:

- ☐ Reconheço perfeitamente os valores.
- ☐ Reconheço parcialmente os valores.
- ☐ Não reconheço os valores.

B2. Quanto à integridade do bem:

As características (materiais e não materiais)

- ☐ Expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
- ☐ Expressam parcialmente os valores patrimoniais.
- ☐ Não expressam os valores patrimoniais.

B3. Quanto à autenticidade do bem:

- ☐ O bem é autêntico.
- ☐ O bem é parcialmente autêntico.
- ☐ O bem não é autêntico.